

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 206

JANEIRO - MARÇO

1950

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

REVISTA

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

1950

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Vol. 1950

1950

1950

1950

Publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

1950

Digitized by the Internet Archive
in 2024

Publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

1950

1950



O GENERAL URQUIZA E O BRASIL

JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA

1. *Narrações fantasistas e investigações históricas*

Há uma tendência, aliás antiga, de se escrever a história, comodamente, em se prescindindo de toda a documentação, por considerá-la inútil. A vontade do escritor supre a realidade. Senta-se ele diante da máquina; mastiga, por instante, o assunto e desata a escrever, de um só jato, a sua escanifrada história. Esta se abastarda, denegrida que foi, e acaba por vegetar, rasteira, entre zumbaias e calúnias. No entanto, a documentação espera nos arquivos os investigadores, que não aparecem, por preferirem trocá-la pela imaginação, esquecidos das palavras de Goethe : “A verdade vai muito além das ficções dos artistas, desde que encontre alguém capaz de a dizer.”

Mas, para dizê-la, mister se torna ir buscá-la, ter paciência de procurar e criticar documento por documento, tentando honestamente compreender, já não somente a época, senão as personagens, como foram, com seus interesses, e não como possa desejar o escritor. Por mais extraordinárias que nos pareçam as nossas próprias imaginações, nem por isso deixam de ser imaginações, que, dificilmente, coincidirão com a história, porque esta não se forja, à guisa de novela, apenas se reconstitui. Pode ser uma arte, como, se me não falha a memória, assim a definiu Michelet. Mas arte que não dispensa o estudo, a pesquisa e a crítica. E que tanto mais se aproxima da verdade, quanto mais perfeita é.

E' velha, como já disse, esta maneira abstrusa de se contar a história, transfigurando-a em balelas. A êste respeito, já dizia o Papa Leão XIII, no breve de 18 de agosto de 1883, apoiando-se em notável lição de Cícero : “Às narrações fantasistas devem-se opor o trabalho e a paciência das investigações; às conclusões temerárias, a prudência dos juízos, e às opiniões frívolas, fundada crítica. É pre-

ciso recorrer às fontes, e ao escrever ter em vista, antes de tudo : que a primeira lei de história é de não se atrever a dizer nada de falso ; a outra, não ocultar nada de verdade, evitando toda suspeita de benevolência ou inimizade.” (Apud Ricardo Zorraquin Becú, *Rosas y las tendencias históricas*, in “Anuário de História Argentina”, año 1940, pág. 122.) (1)

Citei esta memorável lição, propositadamente, de sua transcrição no “Anuário de História Argentina”, porque foi o que me lembrou a leitura de um livro, também argentino, intitulado : *Urquiza — El vencedor de la tirania* (Buenos Aires, 1947, Editora Claridad), de autoria do Sr. Jorge Newton. Quando um amigo me emprestou este livro, confesso julguei ter encontrado uma obra sobre o general Urquiza de valor igual às de Carlos Ibarguren sobre Rosas, e Abel Cháneton sobre Vélez Sarsfield. Mas enganei-me redondamente. Ao menos no que tange ao Brasil foi aquela história esparregada, insôssa e estropiada, que achei. Basta dizer, para se caracterizar o livro, que o biógrafo de Urquiza ignora a correspondência do seu biografado em um lance tão importante da vida do ilustre general, que lhe deu o sub-título do livro : “El vencedor de la tirania”.

Isso nos obriga a transcrever aqui vários trechos fantasistas do Sr. Jorge Newton, a fim de lhes opormos, seguindo a lição de Leão XIII, “o trabalho e a paciência das investigações”. Às transcrições dos passos, em que mais claudica o Sr. Newton, isto é, àqueles que mais necessitam de reparos, faremos seguir a indispensável correção.

2. A atitude do Brasil, antes da aliança

Diz o Sr. Jorge Newton, referindo-se ao fim de 1850 e começo de 1851 : “*La actitud del Brasil es dudosa y la acusación reiterada contra el general Urquiza de que se pronuncia contra el gobernador de Buenos Aires previa alianza con aquel país, es falsa, pues el pronunciamiento corresponde al 1.º de mayo de 1851, y la alianza con el Brasil es celebrada a fines del mismo mes, como consecuencia, no de las ges-*

(1) Em nota acrescenta R. Z. Becú : “A parte grifada é de Cícero *De Oratore*, II, XV, 62” Esse breve, de 18-8-883, foi impresso em francês, com o seguinte título : “Lettre / de Notre Très Saint Père Leon XIII / Pape par la Divine Providence / aux Cardinaux de la Saint Église Romaine / Antoine de Luca / Vice-chancelier de la S.E.R. / Jean Baptiste Pitra / Bibliothécaire de S.E.R. / Joseph Hergenroether / Préfet des Archives du Vatican. Rome — MDCCCLXXXIII.” No Arquivo Histórico do Itamarati existe exemplar enviado, a pedido do cardinal Jacobine, pelo ministro brasileiro, barão de Aguiar, em ofício de 24-8-883 (Roma).

tiones del gobernador de Entre Rios, sino de la insistencia del Uruguay, ligado a los brasileños — de quienes recibe empréstitos." (Pág. 155.)

Vamos à primeira assertiva dêste período : "La attitud del Brasil es dudosa." E passemos a investigar qual a attitude do Brasil, antes de sua aliança com Urquiza, a ver se era ou não duvidosa, para então concluirmos se exata ou estrafalária a afirmativa.

Em outubro de 1849, com a saída do visconde de Olinda do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a nomeação de Paulino de Sousa (visconde do Uruguai) para o substituir, a modificação, que se processou na política externa do Brasil, foi radical. Ainda em 49, no tocante aos negócios do rio da Prata, teve o ministro Paulino com o general Guido, ilustre e hábil representante da Confederação Argentina no Rio de Janeiro, várias conferências, na esperança de que êste definisse claramente a política do seu govêrno em relação ao Império. Essas conferências prosseguiram até os últimos dias de dezembro de 1849. Das palavras do argentino se convenceu Paulino de que a intenção do general Rosas era de procrastinar as suas rusgas contra o Império, mantendo-as no estado latente em que se encontravam, até se desvencilhar de Montevidéu. Então, depois de exacerbar aquelas mesmas rusgas, se voltaria o ditador contra o Rio Grande do Sul, já com os seus exércitos desimpedidos do sítio para novas proezas (2).

Esta convicção ainda mais se arraigou no espírito do ministro brasileiro, depois das conversações que teve com Dom Andrés Lamas, inteligentíssimo plenipotenciário do Govêrno da Praça no Brasil, que lhe expôs tudo isso em longo memorando. O mesmo aconteceu com as minuciosas e interessantes cartas, que recebia Paulino, do encarregado de negócios do Império em Montevidéu, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, nas quais já asseverara, desde 28 de janeiro de 1850 : "na minha opinião a guerra é inevitável" (3).

Era, pois, um imperativo para a política externa brasileira a liquidação daquela situação dúbia, que perdurava, advinda de outras épocas, em que, por motivos ponderosos, se alheara o govêrno imperial,

(2) Paulino de Sousa (visconde do Uruguai), *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1852, págs. XVII a XX. José Antônio Soares de Sousa, *A Vida do visconde do Uruguai*, págs. 244 a 255 (Companhia Editora Nacional, 1944).

(3) Paulino, em carta a Pimenta Bueno, de 6-5-850, cit. no texto, faz menção à nota de Lamas. Êste, em memorando de 11-7-850, voltou ao mesmo assunto (*in Relat.* de 1852, cit., *Anexo D*, págs. 2 a 6). Silva Pontes, Conf. de 28-1-850, *in* Arquivo do visconde do Uruguai (A.V.U.). José Antônio Soares de Sousa, *op. cit.*, págs. 255 a 260.

completamente, das questões políticas, que empolgavam o rio da Prata. Achava-se, na verdade, o Império em situação difícilima. Um complexo de dificuldades, acumuladas durante anos, embaraçava-lhe agora os movimentos, uma vez que a neutralidade lhe havia descredito a ação. Todos, no rio da Prata, apregoavam a fraqueza e deslealdade do Império. Nisso as opiniões mais discordes concordavam. Não viam, nem lhes interessava ver, a razão da neutralidade do Brasil. E aquela opinião se transformara em dogma, tanto para os rosistas, quando para os defensores de Montevidéu (4). Este mito, fartamente propalado pela imprensa platina, iria agora dificultar seriamente a ação de Paulino, no início de seus planos. “Há de nos custar bastante”, dizia êle a Silva Pontes, “adquirir créditos e bom conceito que não temos. Sòmente u’a marcha firme, franca e digna, seguida por muito tempo, nô-los poderão grangear. Por ora somos tidos em conta de desleais e fracos, e é a maior das dificuldades e o maior dos tormentos para quem tem a inglória e desagradável tarefa de dirigir êstes negócios” (5).

Político dos mais hábeis e cultos do segundo reinado, apoiando-se em um partido forte, do qual era dos chefes mais prestigiosos, pôde Paulino de Sousa, no tocante às relações externas do país, implantar um nova política, a partir de 1850. O realismo, um tanto autoritário, sôbre maneiroso, do ministro, caracterizaria a fase da diplomacia brasileira, inaugurada então por êle, e daria para o futuro feição definitiva às principais questões internacionais do Brasil. Para o visconde de Mauá foi Paulino quem iniciou “uma política externa em nosso país”. A Lamas se lhe afigurou o ministro “muy comprometido en el destino de la política que ha fundado”. Política esta “ambiciosa e heróica”, segundo Joaquim Nabuco; mas que, para o próprio Paulino, não passava de inglória e desagradável tarefa de pôr côbro aos esbulhos e achincalhes, sofridos até então pelo Brasil (6).

Não se limitou Paulino às convicções, a que chegara, sôbre as pretensões de Rosas. Ainda em 1850, tratou da reação. A par das conferências com Dom Tomás Guido, deu o brasileiro andamento à correspondência oficial com o diplomata argentino em que ambos

(4) José Antônio Soares de Sousa, *op. cit.*, págs. 264 e 295.

(5) Conf. de 16-12-850, in *Despachos Reservados e confidenciais*, de 1849 a 1852 (101-1-6), Arquivo Histórico do Itamarati (A.H.I.)

(6) Visconde de Mauá, discurso de 4-2-873, in *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. II, pág. 24; Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, Tomo I, pág. 390 (Rio de Jangiro, H. Garnier), e Andrés Lamas, in *Correspondência del Doctor Manuel Herrera y Obes — Diplomacia de la Defensa de Montevideo*, tomo IV, pág. 71 (Buenos Aires, 1919).

discutiram tôdas as queixas de Rosas contra o govêrno imperial, espiolhadas cuidadosamente pelo *Herói do Deserto*, desde as notas de Ponte Ribeiro, em 1843; a missão Abrantes, em 1844; a fuga do general Paz, em 1845, até as incursões do barão de Jacuí, nos domínios de Oribe, em 1849 e 1850. Como nas conversações, também na correspondência oficial não chegaram os dois a acôrdo. Guido, depois de certa relutância, pediu o seu passaporte. A 25 de setembro de 1850, escrevia Paulino a Silva Pontes: "O Guido acaba de entregar-me a nota em que definitivamente pede o seu passaporte" (7). Referia-se Paulino à nota de Dom Tomás, de 23 de setembro. O passaporte, que o general solicitara, foi-lhe remetido dias depois. Recebeu-o Guido no dia 1 de outubro, em sua casa na rua Matacavalos n.º 20, da mão do oficial maior do ministério, Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, que lhe entregou, ao mesmo tempo, a nota de 30 de setembro, resposta à de 23 do mesmo mês. A 2 de outubro deixava o general Guido a Guanabara a bordo do *Rifleman*.

A atitude do Brasil, por conseguinte, nada tinha de duvidosa. Fôra uma reta desde 8 de outubro de 1849, quando entrara Paulino no velho casarão do conde da Barca, bem defronte do Passeio Público, até 2 de outubro de 1850, quando saía o ministro argentino de relações rompidas com o Império. Liquidava, assim, o brasileiro, o acêrvo de contas que tinha Rosas a ajustar com o Brasil, sem lhe dar as satisfações pedidas. E isso fez Paulino ao mesmo tempo que emalhava o ditador em novo lance político, que o enrascaria definitivamente.

3. O Império planeia o seu próprio lance

Não se contentou Paulino com o rompimento diplomático. Enquanto manteve a longa discussão com Guido, tratou de modificar a situação política, que encontrara, imprimindo-lhe, justamente o que lhe faltava, direção hábil e cautelosa, porém firme e constante. Em 1850 já o encontramos a planejar o futuro lance contra o ditador, a formular hipóteses favoráveis e contrárias ao Império, e a bosquejar as primeiras linhas do inapelável golpe. A 19 de março de 1850, escrevia êle a Silva Pontes: "O que convém ao govêrno imperial é que a praça de Montevideú se vá sustentando e ocupando a atenção das fôrças de Oribe e Rosas. Que não sejamos arrastados a um rompimento pelo barão de Jacuí, por emigrados e pelas maquinações de Montevideú. Não confio no govêrno francês, quero ver para

(7) *Despachos*, cit. (101-1-6), in A. H. I., e José Antônio Soares de Sousa, *op. cit.*, págs. 260 a 263 e 277 a 281.

crer. No entretanto, a pacificação de Pernambuco permitir-nos-á, pelo menos, dispor de alguns oficiais e batalhões aí ocupados, e dará maior força ao governo. Estão se aprontando algumas embarcações de guerra. As nossas relações com o Paraguai podem pôr-se em melhor pé, porque em verdade estão perdidas. Veja V. Ex.^a que somente temos 3.000 homens de linha no Rio Grande, e hei grande medo de que parte dêles deserte para o barão de Jacuí. Se houvesse agora um rompimento e fôssemos infelizes no princípio das hostilidades, o Paraguai entender-se-ia com Rosas, Urquiza enfeudarse-lhe-ia por uma vez, e ver-nos-íamos sós, completamente sós. Convem-nos, portanto, ganhar tempo e dispor as coisas, para que, se a guerra fôr inevitável, a possamos começar com alguma vantagem” (8).

Com as discussões de outubro de 49 a setembro de 50, com o general Guido, conseguiu Paulino ganhar o tempo de que necessitava para o preparo do lance. Porém as coisas não iam bem no comêço de 1850. A febre amarela caíra sôbre a capital do Império. Durante três ou quatro meses ninguém pensou em outra coisa senão escapulir a tão terrível flagelo. Os negócios no Rio de Janeiro paralisaram-se completamente. Enquanto isso acontecia na Côrte, o almirante francês Leprédour, no rio da Prata, prosseguia imperturbável nas suas negociações com Rosas e Oribe, com a manifesta intenção de se descartar de Montevidéu. Essas negociações vinham empiorar a posição do Brasil. A luta não seria apenas contra Rosas e Oribe, mas também contra a França, pois era de se supor (e Rosas assim o acreditou até o fim) fizesse ela o possível para dar cumprimento às cláusulas pactuadas com os dois generais, desde que fôssem acordados e assinados os pretendidos convênios. Em carta de 6 de maio de 50, dirigida a Pimenta Bueno, presidente do Rio Grande do Sul, Paulino, ainda mal restabelecido da febre amarela, formulava justamente a hipótese em que a França, aliada de Rosas e Oribe, lutaria também para a entrega de Montevidéu a êste último. Esta era para o ministro a hipótese mais desfavorável ao Império.

“Há com efeito”, dizia Paulino a Pimenta Bueno, “perigo, se Rosas aceder às proposições de Leprédour, para o que infelizmente muito hão de concorrer os embaraços em que as loucuras de Jacuí têm posto Oribe, obrigado a manter o sítio da praça e a acudir ao mesmo tempo à fronteira. Concluído um arranjo entre Rosas e a França (primeira hipótese), cai a praça de Montevidéu e perdemos êsse ponto de apôio para o futuro e que até hoje serviu para ocupar e distrair as forças dos nossos inimigos. Isto é fora de dúvida e Lamas acaba de demonstrá-lo profusamente em uma desmesurada

(8) *Despachos* cit., (101-1-6), A. H. I.

nota, que me dirigiu e que não mando por cópia a V. Ex.^a, porque sua majestade o Imperador a levou para Petrópolis a fim de examiná-la. Devemos auxiliar a praça para evitar a sua entrega? Podemos fazê-lo abertamente ou por meios ocultos, isto é, suprindo-a com dinheiro, armas e munições, etc. Na hipótese em questão as forças francesas hão de proceder ao desarmamento da Legião, e fazer executar o que fôr acordado entre Rosas e a França. Se formos sustentar a praça, não o podemos fazer sem obstar a isso, e então teremos de nos haver com a expedição francesa, com Rosas e Oribe. Podemos nós com tudo isso? Podem as embarcações de guerra, que temos no porto de Montevidéu, resistir a 15 francesas, que ali hão de estar, entre as quais se contam alguns bons vapores? Nada podia acontecer que fôsse mais favorável a Rosas. Caía-lhe, como dizem, a sopa no mel.”

Até aí expusera o ministro os inconvenientes de se ajudar abertamente a Montevidéu, pois o auxílio do Brasil, naquele momento, poderia transformar-se numa luta contra a França, tal a tendência das negociações de Leprédour. “Não auxiliamos a praça”, acrescentava Paulino, “não esposamos a sua causa, quando a França e a Inglaterra a favoreciam, havemos de fazer quando está agonizando e abandonada por essas duas potências, indo demais complicar-nos com a primeira? A queda da praça é uma calamidade para nós, porém, creio que maiores calamidades nos traria, agora, a sua sustentação aberta.” Mas, ainda mesmo nesse caso, de a França executar o que pactuava então Leprédour, e, em consequência dêsses pactos, se verificar a queda de Montevidéu, ainda assim o ministro não deixava de prever a maneira adequada, por que então colocaria o Império na luta iniciada contra Rosas. É de se notar que, na guerra contra o ditador de Buenos Aires, o mais difícil e o que prendeu mais a atenção do ministro brasileiro, foi separar o general Rosas, que se enleara hábilmente à França e à Inglaterra, destas duas potências. Leprédour e Southern, principalmente este último, foram os melhores defensores de Rosas. Esta separação, de Rosas da França e da Inglaterra, iniciara-a Paulino ainda em 50. No fim dêsse ano já era quase que inteiramente consumada no que dizia respeito à França. Apenas Palmerston, atizado por Southern, levaria a sua ajuda, favorável ao ditador, até janeiro de 1852. “Palmerston — afirmava Paulino — ajuda muito bem o seu amigo Rosas. Os dois liberais são dignos um do outro” (9).

Depois de determinar a hipótese, que se lhe afigurava mais contrária aos interesses do Brasil, passou o ministro a indicar a maneira

(9) Conf. a Silva Pontes, de 27-1-851, in *Despachos*, cit. (101-1-6). Vide Anexo I.

por que procederia se tal se verificasse. “Na hipótese de que trato”, escrevia êle, “a nossa posição é terrível; é o resultado do estado da província do Rio Grande do Sul e das nossas hesitações por tantos anos. Mas, se não podemos remediar, não demos passos que o empiozem. Havemos de ter guerra, porque a não podemos evitar, mas não a fazamos por causa do govêrno da cidade de Montevidéu, por causa de um moribundo, que deixamos definhir por tanto tempo, acudindo-lhe sòmente na hora da agonia. Façamo-la por causa das nossas questões com Rosas, nas quais êle não admite arranjo ou composição alguma honrosa; por causa do procedimento de Oribe com os brasileiros dalém do Quaraim; e, finalmente, porque, não podendo talvez punir o barão de Jacuí, porque está escrito que é impossível punir quem se levante contra as ordens do govêrno do seu país. Aproveitemos então os soldados de Montevidéu, a emigração, todos os descontentes de Rosas e Oribe, que hão de fazer a guerra debaixo das nossas ordens, por nossa conta, e não por conta do govêrno de Montevidéu” (10).

Esta carta confidencial era de 6 de maio. Dois dias depois, a 8 de maio, assinava Paulino a sua primeira nota a Dom Tomás Guido, em que transmudava os têrmos das questões suscitadas pelo general Rosas, dando-lhes a direção de acôrdo com o que escrevera a Pimenta Bueno. A série de notas, iniciada a 8 de maio e concluída a 30 de setembro, deslocou inteiramente as questões, que passaram a ser encaradas de conformidade com os planos do ministro brasileiro. Em setembro, quando ocorreu o rompimento, êste se deu, unicamente, pelos agravos que tinha o Império contra Oribe. As próprias questões com Rosas passaram propositadamente, a um plano inferior. O Império não lhe deu as satisfações. Êle, que as viesse tomar. Quanto a Oribe, não. O Império é quem lhe iria pedir contas (11).

Aquela hipótese, considerada a pior pelo ministro brasileiro, não se realizaria. A firmeza demonstrada pelo Império, nas discussões com Dom Tomás, lhe facilitaria o lance. As negociações de Leprédour, por sua vez, foram demoradas. Só em agôsto assinaria Rosas o convênio com o almirante francês. Oribe assinou a parte que lhe coube nas negociações, em setembro. O tempo era tudo para a política imperial. Êste lhe deu de sobra Leprédour. Aos poucos conseguiu Paulino amparar os golpes dos franceses e inglêses. No que dizia respeito à praça, Lamas e Pontes traziam-no ciente de tudo,

(10) In A.H.I., volume intitulado : *Despachos Reservados*, fls. 81 (49-50 n.º 9).

(11) Paulino de Sousa, *Documentos Officiais sôbre o Rio da Prata* (Rio de Janeiro, tipografia Universal Laemmert, 1851), *passim*.

fornecendo-lhe os dois minuciosas informações. Em Buenos Aires, um correspondente incógnito, porém notável, dava, por intermédio de Pontes, ao ministro Paulino importantíssimas notícias das ocorrências de Palermo. Não havia segredo para esse desconhecido. Tudo espiolhava. Tudo esmiudava. E sobre tudo escrevia. As negociações Leprédour não chegaram a ser secretas. O incógnito esmerilhava-a inteiramente. Não lhe escaparam as próprias cartas de Oribe a Rosas. De tudo tinha conhecimento o ministro Paulino em sua casa à rua dos Inválidos n.º 58, para onde transferira o seu gabinete de trabalho, a fim de fugir, como conseguiu, da espionagem de Guido. A tarefa, à medida que caminhava, ia tornando-se mais fácil. Em breve as pontas de lança da diplomacia brasileira se insinuavam e se firmavam por entre as brechas deixadas pelo inimigo. A imprevisão e a passividade de Rosas, mais ainda do que outro qualquer fator, facilitariam o jogo de Paulino, que acabou por ser quase de improviso. Apenas se aproveitava dos erros conseqüentes daquelas imprevisão e passividade. É verdade que esta fazia parte da tática de Rosas. Tática que o perdeu, pois, no momento preciso, lhe faltou a Inglaterra, parte principal no plano do ditador contra o Brasil.

Em fevereiro de 50 iniciou Paulino a prestação de auxílios à praça. Fôra pequeno esse primeiro subsídio : apenas para a aquisição de materiais bélicos. A esta ajuda se referiu Lamas ao ministro Herrera (12). Porém, na carta de 6 de maio, dizia Paulino a Pimenta Bueno : “Demos, é verdade, ultimamente um pequeno auxílio à praça de Montevideú, e por interposta pessoa, que emprestou como por sua conta, uns 20 a 30 contos para compra de munições para a defender contra algum ataque de Oribe. O que são auxílios destes, porém, para o desfecho que se prepara ?”

4. *Empréstimos a Montevideú*

A febre amarela suspendera, por alguns meses, tôdas as atividades. Por isso, embora solicitado por Dom Andrés Lamas, desde fevereiro, o auxílio à praça só voltou à baila em meados de 1850, com uma certa urgência. Leprédour, segundo se propalou, tramava descartar-se de Montevideú, apenas em lhe suprimindo as mensalidades. Em junho iniciara o almirante os seus planos, por intermédio do encarregado de França, Mr. Devoise. O ministro Herrera, então, não só escreveu a Lamas sobre a suspensão das mensalidades, mas

(12) Reservadíssimo de 21-3-850, in *Diplomacia de la Defensa*, cit., tomo III, págs. 5 a 12. A nota de 19-2-850, de Lamas a Paulino, vem traduzida no *Relatório de 1852, Anexo D*, cit. págs. 1 e 2.

ainda procurou Silva Pontes, na legação, para conferenciar a este respeito (13). O subsídio à praça já havia sido decidido favoravelmente, desde que retirasse o governo francês o que lhe fornecia. Paulino, antes de conhecer os sucessos de fins de junho e começo de julho, escrevia a Pontes, discriminando os dois casos, em que o auxílio seria suprido.

“Com efeito”, escrevia Paulino, a 22 de julho de 50, “se se verificar a nova suspensão de armas, sem a faculdade concedida até hoje aos beligerantes de romperem as hostilidades, precedendo aviso, estamos muito mal. E’ evidente o fim dessa medida, retirar e poder mobilizar as forças que sitiam Montevidéu, continuando todavia esta praça no *statu quo*. Pelo que me disse Lamas o governo de Montevidéu há de opor-se; mas receia que, atenta a perniciosa influência de Southern e a má vontade de Leprédour e de Mr. Devoise lhe seja retirado o subsídio da França. Se fôr retirado, cai a praça. Em ambos os casos, suspensão de armas na forma acima, e queda da praça pela retirada do subsídio (e o segundo caso é o pior), Rosas e Oribe poderão dispor de tôdas ou parte das forças sitiadas : para que? Evidentemente para ir sobre o Paraguai, ou vir sobre nossas fronteiras. E’ o que cumpre evitar. Sendo-nos indispensável a conservação da praça, ao menos por algum tempo, e evitar que Rosas e Oribe possam dar outro destino as forças sitiadas, o governo imperial, com a condição *sine qua non*, de mais absoluto segredo, suprirá o subsídio, no caso em que Leprédour o retire na forma acima indicada. Já dei esta segurança ao ministro oriental. Talvez mesmo o governo vá mais longe, e auxilie o de Montevidéu, com fundos e créditos (não aparecendo o mesmo governo em tudo isto e por meio de uma casa de segredo), para mandar vir da Europa uma legião engajada, a fim de tomar a ofensiva”.

Depois de ter escrito sobre os dois casos então previstos, que importariam na queda da praça, recebeu o ministro a correspondência de Silva Pontes, datada de 9 de julho, na qual se reportava o diplomata a um terceiro caso, que, se se verificasse, traria a mesma consequência dos outros, ou seja, a queda de Montevidéu. Paulino, acusando o recebimento dos ofícios, prosseguiu assim a confidencial, interrompida com a chegada do correio : “Recebi-os ontem às 10 horas da noite”, referia-se elle aos ofícios chegados de Montevidéu, “não tive tempo de comunicar a meus colegas e de receber ordens da sua majestade o Imperador; porém, creio que na crise que agora se apresenta, com outra face : retirada do subsídio por parecer a Leprédour inútil a manutenção das legiões estrangeiras, que fazem

(13) José Antônio Soares de Sousa, *op. cit.*, págs. 267 a 276.

parte da guarnição da praça, dá-se a mesma razão que, no caso acima figurado, resolveu o governo imperial suprir o subsídio. Retirado este pela França, por qualquer que seja o motivo, e dissolvidas as legiões estrangeiras, por não poder o governo da praça sustentá-las, Rosas e Oribe poderão dispor das forças sitiadas, e é o que cumpre evitar a todo o custo" (14).

O empréstimo brasileiro à praça realizou-se em agosto. O principal objetivo, a que visava, era o de evitar, uma vez destruída a resistência de Montevidéu, pudessem Rosas e Oribe retirar os seus soldados do sítio e os arremessassem contra o Rio Grande do Sul ou o Paraguai. Mas não se contentou Lamas com o que obtivera. Pretendia também dinheiro para mandar buscar uma legião, já encomendada por Pacheco y Obes na Europa. A ida deste ilustre defensor da Tróia americana a Paris, fazia parte dos planos de Paulino, que escrevera a Silva Pontes, desde 22 de julho : "É indispensável que esse governo mande Pacheco y Obes, ou algum homem hábil, à França, para mexer, intrigar e despertar a imprensa e a opinião contra o novo tratado, explorando a animosidade que deixou o procedimento da Inglaterra na questão da Grécia. Esse indivíduo deveria passar por aqui e entender-se comigo particular e confidencialmente. Isso parece não admitir demora" (15).

Nos últimos dias de agosto aportava à Guanabara o general Pacheco y Obes, e a 1 de setembro já conferenciava com Paulino. Embora, segundo escreveu Lamas, o ministro dos Estrangeiros encontrasse no seu colega da Fazenda, Rodrigues Tôrres, uma barreira difícil de transpor nas questões de dinheiro, contudo conseguiu a substituição do empréstimo de agosto por um outro mais amplo. Com isso pôde Pacheco seguir para Europa. Mas, antes de partir, assistiu aqui no Rio de Janeiro à realização do empréstimo de setembro. Lamas obtivera tudo quanto pretendia neste particular. De cópia remetida a Pontes, do próprio punho de Paulino, temos os apontamentos que lhe deu Lamas, logo depois do contrato de agosto, sobre as suas pretensões. Nestes apontamentos, que devem ser de meados do mesmo mês, pois seguiram anexos à confidencial de 30 de agosto, dizia Lamas : "La suma à que reduco mi pretención es la de 60.000 pesos fuertes. Esta suma, al cambio corriente, hace la de 115.200,200 réis en papel del Brasil. Ella se dividiría em diez ó doce mensualidades. Dividida en 12, por ejemplo, solo exigiría un desembolso de menos de diez contos, papel, en cada uno de los meses. Con ese

(14) *Despachos*, cit., (101-1-6) A. H. I.

(15) *Ibid.* — Vide: José Antônio Soares de Sousa, *op. cit.*, págs. 272 e 273.

pequêníssimo auxílio nos esforçaríamos en llevar el objeto importante que he manifestado. Traeríamos algunos hombres, artilleros, principalmente, que nos hacen suma falta : renovaríamos el armamento del Exercito, majoraríamos el equipo” (16).

Em novembro de 1850 concedia o govêrno imperial novo empréstimo ao da praça, visto ter sido diminuído, mais uma vez, o subsídio francês. O Brasil, portanto, obedecendo a um plano prefixado, antes de terminar o ano, não só rompera com Rosas, senão também subsidiava Montevidéu e trabalhava por nulificar a ação de Leprédour.

5. *Fim de 1850 e começo de 1851*

Tudo isso ocorrera durante o ano de 1850, antes de qualquer aliança do Império com o general Urquiza. Ainda nos últimos dias dêsse mesmo ano, Oribe, à imitação de Rosas, cortava as relações, que ainda mantinha, com a Legação do Brasil em Montevidéu. Ao saber da notícia desta ocorrência, escrevia Paulino a Silva Pontes : “Não me surpreendeu haver cessado Oribe as suas relações com V. Ex^a., nem dou importância a isso. O caixeiro segue o amo, e o satélite acompanha o planeta. Que proveito teríamos nós das relações com Oribe ?” (17).

A própria intromissão da Inglaterra, que se verificaria em março de 1851, fôra prevista, e desviada hábilmente, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, desde o início da luta. Os ingleses facilitaram, no que puderam, o jogo de Rosas, a ponto de tentarem pear os movimentos do Império. Da ação de Southern, ministro inglês em Buenos Aires, ressumava nítido o golpe do ditador contra o Brasil. Combinara o inglês, ainda em meados de 50, com Rosas e Arana, uma achamboaba interpretação do art. 18 da Convenção de 27 de agosto de 1828. O Brasil, segundo tal conchavo, só poderia atacar o *Herói do Deserto*, depois de decorrido o prazo de seis meses da comunicação feita à Grã-Bretanha (18). Contornou Paulino essa intromissão indébita. E, reportando-se a ela, indicava a Silva Pontes a maneira de inutilizá-la. “Isso”, escrevia o ministro, a 16 de dezembro de 1850, “Isso, porém, seria possível de iludir, dado o caso em que, estando devidamente preparados, tendo auxiliares, e não nos convindo exaurir-nos com um armamento muito prolongado, e vendo Rosas emba-

(16) Documento anexo à Conf. de 20-8-850, in *Despachos*, cit. (101-1-6), A.H.I.

(17) Conf. de 27-1-851, cit. em nota 9.

(18) José Antônio Soares de Sousa, *op. cit.*, págs. 319 e 320.

raçado e complicado, nos conviesse romper, depois de esgotados os meios pacíficos, e rejeitadas as nossas proposições para terminar de uma vez os nossos sacrifícios e despesas, que temos feito e vamos fazendo, e obter segurança e tranqüilidade para o futuro. Romperíamos, então, com o tenente de Rosas, que ocupasse a Banda Oriental, e se Rosas se envolvesse na contenda, seria ele quem teria tomado a iniciativa, e violado o art. 18 da Convenção. Não sustenta Rosas que esse seu tenente é presidente legal de um estado independente? Poderia obstar a burlesca aliança, que nunca explicou, nem pode explicar? A minha discussão com Guido está de antemão disposta de modo que nos deixe esta porta aberta” (19).

A atitude do Brasil, longe de duvidosa, já se achava perfeitamente definida. Não aceitara a posição, que lhe quiseram dar alguns, na luta contra Rosas. Ao contrário, com muita segurança e habilidade, firmou a sua própria posição. Esta se definira aos poucos. Porém, ao chegar dezembro, ninguém tinha dúvida do futuro. O próprio Rosas, por intermédio dos ingleses, pretendia imobilizar o Império. E se o não agrediu desde logo, foi pelas seguintes razões, apontadas por Paulino: “Estou convencido de que Rosas não nos ataca porque está em sérios embarços, e parece-me serem os principais: 1.º) a não ratificação da convenção com a França e a conservação da praça de Montevidéu; 2.º) o estado de quase hostilidade, ou pelo menos de dubiedade, em que se apresenta Urquiza; 3.º) a dificuldade de tirar forças das províncias, e o receio de revoltas internas se fôr infeliz” (20).

Mas aproximava-se o final dos preparativos. Em dezembro, referindo-se a certos fatos da missão Pacheco y Obes, o ministro Paulino revelava a Silva Pontes que, em breve, os interessados na contenda seriam obrigados a assumir uma posição definitiva: “Quando, porém, fôr conhecido o resultado da missão Pacheco y Obes, já a crise, em que estão os negócios do rio da Prata, há de ter chegado a seu termo, e indispensável será que cada um tome posição inteiramente clara e definida.” E acrescentava sobre a política que encetara, desde as conferências com o general Guido: “Nós temos marchado lentamente, com cautela e segurança, buscando apoio e auxiliares, sem precipitar os acontecimentos, e procurado tirar deles mais força, a fim de fazermos menos sacrificio possível. Na posição em que estamos, o que é conhecido, sabidos os nossos interesses, seria impossível que, por fáceis conjeturas, deixasse de ser, se não

(19) *Despachos*, cit. (101-1-6), A.H.I.

(20) *Ibid.*

descoberta, ao menos avistada, a nossa marcha pelo que respeita à sustentação da praça de Montevidéu” (21).

O quadro do rio da Prata, se não se achava inteiramente concluído, já estava, no entanto, esboçado em seus principais traços. Ainda em dezembro previa Paulino a aliança do Império com os descontentes argentinos e aventava a candidatura do general Garzón, como capaz de congregar todos os uruguaios. Pretendia Rosas, como um dos meios de fazer guerra, atizar revoluções no Império, desagregando-lhe as províncias em várias republiquetas de rótulo. A ação de Rosas, contrapunha Paulino a do Império. “Rosas — escrevia o ministro dos Negócios Estrangeiros — conta muito com os embaraços internos do Brasil, e com os que podem suscitar-nos os nossos patriotas, mas elle é também por esse lado muito vulnerável. Creio que brevemente receberei proposições de argentinos emigrados, e doutros que estão na Confederação, que se oferecem a promover revoltas contra Rosas nas províncias, no caso de guerra, com a única condição de não tentar o Brasil coisa alguma contra a independência da Confederação Argentina. Rosas corre o perigo de ser ferido com a mesma arma com que nos pretende ferir.”

A candidatura de Garzón à presidência da República foi, então, aventada por Paulino, não só como pessoa de prestígio capaz de apaziguar a luta entre os partidos, mas ainda pelo fato de, apoiada pelo general Urquiza, levar o entrerriano a romper mais depressa com Rosas, facilitando o lance do Império. A candidatura de Garzón veio à baila por ter corrido com insistência, o boato de estar Oribe desenganado. A morte dêste general era esperada, senão anunciada. Natural se cogitasse nas conseqüências de tal acontecimento, que, por certo, modificaria bastante o panorama do rio da Prata. À vista das notícias chegadas de Montevidéu, é que Paulino indagava de Silva Pontes: “Se falecer Oribe não é de crer que Garzón, auxiliado por Urquiza, pretenda a presidência da República Oriental? Tem possibilidades e meios para ser bem sucedido? A sua presidência não reuniria todos os orientais? Parece que a praça não lhe é hostil. Não seria isso, como me parece, um golpe funesto para Rosas?” (22).

Não se descurou o governo imperial das alianças. A principal, no momento, era com o Paraguai. Por intermédio do coronel Pedro de Alcântara Belegarde, encarregado de negócios em Assunção, pôde o ministro Paulino, ao menos por algum tempo, desvanecer as susce-

(21) *Ibid.*

(22) *Ibid.*

tibilidades e as desconfianças de Dom Carlos Antônio López. Remetendo a Bellegarde, em 22 de julho de 1850, os plenos poderes para negociar, pedia-lhe urgência para a solução das negociações, a fim de regular definitivamente a política imperial nas questões do rio da Prata, cujo desfecho se aproximava com rapidez (23). A 25 de dezembro de 1850 foi assinado naquela capital um tratado de aliança defensiva entre o Brasil e o Paraguai. Em fevereiro este tratado já se achava no Rio de Janeiro. A aliança dera motivo a assídua correspondência entre Dom Carlos Antônio e Paulino, iniciada por este ainda em 1850 e só terminada em 1853. Ambos se referiam, em suas cartas, francamente, a um sem número de assuntos, cuja solução lhes interessavam. Em resposta à primeira carta do ministro escreveu-lhe López a 19 de novembro e, ao concluir o tratado, a 25 de dezembro. A 22 de fevereiro, acusando o recebimento das duas cartas do presidente, aproveitou Paulino a ocasião, não só para falar da ratificação do tratado, que seria imediata, mas ainda para expor a situação em que ambos se encontravam diante do general Rosas. A carta é um convite a uma ação conjunta contra o ditador, antes de ele os agredir, separadamente, em seus próprios territórios.

“Felizmente”, dizia Paulino a López, “está concluído o tratado de aliança, e ratificado por sua majestade o Imperador. Este acontecimento me causou o maior prazer possível. O coronel Bellegarde há de apresentar a V. Ex.^a o instrumento de ratificação. A bondade com que V. Ex.^a se dignou responder-me, a licença que outorgou, dá lugar a que me anime a abrir-me com V. Ex.^a, com toda a franqueza, em carta particular, não obstante dirigir-me a um chefe supremo de uma nação. A hipótese, em que elabora o tratado, é restrita aos casos de serem invadidos o Paraguai e o Brasil, ou ao perigo iminente de invasão. A convenção Leprédour pode de um momento para outro ser ratificada, e sendo-a, a França abandonará Montevidéu. Esse abandono, entregue a praça aos seus recursos, trará a sua queda. Se Rosas ou Oribe, o que é o mesmo, se apoderarem de Montevidéu, tirarão daí grandes elementos de força.”

Daí seguiu o ministro a indicar, ponto por ponto, os resultados da queda de Montevidéu, não somente para o Brasil, senão também para o Paraguai. Rosas, fortalecido moral e materialmente com a façanha, teria liberado o seu exército e pronto para arremessá-lo contra um ou outro inimigo. “É preciso, portanto, embargar os passos de Rosas e não deixar que as coisas cheguem a esse ponto”, asseverava Paulino, acrescentando: “Por isso, o governo imperial, depois de madura reflexão, tomou a resolução de auxiliar abertamente a praça de Montevidéu, quando a França a abandonar. A consequência é um

(23) Conf. Paulino a Bellegarde, vide gravura n.º 1.

rompimento de guerra com Rosas. Não há, porém, invasão do Brasil nem do Paraguai, nem perigo iminente na forma do tratado. O caso não está na letra do tratado, mas está na sua intenção e previsão. Se, empenhada por essa maneira a luta e ficando o Brasil só, Rosas triunfasse, qual seria a sorte do Paraguai ?”

Depois de rapidamente esclarecer o pensamento que ditara o tratado e de coligir o do próprio López, constante da carta de 25 de dezembro, indagava-lhe Paulino qual seria a posição do Paraguai, no caso de um rompimento com Rosas, para evitar as conseqüências da ratificação dos convênios assinados por Leprédour. “Empenhada assim a luta”, acrescentava Paulino, “Rosas há de se ver obrigado a empregar as suas forças na Banda Oriental, que se tornará o teatro da guerra. V. Ex.^a pode coadjuvar o Brasil, concorrendo com forças para bater Rosas na Banda Oriental, ou invadindo as Províncias Argentinas para fazer uma diversão, colocando Rosas entre dois fogos, e embarçando-o de dispor de todos os seus recursos. O que por modo algum convém é que êle lute com o Brasil e o Paraguai separadamente, com um e depois com outro. Pelo contrário convém que ambos ao mesmo tempo procurem esmagá-lo.” No final da carta, ainda chamava a atenção do presidente López para o seguinte : “O que é certo é que a causa do Paraguai, a do Brasil e a da República Oriental são idênticas” (24).

Assim, logo no começo de 1851, a atitude do Brasil ainda mais se firmara. Ao presidente López comunicava Paulino o rompimento com Rosas imediatamente após a ratificação dos convênios franceses. Porém não se limitou à aliança do Paraguai. Ainda nos primeiros meses de 1851 preparou o ministro brasileiro a missão especial às repúblicas do Pacífico. O plenipotenciário escolhido foi Duarte da Ponte Ribeiro, em cujas instruções lhe determinara Paulino : “O fim especial da missão de V.S. é destruir e contraminar as insídias de Rosas, explicar a política larga, franca e generosa do governo imperial, bem como os fatos que deram lugar ao rompimento diplomático, que pode ser considerado como precursor de uma guerra.” Embora datadas as instruções de 1.^o de março, desde fevereiro ou mesmo de janeiro a missão Ponte Ribeiro vinha sendo preparada. De passagem por Montevideú, cumpriu Ponte Ribeiro o encargo de assegurar a Herrera y Obes que o Império romperia com Rosas, caso fôsse ratificados os tratados Leprédour (25).

(24) Cópia remetida por Paulino a Pontes. Está autenticada pelo Oficial Maior da Secretaria, José Maria Nascente D’Azambuja, in *Despachos*, cit., (101-1-6), A.H.I.

(25) José Antônio Soares de Sousa, *op. cit.*, págs. 314 315 e 337 a 340.

6. A posição de Urquiza antes da aliança

Busquemos outra afirmativa do Sr. Jorge Newton, no período transcrito, para que possamos prosseguir a nossa narração. É a seguinte : “*y la acusación reiterada contra el general Urquiza de que se pronuncia contra el gobernador de Buenos Aires previa alianza con aquel país (o Brasil), es falsa, pues el pronunciamiento corresponde a 1 de mayo de 1851, y la alianza con el Brasil es celebrada a fines del mismo mes, como consecuencia, no de las gestiones del gobernador de Entre Rios, sino de la insistencia del Uruguay, ligado a los brasileños — de quienes recibe empréstitos.*” (*Op. cit.*, pág. 155)

Tacha o Sr. Newton de acusação falsa a uma versão, não acusação, que se apoia em um sem conto de documentos, inclusive cartas do próprio general Urquiza. Juntou alguma prova para repelir a versão verdadeira, em contraposição à ingênua balela que apregoa? Nada, nem uma prova. É acusação falsa, somente, porque assim o entende o Sr. Newton. Mas voltemos à nossa história interrompida no mês de fevereiro de 1851, e continuemos a contá-la, não ao sabor dos desejos de um ou outro escritor, por mais onisciente e ilustre que seja, mas, sim, de acôrdo com documentos autênticos, assinados pelas próprias personagens que representaram o drama.

O general Urquiza, ainda nos primeiros meses de 1851, viria facilitar de muito a solução do problema. Mas, longe de ser quem agrupou e arregimentou os aliados e lhes deu direção, foi um dos que se filiaram ao movimento encabeçado pelo Império. Ele só appareceria como uma consequência da atitude firme e segura do governo brasileiro, que, desde 1850, já havia definido a sua posição diante do ditador. É de se notar que não foi apenas o Uruguai, quem recebeu empréstimos dos *brasileños*; o general Urquiza, antes de se defrontar com Rosas, e, justamente, para lhe custear a campanha, também os recebeu. Agora, como se deu a aliança de Urquiza? Já o contei em um capítulo intitulado : *A história de um convênio* (26). Ai transcrevi uma série de documentos inéditos, inclusive cartas assinadas pelo general Urquiza. Vamos esquadriñar de novo êsses documentos, escabichar outros, que depois encontrei, e recontar da maneira mais resumida possível a história daquela aliança. De tudo ressurgirá a versão reprochada pelo Sr. Jorge Newton como a única conclusão verdadeira, pois será o próprio Dom Justo José de Urquiza quem se incumbirá de desmentir o seu biógrafo. Não é, por certo, culpa nossa o fato de o ilustre general ter andado escrevendo inúmeras cartas, sem licença prévia do Sr. Newton. O fato é que escreveu. Mas vamos à nossa história.

(26) *Op. cit.*, págs. 300 a 336.

Era coisa sabida : Dom Justo tinha as suas rixas, aliás justíssimas, contra o seu amigo Dom Juan Manuel. Aguentava-o, aparentemente sorrindo, mas, no íntimo, a remoer a sua mágua, quase impotente diante do prestígio, da força e da habilidade do governador de Buenos Aires. Contentava-se Urquiza em espreitar o amigo ostensivo e inimigo no mais rascão do seu ser. Os passos que dava o entrerriano eram firmes. Um descuido poder-lhe-ia ser fatal. Por isso em 1849 está êle a descompor o Paraguai, a caluniar o Império e a zumbaiar o *Herói do Deserto*, rasgadamente.

Pouco depois de ser nomeado ministro, chegara às mãos de Paulino, por intermédio do senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, uma carta particular de Urquiza a Domingo Duarte Monçores, residente em *Concórdia*. Monçores tinha relações com Urquiza. Em 26 de julho de 1849, aniversário da entrada do general na República do Uruguai, em 1839, escrevera-lhe amistosa carta, na qual se congratulava com o amigo governador pela passagem daquela data. A ligação de Monçores com Urquiza e com a data não conseguimos bispá-la. O certo é que achou Monçores tão importante a resposta, que lhe deu o general, que enviou a carta ao marechal Bento Manuel Ribeiro. Êste respondeu a Monçores, contra-dizendo as afirmações não só de Urquiza, mas ainda as do próprio missivista, e remeteu cópia de toda correspondência a Vasconcelos. Por sua vez o senador mineiro a encaminhou a Paulino, pois era visível a intenção de se dar conhecimento ao governo imperial do conteúdo da correspondência.

Ressudava da carta de Urquiza uma espécie de furor contra o Brasil e o Paraguai, por atos de lesa majestade, praticados por êste contra Rosas. Era a repetição das queixas apresentadas ainda ao visconde de Olinda, pelo general Guido, contra a suposta ajuda do Império aos paraguaios, que haviam invadido Corrientes. Apenas com a seguinte agravante : as ameaças, que praguejava Urquiza, eram proferidas à guisa de sentença condenatória. Tanto assim, que terminava a carta de 31 de julho de 1849, afirmando : “Quienes mas excitam nuestro venganza, ciertamente el Brasil y como dice aquel antiguo proverbio tantas veces va el cántaro al agua hasta que se quiebra; pueda que nos rompamos los cascotes si no se enmienda la plana, y en este caso la guerra será con el furor que nos inspiran sus hechos : la venganza tan terrible como impulsada sin consideración y con demasiada perversidad.” Firme, portanto, ao lado do seu amigo Dom Juan Manuel, permaneceu Urquiza o ano todo de 49. Ainda mesmo nas próprias cartas particulares, conservava o cabeçalho rosista, por excelência : “Viva la Confederación Argentina !! Mueran los salvajes Unitarios!!” (27).

Em fevereiro de 1850 correu em Montevideu, com insistência, o boato do rompimento de Rosas com Urquiza. Não se confirmou a notícia. O ministro Herrera, a quem escrevera Pontes, a indagar-lhe a verdade, respondeu: “tengo los periodicos de aquella Provincia hasta el 7 del corriente; y mui lejos de apoyar aquel rumor, siguen mostrando que Urquiza permanece ligado en un todo a los principios de la Política de Rosas” (28). Pontes, ao enviar o original da carta de Herrera, referia-se ao boato, que circulara com aparência de verdade. Paulino não acreditou na possibilidade da defeção do governador de Entre Rios nas condições que fôra propalada. E respondia ao diplomata: “Ainda mesmo que esta notícia não fôsse desmentida, não acreditaria nela, nas atuais circunstâncias. Urquiza não se declara sem tôda a segurança, afirmam porém que êle não está em boa inteligência com Rosas, e que essas desinteligências podem para diante dar de si. Êsse ponto é para nós de maior importância, e por isso rogo a V. Ex.^a que averigüe bem tudo quanto a êsse respeito ocorrer e me comunique” (29). Nesta recomendação, de 19 de março de 1850, já via Paulino, com clareza, a posição de Urquiza, aperreado, diminuído e amesquinhado, no seu acampamento de São José, a magiar um golpe contra o ditador, ao mesmo passo que, ostensivamente, era obrigado a incensar o ídolo ainda todo poderoso, que se adorava em Palermo. Tudo dependia da ação do Brasil. Se fraquejasse, todos se encolheriam, por mais agravos que tivessem contra Rosas. Se, ao contrário, firme e segura continuasse a ação do Império, todos acabariam por lhe seguir na luta. Era uma questão de tempo.

Em abril de 1850, persistia Urquiza em alardear a sua submissão a Rosas, como leal e bom feudatário do ditador. Nesse mesmo mês escreveu a Cuyás y Sampere vastíssima carta, que saiu estampada em *El Federal Entre-Riano*, n.º 318, de 6 de junho de 1850, de cambulhada com veemente descompostura em Pacheco y Obes. Urquiza continuava nas suas ameaças. Fingindo-se solicitado pelo Império (o que não fôra de maneira alguma) a conservar-se neutro no caso de guerra contra Rosas, aproveitava-se agora dêsse pretexto para avisar os interessados de que êle se bateria também. Era ameaça sem dúvida; mas já não tão diretamente endereçada contra o Império, por se lhe ter diluído o vigor no meio de expressões vagas e imprecisas contra a França: expressões estas que se poderiam entender com o *Grande Americano*. É de se salientar aqui o fato de se referir

(28) Vide gravura n.º 2.

(29) Conf. de 19-3-850, in *Despachos*, cit., (101-1-6). José Antônio Soares de Sousa, *op. cit.*, pág. 301.

Urquiza, nesta carta, a cada passo, à guerra, à contenda e a êsse meio cruel de se ventilarem questões. Urquiza, por conseguinte, desde abril de 1850, sabia da iminência da guerra entre o Império e Rosas, e apregoava então : “De ello debe el Brasil estar cierto; y estarlo tambien de que el General Urquiza con catorce ó dies y seis mil valientes entrerrianos e correntinos que tiene à sus órdenes, sabrá en el caso indicado lidiar en los campos de batalla, por los derechos de su patria y sacrificar si necesario fuere su persona, sus intereses, su fama y cuanto poséa.” Só o Sr. Jorge Newton é que não enxergou o que lhe teria mostrado o próprio Urquiza, se o Sr. Newton tivesse lido as cartas do seu biografado. O jornal *El Federal Entre-Riano*, em que vem a carta de Urquiza, sòmente mencionava o nome de Rosas, com uma zumbáia ao pé : “el ilustre y gran Rosas”, e assegurava : “El general Urquiza ningun motivo tiene para desligarse de la fina amistad que lo une al inmortal Rosas” (30). Não se pode pôr em dúvida a autenticidade da carta de Urquiza, transcrita em jornal oficial, que, sem ordem, a não teria publicado, como também não trataria da *fina amistad*, existente entre os dois generais. Esta autenticidade se confirma de um trecho do livro de Cuyás, a quem a carta foi endereçada, e de um passo de uma confidencial de Silva Pontes (31).

Aborreceu-se, no entanto, o Encarregado de Negócios, com a carta de Urquiza. Nela fôra êle indicado, nomeadamente, como fazendo certas sondagens junto ao entrerriano, para as quais não recebera ordem do ministro. Na verdade, Pontes não indagara coisa alguma de Urquiza. Apenas se correspondia com amigo residente em Entre-Rios. E êste mostrara, por conta própria, ao general uma das cartas de Silva Pontes, que continha, unicamente, alguns elogios inocentes e banais à administração da província, em geral. Não desagradara a Urquiza êstes elogios, ao menos assim afirmaram a Pontes, de viva voz. Pretendeu o diplomata desmentir a carta, no que lhe dizia respeito, porquanto jamais tivera ordem do governo imperial para saber da neutralidade ou não de Urquiza, no caso de guerra entre o Brasil e Rosas. Escreveu então longo artigo, para sair publicado em jornal da côrte, e remeteu a Paulino o artigo, o jornal entrerriano e a história tôda do ocorrido, a fim de o ministro julgar da oportunidade da resposta. Paulino achou melhor arquivar o negócio e aconselhou o desembargador a deixar sossegado o general : “Não me parece político — dizia êle — occuparmo-nos de Urquiza.

(30) Vide gravura n.º 3, fac-simile de *El Federal Entrerriano*.

(31) Antônio Cuyás y Sampere, *Apuntes Historicos sobre la Provincia de Entre Rios en la Republica Argentina*, págs., 158 e 159 (Mataró, Establecimiento tipografico de Feliciano Horta, 1889); e Silva Pontes, *apud* José Antonio Soares de Sousa, *op. cit.* págs. 304 e 305.

nem para dizer dêle bem, nem mal. Se dissermos bem, po-lo-emos na necessidade de praticar atos de dedicação a Rosas, que com êles ganha. Se dissermos mal irritaremos um homem, do qual, em tempo competente, havemos de precisar, e que em tempo competente pode ajudar-nos. Deixêmo-lo, e esperemos” (32).

Ainda por algum tempo permaneceria Urquiza sozinho, no seu campo, a sondar os horizontes. A impressão, que o ilustre governador dava, era a de sossêgo e silêncio. A sua impassibilidade diante de Rosas era comparável somente à de Rosas diante do Império. Ainda em dezembro de 1850, um correspondente de Buenos Aires, enfronhíssimo em todos os movimentos e tramas de Palermo, escrevia sobre Rosas e Urquiza : “Urquiza continua impassível, e não quer guerra. Não os entendo” (33).

7. O primeiro ato da Aliança

Em Montevideu havia um agente de Urquiza, chamado Dom Antônio Cuyás y Sainpere, espanhol de nascimento, que fazia o comércio entre Gualaguaychú e Montevideu. Nos primeiros dias de janeiro de 1851, Cuyás procurou a Herrera para lhe falar da situação de Urquiza, como coisa dêle, Cuyás, e não do general. Herrera, das apalpadelas do espanhol, deduziu iminente a aliança, e neste sentido escreveu a Lamas. Ainda em janeiro, êste, por sua vez, falou a Paulino, que, confidencialmente, a 27 do mesmo mês, contava a Silva Pontes ter-lhe dito Lamas “que Herrera teve resposta satisfatória de Urquiza, com quem abriu comunicação.” E acrescentava muito a seu jeito : “Veja se pesca o que há, para mo dizer” (34).

Não foi preciso pescar coisa alguma. Tanto Urquiza, quanto Cuyás, eram muito mais inteligentes do que os supôs o Sr. Jorge Newton. Queriam o negócio seguro. E por isso trataram de aplainar o caminho para o importantíssimo passo que ia dar o general. Dias depois de se avistar com Herrera, foi Cuyás à procura de Pontes, na Legação Brasileira, que se achava instalada em um prédio da *Calle Ituzingó*. E ainda que embuçado, a dizer ao brasileiro tratar-se de sugestões pessoais dêle, Cuyás, falou-lhe demoradamente da posição em que se achava Urquiza e da que tomaria no caso de o rompimento de Rosas com o Império se verificar. Não se abriu Cuyás apenas

(32) José Antônio Soares de Sousa, *op. cit.*, pág. 305.

(33) *Ibid.*, pág. 306.

(34) *Despachos*, cit. (101-1-6), A.H.I. — Carta de Herrera a Lamas, in *La Diplomacia de la Defensa*, tomo III, págs. 189 e 190.

com Pontes e Herrera: também procurou o Dr. Valentin Alsina, a quem falou do mesmo modo (35).

Com as confidências de Cuyás, saiu Pontes a contá-las a Herrera e trocar idéias com o ministro sôbre tão importante acontecimento. Herrera referiu-se às suas conversações com o agente entrerriano. Mas, no momento em que Pontes ia falar-lhe de que também fôra procurado por Cuyás, para o mesmo fim, saiu-lhe Dom Manuel Herrera com resposta tão fora de propósito, dizendo ter iniciado os seus entendimentos com Urquiza por intermédio do Rio Grande do Sul, que fez com que se calasse Pontes. Cuyás, por sua vez, nada dissera a Herrera da visita à legação imperial e da conversa que tivera com o representante do Brasil. Assim escreveu êle no seu livro: "Entretanto continuaban mis visitas al Sr. Ministro Herrera, sin tener ese señor el menor conocimiento de mi inteligencia con el Sr. Silva Pontes, pues créi conveniente á mi seguridad cumplir á la vez las repetidas órdenes del general, guardando sobre esta negociación la mas profunda reserva" (36).

A 27 de janeiro, isto é, no mesmo dia em que lhe recomendava Paulino pescasse o que havia entre Herrera e Urquiza, já Silva Pontes escrevia ao ministro, prometendo-lhe, para breve, notícias, que não mandava imediatamente por cautela. Só a 30 de janeiro enviou Pontes importante confidencial, em que narrava não apenas as aberturas de Cuyás, mas ainda as conversações que tivera com Herrera sôbre Urquiza (37). No Rio de Janeiro, achou Paulino inagotáveis as proposições sussurradas muito em segredo aos ouvidos do desembargador, como se fôsem opiniões pessoais. Deixou, assim, o ministro, como dizia êle, que as coisas amadurecessem mais (38). E as

(35) Cuyás y Sampere, *op. cit.*, págs. 151 a 153, faz referência à sua conversa com o Dr. Alsina, a quem pediu não atacasse Urquiza em *El Comercio del Plata*. Este passo de Cuyás é confirmado pelo seguinte de Silva Pontes: "as aberturas e indicações de Urquiza, que não foram manifestadas somente a mim e a Herrera, mas também a terceira pessoa, que aliás não é investida de caráter algum público" Conf. 30-1-851, in Anexo III.

(36) Cuyás y Sampere, *op. cit.*, pág. 169. Em vários outros passos repetiu Cuyás o mesmo. O livro de Cuyás, digo aqui o que já tive ocasião de dizer, está cheio de reminiscências exatas, mas também das mais descabeladas mentiras. Só quando confirmada, é que a afirmativa de Cuyás merece acolhida. O passo citado no texto, confirma-o a Conf. de Pontes, de 30-1-851, in Anexo III, A.

(37) *Legação Imperial em Montevideu — Rescrevendo - - 1851-1852, (22-4-6)*, A. H. I. (*vide* cópia Anexo III, A). — Conf. de 27-1-851, in A. V. U. (*fac-simile*, gravura n.º 4).

(38) Conf. de 11-3-851, in A. H. I. (*vide* Anexo IV).

coisas amadureceram rapidamente. Em fevereiro procura Cuyás, de novo, Silva Pontes. A 21 dêsse mês lhe declara o seguinte, que Pontes repete a Paulino : “que talvez em pouco tempo teria de fazer-me alguma pergunta em nome de Urquiza, e que bom seria que eu estivesse preparado com ordens e instruções de V. Ex.^a, para dar-lhe a contestação que fôsse conveniente” (39).

Além de Cuyás mandou Urquiza outro emissário, Dom Francisco Muñoz, procurar o ministro da guerra, Batlle. Muñoz referiu então as disposições de Urquiza de romper com Rosas e de se entender com o governo da praça. Acrescentou ainda não desejava Urquiza a intromissão na aliança de outros países, senão de americanos. Caso a coadjuvação da França fôsse indispensável, não devera esta potência aparecer a não ser como auxiliar. A resposta de Batlle foi prudente e sensata. Respondeu êle ao segundo emissário de Urquiza que os desejos e pensamentos do general deveriam ser manifestados por pessoa devidamente acreditada, com uma autorização escrita, que provasse falar em nome do governador de Entre-Rios. Herrera dissera então a Pontes não dar muita importância às aberturas de Muñoz, mas que havia escrito a Urquiza, por intermédio de Cuyás, “expondo a vantagem que poderia tirar-se de um acôrdo, e notando que, segundo informações e notícias que possuía, não hesitava em acreditar que o governo imperial ouviria de muito boa vontade quaisquer proposições acêrca dêste importantíssimo negócio” (40). Sobre tudo isso escreveu Silva Pontes a Paulino, a 22 de fevereiro, insistindo pelas instruções, que o habilitassem a responder à pergunta que lhe ia fazer Cuyás, em nome de Urquiza.

8. O segundo ato da Aliança

Não posso deixar de aqui incluir mais outras afirmações do Sr. Newton, porque se referem ao mesmo assunto da afirmação anterior, a que respondo. Formam tôdas um bloco. E a resposta à primeira serve também para outras. Diz o seguinte o ilustre escritor : “*Respecto de las negociaciones con el gobierno sitiado de Montevideo, Urquiza las lleva adelante por medio de su amigo Antonio Cuyás y Sampere, a quien las encomiendas en diciembre de 1850. El Brasil no interviene para nada en tales negociaciones, y pese a sus dificultades con Rosas, trata de oponerse a que el Uruguay se comprometa ligándose a la causa de Urquiza.*” (Op. cit., pág. 156.)

(39) Conf. de 22-2-851, in *Legação Montevidéu* — 1851-1852 (222-4-6). Anexo III, B.

(40) *Ibid.*

A segunda proposição é pura fantasia. Já não chega a ser a estropiada história, a que aludi, senão alucinações históricas. A primeira, no entanto, é uma cláusula historicamente exata, embora em desacôrdo com a própria afirmação do Sr. Newton. Numa diz o Sr. Newton que a aliança não se realizou em consequência de *gestiones* do governador de Entre Rios, mas da insistência do Uruguai (pág. 155). Na outra afirma que as negociações com o govêrno de Montevidéu foram encomendadas pelo general Urquiza a seu amigo Cuyás, em dezembro de 1850 (pág. 156). Uma assertiva exclui a outra. Foi Urquiza quem encomendou as negociações? Se foi, as *gestiones* partiram dêle. Se, ao contrário, as *gestiones* não partiram dêle, a encomenda das negociações não o foi também. E, assim, capengando, segue o Sr. Jorge Newton. Mas prossigamos nós a nossa narração no ponto em que a deixamos, pois já estamos próximos da efetivação da Aliança. E então se nos depararão a nós cartas do próprio Urquiza, feitas de encomenda para o Sr. Jorge Newton, por comprovarem: 1.º) que Urquiza, antes de romper com Rosas, previa a aliança com o Brasil; 2.º) que as aberturas foram feitas pelo general Urquiza, diretamente ao Brasil, embora o fizesse êle, ao mesmo tempo, também ao govêrno de Montevidéu; 3.º) que a intervenção do Brasil, nas negociações, foi o que possibilitou a aliança (41).

Paulino recebeu a confidencial de Pontes, de 22 de fevereiro, nos primeiros dias de março. Só então, reconhecendo insustentável a posição de Urquiza diante de Rosas, é que enviou ao diplomata brasileiro em Montevidéu as instruções para que se entendesse com Urquiza. Já me reportei, no citado capítulo: *A história de um conpênio*, não somente às confidentiais de Pontes, senão também às instruções de Paulino, de 11 de março. Aqui sintetizo apenas as bases da aliança proposta pelo ministro brasileiro, que se resumiam nos seguintes pontos: 1.º) rompimento de Urquiza com Rosas, publicamente; 2.º) independência do Uruguai e do Paraguai; 3.º) retirada das tropas argentinas do território uruguaio; 4.º) presidência de Garzón (42).

Essas instruções foram determinadas em longa confidencial, cuja redação concluiu Paulino a 11 de março. Porém, desde o dia 8, as decisões haviam sido aprovadas pelo ministério. O Imperador acha-

(41) *Vide* gravuras ns. 6 a 8. Não era possível dar o *fac-simile* de tôdas as cartas de Urquiza a Silva Pontes, nem mesmo das mais importantes. Quem se interessar pelo assunto encontrará, não só originais de Urquiza a Silva Pontes, mas também do Dr. Diógenes de Urquiza, no A.H.I., num maço com vários documentos, sob o número 420-4-114.

(42) *Vide* Anexo IV.

va-se em Petrópolis, donde só desceria a 13, e por isso se atrasaria a remessa das instruções. Paulino comunicava a Pontes : “Tenho pronta a resposta às suas confidências de 30 de janeiro, 4, 15 e 22 de fevereiro, e de 1 de março, e as instruções para que V. Ex.^a se entenda com Urquiza. Infelizmente não pode ir isso pelo , porque como é tudo muito importante tem de ser apresentado a sua majestade o Imperador e por ele aprovado. Ora o Imperador está em Petrópolis, donde desce no dia 13, e é êsse justamente o dia em que sai o *Esk*, de manhã. As decisões, que eu redigi, foram tomadas sábado, 8 do corrente, à noite, e hoje acabei a redação. Ainda que fôsse amanhã a Petrópolis, não voltaria a tempo. Para maior complicação também está a sair o paquete para a Europa. Não haverá, portanto, remédio senão mandar um vapor a Montevidéu levar a correspondência de V. Ex.^a, depois que o Imperador chegar” (43).

O *Esk* partiu a 13 de março, quinta-feira, apenas com esta carta. A Lamas, no dia 11, comunicou-o Paulino das decisões tomadas pelo governo imperial, de se entender com o general Urquiza, e de que aguardaria a solução dessas negociações, que iam ser encetadas, para então decidir da possibilidade de certos planos, que lhe entregara o próprio Dom Andrés, de guerra contra o ditador. Lamas, então, pediu declarasse o ministro que o Brasil não abandonaria Montevidéu. Paulino acedeu ao pedido e a 16 de março, depois de nova conferência, enviou-lhe a declaração, não de conformidade com a minuta de Lamas, verdadeira aliança de guerra contra Rosas, mas em forma de confidencial. E isso porque a 12 de março apparecera a intervenção inglesa favorável ao governador de Buenos Aires. O golpe do Brasil tinha de ser assestado, como previra Paulino, desde o início da luta, contra Oribe. Rosas recebê-lo-ia, porém, de tabela (44).

No mesmo dia 12 de março escrevia Paulino minuciosa carta a Dom Carlos Antônio López, pondo-o a par das instruções enviadas a Silva Pontes. Nessa carta declarava o ministro brasileiro : “O que é muito certo é que Urquiza procura entender-se com o governo de Montevidéu e com o Brasil. Vamos corresponder às aberturas com a condição de que se declare e rompa com Rosas, de maneira clara, positiva e pública” (45).

O *Golfinho* deixou a Guanabara, com as instruções, na terça-feira, 18 de março. A 27, pela manhã, devia de ter arribado a Mon-

(43) *Despachos*, cit. (101-1-6), A.H.I.

(44) Conf. de Paulino a Pontes, de 15 e 16-3-851, A.H.I., *Despachos*, cit., (101-1-6).

(45) *Vide* Anexo V.

tevidéu, pois, neste mesmo dia, já conversava Pontes com Herrera, em cumprimento das instruções (na parte em que Paulino lhe determinara entender-se com o ministro uruguaio), sôbre as negociações a serem iniciadas com Urquiza. No dia seguinte, 28, Silva Pontes comunicava a Paulino: “Contudo, no cumprimento das ordens de V. Ex.^a conversei ontem com êste (Herrera) a respeito, e hoje hei de repetir a conversa” (46). Mas ainda estava na dúvida sôbre quem enviaria a Entre Rios, se Cuyás ou outra pessoa. Afinal, por várias razões, se decidiu pelo próprio Cuyás, que o fôra visitar entre 29 de março e 2 de abril. Combinaram os dois a viagem. Pontes fez o espanhol decorar as instruções, em tudo aquilo que era para ser repetido a Urquiza, pois as proposições não podiam ser escritas, mas ditas ao general, de viva voz. Ao mesmo tempo tinha o emissário de se referir à intervenção inglêsa e declarar a Urquiza que tal intromissão não impressionara o govêrno imperial. Ao contrário, vinha apenas confirmar o que, havia muito, previra. Apenas era obrigado a tomar certas precauções para não se chocar diretamente com a Grã-Bretanha (47).

Rápido decorou Cuyás a lição, da melhor maneira que pôde. A 3 de abril, numa baleeira fretada pela legação imperial, deixava Dom Antônio Cuyás y Sampere o pôrto de Montevidéu rumando em direção a Gualaguaichú (48). Dias depois chegava a Montevidéu, vindo dos domínios de Urquiza, aquêlê mesmo Muñoz. Desta vez trazia uma carta de Urquiza, justamente datada de 3 de abril, em que dizia a Herrera que ia expedir uma circular aos governadores, ainda naquele mesmo dia 3, rompendo com Rosas. Muñoz, que devera ter chegado de 9 a 10 de abril, afirmava haver Urquiza expedido a circular (49). A 16 de abril voltava Cuyás, com notícias agradabilíssimas, porém afirmava não ter ainda Urquiza expedido a circular. As notícias agradáveis eram de que aceitara Urquiza as bases propostas pelo ministro Paulino. E para que se desse inteiro crédito às palavras de Cuyás, entregara-lhe uma carta, dirigida a Pontes, datada de 10 de abril de 1851, de São José (50). Esta carta é a primeira prova,

(46) Conf. de 28-3-851 in A.V.U. — Sôbre a saída do *Golfinho*: Conf. Paulino a Pontes, de 15-3-851, in *Despachos*, cit. (101-1-6), A.H.I., e minuta in A.V.U.

(47) Confs. Pontes, cit. 23-3-851 e de 4-4-851 (*vide* Anexo VI).

(48) Conf. de 4-4-851, cit. em nota anterior. *Vide* gravura n.º 5.

(49) Pontes, Conf. de 11-4-851 e cópia autenticada da circular de Urquiza, de 3 de abril de 1851, anexa à mesma Conf. in *Legação Montevidéu, 1851-1852* (222-4-6), A.H.I.

(50) Gravura n.º 6. Pontes, Conf. de 28-4-851, A.V.U., *vide* Anexo VII.

assinada pelo próprio Urquiza, de que, antes do seu pronunciamento, contava com a aliança do Brasil, e que esta aliança foi feita directamente entre Urquiza e o governo imperial, sem a interferência de terceiros. É, pois, Urquiza a retificar o Sr. Newton. “El conductor de la presente”, escrevia o general ao diplomata, “lo es el Señor Don Antonio Cuyás y Sampere, encargado de hacer á Vd. algunas manifestaciones importantes, y á quien espero dará Vd. entero crédito sobre lo que á mi nombre le comunique.”

Ainda nesse mês de abril, regressou a Entre Rios o segundo emissário de Urquiza. Solicitando Muñoz, em nome do general, condução até Martin Garcia, ordenou Pontes fôsse êle a bordo de um navio brasileiro até àquela ilha. Tinha Muñoz cair em poder dos inimigos, pois constava ter mandado Rosas vigiar o rio, a fim de interceptar os emissários de Urquiza. Muñoz foi então conduzido até o fundeadouro de Buenos Aires no *Eclo*, seguindo daí até Martin Garcia na *Eutérpe*. Pouco tempo se demorou Muñoz em Entre Rios. A 28 de abril já se achava de volta. No dia seguinte, Pontes encontrou-se com êle em casa de Herrera, entregando-lhe o agente de Urquiza outra carta do general. Era em resposta à primeira que lhe escrevera o brasileiro. E ainda que simples carta de cortezia, não deixa de ser a segunda prova, de que, antes do pronunciamento de 1 de maio, já se entendia Urquiza perfeitamente bem com os brasileiros. Urquiza, retificando o Sr. Newton, dizia amigavelmente, a Pontes : “He tenido la satisfacción de recibir la muy apreciable de Vd. ftha. 12 del corriente de cuyo agradable contenido quedo debidamente impuesto. Acepto y retribuyo agradecido las finas esprecciones y honrosos titulos con que Vd. ha querido favorecerme, y será para mi sobremanaera grato entretener con Vd. relaciones de recíproca, cordial amistad (51).”

9. O convênio de 29 de maio de 1851

Antes de concluir a história das negociações, sou obrigado a transcrever mais um passo em falso do Sr. Jorge Newton. E vem a ser o seguinte : “*que el documento que registra el Tratado de Alianza entre Corrientes, Entre Rios, Uruguay y Brasil fechado de 29 de mayo de 1851, fué celebrado con posteridad y antiedad por causas que aún se ignoran*”. (Op. cit., pág. 168.) Não farei comentário algum a tão grosseiro êrro. Da própria narração e dos documentos, refulgirá a verdade, e, ainda uma vez, esta não coincidirá com mais uma das afirmações históricas do Sr. Jorge Newton.

(51) Pontes, Confs. de 28 e 30-4-851, A.V.U., e carta de Urquiza, de 23-4-851, in A.H.I. (420-4-114).

Só em fins de abril, comunicou Pontes ao ministro a chegada de Cuyás, e enviou-lhe o original da carta de Urquiza, de 10 de abril (52). Porém, desde 16 de abril, havia confirmado Paulino as instruções de 11 de março, e a 22 de abril acrescentava-lhes as seguintes cláusulas : “V. Ex.^a deve ter bem presentes duas considerações em todos êstes negócios, para que haja coerência e segurança no nosso procedimento : 1.^o que nós figuramos nesta questão contra Oribe e não contra Rosas (ao menos por agora), embora quanto ao resultado hostilizar Oribe seja o mesmo que hostilizar Rosas; 2.^o que deve sempre preceder um ajuste com Urquiza nos termos da base que remeti a V. Ex.^a, e no qual tenha parte o governo de Montevideu” (53).

Enquanto esperava a resposta de Paulino, anuiu Pontes à idéa de Herrera a Cuyás de minutarem os artigos, que servissem de base ao futuro acôrdo. Até o dia 4 de maio recebeu as confidenciais do ministro, em que êste lhe dava as últimas instruções sôbre o convênio. Assim, logo nos primeiros dias de maio, puderam os três negociadores concluir a redação dos artigos, que passaram a formar o projeto para o futuro convênio. Mas não o assinaram. Cuyás partiu de novo para Guleguaichú, levando os artigos minutados à aprovação de Urquiza e Garzón. A 16 de maio, ao enviar cópia dos mesmos artigos à aprovação do ministro Paulino, dizia-lhe Silva Pontes : “Parece que foram atendidas as bases indicadas por V. Ex.^a, rompimento completo entre o governador Urquiza e o general Rosas, expulsão de Oribe e das tropas argentinas para fora do território da República, e candidatura do general Garzón” (54).

Desta vez Cuyás y Sampere demorou a voltar. Só a 28 de maio reapareceu em Montevideu a bordo do *Afonso*, que o fôra procurar. Trazia cartas de Urquiza e Garzón. A do governador era expressiva, pois dizia êle a Pontes, a 20 de maio : “Si el Brasil que

(52) Conf. de 28-4-851, cit. — Anexas a esta Conf. encontram-se a carta (original) de Urquiza, de 10-4-851, e a resposta (cópia) de Pontes.

(53) *Vide* Anexo VIII. O reservadíssimo de 16 de abril é a autorização de Paulino a Pontes para negociar com o agente de Urquiza. No mesmo dia 16, em confidencial, acrescentava Paulino : “Convém que V. Ex.^a use da autorização que lhe dá o reservadíssimo e reduza a escrito o que houver acordado com Urquiza somente no caso em que nada possa conseguir de outro modo, porquanto conviria por agora, e enquanto Urquiza não se declare por fatos positivos, que o primeiro acôrdo fôsse verbal” (*In Despachos*, cit. (101-1-6), A.H.I.). Como, assim, não contava Urquiza com o Brasil, antes do rompimento com Rosas ?

(54) Pontes, Conf. de 16-5-851. Os artigos, que constituíram o futuro convênio, vêm anexos a esta Conf. (*Legação Montevideu*, 1851-1852, cit. 222-4-6).

tiene tan justos motivos para hacer la guerra a Rosas, me custodia el Paraná y Uruguay, yo le protesto por mi honor derribar á ese monstruo político enemigo del Brasil y de toda nacionalidad organizada" (55). Além desta carta particular, com que o próprio general Urquiza, mais uma vez, desmascara o seu biógrafo, trazia Cuyás outra, em que, oficialmente, o autorizava Urquiza a assinar o convênio em nome da província de Entre Rios. Tudo sucedeu, assim, ao contrário do que presumiu o Sr. Jorge Newton (56).

Ainda no dia 28 de maio, em que chegou Cuyás, investido de suas funções de plenipotenciário, tiveram os três negociadores uma conferência. Houve, no dia seguinte, mais outra reunião. Fizeram ligeiras modificações e acrescentamentos, para atender a uma exigência de Garzón e a conselhos de Grenfell. E ainda a 29 de maio de 1851 foi concluído o convênio. Neste mesmo dia 29 e no seguinte, escreveu Pontes, longamente, a Paulino, quer sôbre as últimas conferências, quer sôbre o convênio, que acabara de assinar. Um a um dos artigos repassou-os êle, justificando a existência e esclarecendo a procedência (57). A 4 de junho, Pontes remetia oficialmente a Paulino a via do convênio, pertencente ao Brasil, assinada pelos três plenipotenciários e datada: "Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.^a o convênio que, segundo as ordens de V. Ex.^a, foi ajustado por mim com o ministro das Relações Exteriores desta República e o agente do governador Dom Justo José de Urquiza." Ainda hoje se conserva no Itamarati o convênio, original brasileiro, com anotações a lápis de Paulino, junto ao ofício, em que o remetiera Pontes, há quase um século (58).

(55) Vide gravura n.º 7. Pontes, Conf. de 27-5-851, in A.V.U., e de 29 e 30-5-851, in *Legação Montevideu*, 1851-1852, cit. 222-4-6, A.H.I.

(56) Vide gravura n.º 8.

(57) Pontes, Confs. cit., de 29 e 30-5-851.

(58) Vide *fac-simile* do original brasileiro do convênio na gravura n.º 9, e cópia do ofício de 4-6-851 no Anexo IX, A. — No original brasileiro, de que dou o *fac-simile*, vê-se facilmente que houve modificação no tocante ao dia 29 e não em relação ao mês. Os dois algarismos foram razurados. Penso que o funcionário brasileiro, inadvertidamente, datasse o convênio, de 31, dia em que êle concluiu o expediente, e não de 29, dia em que os plenipotenciários chegaram a um acôrdo definitivo. Verificado o engano, razurou o 3 e sôbre êle colocou um 2, e do 1 fez o 9. Isso, porém, não é antedatar, senão concertar a data, de 31 de maio, quando se concluiu o expediente, para 29 de maio, quando se concluiu o ajuste. Herrera, em carta de 31 de maio, dizia a Lamas que neste mesmo dia ou no seguinte, 1 de junho: "quedará todo definitivamente concluído. El *Golfinho* no espera sino esto para partir." Nesta carta confirma Herrera que, a 28 de maio, chegara Cuyás e que não surgira dificuldade alguma á conclusão do convênio. (*Diplomacia de la Defensa*, cit., tomo III, pág. 275.)

Foi o *Golfinho* o navio que trouxe o convênio celebrado para o Rio de Janeiro. Chegou à Guanabara a 15 de junho, de manhã. O *Paquete do Sul*, que ia sair à tarde para Montevidéu, teve a sua viagem adiada, por alguns dias, à vista das notícias que trazia o *Golfinho*. Lamas, com a chegada do *Golfinho*, no dia 15, escrevia a Paulino : “Hay está el *Golfinho*; no crée V.E. que seria conveniente que se demorase el *Paquete del Sud* por 24 horas ?” (59). No dia 16, seguinte à chegada do *Golfinho*, já remetia Paulino, anexa às instruções dadas ao conde de Caxias, que partia para o Sul, cópia do “convênio celebrado entre o nosso encarregado de negócios em Montevidéu, o governo desta República e o Plenipotenciário do general Urquiza, munido dos necessários plenos poderes.” E sobre o convênio, já celebrado, posto que não ratificado, recomendava o ministro a Caxias : “Êsse convênio não está ainda ratificado, como V. Ex.^a verá do seu preâmbulo, mas não pode deixar de sê-lo pelo governo de Montevidéu, que, presente no lugar da negociação, acedeu, e pelo general Urquiza, à vista dos plenos poderes que tinha o seu agente. O governo imperial está resolvido a ratificá-lo. Apenas exigirá alguns esclarecimentos para maior clareza sobre pontos que não são essenciais. Tudo quanto a êsse respeito se passar será comunicado a V. Ex.^a, que no entretanto deverá regular-se pelo dito convênio, tal qual se acha” (60).

A Silva Pontes escreveu Paulino a 17 de junho, em ofício reservadíssimo : “Tenho presente o seu ofício reservadíssimo de 4 do corrente, e o convênio a que se refere, e que logo levei ao alto conhecimento de sua majestade o Imperador. Está o mesmo augusto senhor resolvido a ratificá-lo, e espero que essa ratificação irá pelo primeiro vapor.” E, em confidencial, do mesmo dia 17, asseverava o ministro : “Fez V. Ex.^a muito bom serviço e acho muito bom o tal convênio, que será ratificado” (61). O próprio Urquiza sabia perfeitamente da remessa do convênio para o Rio de Janeiro. Se o sr. Newton tivesse lido as cartas do ilustre general, êste o teria dito o que disse a Silva Pontes, em carta escrita de Uruguai, à margem direita do rio em território entrerriano, a 24 de junho de 1851 : “Por el Señor Cuyás”, escrevia Urquiza a Pontes, “supe que el tratado de alianza marchó el tres del corriente à la corte del Brasil para ser presente y obtener la ratificacion de S.M. el emperador : esto nos falta para

(59) Vide gravura n.º 10. Paulino avisava a Pontes da chegada do *Golfinho* : “O vapor devia sair hoje à tarde mas a chegada do *Golfinho* de manhã e as notícias que trouxe o fazem demorar.” (Conf. de 15-6-1851, *post-scriptum*, in A.V.U.)

(60) Instruções de Paulino a Caxias, em Anexo n.º X.

(61) Of. Reservadíssimo de 17-6-1851, em Anexo IX, B. — José Antônio Soares de Sousa, *op. cit.*, pág. 333.

entrar en operaciones que si no estoy equivocado ni deben ser largas ni la caída de los tiranos costará mucho” (62).

Não é possível, portanto, à vista de tantos documentos, se pôr em dúvida a data da celebração do convênio, antedatada apenas por conveniência da história do Sr. Newton. Porém o que aconteceu com o ilustre escritor foi confundir alhos com bugalhos. Confundiu celebração do convênio, pelos plenipotenciários, com a troca das ratificações pelos respectivos governos. O convênio fôra concluído depois de 28 de maio, quando Cuyás voltou de Entre Rios, e antes de 4 de junho, data em que saiu o *Golfinho* com o convênio para o Rio de Janeiro. O dia 29 de maio, que se acha consignado no original brasileiro, tem tôdas as probabilidades de ter sido, de fato, o dia em que o convênio ficou definitivamente concluído. Depois dêsse dia não mais se reuniram os plenipotenciários para a discussão dos artigos, como o fizeram até o dia 29. Natural necessitassem também de tempo para o expediente, decorrente do convênio. O de Pontes foi longo e justifica os quatro ou cinco dias que levou até a saída do *Golfinho*. A própria saída dos navios muitas vêzes atrasava a remessa da correspondência. Já a 30 de maio, dizia Pontes, referindo-se ao convênio como à coisa concluída: “Irã pois o convênio: não sei se merecerá a aprovação de V. Ex.^a, mas em todo caso, penso que V. Ex.^a ainda quando o desaprove, fará justiça à minha boa vontade.” E ao terminar esta carta pedia ao ministro: “Olhe V. Ex.^a, pelo menos, para o trabalho material de escrita e fácilmente se convencerá de que tais tarefas não são para um homem valetudinário, e que já passou de 51 anos de idade” (63).

A troca de ratificação é que foi antedatada. Não por causa oculta, senão por inúmeros contratempos e dificuldades do próprio momento. Silva Pontes, ao tratar da nota coletiva ao Paraguai, indicava ao ministro êsses contratempos e dificuldades. O Brasil ratificara o convênio em julho. Porém só se remetera para Montevidéu uma via em português da ratificação, deixando-se de se fazer o mesmo com a via em espanhol. Urquiza, segundo dissera o seu filho Diógenes, havia ratificado o convênio, com todos os artigos. Mas, consentira, a pedido de Paulino, em retirar os artigos 2.^o e 3.^o Achando-se, porém, em território uruguaio, delegara no mesmo Dr. Diógenes poderes para o ratificar, como se fôra possível. De Paisandú, escrevera o general a Pontes sôbre o convênio, avisando-o do seguinte: “Yá de antemano estaba instruido de la resolución del gobierno imperial para ratificar el tratado de Montevideo con las pequeñas altera-

(62) *Vide* Anexo XVII, A.

(63) Conf. de 30-5-851, *Legação Montevidéu, 1851-1852* (222-4-6), A.H.I.

ciones que se ha creído necesario introducir en los artículos 2 y 3, y por lo tanto yá hé autorizado al representante de Entre Rios y Corrientes residente en Montevideo, para que a mi nombre lo ratifique.” Paulino, a ter ciência da maneira irregular por que pretendia o governador ratificar o convênio, escrevia a Pontes : “Vejo o que V. Ex.^a me diz sôbre a maneira irregular com que Urquiza, sem dúvida por ignorância das fórmulas, entendia ratificar o tratado. Cumpre adverti-lo disso com delicadeza.” Por sua vez, Herrera, Pontes e o Dr. Diógenes discutiam sôbre se o ato da troca levaria ou não os sêlos dos contratantes (64).

Paulino, do Rio de Janeiro, apressava êste negócio : “O que é preciso”, dizia êle, “é que haja ratificação de Urquiza e do govêrno de Montevideú.” A 23 de outubro, ainda insistia com Pontes : “Prescindindo de outras razões que V. Ex.^a sabe tão bem, ou melhor do que eu, notarei sômente que o mesmo convênio está ratificado pelo imperador, e que seria grande desar o não ser por Urquiza e pelo govêrno de Montevideú. Venha a ratificação, sejam quais forem as suas formalidades externas” (65). Mas, nessa data, já remetera Pontes o protocolo, que se fizera no momento da troca. Encontrara uma série de dificuldades, não por se esquivarem Urquiza e Herrera à ratificação, mas por embaraços nascidos do próprio momento de agitações, da escôlha de uma forma que agradasse aos três e, ainda, da falta de empregados, na Legação Brasileira, que dessem conta do expediente, que, neste mês de outubro de 1851, se avolumara (66). Paulino ficou satisfeito com o protocolo, ainda que nêle fôssem conservados os dois artigos retirados do texto brasileiro, pois se declarou o seguinte neste protocolo : “Em segundo lugar há igualmente a considerar que o texto do convênio, ratificado pelo Exm.^o governador de Entre Rios, comprende os artigos que no projeto do convênio tinham os números 2.^o e 3.^o, e que por último foram eliminados” (67).

(64) Pontes, Conf. de 30-7-851 (A.V.U.); Urquiza, carta de 21-7-851, em Anexo XI, e Pontes, Confs. de 19-9-851 (A.V.U.) e 21-10-851 (*Legação Montevideú*, 1851-1852, cit. 222-46). O Dr. Diógenes de Urquiza escrevia a Silva Pontes, em carta particular de 17-8-851 : “existe en mi poder una copia del tratado ratificado por el Grál Urquiza sin las eliminaciones del 1.^o y 2.^o articulo que mas tarde hizo el Gôbnô de S.M. y que esa ratificacion fué hecha por el Gôbnô de Entre Rios, porque aprobaba a todas y cada una de las partes del tratado celebrado...” (*In* A.H.I., 420-4-114.)

(65) Confs. de 18 e 23-10-851 (A.V.U.)

(66) Conf. de 21-10-851, cit.

(67) Protocolo, de 24-8-851, remetido em cópia autenticada pelo secretário interino da legação, Miguel Carlos Correia Lemos, e anexa à confidencial de 21-10-851, cit.

O reaparecimento dêstes dois artigos agradou o ministro brasileiro, que escreveu a Silva Pontes, ao ler o protocolo : “Gostei muito de ver nele certificada e reconhecida a existência dos artigos 2.º e 3.º suprimidos, porque nesses artigos confessa e declara Urquiza que lhes impusemos como condição o seu pronunciamento, e que sòmente se pronunciou depois que teve segura a nossa proteção” (68).

Êste protocolo, do qual consta a troca de ratificação, é que foi antídado. Assinado em Montevidéu em meados de outubro, tem a data, no entanto, de 24 de agosto.

10. *Os cálculos do general Urquiza*

Depois de verificarmos as fantasias referentes ao convênio, voltamos a um passo do Sr. Jorge Newton, atinente ao mesmo assunto, mas que preferimos destacá-lo e comentá-lo depois de feito o histórico das negociações do convênio. O passo é êste : “*El Brasil, beligerante poco tiempo después, no entra en los cálculos de Urquiza al registrarse el pronunciamiento...*” (*Op. cit.*, pág. 167).

Deixemos a intercalada para depois e passemos a analisar a cláusula principal. Como não entrou o Brasil nos cálculos de Urquiza, ao registrar-se o pronunciamento ? Êste pronunciamento foi, por certo, contra o general Rosas. Quando se deu êle ? É o próprio Sr. Newton que nos diz : *el pronunciamiento corresponde al 1.º de mayo* (69). Como não estava Urquiza, a 1 de maio, mais do que certo da aliança do Brasil ? Basta que se tenha lido o que ficou escrito nos três últimos itens dêste artigo, para que se veja a má fé que tresanda de semelhante afirmativa. Em 1 de maio, já Cuyás fizera, de ordem de Urquiza, as suas aberturas a Herrera, a Pontes e ao Dr. Alsina, desde janeiro e fevereiro; já Cuyás havia levado, decoradas, as bases da aliança proposta pelo ministro Paulino; já Urquiza respondera a Pontes, aceitando aquelas bases, e lhe escrevera, a 10 de abril, acreditando o mesmo Cuyás junto do diplomata brasileiro, e a 23 de abril expressiva carta de cortesia; e já os três plenipotenciários haviam iniciado o projeto de convênio. Em Montevidéu, enquanto Herrera, Pontes e Cuyás discutiam os artigos do projeto, estavam todos, inclusive Cuyás, representante de Urquiza, na duvida se êste expedirá ou não a prometida circular. Por isso o próprio

(68) Conf. de 5-11-851, in *Despachos*, cit., (101-1-6).

(69) *Op. cit.*, pág. 155. Cuyás y Sampere comunicava oficialmente a Pontes, remetendo cópias autenticadas do rompimento de Urquiza com Rosas. a 6 de junho de 1851. (O original da nota in A.H.I., 420-4-114.)

convênio traz a prova, clara e insofismável, de que Urquiza, no momento de se registrar o pronunciamento, contava com a aliança do Brasil. E mais, que o pronunciamento fôra uma consequência da aliança, pois fôra imposta pelo Brasil a condição, *sine qua non*, de um rompimento público entre Urquiza e Rosas. O art. 2.º do convênio, que consta da ratificação de Urquiza e retirado da brasileira, consignava : “Para que êste convênio tenha efeito se faz necessário que o Exm.º Sr. governador do estado de Entre Rios, em virtude dos direitos de independência nacional, reconhecidos pelo tratado de 4 de janeiro de 1831, reassuma pela sua parte a faculdade concedida ao governador de Buenos Aires para representar a Confederação Argentina pelo que respeitã as relações exteriores : e o fará realizando a remessa da circular de 3 de abril p.p., no caso de que tal remessa não se haja realizado, ou publicando um manifesto, ou praticando outro ato público e consumado, que importe em indubitável e decidido rompimento de relações políticas com o governador de Buenos Aires” (70).

Êste artigo e o que se lhe seguia, referente aos outros governadores argentinos, nasceram de uma das bases das instruções de 11 de março, aceitas pelo general Urquiza. O ministro brasileiro determinara nas instruções : “O govêrno imperial está pronto a entender-se com os generais Urquiza e Garzón para a realização dêsse plano. É preciso, porém, primeiro que tudo, *que Urquiza se declare, e rompa com Rosas de uma maneira clara, positiva e pública*, que se comprometa a concorrer para a expulsão de Oribe do Estado Oriental, e para a presidência de Garzón” (71).

Em meados de abril chegara Cuyás, de Entre Rios, com a carta de Urquiza, de 10 de abril, em que asseverava o governador : “El conductor de la presente lo es el Señor Don Antonio Cuyás y Sampere, *encargado de haver á Vd. algunas manifestaciones importantes, y á quien espero dará Vd. entero crédito sobre lo que á mi nombre le comunique*” (72). Justamente, uma das coisas que comunicou o espanhol, em nome de Urquiza, foi que o general aceitara as bases propostas pelo ministro Paulino. “Urquiza e Garzón”, escrevia Pontes, “aceitaram de bom grado as três bases indicadas por V. Ex.^ª” (73). Chegara Cuyás, com a credencial de Urquiza, a 16 de abril. Chegara também com a notícia de que Urquiza não havia expedido ainda a circular. Foi então que se iniciou a elaboração dos artigos.

(70) *Fac-simile* do convênio na gravura n.º 9.

(71) Anexo IV.

(72) Gravura n.º 6.

(73) Pontes, conf. de 22-4-851, in A.V.U. — Vide Anexo VII

que formariam o futuro convênio. Pontes, para se garantir, apresentou o artigo 2.º, transcrito acima, pois estava sem saber ao certo se Urquiza rompera ou não com Rosas. Este, segundo o sabido correspondente de Buenos Aires, só teve conhecimento oficial do pronunciamento de Urquiza, a 15 de maio. Assim transcrevia Dom Nepunuceno Madera a notícia que recebera : “Mayo 28. El 15 se recibieron aqui las comunicaciones de Urquiza (sita las del 1.º de mayo). Ellas no han sorprendido el gobernador, pero lo han puesto furioso” (74).

Em meados de abril ignorava Pontes o pronunciamento de Urquiza, mesmo porque este só ocorreu a 1 de maio. Natural incluiu um artigo tornando obrigatório aquêlê pronunciamento. “V. Ex.^a”, explicava o desembargador ao ministro, “V. Ex.^a tinha disposto que uma das bases do ajuste fôsse a separação positiva, terminante e categórica entre Urquiza e Rosas. Era pois da minha obrigação incluir essa base no ajuste, e tanto mais quanto as dúvidas suscitadas por Cuyás acêrca da efetiva remessa da circular de 3 de abril aos governadores dos estados da confederação aconselhavam prudência, cautela e segurança. Herrera percebeu o meu pensamento; e ouvindo ler o artigo disse que muito lhe agradava” (75). O artigo, pois, foi colocado, por segurança, pelo representante do império. Em meados de abril, quando se redigiu o projeto, não se efetivara o pronunciamento de Urquiza. Aprovado o projeto, já em maio, subsistiu o artigo, sem que se reparasse a sua inutilidade, depois do pronunciamento. E, assinado o convênio, com mais vagar, é que se deparou ao ministro Paulino a inconveniência do artigo. Esta inconveniência lhe passara desapercibida ao examinar o projeto, talvez pela mesma razão da inclusão do artigo. Ao examinar o projeto não tinha ainda o ministro brasileiro a certeza do pronunciamento de Urquiza. Esta certeza, no entanto, já tinha em meados de junho, quando chegou à côrte o convênio celebrado. E o que se lhe afigurara necessário um mês antes, pareceu-lhe um mês depois sôbre inútil, inconveniente. Por isso o eliminou, bem como o art. 3.º, do texto brasileiro da ratificação do convênio : “Convém muito eliminar os arts. 2.º e 3.º, no que Urquiza e o govêrno de Montevidéu não podem deixar de convir. Não pareça que Urquiza obrou por instigações nossas, e que a sua declaração foi uma condição que lhe impusemos. Embora seja assim, não apareça no convênio... V. Ex.^a fez muito bem em pôr isso no

(74) *In* Arquivo Particular de Silva Pontes, A.H.I. Pontes traduziu esta notícia, remetendo-a na Conf. de 30-5-851, cit. em nota 55.

(75) Conf. de 11-7-851, *in* A.V.U.

projeto para segurar-se, mas feito o edifício tiram-se os andaimes (76).

Os andaimes foram retirados no texto brasileiro, mas continuaram no enterriano. E, depois de se justificar, Pontes terminava a conversa sobre a inclusão desse artigo : “Levantel os andaimes, como diz V. Ex.^a no seu estilo conciso e expressivo. Fez-se o edifício. Tiram-se os andaimes” No motivo da eliminação dos artigos, enxergou Pontes, perfeitamente, aonde o ministro queria chegar : era duplamente político, principalmente para que não gritasse a oposição que êle, Paulino, andava desencaminhando os governadores nossos vizinhos (77).

11. *Beligerante poco tiempo después*

Vamos agora a intercalada, que nos serve de epígrafe. A que chama o Sr. Newton de beligerância ? A entrada de Urquiza em território uruguaio, depois de assinado o convênio ? Se é, certamente, não resta dúvida que Urquiza foi beligerante antes do Brasil. Mas não me parece a mim que o Sr. Newton tivesse querido dizer isso, pois, do que escreveu, se entende que ao entrar o exército brasileiro em território do Uruguai já tudo estava acabado. Assim não havia razão para aquêle “poco tiempo después”, uma vez que, na história do Sr. Newton, o Brasil não chegou a ser beligerante. Agora, se a beligerância nasceu das lutas entre Oribe e os seus contrários, que a 29 de maio assinaram o convênio, a primazia coube ao govêrno de Montevidéu, que lutava desde 1843, e, em seguida, ao Império, com as incursões do barão de Jacuí.

A guerra, no entanto, não foi contra Oribe. Êste serviu de tabela, como dizia Paulino. Os ingleses colocaram-se à frente de Rosas, acobertando-o com a força do poderio britânico. O lance direto contra Rosas, nestas condições, recairia na Inglaterra e não nele, que se postara de esguelha. Fôra por isso necessário idealizar um lance de tabela no general Oribe, para se acertar em cheio no ditador, afastando-se o máximo da poderosa intermediária. Mas o golpe contra Oribe não teve a honra de uma guerra. Ninguém lhe declarou. Apenas se verificou uma intervenção armada, a fim de restabelecer um govêrno legal no país (78). No tocante a Rosas

(76) Conf. de 17-6-851, in *Despachos*, cit. (101-1-6), A.H.I.

(77) Confs. cit. em notas 75 e 76. Sobre a oposição à política de Paulino, no Prata, serve de exemplo o discurso de Holanda Cavalcanti, no Senado, sessão de 27-5-851, in *Jornal do Comércio*.

(78) Paulino, *Relatório de 1852*, cit., em notável exposição que faz das questões com Rosas, págs. XVIII e XX.

é que ocorreu o contrário. Houve guerra declarada. Não pelo Brasil, mas pelo próprio Rosas. Isto fez êle por intermédio da Grã-Bretanha, a 18 de agosto de 1851. Foi uma declaração *sui generis*, não resta dúvida; mas não deixou de ser uma declaração de guerra. E como tal a sala dos representantes da província de Buenos Aires, no art. 2.º da sua lei de 20 de setembro de 1851, considerou a nota de Arana ao representante inglês, Mr. Southern (79).

Embora prevísse o convênio de 29 de maio a possibilidade de prosseguir a aliança contra Rosas, esta, no seu caráter ofensivo, só se realizou pelo convênio de 21 de novembro. Daí nasceu a campanha contra Rosas, propriamente dita, e todos os atos de beligerância contra o governador de Buenos Aires. E' de se notar que foram sem consequências, até então, os poucos tiros trocados entre os exércitos inimigos. Isto mesmo os únicos, de onde se pode inferir alguma consequência, não foram os de Urquiza, em território uruguaio, mas sim os que recíprocarão três navios brasileiros (que subiram até *Obligado*), com os soldados rosistas, que se encontravam às margens do Paraná. Foi êste o fato mencionado pelo general Rosas, na sua declaração, como principal motivo para a guerra contra o Brasil (80).

Assim o início de toda ação militar contra o ditador foi, tanto para o Império quanto para Urquiza, o convênio de 21 de novembro de 1851. E, na invasão do Uruguai, se precedera o exército entrerriano ao brasileiro, na luta contra Rosas foi o contrário que sucedeu. Muito antes de Caseros, já soldados do Império haviam tombado, em defesa da causa comum, numa ação exclusivamente das forças armadas brasileiras, que possibilitou a entrada em Santa Fé dos exércitos aliados. Sem Tonelero, dificilmente existiria Caseros. A ação da marinha brasileira, unicamente, esboroou a decantada invencibilidade de Rosas. O general Mansilla nada mais pôde fazer senão deixar o Paraná e com êle Santa Fé inteira. Dias depois da façanha, a 27 de dezembro, a bordo do *Afonso*, já ancorado pacificamente na ponta do Diamante, escrevia Grenfell a Pontes, narrando-lhe em poucas palavras, mas expressivas, o que ocorrera: "Felizmente", dizia o almirante, "o general Mansilla, no dia 17 do corrente, ao passarmos pelo Tonelero, onde estava fortificado e entrincheirado com 12 bocas de fogo e uma considerável fuzilaria, tentou com esta arma, metralhas

(79) *Ibid.*, pág. XXV.

(80) Paulino, Of. Reservado de 19-9-851 a Pontes in A.H.I., e *Crônica dos gloriosos e memoráveis acontecimentos que tiveram lugar na cruzada da aliança americana contra a opressão das Repúblicas do Prata*, dias 12 e 22 de julho de 1852, págs. 170, 173 e 174 (obra existente na Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras).

e balas ardentes, impedir-me a passagem; porém depois de uma hora de combate, tínhamos forçado o passo apenas com quatro mortos, três feridos e algumas pequenas avarias. Assim foi que se cumpriram os desejos de V., aceitando-se a ocasião de aumentar a glória do pavilhão nacional.” E, à guisa de informação, acrescentava : “O general Urquiza passou esta madrugada para o outro lado neste pôrto, e o exército da vanguarda desde ontem está passando” (81).

Querer, portanto, como o pretende o Sr. Newton, nulificar a ação do Império, transformando-o em um convidado incômodo, é pretender encobrir o sol com a peneira. Igualmente descabida, além de ingênua, é a maneira por que explica o mesmo escritor a continuação do Brasil na aliança, depois de derrotado Oribe. “*Urquiza*”, diz o Sr. Newton, “*no puede negarse a cumplir la parte complementaria del primer tratado, a menos que esté dispuesto a guerrear con los brasileños...* (Op. cit., pág. 175). Uma questão de interesse transforma o Sr. Newton em questão de delicadeza. Porém a coisa não foi assim : foi muito diferente. Vamos passar a palavra ao próprio Urquiza.

A 20 de maio, por ocasião de aprovar os artigos do futuro convênio, escrevia o governador a Silva Pontes : “*Si el Brasil que tiene tan justos motivos para hacer la guerra á Rosas, me custodia el Paraná y Uruguay, yo le protesto por mi honor derribar á ese monstruo político enemigo del Brasil y de toda nacionalidad organizada.*” Assim é o general quem confessa, com franqueza, que para derribar o monstro necessitava a ajuda do Brasil, custodiando-lhe o Paraná e o Uruguai. Sem esta ajuda, portanto, não poderia concluir a façanha, a que tanto aspirava, de derribar o monstro. Depois de assinado o convênio e avisado por Dom Antônio Cuyás de que aquêlê ato seguira para côrte, a fim de obter a ratificação do imperador, dirigiu-se Urquiza novamente a Pontes. Nada menos de duas cartas escreveu o general ao diplomata brasileiro, no dia 24 de junho. Numa depois de se reportar à ratificação, dizia : “*Esto nos falta para entrar en operaciones que si no estoy equivocado ni deben ser largas ni la caída de los tiranos costará mucho. Esto me acaba de asegurar la cooperación de las fuerzas brasileiras cuyo auxilio nada me deja que desear, y lo cuanto cierto desde que el Señor encargado de negocios que como hombre de inteligencia comprende las ventajas de la desaparicion de Rosas y Oribe, favorecerá con su influencia para que estos países digno del aprecio y consideración del mundo gozen de los incalculables bienes de la Paz y de la Libertad.*” Mais uma vez

(81) Silva Pontes, *Diário Reservado*, dia 2-1-852, in Conf. de 6-1-852 (*Legação Montevidéu, cit., (222-4-6). A.H.I.*).

a cooperação das forças brasileiras e o auxílio do Império eram encarados pelo general como essenciais, tanto assim que fez um apêlo pessoal ao encarregado de negócios, no sentido de que a cooperação e o auxílio fossem suficientes. Na outra carta, datada dêsse mesmo dia de São João, prosseguia o governador agora nos seus planos : “Tan luego que las combinaciones indispensables para asegurar el triunfo estén perfeccionadas el general Garzón las fuerzas correntinas y yo pasaremos el Uruguay y no se nos presentará obstáculo que no sea débil y destruido en el acto : esta es mi conviccion apovada en el valor de mis soldados : pero si considerase necesario el apoyo inmediato de la Esquadra Brasileira lo solicitaré en el acto que lo considere oportuno y lo pediré con la confianza que me inspiran las buenas relaciones de amistad y alianza con el Brasil y la influencia de mi amigo el Señor da Silva Pontes.”

Depois da conferência entre Grenfell e Urquiza, ou seja, depois de combinarem o momento da invasão e de saber a maneira por que procederia o Brasil, Urquiza escreveu a Pontes, a 3 de julho. Falando da possibilidade de a França ratificar os tratados Leprédour e, em consequência, abandonar Montevideú, garantia o entrecorriano ao brasileiro : “y como el poder del Brasil es muy superior à lo que necesitamos para concluir con los tiranos de ambas Repúblicas, miraré tranquilo la separación de los franceses.” Mas não ficou aí o ilustre general Urquiza. Depois da campanha do Uruguai e de ter voltado aos seus domínios em navio de guerra brasileiro, tornava Urquiza a escrever a Pontes, agora, sôbre a campanha do outro lado do Paraná. E longe de considerar uma questão de delicadeza a presença do Brasil na segunda fase da luta, dizia com entusiasmo, englobando a todos que lutavam contra Rosas num mesmo conceito : “Muy pronto creo que emprenderemos la campaña, pasando à la derecha del Paraná, donde los Gobiernos Aliados ván á tener la gloria de combatir con sus soldados por la libertad y contra la brutal tirania de Dom Juan Manuel de Rosas” (82).

Honório Hermeto Carneiro Leão, novo plenipotenciário do Brasil, depois de concluir o convênio de 21 de novembro, escrevia ao ministro Paulino : “Os governos aliados, e sobretudo o governador de Entre Rios, solicitavam e tinham por certa a coadjuvação franca e eficaz da parte de sua majestade o Imperador. O general Urquiza pedia auxílio pecuniário, força de terra e uma efetiva cooperação da esquadra imperial.” Urquiza recebeu integralmente êste auxílio, sendo que o pecuniário lhe foi fornecido logo após o convênio, antes

(82) Vide Anexo XVII, B e D. Originais das cartas de Urquiza, in A.H.I. 420-4-114.

de êle entrar em campanha contra Rosas. Assim, justificando o futuro marquês de Paraná o pagamento antecipado do auxílio, escrevia ao ministro : “Cartas do general Urquiza que o Dr. Diógenes recebeu ante-ontem, e mostrou-me, urgindo pelo empréstimo do Brasil, declarando que dêle precisava alguma soma no princípio de dezembro, induziram-me a entregar as letras da prestação correspondente ao dito mês, prescindindo da condição de tempo, que eu por escrúpulo, impus para êsse primeiro desembolso” (83).

A aliança do Brasil com Urquiza foi, e nem podia deixar de ser, como tôda aliança, uma consequência de interesses políticos recíprocos. Um necessitou do outro em determinado momento, para determinado fim. Ajudaram-se mutuamente, pois era política a ajuda. Do contrário, Urquiza, que se cansara havia muito tempo da tutela que lhe impunha Rosas teria dado o grito de independência, sem esperar pelo Brasil. Se o não fez até o dia em que o Brasil necessitou dêle, para lhe facilitar o golpe contra o ditador, é porque não se sentiu com forças suficientes de enfrentar o *amigo imortal*, sozinho.

10. O Exército Brasileiro no Uruguai

Há ainda muito que profligar no livro do Sr. Jorge Newton. Rara a frase, em que se refira ao Brasil, que não contenha deslize igual aos já apontados. Um, porém, não é de ser posto de lado, por tresandar a má fé. E vem a ser o seguinte: “*La liberación del suelo uruguayo nada debe al ejército imperial, que sólo se pone en marcha, desde la frontera del Rio Grande, cuando Urquiza anuncia la paz sin “vencedores ni vencidos.”* (Op. cit., pág. 174.)

A verdade foi outra. A paz foi enredada à sombra do Exército Brasileiro. O início da campanha fôra apressado em consequência de notícias recebidas da Europa, de que a França ia ratificar os tratados Leprédour. Herrera saíra para Entre Rios, a bordo do ex-navio americano *Williams Pease*, adquirido pouco antes pelo govêrno da República e rebatizado com o nome de *Uruguai*. Fôra apressar a campanha e ter uma conferência com Urquiza. Dias depois de partir Herrera, recebia Pontes confidencial de Paulino, ordenando-lhe se entendesse com Urquiza e Herrera, além de requisitar as forças brasileiras ao conde de Caxias, a fim de expulsarem Oribe, antes de a

(83) Honório Hermeto Carneiro Leão, Res. de 26-11-851, no A.H.I. num volume intitulado : *Missão Especial do Conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, de 1851 a 1852, no rio da Prata.* (272-1-1) — Vide Anexo XVIII, A.

ratificação dos convênios franceses chegar ao rio da Prata. Foi o almirante Grenfell quem levou o aviso do ministro brasileiro. A 27 de junho achava-se êle, a bordo do *Afonso*, diante de Gualleguachú. Aí estava Herrera, em véspera de partida pois já se entendera com o general Urquiza. Com a chegada de Grenfell adiou o ministro oriental o seu regresso a Montevideu para assistir à conferência entre Urquiza e o almirante. No mesmo dia 27, escreveu Dom Manuel Herrera, de bordo do *Uruguai*, a Silva Pontes, não só para evitar que o exército brasileiro entrasse em território uruguaio antes de Urquiza, mas ainda para o avisar do que combinara com o governador entrerriano. Pretendia o ministro impedir a ação única do Brasil, por lhe parecer indispensável uma ação simultânea de todos os aliados. “Entretanto”, escrevia Herrera, “debo prevenir à V.S. que segundo lo convenido el Sor. gobernador estará con su ejército pronto el diez del entrante Julio. Lo estará también el Sor. general Garzón; y el 18 del mismo pasaram ambos ao territorio Oriental. Siendo de la primera importancia que todas las operaciones comiencen á un mismo tiempo, y se executen simultaneamente conforme á lo que se ha estipulado, es convenido tambien que ninguno movimiento militar se efectue por la frontera del Brasil antes de que sea expresamente indicada su oportunidad” (84).

A conferência entre Urquiza e Grenfell, à qual assistiu Herrera, realizou-se a 28 de junho. Urquiza ainda teria tido outra conferência pouco depois sobre o início da campanha, com o tenente coronel Osório (marquês de Herval), que fôra mandado do Rio Grande do Sul, para êste fim, em cumprimento de ordens do governo imperial, datadas de 28 de abril de 1851 (85).

Pensavam Urquiza e Herrera pudesse o exército brasileiro entrar imediatamente em território uruguaio, antes dos outros. Justamente, na carta a Pontes, pretendia Herrera substituir a ação única dos brasileiros pela ação conjunta dos aliados. Com a ida de Grenfell e de Osório ao acampamento de Urquiza, ficou devidamente combinada a maneira por que deveriam proceder cada um dos aliados e a data da campanha. Urquiza e Garzón atravessariam o rio Uruguai até o dia 18 de julho, e Caxias a fronteira até o dia 20 do mesmo mês. A reunião dos dois exércitos deveria ser na *Coxilha Grande*. No momento, era geral a suposição de que o exército brasileiro estivesse

(84) *Vide* Anexo XII.

(85) *Crônica*, cit. em nota 80, pág. 169: Conf. de Pontes a Paulino, de 8-7-851 e anexos (A.U.V.) e Genserico de Vasconcelos, *História Militar do Brasil*, Introdução, págs. 178 e 310 a 315 (Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1922).

prstes a invadir o Uruguai. O próprio govêrno imperial estava convencido disso, ou seja, de que se houvesse cumprido a ordem de mobilização e concentração das forças, de 28 de abril de 1851.

Herrera e Grenfell, logo no comêço de julho, chegaram a Montevidéu, a bordo do *Afonso*. Silva Pontes, depois de conversar com o ministro da praça, escrevia a Paulino : “De um modo ou de outro, tenho como certo que no dia 10 do corrente estarão reunidas as forças do general Urquiza. Desde o dia 15 ao dia 18 passarão Urquiza, para Paisandu, e Garzón para o Salto, contando ambos com o exército brasileiro com cujo chefe pretendem ter uma conferência, se faça ver pela Coxilha Grande.” Ainda, segundo lhe dissera Herrera, asseverava o diplomata que Urquiza e Garzón contavam mais com uma passeio militar do que com uma guerra, pròpriamente (86).

A 21 de julho, já em Paisandú, escrevia o general Urquiza amistososa carta a Silva Pontes, em que lhe anunciava : “el 19 á la noche el primer cuerpo del ejercito de operaciones á las inmediatas órdenes del infrascrito, tomó posesión de este pueblo sin ninguno obstaculo.” Além dessa e de outras notícias, dizia o general : “Muy pronto puedo asegurar á V. quedará también despejado todo el territorio del norte del rio Negro.” Dois dias depois, ainda em Paisandu, voltou Urquiza a escrever a Pontes. Estava êle zangado com o resultado do negócio das tropas de Montevidéu. Prometera-lhe Herrera mandar mil homens da praça. Porém, verificada a possibilidade, concluiu o ministro da guerra Batlle não ser aconselhável remeter o auxílio, sem prejuízo para a defesa da praça, no caso de a França abandoná-la. Apenas 300 homens foram enviados a Urquiza e isso dias depois do combinado. Urquiza, que considerara aquela incorporação de soldados de Montevidéu, mais pelo seu lado político, do que pelo da força, dizia a Pontes : “Pero sepa Vd. mi buen amigo, que este negocio de las tropas de Montevideo, que á primera vista parece que no importa nada és de mucho más importancia que lo que ciertos hombres puedan imaginarse.” Mas o general entrerriano era um dêstes espíritos, fortes, corajosos e confiantes nas suas próprias qualidades de chefe, que se não deixavam abater com os pequenos e grandes obstáculos do caminho, uma vez fôsse êste iniciado. Assim, animosamente, terminava a carta de 23 de julho : “En fin, mi amigo, todo nos promete que los estados aliados tendrán pronto la satisfaccion de ver desaparecer un poder que inquietaba la provincia del Rio Grande, destruía en sus fronteras las riquezas de ella, perseguindo á sus tranquilos moradores” (87).

(86) Conf. de 4-7-851, in A.V.U.

(87) Anexos XI e XVII C.

Em Paisandu estacionou Urquiza até 28 de julho, quando se dirigiu para o centro do país, seguindo entre Queguai e o Negro. A 9 de agosto em Salsipuedes, nova carta enviou ao diplomata brasileiro. Depois de contar as façanhas praticadas contra a retaguarda de Dom Inácio Oribe, que atravessara o rio Negro na picada de Oribe, e de remeter cópia da comunicação que a êste respeito recebera, escrevia o governador de Entre Rios ao seu novo amigo brasileiro : “Yo, con una parte del ejercito á mis inmediatas órdenes emprendi mi marcha del pueblo de Pay-Sandú el 28 de ppdo. por la Cuchilla Grande buscando el enemigo, y el contacto de las fuerzas de S.M. el emperador, que comanda el señor conde de Caxias, y que segun mis indicaciones ha debido emprender sus marchas el 20 del pasado por la misma Cuchilla Grande buscando las puntas del Taquarembó” (88).

Urquiza justificava o atraso do exército brasileiro com as cheias do rio. Êste fato, para êle, impossibilitara a marcha. O que ocorrera, porém, foi coisa bem diferente. O govêrno imperial ordenara, desde 28 de abril, que se concentrassem as tropas na fronteira (89). A intenção era de se iniciar a invasão assim que chegasse Caxias. O ministro da Guerra, Manuel Felizardo de Sousa e Melo, nas instruções que deu ao general brasileiro, determinara : “Segundo as ordens expedidas ao presidente da província do Rio Grande do Sul, deve estar o exército concentrado no passo de Orqueta e em São Gabriel, e com todos os meios para entrar em operações. Se estiverem realizadas as condições que determinem a entrada do exército imperial no território do Uruguai e se entender V. Ex.^a que as fôrças de que atualmente se compõem as duas divisões são suficientes para levantar o sítio de Montevidéu, e bater o general Oribe, deve sem perda de tempo começar as operações: mas se reconhecer V. Ex.^a, que não temos ainda os necessários recursos de gente e material, tratará com toda urgência logo que chegar à província, que lhe é confiada, de elevar o exército a um pé respeitável; e neste estado esperará pela requisição do nosso encarregado de negócios em Montevidéu ou do general Urquiza, na forma das Instruções, que lhe são dadas pelo Sr. ministro dos Negócios Estrangeiros” (90).

Todos, assim, estavam na suposição de que o exército brasileiro já estivesse pronto, a invadir o Uruguai no momento da requisição de Pontes ou de Urquiza. O ministro da Marinha, em instruções

(88) Anexo XIII.

(89) Paulino, *Relatório* de 1852, cit. pág. XXI.

(90) *Vide* Anexo XIV.

adicionais às de abril, dizia ao almirante Grenfell, a 18 de junho : “devendo o exército imperial, sob o comando do general conde de Caxias, entrar brevemente no território do Estado Oriental” (91). As ordens de 28 de abril, no entanto, não foram cumpridas no tocante à mobilização e à concentração. Caxias, pouco depois de chegar ao Rio Grande do Sul, verificou que o exército “se achava disseminado por diversos pontos da província” (92). Em agosto é que soube o governo imperial do que ocorrera. Paulino, em carta, referia-se a este fato, exclamando : “Em abril deu-se ordem... para ter pronto o exército na fronteira. Em julho estava êle ainda disseminado, como se nada houvesse !” (93).

13. *O final do lance contra Oribe*

Caxias providenciou com notável rapidez. A 4 de setembro entrava o exército brasileiro no Uruguai. Dom Manuel Oribe, desde 16 de agosto, escrevera ao ditador. O sabido correspondente de Buenos Aires, assim que chegou a comunicação de Oribe a Rosas, anunciava-a : “Dom Manuel Oribe escreve ao governador, com data de 16, manifestando que, verificada a invasão do exército brasileiro, se encontrava na urgente necessidade de levantar o sítio de Montevideu para ver se, reunindo tôdas as forças, conseguia triunfar, dando uma batalha geral” (94).

Enquanto isso acontecia, Urquiza, depois de se demorar mais de duas semanas ao norte do rio Negro, seguiu para Durazno. De 28 de julho até os primeiros dias de outubro, mais de dois meses, ficou Urquiza a espreitar os horizontes, pacificamente. Chegara a Paisandu, segundo êle mesmo escrevera a Pontes, no dia 19 de julho. Só deixou o norte do Rio Negro a 27 de agosto, seguindo em direção a Durazno. Que ficara fazendo este tempo todo ? Está visto que à espera dos brasileiros, como êle o asseverou : “El pronunciamiento general de los ciudadanos de esta Republica, en favor de los principios de sostienen los exercitos aliados, me forzaron á continuar mis mar-

(91) Manuel Vieira Tosta (marquês de Muritiba) a Grenfell. (Cópia autenticada do Of. Reservado de 18-6-851 in A.V.U.)

(92) *Diário de Campanha*, apud Geneserico de Vasconcelos, op. cit., página 395.

(93) Conf. de 31-8-851, a Pontes, in A.V.U..

(94) Não só a Rosas, senão também a Manuelita, foi a notícia comunicada : “A Manuelita escreveram Maza e Costa, dando aviso da entrada dos Brasileiros e marcha de Urquiza.” Extrato de carta de Buenos Aires, de 23-8-851, anexo à Conf. de Pontes a Paulino, de 5-9-851, in A.V.U.

chias desde el rio Negro, *después de haber esperado allí por muchos días, la aproximación del Sôr, conde de Caxias con el exercito de su mando...*" (95). E tanto ficou à espera dos brasileiros que só continuou a sua marcha depois de lhe voltar o tenente coronel Osório, agora com officios do próprio Caxias. Lê-se no *Diário de Campanha* o seguinte passo, referente ao dia 13 de agosto : "Neste mesmo dia, pelas 10 horas da manhã, S. Ex.^a (o conde de Caxias) enviou o Sr. tenente coronel Osório, comandante do 2.^o regimento de cavalaria, para entregar diversos officios ao general Urquiza, e com êle combinar os movimentos que suas forças devem operar de acôrdo com a do Império." Desta incumbência se desencarregou Osório com rapidez, pois a 3 de setembro já êle se achava de volta, acampado nas imediações de Cunha-Peru (96). É de se concluir, pelas datas, que os officios de Caxias foram entregues a Urquiza antes de 27 de agosto, ou seja, de que êle cruzasse o rio Negro. Daí seguiu o entrerriano em direção ao sul, evitando, contudo, um choque com Oribe. Preferiu Urquiza o namôro à ação militar.

Longe de lhe corresponder aos acenos, tentou Oribe escapular, ajudado por Leprédour e Gore. Em fins de agosto pediu auxilio ao francês e ao inglês, para que o transportassem, com suas tropas, ao outro lado do estuário. Silva Pontes e o Dr. Diógenes de Urquiza protestaram. As negociações, mal se iniciaram, que foram definitivamente abandonadas, depois de uma carta de Leprédour, desapontado êste diante da indecisão de Oribe e dos protestos dos dois diplomatas (97). Essa tentativa de fuga veio enfraquecer muito a possibilidade de uma ação militar por parte de Oribe e fez com que Herrera solicitasse de Urquiza um final mais rápido da contenda, que evitasse novo perigo (98). Daí a pressa de Urquiza, que êle bem determinou ao expressar-se assim : "...las defecciones en las tropas del general Oribe se succedian instantaneamente. No era posible dejar de protegerlas, sin sacrificar muchas victimas, sin desatender grandes intereses. De uno en otro acontecimiento fui conducido hasta ponerme al frente de los ultimos atrincheramientos del general Oribe" (99). Mas esta pressa foi cautelosa e segura, porque se verificou depois das communicações de Caxias, remetidas pelo tenente coronel Osório.

(95) Urquiza, nota a Silva Pontes, de 12-10-851. *Vide* gravura n.º 13.

(96) *Apud* Genserico de Vasconcelos, *op. cit.*, págs. 407 a 411.

(97) Conf. de Pontes a Paulino, de 8-9-851, e *Messenger de Montevideo*, de 3-9-851, in A.V.U., e carta do Dr. Diógenes de Urquiza a Pontes, de 27-8-851, A.H.I., 420-4-114.

(98) José Antônio Soares de Sousa, págs. 358 e 359.

(99) Urquiza, nota de 12-10-851, gravura n.º 13.

O mês de setembro escoou-se, quase todo, sem que os dois inimigos, que se espreitavam, se resolvessem à luta. Porém o combate heróico era ainda esperado. O ministro Manuel Felizardo aguardava com impaciência a notícia do lance. A 29 de setembro escrevia a Pontes : “Ansioso estou por notícias daí. Duvido que o *Prince* nos possa trazer a do ataque principal das forças aliadas contra as de Oribe; mas pelo *Paquete do Sul*, que daí deve sair a 19, conto saber do resultado da batalha, que apesar do que se nos diz de Montevideu, supponho dever ser renhida e muito disputada”(100).

Nada disso aconteceu. A 21 de setembro já estava Urquiza no *Arroyo de la Virgen*, num passo difícil de seu namôro com Oribe. Há uma carta de Herrera a Lamas, de 2 de outubro, que nos revela êste momento da luta, demonstrando não só a influência dos brasileiros no desabar o poder de Dom Manuel Oribe, mais ainda o procedimento de Urquiza, não muito ortodoxo, para obter a paz sem vencedores e vencidos. É certo que, por êstes dias, dizia Pontes : “Oribe abraçou a nuvem por Juno.” Segundo Herrera, a 23 de setembro (101), chegara a Montevideu o comandante López Jordan, “joven despedadísimo y mui querido del general” (102), que revelou o plano arquitetado pelo general Urquiza. Consistia êste plano em arrancar as forças orientais de Oribe, por um passo de mágica, para, deixando-o apenas com as forças argentinas, o obrigar a render-se à discrição ou a bater-se em condições de inferioridade. Para isso necessitava Urquiza o apôio da praça e de Grenfell e Pontes. Da praça, que lhe confirmassem as garantias para Oribe e orientais oribistas e o esquecimento das façanhas, que vinham praticando desde 1843. E dos brasileiros, que autorizassem Oribe a transportar as tropas argentinas para Buenos Aires. O govêrno da praça acedeu imediatamente o que lhe pedia o entrerriano, enquanto que se negaram os brasileiros, terminantemente, a declarar uma coisa que não podiam cumprir. “Grenfell”, contava Herrera, “que es todo pundonor y honradez no queria acordala, diciendo que esa contestación le obligaba a una cosa en que no podia consentir, cuál era el embarco de las tropas; y aun quando el general (Urquiza) aseguraba que nadie lo queria menos que él, y que jamás consentiria en ello, su honor sufria

(100) *Despachos*, cit. (101-1-6), A.H.I.

(101) Segundo o correspondente de Buenos Aires, Oribe, desde 20 de setembro, avisava a Rosas, em carta conduzida pelo coronel Pedro Ramos, de que se via constrangido a capitular com Urquiza, para salvar os argentinos (Conf. de 25-9-851, de Pontes a Paulino, in A.V.U.)

(102) Êste López Jordan deve ser o responsável pelo assassinio de Urquiza, muitos anos depois. (Jorge Newton, *op. cit.*, pág. 361).

con decir lo que no habia de cumplir. Pontes opinaba del mismo modo.”

Tôda trama de Urquiza teria ido por água abaixo, diante da teima dos brasileiros, se não fôra êle, Herrera, propor um meio, que aplainou a dificuldade. Grenfell contestaria a Urquiza, consentindo na ida de um emissário de Oribe a Buenos Aires, em busca dos navios para a repatriação dos argentinos. Esta carta seria mostrada a Oribe. Noutra carta também a Urquiza, esclareceria Grenfell que a autorização se limitava à ida de um emissário a Buenos Aires. Quanto à retirada das tropas argentinas, êle se oporia, decididamente, nos termos de suas instruções. Esta narração de Herrera se confirma inteiramente com a seguinte carta do general Urquiza : “Viva la Confederación Argentina !! Mueran los Enemigos de la Org.ⁿ Nacional !! — Cuartel General en el Arroyo de la Virgen, Setiembre 21/851. Ilmo Sôr Rodrigo de Souza da Silva Pontes. — Estimado amigo. En el caso de no estar en ese el Sôr Almirante Grenfell, luego á Vd. se sirva dar sus órdenes para que un Comisionado del Sôr general Oribe pueda salir del Buceo, y seguir á Buenos Ayres, y que la comunicacion adjunta sea dirigida lo mas pronto posible al Sôr Almirante. Soy de Vd. affmo amigo y S.S. Q.B.S.M. — Justo J. de Urquiza” 103).

Estas negociações não chegaram ao fim. É possível desconfiasse Oribe do seu novo benfeitor. O certo, segundo mais uma vez Herrera, é que com isso perdeu Oribe dois mil homens, além da desmoralização do resto. Desfeitas essas negociações, um tanto maquiavélicas, encontravam-se, a 2 de outubro, os dois generais em *Las Piedras*, prontos para o combate, que não chegou a verificar-se (104).

Enquanto isso acontecia nas vizinhanças de Montevidéu, o exército brasileiro seguia em marcha forçada pelo território uruguaio. De 4 de setembro, quando transpôs a fronteira, a 10 de outubro, quando passou o rio Gy, no *Passo da Polanca*, havia decorrido pouco mais de um mês. Urquiza, de Paisandu às proximidades de Cerrito, levava mais de dois meses e meio. Se fôra a intenção dêle liquidar sôzinho o inimigo, outra teria sido a sua marcha, uma vez que tivera à sua disposição um mês e meio, para o fazer, antes de que entrasse o exército brasileiro em território do Uruguai. Não o fez, porém.

A ação do general Urquiza fôra, até então, de protelar o início da luta. A de Oribe, de escapar, de qualquer maneira, a um desfecho desfavorável. Por isso foi Oribe a parte ativa no final da luta, en-

(103) *Vide gravura n.º 11.*

(104) *Diplomacia de la Defensa*, cit., tomo IV, págs. 64 e 65.

quanto Urquiza a passiva. Assim, frustrada a tentativa de fuga nos navios franceses e ingleses, intentou Oribe negociações diretas com Urquiza, no mesmo sentido da que falhara por intermédio de Leprédour e Gore. Frustradas também estas, forçou Oribe, nos primeiros dias de outubro, repassar o Santa Luzia. Urquiza movimentou-se, então, impedindo-lhe a proeza. Ainda decorreu mais uma semana depois dêsse ensaio de combate. Os dois generais, um diante do outro, nada fizeram senão se espreitarem mutuamente. Até que Oribe se rendeu a Urquiza, de preferência ao combate heróico, que todos esperavam dêle, em consideração aos seus antecedentes. No momento da rendição, já o exército brasileiro projetava a sua sombra até Cerrito. Isso não passou despercebido a Silva Pontes, que escreveu a Paulino : “que Urquiza tinha feito desabar todo o poder de Oribe, sem resistência, é somente com palavras à sombra do exército brasileiro” (105).

A cavalaria brasileira havia passado o rio Gy, pouco acima do *Passo de Polanca*, a 9 de outubro, e a infantaria o fizera no dia seguinte, naquele *Passo* (106). Estavam, pois, bem próximos de Montevideu e já em comunicação com a praça. Os próprios, que levaram a correspondência de Pontes a Caxias, perfizeram a distância em dois dias (107). E’ de se notar que as vanguardas do exército de Urquiza andavam sempre distanciadas do grosso do exército, em proporção quase igual a do exército brasileiro para o de Urquiza, no momento da liquidação de Oribe ; e que o governador de Entre Rios sabia ao certo onde se encontrava Caxias (108). Além do exército brasileiro, a algumas léguas de Urquiza, e da esquadra, a

(105) Conf. de 12-10-851, in A.V.U. — Vide Anexo XVIII, B.

(106) O Exército Brasileiro passou o Gy de 9 a 15 de outubro, in *Diário de Campanha*, apud Genserico de Vasconcelos, *op. cit.*, págs. 428 a 430.

(107) Anexo XV.

(108) Genserico de Vasconcelos, *op. cit.*, pág. 203, e carta de Urquiza, em Anexo XV, B. Como vanguarda do exército aliado considerou o ministro da Guerra do Império a ação de Urquiza, no Uruguai. Na sessão de 29 de maio de 1852, do Senado, dizia Manuel Felizardo : “O general Urquiza, tendo atravessado o Uruguai com 3 a 4.000 homens de cavalaria ligeira, não encontrou resistência alguma na passagem daquêle rio; grande parte das forças inimigas que ali existiam se lhe reuniu, outra parte foi batida imediatamente pelo general Servando Gomes. O general Urquiza desde então ficou senhor da vastíssima campanha ao norte do rio Negro. Protegido por êste rio, e com certeza de que, se fôsse atacado por força superior, podia retroceder e unir-se às forças brasileiras, conservou-se por algum tempo em um dos passos do rio Negro. O nosso exército, que se achava na posição de Santana, mar-

circunscrever a ação de Oribe ao território uruguaio, bloqueando-lhe o porto de Buco e tôdas as possibilidades de fuga, estavam também ali a guarnição de Montevideu e mil soldados brasileiros, que influíram forçosamente no desenlace do drama, pois seriam a parede do outro lado, em que se esboroariam as tropas de Oribe, no caso de um combate. Os brasileiros achavam-se colocados no Cerro e no golpe planeado pelo general Urquiza, pouco antes da rendição, dera-lhe êste um papel a desempenhar. Assim é que a 8 de outubro confessava Urquiza em carta a Silva Pontes: "En cuanto á las órdenes necesarias que me dice Vd. se han expedido para que la fuerza brasilera estacionada en el Cerro, coadjubase al movimiento que se tenia proyectado, reconozco que Vd. comprendió bien la importancia de la operación que debia realizarse, desde que impartió órdenes en conformidad con los intereses de la causa" (109).

A 12 de outubro liquidou-se definitivamente a questão. Urquiza, em nota desta mesma data, comunicava aos governos aliados a rendição de Oribe, pedindo a aprovação para as concessões que acabava de fazer. Longe de ser esta nota um grito de independência, foi a explicação honesta de todos os seus atos, desde que entrara no Uruguai até à rendição. Dessa nota podemos verificar ainda hoje o tom amigável e sereno de o general se dirigir aos seus aliados, confessando a parte passiva que lhe coubera no desenrolar dos acontecimentos. "De uno en otro acontecimiento", dizia Urquiza, "*fui conducido hasta ponerme á frente de los ultimos atrincheramientos del general Oribe. En esta posición no quedava otra alternativa, que dar una batalla contra un ejercito que todavia contaba ocho mil y quinientos soldados de las tres armas, ó la de continuar empleando los médios pacíficos*" (110). Assim, no final, não escolheu Urquiza uma das

chando pela Cochila de Haedo, garantia a permanência do general Urquiza ao norte do rio Negro, a tranqüilidade de toda esta vasta campanha, e ao mesmo tempo marchava com toda a segurança; protegia ainda a divisão do brigadeiro Fernandes que não poderia ser seriamente hostilizada, sem que as duas forças reunidas, de Urquiza e do exército Imperial, atacando o inimigo por um dos flancos ou retaguarda, o esmagassem. Os Departamentos immediatos, protegidos pela força aliada, iam fazendo pronunciamentos; o general Urquiza avançava à medida que estes fatos se davam, e era seguido no mesmo sentido pelo exército brasileiro; *dêste modo tornou-se o general Urquiza comandante da vanguarda do exército aliado, composta de tropas muito ligeiras, que não corriam o menor risco de serem atacadas por força superior, porque tinham extrema mobilidade e o apoio do exército do Brasil.*" (Jornal do Comércio, n.º 150, de 31-5 e 1-6-852.)

(109) Vide gravura n.º 12..

(110) Vide gravura n.º 13.

possibilidades da alternativa. Quem o fez foi Oribe, que preferiu render-se a Urquiza a dar uma batalha, cercado por todos os lados.

Vamos ver agora os dois generais, Urquiza e Caxias, logo depois do final dêste ato, como os viu Silva Pontes. A 14 de outubro, conferenciou o diplomata com o conde a poucas léguas de Montevidéu. No dia seguinte contou Pontes a sua entrevista com Caxias, assim : “Ontem estive com o conde de Caxias a quatro léguas de distância desta cidade, no lugar denominado *As Pedras*. Na conferência que tive com o conde lhe manifestei o estado atual das coisas e procurei indicar-lhe qual é por ora a política do governo imperial com relação aos negócios do rio da Prata. O conde já tinha conhecimento das concessões feitas a Oribe pelo general Urquiza : e pensa que a permanência daquele no território da República além de contrária à letra do convênio, pode ser prejudicial aos interesses do Brasil : mas estava na resolução de dizer a Urquiza que não faria disto agora um ponto de questão, visto que essas, assim como as outras concessões, estavam submetidas ao conhecimento do governo imperial, cujas ordens espera” (111).

Três dias depois da conversa com Caxias, esteve Pontes de visita a Urquiza. A 18 contava o diplomata as suas impressões : “Estive ante-ontem com Urquiza pela primeira vez. Fui visitá-lo no seu acampamento. O seu semblante, as expressões e gesto do governador de Entre Ríos denotam um homem acostumado a mandar e a ser obedecido. Recebeu-me com atenção ; dirigiu-me expressões de obséquio ; mas para mim era claro que estava êle de mau humor ; e não me admiro disso porque a política adotada para com Oribe há de trazer embaraços e dificuldades, como já ponderei a V. Ex.^a na minha carta de 15 do corrente. Contudo Urquiza insiste em que se não deve incomodar a Oribe ; mas da conversação em que tomou parte o Sr. Herrera, que se achava presente, deduzi que concordavam ambos em que é necessário fazer sair do território da República alguns dos chefes orientais mais importantes como Lasala, Maza, Larravide, não sei que outros. Urquiza pensa que Oribe e Frutuoso são dois homens mortos para a política, e que da presença dêles não pode resultar prejuízo algum dos interesses aliados. Não pensa, porém, dêste modo, acêrca de Pacheco y Obes. Encontrei a Urquiza acampado no meio das tropas argentinas, que fizeram parte das de Oribe. Acredita o governador que êste procedimento franco e atrevido, e a benevolência com que se trata a Oribe, há de concorrer para desmoralizar as fôrças de Rosas, desde que êle, Urquiza, atravessasse o Paraná.”

(111) Conf. de 15-10-851, in *Legação Montevidéu*, 1851-1852, (222-4-6) A.H.I.

Silva Pontes entender-se-ia bem com Urquiza. Mais tarde, já plenipotenciário em Buenos Aires, outras descrições faria do entrerriano, mas sempre favoráveis. Agora acabava de o mostrar, no meio de tropas, havia pouco inimigas, num gesto de coragem, para não só as conservar fiéis, senão também desmoralizar o inimigo. Mas acrescentava o seguinte sobre Urquiza: “Entretanto êle conta com o auxílio das embarcações da nossa esquadra para retirar-se a Entre Rios, onde se há de demorar um mês para que a tropa se refocile; mas conhece a necessidade de que o exército brasileiro permaneça algum tempo no território da República” (112).

14. *A batalha de Monte Caseros*

Apenas farei aqui um reparo a estas frases do Sr. Jorge Newton: “*Atacado por la artilleria rosista, de más largo alcance que la suya, el brigadier Marquez de Souza, jefe de las fuerzas brasileñas, ordena cesar el fuego iniciado por las suyas y se repliega.*” (Op. cit., pág. 186.)

Já era tempo de se deixar de contar esta estrafalária história de disse-me-disse e trocá-la pela documentação, pesquisa, estudo e crítica. Porque essas histórias de heróis solitários, independentemente do resto do mundo, como nos quer impingir o Sr. Newton, na sua escanzelada história, hoje em dia só prestam para entrecchos baratos das histórias de quadrinhos. Em resposta ao Sr. Newton, reproduzo aqui o belo quadro da *Batalla de Caseros*, de Juan Manuel Blanes, que se acha, com outros referentes às campanhas de Urquiza, no Palácio de São José, em *Concepción del Uruguay*. No lado direito dêste quadro, em direção às construções, estão os brasileiros. As bandeiras verde e amarela localizam-nos perfeitamente. E longe de recuarem (repliega), avançam no mesmo ritmo dos companheiros (113). Reproduzo também uma gravura da época sobre Caseros, em que se vê o general brasileiro e os seus comandados bem defronte da *casa de Caseros*. É um trecho apenas da batalha, focalizado pelo artista. Mas em tudo muito semelhante ao outro. Esta gravura foi litografada por Boulanger (Impremérie Lemer cier, rue de Seine 57, Paris). O desenhista, que a assinou, chamava-se J. Adams. Muitos anos depois de Caseros, já depois de proclamada a república no Brasil, foi esta gravura reproduzida, na Argentina, em um quadro comemorativo da Batalha de Caseros, impresso na litografia Madrilena, em Buenos

(112) Conf. de 18-10-851, in *Legação Montevideu*, 1851-1852, (222-4-6) A.H.I.

(113) Gravura n.º 14. Publicado em *La Prensa*, Buenos Aires, 30 de janeiro de 1938.

Aires (Alsina 731). Sôbre a elaboração consta o seguinte esclarecimento : “Compilado por el teniente coronel David Marambio, capitán Edecan del Exm.º Señor Presidente de República Argentina.” A gravura foi, então, reproduzida com outras duas, que representavam outros trechos da batalha. Por baixo da gravura, em que se acham os brasileiros, cópia, positivamente, do desenho de J. Adams, litografado por Boulanger, lê-se a explicação : “El centro del ejército enemigo que se apoyaba sobre los edificios de Monte Caseros es atacado de frente y derrotado por la division brasilera al mando del general Manuel Márques de Souza (hoy mariscal de campo y baron de Pôrto Alegre” (114).

É possível conhecesse Blanes a litogravura de Boulanger, pois, em vários pontos, é notável a semelhança. Porém, para mim, a verdadeira fonte, para a localização de parte dos brasileiros em Caseros, encontra-se na carta de Sarmiento a Honório Hermeto, de 15 de fevereiro de 1852. Sarmiento fôra testemunha ocular, e, interpelado pelo ministro brasileiro, respondeu : “los batallones brasileiros, tomando de la retaguarda, que ocupaban en la marcha, el tragecto mas curto para entrar en linea, se aproximaron à la Casa de Caseros, de manera que algunas de las columnas Orientales encontraron ya cadavres de soldados brasileiros en su transito” (115).

Por que escreveu esta carta Sarmiento ? Simplesmente por uma questão de honestidade. Não quis ocultar a verdade, uma vez que o impediram de dizer oficialmente. A história da carta é imprescindível para melhor apreciá-la. E esta história foi contada pelo futuro marquês de Paraná, numa interessante confidencial, ao ministro Paulino. Honório chegara a Buenos Aires dias depois de Caseros. Assistiu a todas festas e comemorações. Porém sentiu o intuito de alguém em menosprezar a ação do Império. E imediatamente tratou de fazer as suas verificações. Foi a Moron, onde se dera a batalha : conversou com vários militares argentinos, com os brasileiros, e daí tirou as suas deduções. A 5 de março, já de volta a Montevideú, escreveu fartamente sôbre Caseros e do trabalho de sapa, que se intentara fazer, logo após a batalha, contra os brasileiros. Apenas citarei parte desta carta, justamente aquela em que o plenipotenciário brasileiro explicou os antecedentes da que lhe enviou Sarmiento, contando-

(114) No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encontram-se um exemplar de *Boulanger* e outro da comemoração da batalha de Caseros (*Quadro Historico de la batalla de Caseros*, 3 de febrero de 1852). No Arquivo Nacional um exemplar de *Boulanger*. A gravura n.º 15 foi tirada do exemplar pertencente ao ilustre historiador Francisco Marques dos Santos.

(115) *Vide* gravura n.º 16 e anexo XV.

nos interessantíssimos pormenores. já dos brasileiros, já das populações que êstes encontraram no caminho, e já dos oficiais unitários que serviram no grande exército libertador. Longe de os brasileiros encontrarem no caminho, de Diamante a Caseros, populações atrasadas, miseráveis e incultas, como em geral pretenderam os inimigos de Rosas fazer crer, inclusive o general Díaz nas suas *Memórias*, depararam-se-lhes pessoas bem afeiçoadas, bem vestidas e sociáveis, que vinham escutar as músicas das bandas brasileiras. Por interessante que seja a carta de Honório, apenas citarei aqui em parte. Deixarei o resto para quando escrever como desejo, a história de Honório Hermeto no rio da Prata. Reproduzirei agora o suficiente para se entender a carta de Sarmiento.

“Como V. Ex.^a sabe”, dizia Honório ao amigo ministro, “o grito de guerra contra Rosas, a notícia da poderosa aliança, que contra êle se formava, poderosa pelo papel que nela representava o Brasil, trouxe às fileiras do exército aliado muitos oficiais argentinos que por vêzes combateram para derrocar aquêlê tirano, e que viviam como exilados aqui, no Rio Grande, no Chile e em outros Estados vizinhos. Todos êsses oficiais pertenceram ao antigo partido unitário e puseram-se à disposição do general Urquiza, que os aceitou com mostras de satisfação e lhes prometeu emprêgo, ou no seu Estado Maior nominal e informe, ou no Comando de Corps e Divisões.

“Entre êsses militares contam-se os generais La-Madrid e Mandariaga, os coronéis Mitre, Hornos, Aquino, Sarmiento (o escritor) e vários outros : devo também mencionar o coronel Panuero, que, posto seja oriental, tem sempre servido à causa argentina e vivia emigrado em Bolívia, donde veio na mesma ocasião. Desde que passou o Paraná, começou o general Urquiza a manifestar prevenções e má vontade para com êsses oficiais, a tratar a todos com pouca ou nenhuma atenção, e a anular completamente a alguns, deixando-os sem emprêgo no exército, do qual, todavia, se não separaram. Por vêzes se lhe ouviu que era preciso enforçar alguns selvagens unitários, expressões imitadas de Rosas, e que também êle empregava em seus documentos oficiais contra os instrumentos do tirano. A La-Madrid e outros chefes de idade já avançada, chamava êle e continua a chamar : fundilhos caídos.

“Essas invectivas, essas ameaças, essa desconfiança e rudeza do general discontentaram profundamente aos oficiais argentinos, a quem acima me referi, os quais não ocultaram o seu ressentimento, e às vêzes o iam desabafar na confiança do brigadeiro Marques, e outras vêzes sem reserva o manifestavam aos oficiais e empregados da divisão imperial. O justo despeito que os animava contra o seu compatriota, general em chefe, a desconfiança em que entrava de que a

liberdade de seu país não estava segura confiada a êsse chefe, que já começava a usar de têrmos e vocabulário de Rosas, que menosprezava aquêles que acudiram ao seu chamado e deram sempre provas de inimizade e horror àquêlê tirano, concorreram para que êsses indivíduos, que pertencem à parte sã e civilizada da República Argentina, se fôsem despidindo dos preconceitos que nutriam contra nós, vissem com melhores olhos as nossas tropas, fizessem justiça à sua superioridade quanto à instrução militar, disciplina e organização, e fôsem simpatizando conosco, e enxergando na nossa aliança a sua maior garantia.

“O brigadeiro Marques e seus oficiais, pela sua cordura e maneiras amigáveis, tôda a nossa tropa por sua disciplina e comportamento honesto, foram por sua parte desenvolvendo essas simpatias e confiança, tanto dos descontentes, como de todos os seus companheiros do exército. As populações da cidade de Santa Fé e do Rosário, que se acharam em comunicação com a nossa tropa, admiravam a sua organização militar e disciplina, o caráter dos nossos oficiais e não cessavam de manifestar-lhes êsse seu sentimento por palavras e vindo frequentemente visitar os seus acampamentos e ouvir as suas músicas. Para êsse conceito e simpatia muito concorreu o pagar a nossa divisão tudo quanto consumia, sem nada destruir e sem praticar nenhuma violência. O brigadeiro Marques informou-me de que naqueles lugares, onde supunha que sob a tirania de Rosas só gaúchos se teriam conservado, achou moços e senhoras de educação pouco vulgar e bem trajados.

“A batalha de 3 de fevereiro (a que felizmente deram a denominação de Monte Caseros, posição tomada pelas nossas tropas, e não a de Moron, que além de sonora seria mais apropriada, porque Moron é uma povoação muito próxima àquêlê ponto) acabou por elevar o crédito de nossas tropas. Aquêles que já reconheciam a sua disciplina e boa organização, o seu rigor nas marchas e intempéries do campo, reconheceram então e aplaudiram o seu valor e perícia. Se à nossa divisão se não deve a vitória, pela habilidade e valor com que atacou o centro do inimigo e tomou as suas mais fortes posições e a maior parte das suas baterias volantes, não há hoje quem não reconheça, ao menos, que teve nela uma grande parte. Até aquêlê dia os chefes argentinos, à exceção de alguns dos unitários, mais competentes para apreciar o que é tropa regular, formavam dos nossos soldados uma idéia mui errada, olhavam para êles com compaixão. Dizem-me que ó próprio Urquiza não era superior a êsse preconceito, filho da ignorância dos chefes gaúchos e do seu desmesurado orgulho. Entretanto, não está isso de acôrdo com o fato de haver destinado à nossa divisão o lugar mais arriscado e importante da linha de batalha. Seja como fôr, conquistamos crédito e glória para as nossas armas.

Muitos oficiais argentinos o confessam e os que não o dizem, o sentiram.

“O coronel Dom Francisco Sarmiento, que V. Ex.^a conhece por seus escritos, e que não era dos que melhor juízo formavam do mérito de nossas forças, hoje é um dos que mais elogios lhes faz. Assistiu a bordo do *Afonso* à ação de Tonelero, e foi também testemunha ocular dos brilhantes feitos da nossa divisão, junto à qual se achava. Cumprimentou logo depois da vitória ao brigadeiro Marques, sobre o campo da batalha, dizendo-lhe que êle havia ganhado duas vitórias, uma sobre o exército de Rosas, e outra no conceito do exército de que fazia parte. Em Buenos Aires ouvi-lhe o mesmo juízo, e sei que êle manifestou quer a nós, quer aos seus compatriotas. Então havia já, além do sentimento da verdade e justiça, o despeito de que estava possuído contra o procedimento do general Urquiza para com êle, encarregado da imprensa do exército, e para com os outros emigrados, seus amigos de infortúnio, e o interêsse que reconhecia em dar ao Brasil a parte que lhe cabia na libertação do seu país, e a esperança que lhe inspirava a nossa influência contra os projetos anti-liberais que atribuía ao general Urquiza. Entretanto, não se atreveu êle (ou antes não o pôde fazer) a dar no boletim n.º 26 uma notícia exata do que fizera a nossa divisão na batalha de Monte Caseros, e não só o não fez, como do que diz a respeito da divisão oriental se pode deprender que esta, e não a divisão imperial, foi que tomou as posições mais fortes do inimigo. Junto aqui êste boletim. Notando esta falta do boletim, deu-me a entender que não escrevera com liberdade, e para prova de sua sinceridade dirigiu-me a carta que remeto em original, que é um documento que pode servir para a parte da história daquela batalha, que nos diz respeito. O general Urquiza, na primeira ocasião que se encontrou com o conde de Caxias em Palermo, disse-lhe, referindo-se ao comportamento da divisão imperial na batalha: Muito bem, muito bem, muito bem! Eu não lhe ouvi grandes elogios, mas a proclamação que dirigiu-lhe em data de 24 do mês p.p. e que V. Ex.^a encontrará no *Comércio del Plata*, de 28 de fevereiro p.p., é a melhor em redação das que êle tem publicado e a mais honrosa possível ao Império e aos seus defensores” (116).

Não me foi possível diminuir a transcrição da carta do plenipotenciário brasileiro. É apenas a parte relativa ao ponto que nos

(116) *Legação Montevideu* (1851-1852), cit. (222-4-6) A.H.I.. Esta e outras confidenciais de Honório foram arquivadas com a correspondência da Legação e não no volume correspondente à “Missão Especial”. *Vide gravação* n.º 17.

interessa. Cortá-la, acrescentando-lhe notas ou sintetizá-la, tirarlhe-ia o vigor e a perfeita concatenação das idéias. Não me pareceu uma só frase inútil em tôda a descrição. Até as minúcias são essenciais, por se referirem sempre a fatos esclarecedores do principal. O homem era assim. Desde que se tratasse de uma questão, em que vislumbrasse a honra do Brasil, não sossegava mais. Interpelava, esmiuçava, falava, discutia, mas, em pouco, tudo se elucidava. E muito escreveu êle nesta missão sôbre a parte militar da guerra contra Rosas.

Logo no dia seguinte de Caseros, já se divisava a luta entre Urquiza e Buenos Aires. Os portenhos não se adaptavam à nova ordem, ainda com ranço da anterior, que, no início, lhes pretendera impor o general vitorioso. A reação apareceu ainda mesmo em fevereiro de 52. Embirrou Urquiza no obrigar, como fizera Rosas, o uso dos distintivos à população inteira, já cansada de semelhantes amuletos. Além disso a artilharia tomada em Caseros, em grande parte pela divisão brasileira, era levada para Entre Rios. Ora, êste material pertencia a Buenos Aires. E os buenarenses não podiam ver tais coisas, sem revolta. A crise pareceu a muitos imediata. Em 27 de fevereiro Marques de Sousa, em carta a Caxias, contando com a nossa intromissão na luta que despontava, dizia-lhe de Buenos Aires : “Consta-me que êle (Urquiza) está mandando a artilharia, que nós tomamos em *Moron*, pertencente a esta província, para a de Entre Rios, e com ela muito petrecho de guerra; e que isto tem causado grande desgosto em Buenos Aires. Deus queira que ainda não tenhamos de tomar outra vez !” (117).

Mas retornemos à ação dos brasileiros em Monte Caseros, para citar um último depoimento, de pessoa inteiramente insuspeita. Achar-se em Montevideú, desde os primeiros dias de dezembro de 1851, José Berges, como encarregado de negócios do Paraguai. Incumbira-o o presidente López de anotar em caderno reservado, com exatidão e curiosidade, tôdas as ocorrências importantes. Cumpriu Berges, religiosamente, esta ordem. E, em um dos seus diários, ou melhor, em uma das cópias do seu diário, confessava : “Cuando sali del Paraguay, no apreciaba yo debidamente al Brasil : porque no habia visto sus soldados, su escuadra, sus hombres publicos, y sobre todo : no tenia idea de la actividad de sus operaciones. Ahora he cambiado de parecer, y pienso que las armas, y la influencia del Império ha de traer la paz, y la prosperidad de estos países.”

(117) Anexo à cit. Conf. de Honório, de 5-3-852. Cópia autenticada por José Maria da Silva Paranhos (visconde de Rio Branco), então secretário da Missão Especial.

Porém não ficou apenas nas suas impressões. Deixou Berges também o depoimento de outros. Assim, no tocante à ação das forças imperiais em Caseros, não dá a sua opinião, mas repete a que ouvira de Herrera y Obes e de Lucas Moreno. Estes dois “hicieron brillantes elogios de la división brasilera, que demostró en el combate mucha pericia y valentia. Se dió que el Grã Urquiza en el campo de batalla elogió las fuerzas brasileras” (118).

ANEXO I

Carta do ministro Paulino a Joaquim Tomás do Amaral (visconde de Cabo Frio), em que se refere à ligação das duas questões do tráfico e de Rosas. Amaral achava-se então em Londres, encarregado da Legação. A carta é de 30 de setembro de 1850.

“Ilm.^o Sr. Joaquim Tomás do Amaral. — Há mais tempo devia eu ter respondido à carta com que V.S. me obsequiou em data de 15 de março p.p., mas as Câmaras, a necessidade de estudar todo o atrasado da repartição para me pôr corrente, o estado complicado em que estão todos os nossos negócios, as maçadas e visitas dos pretendentes, que pululam neste país, pouco tempo me deixam ainda mesmo para a correspondência oficial. — Tenho visto com prazer que não me enganei no juízo que formei a respeito de V.S., quando tomou conta da Legação. Tem-me agradado o modo por que V.S. tem aí tratado os negócios, e não me tenho descuidado em levar a sua correspondência ao conhecimento de sua majestade. — Muito mau será se a nova direção que o governo imperial tem procurado dar aos negócios relativos ao tráfico, não nos tornar mais propício o governo britânico. Uma das razões principais por que eu procurei dar aquela direção, é porque eu via que as complicações acumuladas pelo espaço de sete anos quanto às nossas relações com os generais Rosas e Oribe, estavam a fazer explosão, e o pobre Brasil, tendo em si tantos elementos de dissolução, talvez não pudesse resistir a uma guerra no rio da Prata, e à irritação e abalo que produzem as hostilidades dos cruzeiros ingleses. *Nec Hercules contra duo*. Não podemos arder em dois fogos. — Estou convencido que a política inglesa não é estranha ao insolente procedimento que o gaúcho de Buenos Aires tem tido conosco. — As disposições da Legação Inglesa aqui para conosco são as melhores. Hudson mostra-se convencido da firme e

(118) José Berges, *Diários* (ms. in Biblioteca Nacional, *Coleção Visconde do Rio Branco*, I-29, 28, 18, e I-29, 28, 20.)

sincera intenção que tem o governo imperial de reprimir o tráfico. Falta porém o principal, saber quais são as disposições de Lord Palmerston, à vista das últimas ocorrências. Espero ansiosamente informações de V. S. a êsse respeito. Elas que hão de esclarecer a nossa posição atual. E' à vista dêsses esclarecimentos que me hei de resolver a fazer, ou não fazer, a fazer já, ou adiar, uma convenção para a repressão do tráfico. Em todo caso, esforçar-me-ei para reprimi-lo com os nossos meios. Trabalhe, Sr. Amaral, trabalhe muito. V. S. tem muita habilidade, amor ao seu país, e diante de si uma carreira brilhante. — Desejo-lhe boa saúde, e que creia que sou com particular estima. — De V. S. af.^o venor. col. e obr.^o cr.^o — *Paulino José Soares de Souza*. — Rio, 30 de setembro de 1850. — Não há esperança de que êste maldito Palmerston caia ?

In A. H. I., Arquivo particular do visconde de Cabo Frio, pasta Uruguai.

ANEXO II

Carta do senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, em que remete as cartas recebidas do general Bento Manuel Ribeiro, ao ministro Paulino (visconde do Uruguai).

A — *Original* — “Ilm.^o e Exm.^o Sr. Paulino José Soares de Sousa. — O general Bento Manuel Ribeiro escreve-me de Alegrete com data de 11 de outubro, remetendo-me a correspondência inclusa, e como entenda que não teve outro fim senão o de a fazer chegar às mãos do governo imperial, tenho a honra de enviá-la inclusa a V. Ex.^a. — Goze quantas prosperidades lhe desejo, pois sou — De V. Ex.^a — Vor. amo. e obro. — *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. — S.C. 28 de novembro de 1849.”

Nesta carta, Paulino escreveu : — “Aguarde-se”.

Carta de Domingo Duarte Monçores a Bento Manuel Ribeiro, em que remete cópia da carta que Urquiza lhe escreveu.

B — *Original* — “Ilm.^o e Exm.^o Sr. marechal Bento Manuel Ribeiro. — Saladeiro na Concórdia 27 de agosto de 1849. — *Apreciado Senhor*. Ainda que não tenhamos relações nenhuma depois que tive o gosto de tratá-lo no Salto no ano de 42, nunca me esqueci do bom agasalho que me fez, assim como tôda a amável família de V. Ex.^a, e por isso sempre perguntava e lhes desejava boa fortuna. Agora que sei que V. Ex.^a está na sua estância do Girão, tomo a liberdade de interromper-lhe as suas atenções, por me parecer com isso cumprir um dever, e serei feliz se V. Ex.^a o encara do mesmo

modo, e é o seguinte. Como 26 de julho próximo passado, por ser aniversário do dia em que o Sr. general Urquiza passou ao Estado Oriental no ano 39, algumas quadras arriba do Salto, lhe escrevi uma carta saudando-o, recordando-lhe ao mesmo tempo o bem que tratou àquêles vizinhos, pois V. Ex.^a saberá mui bem que a maior parte dêles não eram afetos, e que não faltaram intrigantes que quisessem vingar desgostos anteriores; porém aquêlê senhor olhou essas intrigas com um soberano desprezo e a todos tratou o melhor que pôde. — Em 31 de julho teve êste Senhor a bondade de responder-me com a carta cuja cópia acompanho, e asseguro a V. Ex.^a que me há causado grande desgosto a sua leitura, e sei que ainda há mais alguns motivos de queixas do que o que a carta contém, pois como todos os dias chega aquí gente de Uruguaiana se sabem todos os passos que se dão, envolvendo nessas intrigas pessoas que eu considero respeitáveis como são o Sr. Loureiro e o Sr. barão de Jacuí, aos quais e outros mais, imputam o serem chefes da propaganda em favor dos paraguaios para hostilizarem esta República, e que todos os imigrados que não anuem a seus convites os fazem internar imediatamente, sendo os que aceitam, a mais de obsequiados, transportados logo ao Campo Paraguaio, comprometendo dêsse modo a paz das duas nações. — V. Ex.^a sabe bem o que há sofrido essa bela província com a desordem que há pouco concluiu : sabe o que há sofrido o Estado Oriental e também esta República, e se assim vamos muito mais teremos que sofrer, sendo uma lástima, que países tão felizes, que nasceram para serem irmãos, se estejam os seus habitantes arruinando uns aos outros. Não será tempo já de termos paz e sermos todos felizes ? Me parece que sim, se bons patriotas e verdadeiros amigos da prosperidade da sua pátria se empenharem em que a haja. Deixemos à civilizada Europa a glória de cometer tôda a classe de barbaridades como o está praticando; e unam-se todos os americanos que só isso basta para serem felizes, graças ao delicioso solo que habitamos. — Empenhe meu respeitável amigo tôda a força do seu patriotismo em conter alguns que queiram separar-se da boa senda, e um dia a Pátria será mais grata a V. Ex.^a — Tenha a bondade de apresenter os meus respeitos à Exm.^a Senhora Dona Maria, e a tôda a amável família a quem muito me recomendo, e considere-me sempre neste destino como quem é — De V. Ex.^a — Muito ato. Vor. e Criado. — *Domingo Duarte Monçores.*”

Carta de Bento Manuel Ribeiro, em resposta à de Monçores.

C — *Cópia* — “Alegrete, 29 de setembro de 1849. — Ilm.^o Senhor D. Domingo Duarte Monçores. — Recebi muito retardada o seu favor de 27 de agosto p.p. e agradeço suas amistosas expressões, o

mesmo faz minha mulher e família. Relativo à carta que me remeteu do general Urquiza, por cópia, direi que êle estava muito mal informado quando escreveu a V.S. Estou muito alheio na política do govêrno do Brasil, e seria uma temeridade querer envolver-me naquilo de que estou inteiramente fora, mas do que sei sempre direi alguma coisa : Batar, apresentou-se aos correntinos, foi de sua espontânea vontade, como aconteceu ultimamente apresentando-se à coluna paraguaia. Se alguns têm vendido armas aos paraguaios são exploradores de combinação com os coletores, sem o govêrno intervir em nada. O coronel Loureiro, o auxilio que me consta ter dado aos paraguaios é vender-lhes carne de suas vacas a cinco patacões, ficando a seu favor sêbo e couros. Cândido Figueiró, em 12 de agosto, que saí de Pôrto Alegre, ali o deixei prêso ainda por ordem do govêrno. Consta-me que Batar e alguns chefes correntinos foram apresentar-se ao general paraguaio e que êste os tratara com desprêzo pelo que todos regressaram; Batar aquí está em casa de seus irmãos; portanto não podia a ida dêstes indivíduos ser obra do govêrno do Brasil, que tem dado terminantes ordens para serem recolhidos para o centro. As instruções que tenho visto dadas aos comandantes de fronteiras é para tratar com harmonia não só as autoridades como os vizinhos limítrofes, por isso estou persuadido que malvados e intrigantes levantam falsos para indisporerem e incomodarem o general Urquiza, e pode estar que de minha parte tenho feito e farei todos os esforços para que reine a paz entre os irmãos americanos e brasileiros. Desejo continue a dar-me notícias suas por ser eu com alta estima — De V.S. amo. e obro. — *Bento Manuel Ribeiro.*” Esta cópia tem a seguinte nota de Bento Manuel Ribeiro : “Está conforme. — *Bento Manuel Ribeiro.*”

Carta de Urquiza a Monçores, remetida por êste a Bento Manuel Ribeiro (cópia).

D — “Viva la Confederación Argentina !! Mueran los Salvajes Unitarios !! Costa de Guleguaychú. Julio 31-849. Señor D. Domingo Duarte Monzores. Mi estimado amigo. — Recibi su apreciable carta de 26 del presente y le agradezco la felicitacion que me hace en el aniversario de aquella fecha : en esto y en lo que me dice respecto à los paraguayos reconosco sus buenos sentimientos. — La imbecilidad suma del Gobierno Paraguayoso es á la que debemos atribuir su loca resolucion por que no los permite realizar un plano combinado ni conocer los peligros y sus consecuencias. Aseguro á

Vd. que sean pulverizados, dejandoles una terrible leccion para escarmiento del resto de sus comprovincianos, pero es necesario convenirse de que no son los Paraguayos los mas criminales en esta última empresa. Los Brasileiros, mi amigo, que son los principales autores de tales tentativas sobre nuestra Republica, son mas culpables todavia. — Entre otros muchos males de que algun dia debe satisfacernos el Brasil tenemos dos hechos muy recientes. Las promesas del Imperio hechas al Selvaje Unitario titulado Coronel Battar por el de Madariaga, fueron el motor principal del rompimiento de las negociaciones que estaban para concluirse con el Gobierno Argentino; y ellos mismos, segun estoy informado, alientan al Paraguay para cometer el arroyo que no les deja conocer su impericia. Está comprobada la inteligencia del Brasil con el Paraguay por los auxilios que actualmente prestan de San Borja á la columna Paraguaya, que está situada en el Hormiguero, y por el trancito hostil de esta Republica de armas etc., que permite el Brasil por su territorio, por la incorporacion á la columna Paraguaya del malvado Candido Figueroa y otros Brasileiros que despues de cometer tantas depredaciones en el Estado Oriental han ido alli á prestar sus servicios; no menos que por la pasada del Brasil á la misma columna de los Selvajes Bernardino y Placido Lopez y otros Correntinos á pesar de las justas reclamaciones que se han hecho por el Ministro Argentino residente en el Janeyro para que fuesen internados, y que han sido desatendidos. Esto supuesto cuales son los mas culpables, quienes mas excitán nuestra venganza, ciertamente el Brasil y como dice aquel antiguo proverbio tantas veces va el cántaro al água hasta que se quiebra; puede que nos rompamos los cascos si no se enmienda la plana, y en este caso la guerra será con el furor que nos inspiran sus hechos: la venganza tan terrible como impulsada sin consideraciones y con demasiada perversidad. Dios quiera que asi no suceda. — Permitame este desahogo que no puedo contener. Su affmo. servidor y amigo. — *Justo José de Urquiza.*”

Estes documentos se encontram no Arquivo Particular de Pontes Ribeiro, Lata 270-2-9, Arquivo Histórico do Itamarati.

ANEXO III

Confidenciais de Silva Pontes a Paulino, sôbre as aberturas do agente de Urquiza, D. Antônio Cuyás y Sampere.

A — “Confidencial — Ilm.º e Exm.º Amigo e Sr. — Montevideú, 30 de janeiro de 1851. — Existe atualmente nesta cidade um agente do general Urquiza, de nome F. Cuyás. Parece-me que já tive oca-

sião de mencionar a V. Ex.^a o nome dêste indivíduo (1). De que porém me referiu ontem D. Manuel Herrera haver-lhe dito o tal agente, e do que me comunicou êste, há poucos dias, posso deduzir que o general Urquiza não deseja a guerra com o Brasil; que reconhece (em geral) os justos motivos de queixas do nosso governo contra o procedimento de Oribe; e que se prestaria não só a permanecer neutral, circunstância que impediria a Rosas a entrar em campanha, mas também a promover a queda de Oribe, e a elevação de Garzón à presidência, asseverando que êste daria ao governo do Brasil tôdas as satisfações e reparações que justamente lhe sejam devidas. — Antes, porém, de passar adiante cumpre notar que, segundo tenho entendido, Urquiza não pensa que a razão esteja de nossa parte no caso do barão de Jacuí; e a haver algum convênio me parece de extrema necessidade determinar bem as coisas com relação a êste assunto para evitar dúvidas ulteriores, e novas questões. — Garzón, conquanto seja o candidato mais popular à presidência da República, se chega a alcançar o objeto das suas vistas, será, no meu entender, sempre a expressão do pensamento de Urquiza. Êste, elevando Garzón à presidência, vinga-se de Oribe e Rivera, e conta com o apoio para romper decididamente as ligações, que ainda o prendem ao ditador de Buenos Aires. — Excusado é repetir agora quanto se tem dito acêrca da impaciência, com que o jugo imposto pelo restaurador às províncias da Confederação, é suportado por D. Justo. É manifesto o interesse que há para Urquiza, como governador de Entre Rios e como homem particular, em poder obrar livremente, e desembaraçado dos impedimentos que lhe suscita a política do governador de Buenos Aires. Finalmente, segundo avisos dados por pessoa de ordinário bem informada, se poderia acreditar que Rosas já não hesita em lançar mão do que para êle é a última das razões. — A vida de D. Justo J. de Urquiza está ameaçada. — Tais são pouco mais ou menos as considerações de quantos julgam de boa fé as aberturas e indicações de Urquiza, que, não foram manifestadas somente a mim e a Herrera, mas também a terceira pessoa, que aliás não é investido de caráter algum público. Mas será com efeito Urquiza de boa fé? Em tudo quanto êle faz de manifestamente contrário à marcha e à pessoa de Rosas haverá uma comédia representada de acôrdo entre os dois para iludir os inimigos de Rosas e, principalmente, para fazer acreditar ao Brasil que, sem guerra, se pode chegar a um ajuste de tôdas as desavenças? Uma tal perfídia seria na verdade atroz; mas não seguem todos os caudilhos a máxima propalada pelo ditador, de

(1) Silva Pontes já se referira a Cuyás y Sampere em confidencial de 30 de julho de 50, como agente de Urquiza e conhecido de Herrera y Obes, a quem visitava com frequência.

que é lícito armar laços para apanhar tigres ? Não são tigres todos aquêles com quem o caudilho não sympatiza ? Não quero contudo fazer a Urquiza uma arguição de tal gravidade sem ter diante de mim outra prova mais do que a conjectura e a indução. — Faço estas indicações pelo natural interêsse que tomo em que o govêrno do Brasil não seja iludido : e porque pessoas há experientes dos negócios e dos homens dêstes países, os quais pensam que os movimentos, posição e marcha atual de Urquiza, quando não sejam comédia pura, tem apenas por fim alcançar de Rosas que se torne mais leve o jugo, sem alguma intervenção verdadeiramente séria de romper com o ditador, cujo poder tem a mesma índole e natureza do poder de Urquiza, posto que o caráter e idéias pessoais dêste assaz modifiquem êsse poder nos resultados práticos. — Quero, porém, supor que os interêsses da Confederação Argentina, e com especialidade os da província de Entre Rios, são encarados debaixo do seu verdadeiro aspecto. Quero, pois, acreditar que Urquiza procede de boa fé nas manifestações acima indicadas. — E sem dúvida da sua boa fé não me será lícito observar que por tal modo é êle exigente, que a sua cooperação de inércia ou ativa nos fica absolutamente frustrada *ex-vi* das suas exigências ? Pretende Urquiza que antes de fazer o Brasil o menor movimento sôbre o Estado Oriental o avise do que pretende fazer, dos motivos que para isso tem, e das reparações que lhe pareçam bastante para evitar a guerra. Se o Brasil anuir a esta exigência, Dom Justo está disposto a apresentar-se como mediador e a concorrer para que saiam do Estado Oriental as tropas argentinas, e a influir de maneira tal na eleição de presidente que o eleito seja o general Garzón. Se o Brasil, sem fazer o que levo exposto, faz entrar fôrças no Estado Oriental, o general Urquiza tomará parte na guerra contra o Brasil, e arrojará na balança o pêso dos entrerrianos e correntinos, com que êle ameaça a terra, o céu e o mundo. — Pelo menos é isso o que ouvi ao Sr. Cuyás ; e como eu lhe dissesse que tal pensamento de Urquiza indicava persuasão de que o general Oribe faz parte da Confederação ou indicava a existência, o que aliás tem sido negada pelo próprio general Rosas, me replicou, dizendo que nada disto havia ; mas que Urquiza considerava como *desaire* qualquer agressão da parte do Brasil sem que êle fôsse advertido com antecedência. Insistindo, porém, eu sôbre quanto havia de injusto em tal exigência, principalmente da parte de quem reconhece a justiça, que nas questões de Oribe assiste ao Brasil, respondeu Cuyás com a futilidade de que todos os homens têm paixões e de que Urquiza não é exempto delas. — Em face de um tal modo de argumentar e receoso de despertar desconfiança em Urquiza, pois estou certo apesar do segrêdo *sepulcral*, que me prometeu Cuyás lhe

há de êste narrar a conversação de que trato, julguei a propósito guardar para mim as reflexões que naturalmente me ocorreram, nascidas já de ver a Urquiza com pretensões iguais à que poderia ter um governador independente, e reconhecido como tal, e já da simplicidade com que o general dos exércitos da Confederação Argentina exige do govêrno, que vai romper hostilidades, a declaração prévia de que vai fazê-lo ! — Mas quando Urquiza obre de muito boa fé, sem a mais leve idéia de conduzir o govêrno imperial a uma dessas negociações que Rosas sabe dilatar por longo espaço de tempo, se as inteligências com o governador de Entre Rios não estão mais adiantadas, receio que os sucessos se precipitem antes de chegarmos a um **acôrdo**; e então Urquiza nos será hostil. Para lamentar será isso. — Urquiza, se não aliado, ao menos neutral, poderá concorrer muito para a melhor e mais pronta solução dos negócios; mas parece que se dá êle demasiada importância. Parece-me que um exército paraguaio sôbre a fronteira de Corrientes lhe não deixaria muita facilidade para mover-se. Isto porém depende essencialmente do estado de nossas relações com o presidente Lopes, como é claro. — Cumpre porém, notar que, segundo me referiu o Sr. Herrera, uma das medidas tomadas pelo govêrno brasileiro que incomodam a Urquiza, consiste na reunião de Correntinos emigrados, cujo comando se entregou a um dos Madariagas. Parece que êle considera esta medida como uma ameaça a Corrientes e, por consequência, à Confederação. — Estranho, porém, que não veja Urquiza que os correntinos não pertencem à mesma nação a que pertencem os orientais, e que por isso era necessário que se fizesse um depósito à parte, comandado por um oficial de sua nação, sem que nisso se possa descobrir o menor visio de hostilidade contra quem quer que seja. — Voltando, porém, à conversação com o Sr. Cuyás, devo observar que tive a cautela de dizer-lhe mais de uma vez que, sôbre o assunto em questão, careço absolutamente de instruções; que as minhas idéias a tal respeito são pessoalmente minhas, e confiadas a êle para não serem transmitidas a outrem; que estou persuadido de que o govêrno do Brasil não deseja a guerra, mas está na rigorosa necessidade de exigir satisfação pelos danos causados, e segurança de futuro para os súditos brasileiros residentes no Estado Oriental; que se os bons officios do general Urquiza podem chegar a êste resultado, estou certo de que o govêrno do Brasil os há de tomar na devida consideração; e que sendo a candidatura do general Garzón apoiada na geral opinião dos orientais, e oferecendo o caráter e precedentes do candidato dados suficientes para pensar-se que elevado ao poder tenha, para com o Império, uma política leal e justa, não vejo que objeção possa ter o govêrno do Brasil a essa candidatura. — Cuyás me disse também, mais de uma vez, que não tem

caráter algum público, nem missão para tratar; que as suas idéias são pessoais, e comunicadas debaixo de um segredo *sepulcral*, expressão assaz significativa para os que conhecem os costumes destes países; e que todavia como amante da paz e amigo do general Urquiza se oferece para ir a Entre Rios, e fazer conhecer a este verbalmente quaisquer proposições que dêsse modo, por intermédio da Legação, queira fazer-lhe o governo do Brasil. Respondi agradecendo o oferecimento, e afirmando que, dado o caso, eu me serviria da boa vontade que manifestava o Sr. Cuyás. — Depois o Sr. Herrera me falou neste assunto conforme notei no princípio desta carta; mas como disse que já de tudo tinha avisado a V. Ex.^a por intermédio do Senhor Lamas, e que além disso este negócio se entaboulo pelo Rio Grande do Sul, tomei daí pretexto para não entrar em reflexões. Contudo creio que em tudo isto alguma coisa há de importante; e muito sinto não ter agora à minha disposição os meios necessários para fazer chegar esta carta quanto antes às mãos de V. Ex.^a — Entretanto aceite V. Ex.^a a boa vontade de quem se preza de ser — De V. Ex.^a — Amigo, colega e obrgmo. criado. — *Rodrigo de Souza da Silva Pontes.*

Confidencial de Silva Pontes a Paulino, sobre as últimas aberturas de Cuyás, que lhe pedira solicitasse instruções, e sobre o agente de Urquiza, Muñoz, mandado ao ministro Batlle.

B — “Confidencial. — Montevidéu, 22 de fevereiro de 1851. — Ilm.^o e Exm.^o Amigo e Sr. — Depois de haver escrito a V. Ex.^a a minha carta de 30 de janeiro p.p., vejo que a posição de Urquiza se vai tornando cada dia mais clara. — As fôlhas públicas indicam de um modo terminante a desavença em que se acham o governador de Entre Rios e o de Buenos Aires. Cartas particulares escritas por pessoas de ordinário bem informadas pintam com vivas côres o estado de furor e raiva em que se agita o ditador contra Urquiza. Parece que ordem foi dada a Ximeno e a Olarrazabal, dois *machorqueiros* do quarto voto, para que se prepare uma demonstração popular contra Urquiza. — O próprio Cuyás, com quem falei ontem, pensa que não pode de xar de ter lugar mui pronto um rompimento completo. — Disse mais que talvez, em pouco tempo, teria de fazer-me alguma pergunta em nome de Urquiza, e que bom seria que eu estivesse preparado com ordens e instruções de V. Ex.^a, para dar-lhe a contestação, que fôsse conveniente. — Respondi que escreveria hoje a V. Ex.^a acêrca dêste assunto. — Entretanto posso referir mais o seguinte. Esteve aqui nestes últimos dias um F. Muñoz, vindo de Entre Rios, para onde regressa. Este homem disse que tinha ordem

do general Urquiza para falar com o ministro Batlle; e com efeito falou, narrando as ótimas disposições de Urquiza para romper com Rosas, e entender-se com o govêrno Oriental e com o Brasil; mas observou que Urquiza deseja que para o arranjo, e conclusão dos negócios do rio da Prata não intervenha poder algum que não seja americano, e que sendo indispensável pelas circunstâncias admitir o govêrno francês nesta aliança, seja êste admitido como auxiliar e em certo modo acompanhando apenas o movimento. — Creio que o ministro Batlle respondeu que nada se podia contestar sem que os desejos e idéias de Urquiza fossem enunciados por alguma pessoa, que, ao menos por uma carta, ou autorização escrita, provasse que falava com efeito em nome de Urquiza. — Muñoz não tinha carta nem autorização, que apresentasse. As coisas ficaram assim. — Posteriormente esteve Muñoz com Herrera, e, segundo êste me disse ontem, parece que a conversação foi a mesma. — Herrera, contudo, afirma não dar grande importância à exposição dêste segundo emissário. Disse, porém, que, por via de Cuyás, tinha escrito ao general Urquiza, assegurando-o das disposições do govêrno oriental, expondo as vantagens que poderiam tirar-se de um acôrdo, e notando que, segundo informações e notícias que possuía, não hesitava em acreditar que o govêrno imperial ouviria de muito boa vontade quaisquer proposições acêrca dêste importantíssimo negócio. — Não sei se Herrera avançou muito. Deveria talvez aguardar que alguma das pessoas, que lhe falam em nome de Urquiza, se mostrasse autorizada para isso. — V. Ex.^a notará também que as condições indicadas por Cuyás, e mencionadas na minha citada carta de 30 de janeiro, não são as mesmas que indicou Muñoz, posto que umas e outras não me pareçam de uma natureza muito prática, se a França rejeita os tratados de Leprédour, e aceita a nossa aliança, como é possível colocá-la nessa segunda linha, em que Urquiza quer que seja ela colocada? — Se tivesse, porém, certeza de que o Paraguai obraria de modo conveniente, para, ao menos, conter em *xeque* a Virasoro e a Urquiza, sendo necessário não me dariam cuidado as exigências dêste, pois que o seu próprio interêsse o obrigaria a ceder delas, para levar a efeito o rompimento que medita e que neste momento parece inevitável. — Eis aí quanto, segundo a frase de V. Ex.^a, tenho podido pescar. Estimarei que tudo preste para alguma coisa mais do que aquilo para que pode prestar quem se confessa — De V. Ex.^a — Amigo, colega e obrmo. criado. — *Rodrigo de Souza da Silva Pontes.*

In Arquivo Histórico do Itamarati, volume intitulado : *Legação do Império em Montevideu*, 222-4-6. Cópias extraídas dos originaes pelo Sr. Walter A. de Azevedo.

ANEXO IV

Confidencial de 11 de março de 1851, do ministro Paulino ao encarregado de negócios em Montevidéu, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, em que o autorizou a entrar em entendimentos com o general Urquiza.

“Exm.^o Amigo e Sr. — Tenho presentes as confidenciais de V. Ex.^a de 30 de janeiro, 5, 20 e 22 de fevereiro, e do 1.^o do corrente. Muito senti não ter podido escrever-lhe pelo Duarte da Ponte Ribeiro. Soube, já muito tarde, que o vapor que o levou passava por essa cidade. — O mesmo Duarte há de ter informado a V. Ex.^a sobre a missão que leva e por isso nada direi a respeito. Encarreguei-o de certificar a Herrera, com quem deve falar, da disposição, em que está o governo imperial, de sustentar a praça e romper, se a convenção Leprédour fôr ratificada. — Junto remeto cópia das proposições, que há dias me fez Lamas. Note que o *Comércio* del Plata dá uma idéia geral delas, como de intenção nossa ! — Estávamos dispostos a discutí-las, a adotá-las em geral, com modificações, exceto o art. 6.^o, mas à vista do que V. Ex.^a refere acêrca de Urquiza, resolveu-se um adiamento, ao menos por algum tempo, e em quanto não recebemos notícias ulteriores. — Com que prazer não receberia eu a notícia de uma demonstração da Mashorca contra Urquiza. — Também remeto inclusa (para o conhecimento de V. Ex.^a somente) uma cópia do tratado celebrado com o Paraguai, e já ratificado por sua majestade o imperador. Igualmente envio cópia de uma carta que escrevo ao presidente López, a fim de que V. Ex.^a faça um juízo completo sobre o estado das coisas. Queime a carta depois de a haver lido (2). Se López convier, como espero, e Urquiza se declarar, entraremos na luta, que então será pouco demorada, com fortíssimos auxiliares, e Rosas pode dizer-se perdido. O que eu não quisera é que nos puséssemos à mercê dessa ingrata gente de Montevidéu. — Não será então necessário seguir o plano indicado nas proposições de Lamas. Essas intimações a Rosas hão de dar ocasião e tempo a que os ingleses ou francêses se venham meter na questão, ainda que a título de mediadores e pacificadores. — Fundada a intimação na convenção de 1828, em que a Inglaterra foi mediadora, teria ela excelente pretexto para intervir, e Rosas vendo-se em apertos não se esqueceria de provocá-la. Quem sabe se Southern não tem já instruções para isso do nosso bom amigo Palmerston ? Se Urquiza, porém, se declarar, e se resolver a apoiar e promover a candidatura de Garzón (golpe terrível e

(2) Silva Pontes não queimou a cópia da carta. Esta existe no Arquivo Histórico do Itamarati, donde extrai cópia.

crime de lesa majestade para Rosas), romperemos com Oribe pelos agravos que dêle temos (o que abrirá o caminho a Garzón) e auxiliados por Urquiza e pelo Paraguai, fácil será expelir do território oriental as tropas argentinas, que sustentam Oribe. — Se isso se conseguir e Garzón, reunidos os orientais, fôr eleito presidente, ver-se-á Rosas na impossibilidade de lutar com o Estado Oriental, com Urquiza, com o Paraguai e com o Brasil, e de repor Oribe no Estado Oriental. Há de desandar rapidamente a roda da sua fortuna. — Garzón e Urquiza não terão remédio senão apoiarem-se no Brasil e serem-lhe leais. — As questões internas, que para elles hão de nascer destas novidades, hão de occupá-los e embaraçá-los bastante, para se lembrarem de complicar-se conosco. Será mais fácil então, se seguirmos uma política previdente e rigorosa, dar uma solução definitiva e vantajosa às nossas questões, para assegurar o futuro. — Este plano a meu ver apresenta grandes vantagens. — É o que menos pretextos e ocasião dá a que a Inglaterra e a França se venham envolver conosco. Não somos os únicos que figuramos na cena. Figuramos pelos agravos que temos de Oribe. Pomos Rosas de parte. — Auxiliaremos a candidatura de Garzón, aceita pelos orientais, e hostilizaremos Oribe, pela mesma razão ostensiva que dava Rosas para hostilizar Rivera, e sustentar Oribe, e sustentá-lo com forças argentinas. Hostilizando Oribe pelos agravos que dêle temos, abrimos a porta a Garzón. Sem declarar a guerra a Rosas (caso do art. 18 da convenção de 1828), damos-lhe um golpe mortal por tabela. — Entrando Urquiza neste plano, apresentado Garzón candidato à presidência, e sendo aceito pelos orientais, e mesmo pela gente da praça, fica removido todo o motivo de ciúme e de suspeita contra o Brasil, e tranqüilizada a suscetibilidade espanhola. — Teremos de fazer muito menos sacrificios, porque a guerra não pesará unicamente sobre nós, e teremos muito quem nos ajude. — Esse plano, porém, descansa todo sobre a suposição de que Urquiza aceda e se declare. — Vale a pena tentá-lo à vista das boas disposições de Urquiza. Se elle se não prestar, ou exigir coisas inadmissíveis, passaremos sem elle, e seguiremos outro caminho. — As primeiras proposições de Cuyás, que V. Ex.^a refere na sua carta de 30 de janeiro, são inadmissíveis. Por elas não deve o Brasil fazer movimento algum sobre o Estado Oriental, sem comunicar previamente a Urquiza a sua intenção. Então apresenta-se elle mediador entre o Brasil e Rosas, e concorre para que saiam do Estado Oriental as tropas argentinas. Concorre como? Por mediação, bons officios? Perante Rosas? Ora, esta não esperava eu! Rosas resiste à França e à Inglaterra e a tantos negociadores e há de ceder a Urquiza? Declarava-o traidor, e rompia abertamente. Logo *ad quid perditio haec?* E pode o imperador airoosamente aceitar a mediação de Ur-

quiza ? Pode um general argentino, considerando-se ainda como tal, ser mediador entre um governo estrangeiro e o seu ? E se Rosas assumir o cargo de chefe da Confederação, não ficará em tudo superior a Urquiza ? Isso não tem jeito nenhum. Urquiza promete mediação, influências, etc., que há de empregar em certo tempo e dadas certas condições. Isto traria demoras, atava-nos, e nada oferece de positivo e seguro. — Se não fossem as cartas posteriores de V. Ex.^a, nas quais me diz que a posição de Urquiza se vai tornando cada vez mais clara ; se eu não visse que com Rosas não há meio termo, ou obediência cega e absoluta, ou rebelião aberta ; se não visse que Urquiza, que nunca nos procurou, procura-nos agora, e que ultimamente, Cuyás mostra desejar que V. Ex.^a se ache preparado com ordens, instruções, etc. — Se eu não estivesse intimamente convencido de que a adesão e declaração de Urquiza, há de desmoralizar completamente o poder de Rosas e facilitar a nossa tarefa, eu seria de parecer que se desse logo de mão àquelas primeiras proposições de Urquiza. — Convém, portanto, que V. Ex.^a, correspondendo às aberturas de Urquiza, procure, quanto antes, entender-se com êle, por meio de algum agente seu, se o puder encontrar muito seguro (para o que fará a despesa precisa, sacando) ou mesmo por meio de algum agente do dito Urquiza, dando alguma prova ou certeza de que está autorizado pelo mesmo Urquiza. V. Ex.^a se entenderá com êle debaixo dos princípios e bases seguintes : O Brasil, com ou sem a adesão e coadjuvação de Urquiza, está resolvido a acabar com este estado de coisas, para obter segurança e tranquillidade para o futuro. Para isso conta com as forças de terra e mar que tem preparado e está preparando ; com as tropas que mandou engajar à Europa ; com a aliança do Paraguai (pode afirmar que existe este tratado) ; com as forças que existem na praça de Montevideu ; com as que há de trazer Pacheco y Obes, e com os emigrados que existem no Rio Grande. — Não tem ainda rompido porque tem estado a preparar-se ; porque ainda não estava celebrada a aliança com o Paraguai ; porque até agora julgou conveniente esperar que a França tomasse uma resolução sobre a convenção Leprédour, o que aclararia muito a situação, e, finalmente, porque esperava que a marcha e desenlace dos acontecimentos, enfraquecendo e criando embaraços a Rosas, facilitasse a solução das questões, sem a necessidade de uma guerra, ao menos prolongada. — O governo imperial não deseja e não julga conveniente aliança alguma com a França ou com outra nação da Europa, para a solução das questões do rio da Prata. Entende que elas devem ser resolvidas pelas nações a quem imediatamente interessam, e as que são americanas. Não admite influência européia na América. Nenhuma proposição tem feito ao governo francês, e nunca teve intenção de as

fazer. O que hoje deseja, e muito, é que a França se retire dos negócios do rio da Prata, e não o venha embaraçar e a seus contrerrâneos no arranjo dessas questões. — Não tem outra ambição senão a de assegurar a sua tranquillidade. Não pretende intervir nas questões internas dos estados vizinhos. Pretende que seja mantida a independência das Repúblicas do Uruguai e Paraguai. Não tomaria as armas contra Oribe e Rosas se estes se tivessem prestado a arranjar amigavelmente as dificuldades existentes, e tivessem adotado medidas que fizessem cessar as violências cometidas no Estado Oriental contra os súditos do Império. — O governo imperial nenhuma intenção hostil tem contra as províncias argentinas, respeita, como deve, a independência e glória da Confederação e nunca procurará intervir, por qualquer maneira e debaixo de qualquer pretexto, em seus negócios internos. As suas questões são com Rosas, e com Rosas somente, e com Rosas por causa de Oribe. — Teria punido o barão de Jacuí, se Oribe se tivesse prestado a fazer desaparecer os vexames e violências que deram causa às suas incursões. Os fatos praticados pelo barão de Jacuí são fatos passados com Oribe, que cumpriria pôr inteiramente de parte e esquecer, em qualquer arranjo com outra autoridade do Estado Oriental. — O governo imperial crê que a presidência do general Garzón poderia reunir todos os orientais, e restabelecer a paz e a prosperidade nessa República, firmando a sua independência. — Com êle se entenderia de muito boa vontade e amigavelmente para a solução de tôdas as questões que podem suscitar dificuldades para o futuro, a fim de assegurar a harmonia e uma paz permanente entre o Brasil e o Estado Oriental. — O governo imperial está pronto a entender-se com os generais Urquiza e Garzón para a realização desse plano. É preciso, porém, primeiro que tudo, que Urquiza se declare, e rompa com Rosas de uma maneira clara, positiva e pública, que se comprometa a concorrer para a expulsão de Oribe e das tropas argentinas do Estado Oriental, e para a presidência de Garzón. O governo imperial fará entrar tropas no Estado Oriental, de acôrdo com o governo de Montevideú, para expulsar Oribe. — Garzón deverá comprometer-se a arranjar, amigavelmente com o Brasil as questões pendentes. — Todos estes pontos serão depois mais desenvolvidos, quando Urquiza e Garzón acedam. O que é indispensável é que Urquiza se declare contra Rosas. — Estes negócios devem ser tratados entre o governo do Brasil, por meio de V. Ex.^a, Urquiza e o governo de Montevideú, sendo ouvido Garzón que deve dar o seu assentimento. Talvez Urquiza queira tratar com o governo de Montevideú e depois com o Brasil. Isso não nos convém. Devemos entender-nos conjuntamente. O presidente Lopes deve também ser sabedor do que se passa, e por isso o previno como V. Ex.^a verá da carta junta por

cópia (3). Faça V. Ex.^a as convenientes aberturas neste sentido a Urquiza (sempre com muita cautela) e a Herrera e comunique-me imediatamente o que se passar. Para que o possa fazer com brevidade que o caso requer, serão dadas as convenientes ordens ao chefe das forças navais. — Insista que é impossível obter de Rosas por mediação ou bons officios, que abandone Oribe. Isso sòmente servirá para prolongar uma situação que não se pode sustentar. — É preciso muita brevidade e decisão em tudo isso. Diz-me V. Ex.^a que Leprédour faz todos os esforços possíveis para persuadir ao seu govêrno que o imperial não procura de boa fé a aliança com a República Francêsa. Nunca procuramos essa aliança, nunca falamos nela, nem a desejamos. Nunca dissemos também que a não queríamos. Convinha-nos que o govêrno francês tivesse esperanças de a obter, para o animar mais a não ratificar a convenção Leprédour. Convinha-nos que a França continuasse a embarçar Rosas até que estivéssemos em boa posição para obrar. — Pelo contrário Saint-Georges tem-se mostrado muito desejoso de tal aliança, mas nunca fez proposições formais. — Falei a Lamas sòbre as quarantenas e fiz-lhe ver quanto convém que a divisão do Grenfell não seja ali vexada com alguma. Prometeu-me escrever sòbre isso ao seu govêrno. — Acabo de ter uma conferência com Lamas. Levei-o a desistir do seu projeto ao menos por agora. Expus-lhe o pensamento em geral desta minha confidencial e o sentido em que escrevo a Lopes. Depois de alguma discussão e objeções concordou comigo. Exige, porém, e dá muita importância a isso, que eu lhe declare ainda mesmo numa carta confidencial, que o Brasil não abandonará Montevidéu. Não pús dúvida porque é coisa assentada, mas disse-lhe que não sabia se lhe poderia mandar essa confidencial a tempo de ir pelo paquete, que deve sair no dia 13, porque sua majestade o imperador está em Petrópolis, e eu não posso mandá-la sem que êle aprove a redação. — Deixe faíar êsses sujeitos que gritam : “O que faz o Brasil ? Dorme ? Não há de fazer nada. Está perdendo a melhor ocasião ?” Êsses olham só para o que lhes convém, e nós devemos olhar também para o que nos é conveniente. O que há tantos anos se está passando no rio da Prata nos ensina que devemos ser cautelosos e seguros, e ver bem o modo e quando nos havemos de envolver na luta. As coisas vão amadurecendo e dispondo-se para melhor. — Fico inteirado de tudo quanto V. Ex.^a me diz acêrca das dúvidas de Batlle para assinar o contrato com o Irineu. — Entendi dever informar a êste do que ocorre para seu govêrno, e a fim de que procure segurar-se. — Com a que

(3) É a carta constante do Anexo V.

do Ministério em França e com o estado de agitação e incerteza em que se acha ali tudo, ficará certamente adiada a questão Leprédour sabe Deus para quando. É isso hoje um mal. — Concluirei aqui. — Creia que sou sempre com perfeita atenção e estima — De V. Ex.^a afo. amo. e col. — *Paulino José Soares de Sousa*. — Rio de Janeiro, 11 de março de 1851 (4).

ANEXO V

“Ilm.^o e Exm.^o Sr. Dom Carlos Antônio López. — Tive a honra de escrever a V. Ex.^a em data de 22 de fevereiro próximo passado, e vou fazê-lo novamente para comunicar a V. Ex.^a uma nova ocorrência a meu ver de grande alcance. Entendo que V. Ex.^a, como aliado do Brasil, deve ser de tudo comunicado até porque muito convém que marchemos de acôrdo. *Vis unita fortior*. — Há tempos que se suspeita que o general Urquiza deseja emancipar-se do pesado jugo de Rosas. Consta-me por informações, que me parecem ter grande pêso, que há profunda desinteligência entre ambos. Rosas está furioso contra Urquiza e fala-se em uma manifestação popular em Buenos Aires na qual será declarado traidor. — O que é muito certo é que Urquiza procura entender-se com o govêrno de Montevidéu e com o Brasil. Vamos corresponder às suas aberturas com a condição de que se declare, e rompa com Rosas de uma maneira clara, positiva e pública. — Se êste rompimento se verificar está Rosas perdido. Ora, Rosas é o principal obstáculo à paz e à tranqüilidade das fronteiras do Brasil na província do Rio Grande do Sul; é o principal obstáculo à independência, paz e prosperidade das Repúblicas do Paraguai e Uruguai, e à abertura do Rio da Prata às nações ribeirinhas. — Enquanto Rosas tiver o poder que tem, viveremos sempre inquietos e de arma ao ombro. — A declaração de Urquiza é, portanto, da maior importância. Vai enfraquecer Rosas extraordinariamente, facilitar e apressar a solução das questões do rio da Prata, pela forma que convém ao Brasil, ao Paraguai, à Banda Oriental, e mesmo às Províncias Argentinas, a cujos verdadeiros interesses não convém a continuação do atual estado de coisas e o monopólio insuportável que Rosas tem estabelecido em Buenos Aires, e que tanto incomoda em Entre Rios, a Urquiza. — A Urquiza declararemos muito positivamente que em qualquer arranjo definitivo não prescin-

(4) Esta cópia foi extraída pelo Sr. Walter Alexander de Azevedo, da minuta existente no Arquivo Histórico do Itamarati.

diremos da manutenção da independência das Repúblicas do Paraguai e Uruguai. Parece que Urquiza pretende que as forças argentinas evacuem a República Oriental e quer promover a candidatura de Garzón, e não sendo criatura de Rosas, estaria fora da sua influência. — Com êle arranjaríamos facilmente, de uma maneira permanente, as questões do Prata. Independência do Paraguai e Uruguai, questões de fronteiras e polícia delas, saída pelo rio da Prata para as nações ribeirinhas. — Se Urquiza se declarar abertamente contra Rosas, poderão entrar logo forças brasileiras no Estado Oriental para expelir dêle as forças argentinas, e começará a luta, independentemente da decisão da França sobre a convenção Leprédour. — Rosas, privado dos recursos de Entre Rios e Corrientes, tendo contra si Urquiza, há de ver desmoralizarem-se os que o têm sustentado, e desandar a roda da sua fortuna. — Muito deseja o governo imperial que V. Ex.^a entre nestas vistas, e o auxilie. — Conviria, portanto, poupar Urquiza, animá-lo, acolher quaisquer aberturas que êle fizesse a V. Ex.^a. V. Ex.^a resolverá em sua sabedoria. — A posição que tomou o Brasil, a sua aliança com o Paraguai, muito têm concorrido para que os acontecimentos se vão desenlaçando por essa maneira. Unámo-nos, Exm.^o Sr., marchemos de acôrdo, aliêmo-nos com todos aquêles que têm interêsse comum, e em menos tempo e com segurança, conseguiremos o nosso fim, que é uma paz duradoura, e a tranqüilidade e prosperidade dos nossos países. — Com a queda do Ministério em França, e com o estado de agitação e incerteza em que ali está tudo, ficará certamente adiada a questão da convenção Leprédour — o que hoje é um mal. Conviria que a decidissem já, ainda mesmo ratificando a convenção, porque a ingerência da França, ou de qualquer outra nação da Europa nestes negócios, é mais uma complicação. — Hoje que estamos preparados, que concluímos a aliança com o Paraguai, desejamos que a solução dêstes negócios do rio da Prata se apresse, e para isso aproveitaremos a primeira oportunidade. — Tenho a honra de ser, Exm.^o Sr., com os sentimentos do mais profundo respeito, e da mais afetuosa veneração, — o mais reverente criado e obrigado servidor. — *Paulino José Soares de Souza* — Rio de Janeiro, 12 de março de 1851.”

Esta cópia foi extraída da que enviou Paulino a Silva Pontes, anexa às instruções de 11 de março de 1851. Acha-se a cópia autenticada pelo official maior da secretaria: “Conforme — Joaquim Maria Nascentes d’Azambuja.” Foi o próprio Azambuja quem copiou a carta, pois a letra da cópia é dêle. (In Arquivo Histórico do Itamarati, numa pasta ou maço, com o seguinte título: *Despachos Reservados e Confidenciais, de 1849 a 1852* — 101-1-6. Ai neste maço se encontram várias cartas de Paulino a Silva Pontes, a Honório Hermeto e a Paranhos (originais) e cópias autenticadas das cartas de Paulino a López.)

ANEXO VI

Trechos da Confidencial de Silva Pontes, de 4 de abril de 1851, sôbre a primeira ida de Cuyás a Entre Rios. Original no arquivo do visconde do Uruguai. Há um extrato desta carta, tirada pelo próprio Pontes, junta à confidencial de 11 de abril de 1851, *in* Arquivo Histórico do Itamarati.

“Ilm.º e Exm.º Amigo e Sr. — Montevidéu, 4 de abril de 1851. — Tenho presente a carta confidencial com que V. Ex.^a me honrou aos 11 de março p.p., e cujo recebimento já foi acusado por mim. —

.....

Li com a devida atenção tudo quanto V. Ex.^a me comunicou pela citada carta : e a Herrera disse o que me pareceu conveniente dizer-lhe segundo as ordens de V. Ex.^a, e segundo preveni a V. Ex.^a pela minha citada carta de 28 de março último. Não duvidaria hoje tanto do bom êxito da negociação a não ser o desagradável incidente da intimação de que V. Ex.^a me fala na sua carta de 15 do mês derra-deiro, cuja recepção também acuso de novo. Pela minha de 20 de março último saberá V. Ex.^a que intimação semelhante já tinha sido feita a Rosas, é fora de dúvida que o ditador há de aproveitar êste incidente para incutir a Urquiza terror e desconfiança acêrca do procedimento do govêrno do Brasil, cumpria portanto enviar quanto antes a Urquiza uma pessoa da confiança dêste, que além de fazer as aberturas indicadas na mencionada carta de 11 de março possa afirmar-lhe que o Brasil não se assusta com a intimação da Inglaterra, e terá respondido ao ministro inglês mostrando que tal intimação é destituída do fundamento, que se lhe pretende dar. Na falta de outra pessoa mais qualificada, entendi que devia aproveitar os serviços, que de novo me veio ofereceu Cuyás, dizendo que tinha recebido aviso para ir a Entre Rios : mas êle tencionava demorar-se ainda quinze dias; e para resolvê-lo a partir quanto antes me obriguei a pagar o frete de uma pequena embarcação, das que chamam aqui baleeiras. Para isto me pediu dezoito onças, que lhe entreguei, e pelas quaes vou sacar sôbre o official maior da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, como por importe de despesas secretas. A baleeira, que deve ter partido ontem, há de esperar por Cuyás em Gualeguaiichú para o reconduzir a esta cidade. Daqui àquêlê pôrto se pode calcular em seis dias numa viagem feliz. Daquêle pôrto à estância onde reside Urquiza, são dois dias de viagem. Oito dias pelo menos são necessários para que D. Justo consulte os seus amigos Virasoro e Garzón, e dê uma contestação; e outros oito para que Cuyás esteja de volta em Montevidéu, de maneira que, se as coisas correrem muito beni, não poderei despachar o *Golfinho* antes de 26 dias, pois que, em

chegando o Cuyás, precisarei talvez de 48 horas para escrever e para que se apronte a partir o vapor. O mais seguro é pensar que só no fim do mês possa com efeito sair o *Golfinho* dêste pòrto. Entretanto eu instruí o melhor que pude (verbalmente) a Cuyás, tanto acêrca das bases sôbre as quais o govêrno imperial deseja pôr-se de acôrdo com Urquiza, como acêrca da contestação, que se deve ter dado à intimação de que acima falei. Cuyás se mostrou persuadido de que Urquiza aceitará as bases propostas; e acredita que êste romperá com Rosas, declarando que reassume os poderes concedidos ao ditador pelo tratado de 4 de fevereiro de 1831, que exercerá os direitos de chefe de uma nação livre e independente, reconhecidos por êsse tratado, e que os exercerá enquanto Rosas esteja no poder. Parece a Cuyás que Urquiza não tem o menor temor de Rosas pelo que respeita às fôrças de terra, mas que o teme pelo receio de que o restaurador lance corsários sôbre o comércio de Entre Rios, e opere contra D. Justo por meio da esquadilha de Buenos Aires. Parece a Cuyás que se há de exigir muito expressamente o auxílio e proteção das fôrças navais Brasileiras estacionadas no rio da Prata, e nos rios do interior para frustrar as vistas de Rosas sôbre êste ponto. Conviria também, segundo o parecer de Cuyás, a occupação da ilha de Martin Garcia. Acêrca dêstes pontos, e acêrca dos que naturalmente ocorrerem, quando se medita sôbre as bases propostas, espero que V. Ex.^a me dê instruções precisas e me declare a forma por que se há de dar constância ao que se ajuste, como já pedi na minha carta mais de uma vez citada de 28 de março último. — De V. Ex.^a — Amigo, colega, e Obrgmo. criado. — *Rodrigo de Souza da Silva Pontes.*”

Esta confidencial seguiu dias depois de escrita, pois o navio que partia era o inglês *Rifleman*, que não inspirava confiança. Assim Pontes escreveu a confidencial de 5 de abril, de que dou o *fac-simile* na gravura n.º 5.

ANEXO VII

Confidencial de Silva Pontes a Paulino, de 28 de abril de 1851, in Arquivo do visconde do Uruguai. (Trechos referentes a Cuyás e Muñoz.)

“Ilm.º e Exm.º Amigo e Sr. — Montevidéu, 28 de abril de 1851. — Chegou Cuyás no dia 16 do corrente, e por consequência muito antes do prazo, que se tinha marcado; e conquanto assevera que Urquiza e Garzón aceitam de bom grado as três bases indicadas por V. Ex.^a, contudo não deixou de desgostar-me a notícia de que a

circular de 3 de abril presente ainda não foi expedida, posto que as expressões da carta de Urquiza a Herrera, explicadas pelas asserções do portador o Sr. Muñoz indicavam que ao receber a dita carta já o ato da remessa da circular estava consumado. Urquiza dizia: "Voy a expedir." Muñoz, que apesar de sua reconhecida leviandade, se apresentava portador da carta, e até certo ponto homem de confiança de Urquiza, deveria ser acreditado, quando afirmava que a remessa da circular era, como disse, um fato consumado de que êle tinha sido testemunha. Parece certo que Muñoz faltou a verdade: muitos, e entre outros Cuyás, explicam êste ao pelo caráter frívolo e pelo hábito de mentir do Sr. Muñoz; mas Urquiza castiga com tal rigor aos que ofendem os seus interesses, que necessário é ser quase louco para se proceder de tal maneira sem ordem, ou permissão do governador de Entre Rios. Na hipótese porém de que êsse ruído se fez por determinação de D. Justo, qual seria a determinação de Urquiza? Não me atreverei a levantar suspeitas principalmente quando tôdas as coisas, que passam pelas mãos do nosso amável Dom Manuel Herrera, se ressentem da brilhante imaginação de S. Ex.^a De mais é opinião geralmente estabelecida a de que entendendo-se o Brasil com Urquiza terão os negócios do Prata a melhor e a mais fácil solução possível. Se pois cessassem as relações entabuladas, um golpe moral assaz grave sofreria a nossa causa. Entendo portanto, que se não teve com efeito lugar a remessa da circular mencionada, não devemos por isso interromper ou fazer cessar a negociação, mas insistir pela remessa da tal Circular, ou por qualquer outro ato manifesto, consumado, e que constitua de maneira positiva e categórica o desejado rompimento. Entretanto passo às mãos a carta original que me dirigiu o general Urquiza, e a que vou responder nos termos constantes da cópia designada com a letra B. Cumpre, porém, notar que, entretanto, não chegam as ordens de que julgo será portador o *Golfinho*, tenho conversado algumas vêzes com Cuyás e Herrera sôbre os termos em que se possa fazer um ajuste. Ambos assentaram em escrever num papel alguns artigos para base da discussão. Não tem isto caráter algum official. Ainda que concordemos, nada será assinado, mas tão sômente apresentado a cada um dos respectivos governos como informação particular dos seus respectivos agentes. Anuí a esta idéia em grande parte para melhor conhecer o pensamento dos nossos futuros aliados, e para não descontentar, principalmente, a Urquiza, com o qual é necessário ter tôdas as atenções possíveis, a fim de que não dispare campo fora. Por esta razão também anuí a que o tal Muñoz fôsse (no seu regresso a Entre Rios) conduzido na *Euterpe* até o fundeadouro de Buenos Aires para dalí ser levado

a Martin Garcia a bordo do *Eolo*, como de fato aconteceu. Muñoz tinha receio de ser apreendido na volta a Entre Rios, pois que segundo se acredita Rosas faz cruzar baleeiras armadas com o fim de apoderar-se dos emissários, e da correspondência de Urquiza com o governo de Montevideú. Pensei que era do meu dever obstar, se podia, a que tal desastre se realizasse ao menos desta vez. De mais o Senhor Muñoz me falava em nome do general Urquiza para que o protegesse na sua retirada : e era político dar consideração ao que se pedia em nome do general : mas devo notar que a viagem do *Eolo* a Martin Garcia está mais que muito justificada (no meu entender) pelas razões dadas, e (no meu entender também) ostensivamente pelo officio reservado que dirige ao Parker

ANEXO VIII

Autorização de Paulino a Silva Pontes, para que êste acordasse com um agente de Urquiza as bases do futuro convênio.

(A) “Reservadíssimo n.º 1 — Em 16 de abril de 1851. — Sua majestade o imperador houve por bem ordenar-me que autorizasse a V. Ex.^a para entender-se e acordar com o agente para êsse fim autorizado pelo Sr. general Dom Justo José de Urquiza, nos termos das instruções que para isso dei a V. Ex.^a, reduzir a escrito o que se houver acordado, não esquecendo de consignar no acôrdo a parte das mesmas instruções relativa à independência das Repúblicas do Uruguai e Paraguai, os sentimentos do governo imperial para com as províncias e Confederação Argentina, cuja integridade e independência não pretende atacar, e em cujos negócios internos não pretende por modo algum envolver-se. Deus guarde a V. Ex.^a”

Cópia extraída pelo Sr. Walter A. de Azevedo. *In* Arquivo Histórico do Itamarati.

Confidencial de 22 de abril de 1851, em que Paulino faz alguns aditamentos às instruções de 11 de março de 1851.

(B) “Exm.º Amigo e Senhor. — Tenho presente a confidencial de V. Ex.^a de 11 do corrente, bem como o extrato da de 4 que a acompanhou. — As notícias que V. Ex.^a dá são em verdade excellentes, e causaram satisfação a sua majestade o imperador e a todo o Ministério. — Remeto a V. Ex.^a cópia da resposta que dou à intimação de Hudson, a fim de que V. Ex.^a faça dela o uso conveniente, para

destruir quaisquer receios e dúvidas que a dita intimação possa ter produzido a respeito da marcha que tem de seguir o governo imperial. — Ainda não tivemos uma intelligência direta e terminante com Urquiza, pelo que espero com impaciência a volta de Cuyás, com a resposta que há de trazer a V. Ex.^a — O portador da carta de Urquiza a Herrera disse a êste que Urquiza desejava que o governo do Brasil cooperasse collocando sôbre a fronteira o seu exército e coibindo por meio da esquadra os esforços que Rosas possa fazer para hostilizar Urquiza pelos rios do interior, ou pelo rio da Prata, e protegendo dêste modo o movimento dos orientais para expelir Oribe. — Nenhuma dúvida temos em fazê-lo, mas é preciso que preceda alguma intelligência e arranjo direto com Urquiza. — Não devemos obrar sômente em consequência de recados que chegam ao nosso conhecimento por meio de Herrera. — Contudo vai ordem ao presidente da Província do Rio Grande para ir movendo o exército para fronteira, porque isso no estado em que estão as coisas convém, para nos dar maior força moral, e importância nas questões que vão desabrochando. — As operações subseqüentes do exército ficam dependendo da intelligência e acôrdo com Urquiza. Nada se pode determinar sem sabermos o que êle pretende fazer. V. Ex.^a pode assegurar-lhe cooperação do nosso exército contra Oribe. Pode assegurar-lhe também a da nossa esquadra. — Se os acontecimentos se precipitarem de tal modo, e unicamente neste caso, que, realizado o acôrdo com Urquiza, haja perigo em demorar, até que vá ordem daqui, o auxílio naval de que acima falei, V. Ex.^a o poderá requisitar ao Chefe da Esquadra Grenfell, ao qual vai ordem para o dar, sôbre requisição de V. Ex.^a Para isso, porém, será necessário que Urquiza tenha marchado sôbre Oribe, para expeli-lo da Banda Oriental, e que Rosas envie forças pelos rios do interior, ou pelo Prata, para hostilizar Urquiza, e socorrer Oribe. — Então as nossas forças navais serão destinadas a guarnecer os pontos por onde tais auxílios têm de passar, e a embaraçá-los com o fundamento de que vão para Oribe. — V. Ex.^a deve ter bem presentes duas considerações em todos êstes negócios, para que haja coerência e segurança no nosso procedimento: 1.º — que nós figuramos nesta questão contra Oribe e não contra Rosas (ao menos por agora) embora quanto ao resultado hostilizar Oribe seja o mesmo que hostilizar Rosas; 2.º — que deve sempre preceder um ajuste com Urquiza nos termos da base que remeti a V. Ex.^a, e no qual tenha parte o governo de Montevidéu. — Creio que V. Ex.^a deve assistir às conferências que tiverem lugar entre Herrera e quaisquer agentes de Urquiza, e não consentir que se trate de coisa alguma sem sua audiência e conhecimento, opondo-se aberta e enérgicamente a qualquer ajuste separado entre o governo oriental e Urquiza. Tudo

quanto V. Ex.^a refere haver feito no extrato da carta confidencial de 4 do corrente fica aprovado e muito aprovado. — Continue meu estimável amigo a fazer tão bons serviços, que lhe hão de dar glória, e muita satisfação aos seus amigos. — De V. Ex.^a etc. — Rio de Janeiro, 22 de abril de 1851.”

Cópia extraída pelo Sr. Wálter A. de Azevedo. *In* Arquivo Histórico do Itamarati.

ANEXO IX

Ofício reservadíssimo de Silva Pontes a Paulino, de 4 de junho de 1851, com o qual remeteu o convênio celebrado a 29 de maio de 1851. Ainda hoje se encontram juntos ofício e convênio no Arquivo Histórico do Itamarati, num volume intitulado : *Legação Imperial em Montevidéu — Reservado — 1851-1852 (222-4-6)*. Daí se extraíram a cópia do ofício, que transcrevo aqui, e o *fac-simile* do convênio, que reproduzo na gravura n.º 8.

A) “Reservadíssimo — Legação do Império do Brasil na República Oriental do Uruguai — Montevidéu, 4 de junho de 1851 — Ilm.º e Exm.º Sr. — Parágrafo único — Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.^a o convênio que, segundo as ordens de V. Ex.^a, foi ajustado por mim com o ministro das Relações Exteriores desta República e o agente do governador Dom Justo José de Urquiza; e ansioso aguardo a decisão do govêrno imperial sôbre êste assunto. Deus guarde a V. Ex.^a — Ilm.º e Exm.º Sr. Paulino José Soares de Sousa, ministro e secretário de Estado dos Negócios dos Estrangeiros. — O encarregado — Rodrigo de Sousa da Silva Pontes.”

Reservadíssimo de Paulino a Pontes, de 17 de junho de 1851, em que acusa o recebimento do convênio e do reservadíssimo de 4 de junho de 1851. *In* Despachos reservados e confidentiais — de 1849 a 1852 (101-1-6), Arquivo Histórico do Itamarati.

B) “Tenho presente o seu ofício reservadíssimo de 4 do corrente, e o convênio a que se refere, e que logo levei ao alto conhecimento de sua majestade o imperador. — Está o mesmo augusto senhor resolvido a ratificá-lo, e espero que essa ratificação irá pelo primeiro vapor. Apenas serão exigidas algumas modificações para maior clareza sôbre pontos que não são essenciais. Não obstante, o conde de Caxias, que parte para o Rio Grande do Sul por êstes três dias, leva ordem para o executar tal e qual, enquanto aquelas modificações e esclarecimentos não são admitidos.”

ANEXO X

Instruções do ministro Paulino ao conde de Caxias :

“Cópia — Reservadíssimo e secreto. — Rio de Janeiro — Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 16 de junho de 1851. — Ilm.º e Exm.º Sr. — Havendo V. Ex.^a sido nomeado presidente do Rio Grande do Sul, e comandante em chefe do exército, cumpre que V. Ex.^a seja completamente informado acerca da nossa posição atual com os Estados vizinhos, e sobre as idéias e vistas do governo de sua majestade o imperador. Para esse fim remeto junto por cópia : 1.º — O tratado celebrado em 25 de dezembro próximo passado com a República do Paraguai. Esse tratado foi celebrado debaixo do império de outras circunstâncias, e em uma posição que os últimos acontecimentos acabam de exceder e ultrapassar extraordinariamente. Não pode portanto reger a posição atual, mas é uma base de aliança, de harmonia e de mútuo auxílio entre aquela República e o Brasil. — 2.º — O convênio celebrado entre o nosso encarregado de Negócios em Montevideu, o governo dessa República e o Plenipotenciário do general Urquiza, munido dos necessários plenos poderes. Esse convênio não está ratificado, como V. Ex.^a verá do seu preâmbulo, mas não pode deixar de ser pelo governo de Montevideu, que presente no lugar da negociação, acedeu, e pelo general Urquiza, à vista dos plenos poderes que tinha o seu agente. — O governo imperial está resolvido a ratificá-lo. Apenas exigirá alguns esclarecimentos para maior clareza sobre pontos que vão ser essenciais. Tudo quanto a esse respeito se passar será comunicado a V. Ex.^a, que, no entretanto, deverá regular-se pelo dito convênio, tal qual se acha. 3.º — As cartas que em data de 13 do corrente e de hoje dirijo ao presidente do Paraguai. Delas verá V. Ex.^a qual é o auxílio e concurso que lhe pedimos e esperamos. 4.º — As ordens reservadas e confidenciais que em data de hoje expeço ao nosso encarregado de Negócios em Montevideu. V. Ex.^a deverá esperar a sua requisição para entrar no Estado Oriental. — Pela Guerra e Marinha serão comunicadas a V. Ex.^a as ordens, cuja expedição pertence a essas repartições. — O fim de V. Ex.^a é atacar Oribe, forçá-lo a levantar o sítio de Montevideu, seguir e destruir as suas forças, e pô-las na impossibilidade, ou pelo menos na maior dificuldade de nos fazerem mal, bem como ao governo oriental e a Urquiza. — V. Ex.^a deverá logo que chegar à província do Rio Grande do Sul tratar de pôr-se de inteligência com o presidente do Paraguai, Urquiza, Garzón, e com o nosso encarregado de Negócios em Montevideu, que servirá de intermédio entre V. Ex.^a e o governo oriental. Convirá que V. Ex.^a

escreva ao presidente do Paraguai no mesmo sentido em que lhe escrevo, para que elle se convença de que V. Ex.^a conhece perfeitamente e vai executar o pensamento do governo imperial. Logo que V. Ex.^a chegar ao Rio Grande do Sul fará seguir immediatamente e com toda a segurança a minha correspondência para o Paraguai, não poupando sacrificios para que ella chegue às mãos do encarregado de Negócios Bellegarde, com a maior rapidez, e fazendo ver ao portador della, que a maior brevidade com que a apresentar ali lhe será levada em conta de muito bom serviço. — Convirá que V. Ex.^a dê todas as providências para que a correspondência entre este Ministério e a Legação Imperial na Assunção seja feita com toda a regularidade e segurança. — Se tendo chegado às proximidades da cidade de Montevidéu convier que os doentes, feridos e inválidos sejam recolhidos e tratados na mesma cidade, V. Ex.^a dirigirá à Legação Imperial as convenientes requisições, bem como de outros quaisquer auxílios que lhe sejam necessários, para que ella se entenda com o governo da praça. — Se Oribe fôr socorrido com forças pelo governador de Buenos Aires ficará Urquiza mais aliviado, e nesse caso V. Ex.^a deverá exigir do mesmo Urquiza que venha, ou mande auxiliá-lo com forças pelo menos iguais ao reforço que Rosas tiver enviado (5). Se, o que não é de crer, Oribe atravessando o Uruguai, passar a Entre Rios, collocando Urquiza entre suas forças e as que existem em Santa Fé, V. Ex.^a deverá segui-lo, para auxiliar Urquiza, fazendo nesse caso toda a diligência para se entender previamente com elle, de modo que não pise o território de Entre Rios sem o seu consentimento. — De toda a correspondência relativa a estes assuntos junta ao meu Relatório e de todos os documentos aquí juntos verá V. Ex.^a que as nossas questões e a nossa luta são com Oribe, e que ao menos por ora não estamos em hostilidade com a Confederação Argentina. Não obstante vamos entrar em hostilidade aberta com as forças argentinas que estão, entrarem, ou pretenderem entrar no Estado Oriental em socorro de Oribe. Devem ser embaraçados e repellidos pela força todos os socorros que Rosas pretenda dar-lhe. — Podem ocorrer circunstâncias e casos imprevistos nestas instruções, e que mui difficil, se não impossivel, é prever, mas quando tal aconteça confia sua majestade o imperador do atilamento, experiência, discrição e zelo de V. Ex.^a, que tendo em vista o fim principal da sua comissão, e o quanto convém manter e fortificar as boas

(5) Estas instruções foram dadas antes da conferência de Urquiza, Grenfell e Herrera e pelo que se dizia de Urquiza era de supor um pouco differente a campanha do que foi. Enquanto o Brasil liquidava Oribe, Urquiza se incumbia de Rosas. Esta era hipótese prevista nestas instruções.

relações com os Estados vizinhos, V. Ex.^a sairá das dificuldades, pela maneira a mais acertada, a mais justa, e gloriosa. — Deus guarde a V. Ex.^a — *Paulino José Soares de Souza* — Sr. conde de Caxias. — Conforme. Joaquim Maria Nascentes d'Azambuja." (*In Arquivo do visconde do Uruguai.*)

ANEXO XI

Carta do general Urquiza a Silva Pontes, de 21 de julho de 1851 :

Cópia — “Viva la Confederación Argentina !! — Mueran los Enemigos de la Organización Nacional !! — Cuartel general en Paysandú, Julio 21-851. — Illmo. Señor Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, encargado de Negocios de S. M. el Emperador del Brasil. — Mi distinguido amigo. — El cúmulo de atenciones que me rodean no me permiten contestar detenidamente à su estimada del 18 que hé recebido con mucha satisfaccion. — Ya de antemano estaba instruido de la resolucion del Gobierno Imperial para ratificar el Tratado de Montevideo con las pequeñas alteraciones que se ha creido necesario introducir en los articulos 2 y 3, y por lo tanto ya hé autorizado al Representante de Entre Rios y Corrientes residente en Monevideo, para que a mi nombre lo ratifique, autorizacion que hé creido darle, por no demorar su ratificacion, pues yo no podré hacerlo, desde que tengo que entrar en operaciones militares y tan activas cual lo demandan los intereses reciprocos del Brasil, y los Gobiernos aliados. — Sobre los demas puntos de su carta de V. quedo perfectamente instruido. — Ahora debo escribir a V. participandole que el 19 á la noche el primer cuerpo del Ejercito de operaciones á las inmediatas ordenes del infrascripto, tomó posesion de este pueblo sin ningun obstaculo: que el General Oriental Dn. Servando Gomez y toda la fuerza á sus ordenes estan yá á las ordenes mias; pues este distinguido Gefe ha sido el primero en enseñar á sus desgraciados compatriotas, que es preciso combatir á los opresores de sua patria: el Coronel Dn. Bernardo Gonzales, de las fuerzas del tirano de Buenos Ayres tambien es uno de nuestros mas decididos amigos, como lo son todas estas gentes que nos han recibido con los brazos abiertos y como á sus libertadores. Muy pronto puedo asegurar á V. quedará despejado todo el territorio del Norte del Rio Negro. — Soy de V. como siempre affmo. amigo — S.S. — O.B.S.M., (Assignado) Justo J. de Urquiza.” “Está conforme. *Miguel Carlos Corrêa Lemos*, Sect.^o Int.^o”.

A cópia desta carta acha-se anexada à confidencial de Pontes a Paulino, de 30 de julho de 1851, no Arquivo do visconde de Uruguai, e o original no Arquivo Histórico do Itamarati.

ANEXO XII

Carta confidencial de Herrera a Silva Pontes, de 27 de junho de 1851 :

“Confidencial Reservadíssima — Ilmo. Sñr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes. — Abordo del vapor Uruguay frente á Gualeguaychú, Junio 27 de 1851, medio dia. — En los momentos de partir para esa capital llegó el Secretario del Sñr. Almirante Grenfell con comunicaciones para el Sor. Gobernador de éste Estado de Entre Rios; y en consecuencia de ellas ha determinado tener una conferencia con el Sor. Almirante á que debo yo concurrir. — Esto demorará mi regreso dos dias mas. Entretanto debo prevenir á V.S. que segundo lo convenido el Sor. Gobernador estará con su ejercito pronto desde el diez del entrante Julio. Lo estará tambien el Sor. General Garzón; y el 18 del mismo pasaran ambos ao territorio Oriental. — Siendo de la primera importancia que todas las operaciones comiencen á un mismo tiempo, y se executen simultaneamente conforme a lo que se ha estipulado, es convenido tambien que ninguno movimiento militar se efetue por la frontera del Brasil antes de que sea expresamente indicada su oportunidad. Lo contrario traria inevitablemente graves complicaciones, y consecuencias que pudieran ser funestas. — En esta virtud ruego a V.S. se sirva dar las ordenes convenientes para que el acuerdo de que instruyo a V.S. en esta, tenga completamente efecto; ó para que si las operaciones militares hubiesen comenzado se suspendan inmediatamente mientras que pueda yo instruir personalmente á V.S. de quanto ha sido acordado, y entonces tomarse de comum consentimiento las medidas, que se julgen mas convenientes. — Luego que haya tenido lugar la conferencia partiré en el vapor Alfonso. Entretanto me repito — De V. S. S. affmo, am.º y servor. — *Manuel Herrera y Obes.*”

Cópia extraída pelo próprio Silva Pontes e anexada á confidencial de 29 de junho de 1851, in A.H.I. *Legação Imperial em Montevideu — Reservados — 1851 a 1852 (222-4-6).*

ANEXO XIII

Carta de Urquiza a Pontes, de 9 de agosto de 1851, de Salsipuedes, e comunicação de Servando Gómez a Urquiza, de 8 de agosto de 1851, a que se refere Urquiza na sua carta.

Cópia — “Viva la Confederación Argentina !! — Mueran los Enemigos de la Org.^ª Nacional !! — Cuartel Generale en Salsipuedes — Agosto 9 de 1851. — Señor Rodrigo de Souza da Silva Pontes.

— Despues de una marcha de mas de cuarenta leguas hé hecho alto en estos lugares, por que el General Dn. Ignacio Oribe con el resto de las fuerzas que le han quedado, ha pasado al Sud del Rio Negro abandonandonos todo el territorio del Norte, y dejandonos en la Picada de Oribe, que es el lugar donde pasó, carretas y algunas cabal-ladas, despues de haber sufrido una gran disminucion en su fuerza, pues los Orientales del Norte del Rio Negro en su mayor parte lo han abandonado, lo que prueba evidentemente la desmoralizacion del Ejercito enemigo, y las simpatias que encuentran las armas liberta-doras. — La copia del parte que le acompaño, le instruirá á Vd. sufi-cientemente. — Yo, con una parte del Ejercito á mis inmediatas órde-nes, empecé mi marcha del Pueblo de Pay-Sandú el 28 del p. pdo. por la Cuchilla Grande, buscando al enemigo, y el contacto de las fuerzas de S. M. el Emperador, que comanda el Señor conde de Caxias, y que segun mis indicaciones ha debido emprender sus mar-chas el 20 del pasado por la misma Cuchilla buscando las puntas del Tacuarembó; lo que no habrá podido realizar, empedido por los malos tiempos y por las muchas lluvias que han habido; pues hasta hoy ningunas noticias tengo del Señor Conde. — El Señor General en Gefe del Ejercito Oriental. que ha quedado con el resto de mi Ejercito, y que pasó en el Hervidero, aun no se ha incorporado á mi, lo que no es de estrañar, desde que las inmensas lluvias, y el estado de los arroyos han debido detenerlo del otro lado del Queguay, que es una barrera bastante fuerte. — Sin embargo, hoy que todo el Norte del Rio Negro es nuestro, y el que ha abandonado el General Oribe, hostilizado por mi vanguardia á las órdenes del Señor General Gomez, que aun que de sola caballeria, ha tenido que escopetearse con la infanteria enemiga que estaba apoyada en la artilleria que tenia, y que ocupaba un terreno lleno de obstaculos, á lo que esclusivamente debe el no haber sido aniquilado por mis soldados, yo creo que muy pronto las fuerzas de los Gobiernos aliados estarán en contacto, y que entonces emprenderemos definitivamente las operaciones que han de darnos los mas pronto y felices resultados. — La desmoralizacion de nuestros enemigos es grande, y tanto la dispercion que ha sufrido el Ge-neral Oribe, que de cinco mil hombres que de las tres armas debia tener al Norte del Rio Negro, solo ha pasado al Sud como mil seiscientos á mil ochocientos. — En Tacuarembó está el Comandante Barbat reu-niendo á favor nuestro todo el Departamento, y seguramente que reu-nirá mucha gente; pues es un Gefe de credito, y porque según van las cosas todo el Pais se pronunciará por nosotros. Pay-Sandú y el Salto es enteramente nuestro. — Todo nos anuncia mi querido amigo, el pronto termino de esta campaña que afianzará la indepen-dencia Oriental, por lo que se han puesto en armas los Gobiernos

aliados. — Soy de Vd. con mi acostumbrado afecto, su buen amigo y S.S. — (Assignado) Justo J. de Urquiza. — Está conforme. — *Miguel Carlos Corrêa Lemos, Sect.º Int.º*”

Cópia — “Viva los Defensores de las Leyes!! — El General en Operaciones sobre el enemigo. — Campamento en la costa del Rio Negro, Agosto 8 de 1851. — Al Exm.º Señor Gobernador y Capitan General de la Provincia de Entre Rios General en Jefe de su Ejercito, Brigadier D. Justo José de Urquiza. — En mi comunicacion de ayer dije á V.E. que me reservaba para despues el darle los detalles circunstanciados de la pasada del General Dn. Ignacio Oribe al Sud del Rio Negro; hoy me es satisfactorio poner en conocimiento de V.E. que las fuerzas enemigas al mando de este General emprendieron su pasaje el dia 6 y que concluyeron en la madrugada del 7 en la picada denominada de Oribe, siendo hostilizada por las que obedecen á mis órdenes no habiendo tenido por nuestra parte sino tres heridos, y dos caballos muertos á bala de cañon. Los enemigos tuvieron 4 muertos, algunos heridos y la perda de muchos hombres que abandonaron la fila de la tirania, para incorporarse á nosotros, y dejando en poder nuestro mas de seis mil caballos en buen estado, carretas, buyes y otras muchas bagajes que por no ser tan minucioso no enumero á V.E. — Le han encontrado mas de doscientos caballos unos desgarrados y otros degollados, y averiguado de los pasados el motivo que hubo para poner estos caballos en ese estado dijeron que era orden del General Oribe el degollar toda la caballada; pero lo que no pudieron realizarlo porque nuestros soldados los hostilizaron activamente hasta el mismo punto. — Las fuerzas de que se compone la columna de D. Ignacio Oribe segun declaraciones de todos los pasados, es de siete fuerzas de artilleria seiscientos infantes y ochocientos hombres de caballeria á los que siguen como ochocientas mugeres. Segun declaraciones de algunos Argentinos pasados, dicen que los demas no abandonarán las filas del General Oribe, por que les hacen entender que a todos se les deguella. — Me es satisfactorio comunicar á V.E. que las fuerzas del Departamento de Tacuarembó han prestado una cooperacion activa demostrando el mayor entusiasmo por nuestra hermosa causa, pues un solo hombre no ha seguido al impotente enemigo. El Comandante General de este Departamento, Comandante Barbat se halla á la cabeza de una fuerte reunion que no bajará de quinientos hombres incluso los que estan á mis inmediatas ordenes. — Todos, Exm.º Señor, demuestran el mayor contento, y alzan las manos el Cielo por verse libre de los tiranos, e con la esperanza de

que pronto veran tranquila á esta infortunada República. — Al cesar esta nota solo me resta recomendar á la consideracion de V.E. á los Señores Gefes, Oficiales, y tropa que tengo el honor de mandar, pues en medio de las copiosas lluvias de cuatro dias, sin descansar una sola noche, despreciando los esclavos de Oribe y Rosas se disputaban la gloria de afrontar valerosamente el fuego de sus cañones. — Por tan felices acontecimientos tengo la satisfacion de felicitar á V.E. por mi, y á nombre de los Señores Gefes, Oficiales, y tropa que tengo el honor de comandar. — Dios Guarde á V.E. su S.S. — Servando Gomez. — Es copia. — (Assignado) Angel Elias. — Está conforme. — *Miguel Carlos Corrêa Lemos*, Sect.^o Int.^o

Cópias anexas á confidencial de Silva Pontes a Paulino, de 28 de agosto de 1851, in Arquivo do visconde do Uruguai. — Original no Arquivo Histórico do Itamarati.

ANEXO XIV

Instruções do Ministro da Guerra, Manuel Felizardo, ao conde de Caxias :

Cópia — Reservado — Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios da Guerra, em 19 de junho de 1851 — Ilm.^o e Exm.^o Sr. — Tendo V. Ex.^a recebido da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros as instruções e esclarecimentos precisos sobre o fim das operações que tem de efetuar na República do Uruguai escusado é repetir neste Aviso o que por aquela Repartição lhe foi comunicado : linúto-me portanto á parte que mais íntima relação tem com a organização do Exército, meios de o reforçar, manter, e mover. — Segundo as ordens expedidas ao presidente da província do Rio Grande do Sul deve estar o exército concentrado no Passo da Orqueta e em São Gabriel, e com todos os meios para entrar em operações. Se estiverem realizadas as condições que determinam a entrada do exército imperial no território da República do Uruguai, e entender V. Ex.^a que as forças de que atualmente se compõem as suas Divisões são suficientes para levantar o sítio de Montevidéu, e bater o general Oribe, deve sem perda de tempo começar as operações : mas se reconhecer V. Ex.^a que não temos ainda os necessários recursos de gente e material, tratará com toda a urgência, logo que chegar á província que lhe é confiada, de elevar o exército a um pé respeitável; e neste estado esperará pela requisição do nosso Encarregado de Negócios ou do general Urquiza, na forma das instruções que lhe são dadas pelo Sr. ministro dos Negócios Estrangeiros. — Nada havendo a

recuar pelo lado da fronteira ao Norte do Quaraim, e ficando assim coberta a capital, devem as forças de primeira linha, que guarnecem a Câmara de Missões e Porto Alegre, reunir-se àquela das Divisões que mais convenha. Tòda a Guarda Nacional da Província capaz de entrar em campanha deve ser destacada, dividida convenientemente em corpos da maior força possível, e comandados por oficiais que mereçam a confiança dos seus subordinados, e tenham as precisas habilitações. — O serviço de polícia das povoações fronteiras quando V. Ex.^a tiver transposto o Quaraim, será feito pela gente que menos apta fôr para o serviço de guerra. — Os mapas recebidos dão nas invernadas e distribuídos pelos corpos 17.000 cavalos; mas não sendo ainda bastantes para o serviço, é V. Ex.^a autorizado para comprar o número suficiente, quer contratando a compra com proprietários, quer desapropriando-os, segundo a Lei de 9 de setembro de 1826. Igualmente é V. Ex.^a autorizado a haver cavalladas que lhe poderem prestar os estados vizinhos por compra, troca de artigos quaisquer de que tenha V. Ex.^a superabundância, ou saques sôbre o Tesouro Nacional, escolhendo entre os meios apontados aquêlles que mais vantajoso fôr à Fazenda Pública. — Não deve escapar à penetração de V. Ex.^a a conveniência da mais vigilante polícia que impeça a passagem de cavalos e outros quaisquer artigos de guerra para o inimigo. Sendo de necessidade ter o exército pago em dia, providenciará V. Ex.^a para que não lhe falem as somas precisas para isto; servindo-se, sempre que puder fazer a negociação ao par ou ainda com menor prêmio do que os gastos de transporte de dinheiro, do vantajoso meio de mover fundos por letras; e para isto é autorizado a sacar sôbre o Tesouro, e Tesouraria do Rio Grande do Sul as precisas somas: escusado é recomendar a V. Ex.^a as cautelas que deve tomar no uso destas transações, a fim de evitar a fraude. Se as letras forem sempre da mesma forma, escritas pelas mesmas pessoas, impressas em papel pouco comum, e cortadas de livros de talões, mais uma dificuldade terão de vencer os falsificadores. Não é dispensado em qualquer caso, porém, uma escrituração clara e precisa das negociações de letras, e prontas comunicações às repartições de Fazenda. — Não se acha ainda criado o comissariado ou intendência: e disto se deve V. Ex.^a ocupar logo que tome posse da presidência, tendo sempre em vista na organização provisória desta repartição a maior simplicidade e economia. Feita a organização, entrarão imediatamente os seus empregados em exercício; e V. Ex.^a dará de tudo parte ao governo pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Também se ocupará sem perda de tempo de estabelecer meios seguros para o transporte do parque, bagagens, e mais objetos necessários a um exército em operações, tendo V. Ex.^a em consideração que até fim

de agôsto há de o material do exército ser aumentado com uma equipagem de pontas, que exigirá cêrca de quarenta carros. Estes vêm prontos da Europa, e aí sòmente tem de se preparar os animais que os arrastem. Fica à deliberação de V. Ex.^a escôlher entre os diferentes expedientes de assegurar os transportes aquêlle que mais económico fôr. — Nas operações na República do Uruguai combinará V. Ex.^a seus movimentos sempre que fôr possível com as forças aliadas; e manterá com os seus chefes a melhor harmonia, e no exército imperial a mais rigorosa disciplina. O govêrno trata de fazer passar com brevidade nas Câmaras medidas que dêem mais vigor à disciplina, habilitando assim a V. Ex.^a com meios mais eficazes para levar ao cabo sua comissão, com honra e glória para o império. — É de grande conveniência que na sua marcha sôbre Montevidéu ou outro qualquer ponto em que se achar Oribe, se levantado estiver da praça, opere V. Ex.^a de maneira que sempre tenha forças superiores àquelas com quem se haja de bater; e tendo isto em vista, regulará seus movimentos, e destacará as partidas para aniquilar quaisquer forças volantes que possam manobrar na sua retaguarda e francos. — Empregará V. Ex.^a logo que chegar à província todos os meios suasórios para que os emigrados que aí se acham passem organizados a servir sob as bandeiras de Garzón ou Urquiza. As despesas, que com isto fizer, ficarão a cargo da República Oriental ou da província de Entre Rios, segundo o exército a que se ligarem os emigrados. Caso, porém, todos ou alguns dêles recusem servir sob as ordens daquêles generais, e se prestem a fazer parte do nosso exército de invasão, V. Ex.^a os armará e organizará em corpos distintos, e comandados, sempre que possível fôr, pelos mais experimentados e leais officiaes da confiança dos mesmos emigrados. Vindo V. Ex.^a ser armado de meios repressivos mais enérgicos para manter a disciplina e subordinação do exército, entende o govêrno imperial que também convém estar V. Ex.^a autorizado para conferir immediatamente aos que fizerem serviços relevantíssimos o posto immediato contanto que não exceda ao de capitão, ficando sempre dependendo da confirmação do mesmo govêrno. — Sua majestade o imperador recomenda e espera que V. Ex.^a seja muito parco em conferir os postos subalternos e de capitão, únicos para que se acha autorizado; e que usará desta attribuição em casos sòmente de serviços de tanta importância e evidência que não possam ser contestadas. Os nomes dos capitães e officiaes superiores e generais que prestarem serviços relevantes serão trazidos por V. Ex.^a à presença de sua majestade o imperador para os galardoar convenientemente. Nestes dois casos procederá sempre V. Ex.^a conforme a Lei n.º 585, de 6 de setembro de 1850, e respectivo regulamento. —

A atenção e zêlo de V. Ex.^a não só devem ser empregados nos meios de combater e aniquilar o inimigo, mas também na mais severa economia e fiscalização dos dinheiros públicos. Só as despesas necessárias devem ser autorizadas; e comandantes de quaisquer forças e os empregados de Fazenda devem sofrer da parte de V. Ex.^a a mais severa fiscalização. Estou certo de que V. Ex.^a se acha compenetrado de que os desperdícios ou delapidações dos dinheiros são entre os meios de enfraquecer nossos recursos ativos de guerra e de prosperidade, os mais funestos; e portanto os mais vantajosos ao inimigo que debelamos: a V. Ex.^a, incumbido da honrosa comissão de terminar com glória e vantagem as questões pendentes com o general Oribe, cabe a tarefa de a conseguir com o menor sacrifício dos cofres públicos, e sem comprometer o futuro do Império. — Não sendo possível prever tôdas as hipóteses que exijam instruções especiais, se as circunstâncias o permitirem serão elas por V. Ex.^a solicitadas; no caso porém, de ser urgente deliberar imediatamente, confia o governo imperial que V. Ex.^a resolverá com aquêlê acêrto que deve esperar da sua inteligência e prática do serviço. Deus guarde a V. Ex.^a. — Manuel Felizardo de Souza e Mello — Sr. conde de Caxias. — Conforme. — *Libanio Augusto da Cunha Mattos.*”

(In Arquivo do visconde do Uruguai.)

ANEXO XV

Carta de Silva Pontes a Urquiza, de 7 de outubro de 1851, e resposta de Urquiza, de 8 do mesmo mês.

A) *Cópia* — “Confidencial — Ilm.^o e Exm.^o Sr. general Dom Justo José de Urquiza. — Meu querido amigo e respeitadíssimo Senhor, o portador desta carta é o secretário da Legação do Brasil em Montevideú, o Sr. Miguel Carlos Correia Lemos, que vai incumbido de apresentar a V. Ex.^a os meus respeitos em quanto eu o não faço pessoalmente. — Ele dirá a V. Ex.^a como ontem se expediram as ordens necessárias para que a força brasileira estacionada no Cerro coadjuvasse o movimento que se tinha projetado, e que se sustou em consequência de aviso de V. Ex.^a — Eu espero que todos os aliados saberão em poucas horas quais as condições com que Oribe pretende entregar-se a si, e a sua tropa. — Continuando a fazer votos pelo êxito feliz da nossa empresa, tenho a maior satisfação, e contentamento em reconhecer quanta glória tem V. Ex.^a adquirido, e quanta se prepara ainda para ser colhida por V. Ex.^a — Entretanto eu rogo a V. Ex.^a que se digne dar as suas ordens para que o portador possa

chegar com segurança ao quartel general do Sr. conde de Caxias, apresentando antes, se isso é possível, os meus cumprimentos ao Sr. general Garzón. — Eu sou sempre com a mesma cordial afeição, e profundo respeito — D. V. Ex.^a — Amigo, e obrigadíssimo criado — (Assinado) Rodrigo de Souza da Silva Pontes. — Montevideu, 7 de outubro de 1851. Está conforme. — *Miguel Carlos Correia Lemos, Secr.^o Int.^o*

B) “Cópia — Viva la Confederación Argentina !! — Mueran los Enemigos de la Orgⁿ Nacional !! — Cuartel General en el Peñarol, Octubre 8 de 1851. — Illmo. Señor Rodrigo de Souza da Silva Pontes. — Estimado amigo. — El Señor Lemos Secretario de la Legacion del Brasil en Montevideo, me ha hecho presente á nombre de Vd., sus respectos, los que agradezco cumplidamente. — En cuanto a las órdenes necesarias que me dice Vd. se han expedido para que la fuerza Brasileira estacionada en el Cerro, coadjubase al movimiento que se tenia proyectado, reconozco que Vd. comprendió bien la importancia de la operación que debia realizarse, desde que impartió órdenes en conformidad con los intereses de la causa. — Hoy escribi a Vd. (6), y aun que no entraba en pormenores relativamente al termino final de la cuestion, sin embargo le comunicaba los dos puntos principales que crei oportuno transmitir a Vd., desde que no tenia tiempo para otra cosa. El uno era el reconocimiento que hacian las fuerzas Orientales al mando del General Oribe, del Gobierno legitimo de la Republica, poniendose á las órdenes del General en Jefe de sus Ejercitos. El otro era el sometimiento de las fuerzas Argentinas á mi autoridad y direccion. El Sñr Lemos no se ha resuelto pasar hasta donde está el Sñr. Conde de Caxias por la mucha distancia á que se encuentra el grueso del Ejercito Imperial (7), sin embargo de que yo hubiera tenido mucha satisfaccion en proporcionarle una custodia y los elementos necesarios para que se transportase al campo del Sñr. Conde. — Por lo demás agradezco los votos que hace Vd. por el feliz exito y por el contento que experimenta Vd. por la gloria que cree Vd. que he adquirido. Yo no he hecho mas que cumplir con mi deber y guiado por los sentimientos de humanidad que animan á todos los Gefes de las fuerzas aliadas que hoy deben felicitarse reciprocamente por ver terminada una campaña que será de grandes resultados, no solo para las Republicas del Plata, si no para el Imperio del Brasil, que tan interesado está en la pacificacion y organizacion de ellas, y en asegurar la inviolabilidad de las fronteras de la provincia del Rio Grande, y las propiedades de los subditos Brasileiros, que tanto han sufrido

(6) Carta a que se refere Urquiza, *vide* gravura n.^o 12.

(7) Urquiza sabia, assim onde se achava o exército brasileiro. Neste dia 8, iniciava a passagem do rio Gy.

en esta larga y desastroza guerra. — Soy de Vd. su afiño amigo y S.S. — Q.B.S.M. (Assignado) Justo José de Urquiza. — Está conforme. — *Miguel Carlos Corrêa Lemos.*"

Cópias anexas à confidencial de Silva Pontes a Paulino, de 10 de outubro de 1851, in Arquivo do Visconde do Uruguai. Originaes no Arquivo Histórico do Itamarati.

ANEXO XVI

Carta de Sarmiento a Honório Hermeto Carneiro, de Buenos Aires, 15 de fevereiro de 1852, doze dias depois da batalha de Monte Caseros :

"Ilmo e Exmo. Señor Consejero Ernesto Carneiro Leão (8). — Mui Señor mio — exmo. — En contestacion a la pregunta que V. Exa. se digna hacerme sobre los detalles que me sean conocidos personalmente, sobre la conducta de los cuerpos brasileiros, en la batalla de Monte Caseros, debo decir a V. Ex.^a, que al principiarse el ataque, habiendome reunido a las columnas orientales, vi que nos seguian dos batallones brasileiros, mandados por el Brigadier Marques, para reforzar las columnas que estaban destinadas a desbordar la casa fortificada; y que mientras los batallones orientales desplegaban sus guerrillas al frente de las fortificaciones de carretas de enemigo, los dos batallones brasileiros, tomando de la retaguardia que ocupaban en la marcha el trayecto mas corto para entrar en linea, se aproximaron a la casa de Caseros, de manera que algun de las columnas de ataque orientales encontraron ya cadáveres de soldados brasileiros en su tránsito. — Habiendome separado de los batallones orientales despues de tomada la casa me encontré con el Señor Brigadier Marques, quien felicitandome por el feliz éxito del ataque, me pidió mi testimonio sobre la conducta de las fuerzas de su mando, dandoselo completo y conforme a sus deseos, pues yo estaba lleno de entusiasmo por la bizzarria que habian mostrado los cuerpos, cuya conducta me era dado observar desde el punto de la batalla donde yo me hallaba. Mas tarde me reuni a las fuerzas brasileiras que marchaban en el campo de batalla, hasta que volviendo a romper el fuego las baterias de la izquierda del Ejercito de Rosas, me adelanté de ellas, y reuniendome al Jeneral Virasoro recebi orden de ir a ordenar a una guerrilla nuestra que tomase una bateria que el enemigo abandonaba, con lo cual perdi de vista los cuerpos brasileiros. — Despues de la ba-

(8) Sarmiento estropiou o nome do plenipotenciário brasileiro. Hermeto foi trocado para Ernesto, por éste ser mais conhecido e o outro desconhecido.

talla he sabido por los coroneles Chenaut y Riberos que el Señor Brigadier habia tomado una parte activa en las disposiciones que aseguraron el triunfo, ya dando rápida ejecucion a las órdenes del Señor Jeneral en jefe, ya remediando con prevision a los inconvenientes de detalle que obligaban a la consecucion del objeto. — Por todos estos hechos, y otros obtenidos de oidos y todos honrosos a las armas brasileiras cumplimenté al Señor Brigadier Marquis en su campamiento de Palermo, asegurandole que el ejercito de su mando habia obtenido en Monte Caseros dos victorias, una contra el tirano, y otra contra las preocupaciones vulgares que las desfavorece habiendo oido a nuestros soldados y oficiales aplaudir unanimente a los cuerpos brasileiros, como en nada inferiores en valor y disciplina a los mejores de nuestro ejercito, y como los que habian tenido parte activa en la toma de las posiciones fortificadas del enemigo. Creo llenar con esto el objeto que V. Exa. se propone y mi deber con respecto a la verdad que me es conocida, aprovecho esta ocasion de ofrecer a S. Exa. los respetos y consideraciones con que me suscribo — De V. Exa. — affmo servr. — D.F. Sarmiento — Buenos Aires Feb.º 15-852.” (9).

Esta carta está junta (o original) à confidencial de Honório a Paulino, de 5 de março de 1852, em um volume, que cito várias vèzes em nota, intitulado *Legação Imperial em Montevideu — Reservados — 1851 a 1852*, in Arquivo Histórico do Itamarati, 222-4-6.

ANEXO XVII

Cartas do general Urquiza a Silva Pontes, originais no Arquivo Histórico do Itamarati, 420-4-114.

A) Primeira carta de Uruguai, 24 de junho de 1851.

“Viva la Confedn. Argentina!! Mueran los Enemigos de la Organizn. Nacl. !! — Señor D. Rodrigo de Souza da Silva Pontes. — Uruguay Junio 24-851. — Muy Señor mio y estimado amigo. —

(9) Ao testemunho de Sarmiento, acrescento aqui as palavras do francês Bertin du Chateau, ditas a Silva Pontes. Referindo-se êste às intrigas de Devoise, escreveu em seguida, comparando o procedimento dos dois em relação ao Brasil: “Pelo contrário o Sr. Bertin du Chateau, comandante da Força Francêsa expedicionária, que se retirou, ao despedir-se de mim pediu, com muita instância, que eu significasse a V. Ex.ª, quanto pesar tinha êle de que o govêrno francês não tivesse tomado parte na grande obra de civilização que o Brasil tinha consumado no rio da Prata. O Sr. Du Chateau me afirmou que teria tido como grande honra o combater debaixo das ordens do conde de Caxias.” (Confidencial de 5 de março de 852, a Paulino, in A.H.I., no volume acima citado. — Paulino minutou a resposta a lápis na própria confidencial de Pontes, escrevendo o seguinte: “Folgo muito em o que me diz a respeito de Mr. Bertin du Chateau.”)

Me ha sido muy satisfactorio el recibo de su recomendable carta de 5 del presente, y me lisongeo de que V. S. haya aceptado, con gusto el ofrecimiento de mi amistad, en fuerza de la que V. puede dirigirme sus insinuaciones que cumpliré con exactitud, por que nada me es mas grato que ocuparme en el servicio de mis amigos. Aceptando yo sus generosos ofrecimientos de amistad y simpatia, espero que mi pais reportará muchas ventajas de nuestra relacion. — Por el Señor Cuyás supe que el Tratado de Alianza marchó el tres del corriente á la Corte del Brasil para ser presentado y obtener la ratificacion de S. M. el Emperador : esto nos falta para entrar en operaciones que si no estoy equivocado ni deben ser largas ni la caida de los tiranos costará mucho. Esto me lo acaba de asegurar la cooperacion de las fuerzas Brasileras cuyo auxilio nada me deja que desear, y lo cuanto cierto desde que el Señor Encargado de Negocios que como hombre de inteligencia comprende las ventajas de la desaparicion de Rosas y Oribe, favorecerá con su influencia para que estos paises dignos del aprecio y consideracion del mundo gozen de los incalculables bienes de la Paz y de la Libertad. — Con fecha de ayer he acreditado Encargado de Negocios de esta Provincia á mi hijo el Dr. D. Diogenes J. de Urquiza : es joven todavia, y me tomo la libertad de recomendarlo. — De V. S. su atento amigo servidor. — Justo José de Urquiza.”

Segunda carta datada de Uruguai, 24 de junho de 1851.

“Viva la Confederación Argentina !! Mueran los Enemigos de la Organzn. Nacional !! — Uruguay Junio 24 de 1851. — Señor D. Rodrigo de Souza da Silva Pontes. — Muy Señor mio y estimado amigo. — Mucho me ha complacido el recibo de su interesante carta de 9 del presente, por el interes que le veo tomar en nuestra cuestion haciendo por ella oficiosidades que lo recomiendan entre mis compatriotas y amigos. — Las seguridades de simpatias que tiene la revolucion que me atrevi á iniciar y le anuncia su corresponsal con fecha 3 del corriente son el resultado de la odiosidad universal que existe contra los dos tiranos del Plata. Creo todo cuanto se me diga á este respecto por que está conforme con mis previsiones, con lo que veo y se me comunica de todas partes. Es preciso no dudar un momento del completo triunfo por que es necesario estar ciertos, que el dia que iniciar mis operaciones militares estallarán las simpatias como el trueno aterredor de la tempestad. — Tan luego que las combinaciones indispensables para asegurar el triunfo estén perfeccionadas, el General Garzón, las fuerzas Correntinas y yo pasaremos el Uruguay y no se nos presentará obstáculo que no sea débil y destruido en el acto : esta és mi conviccion apoyada en el valor de mis soldados : pero si considerase necesario el apoyo inmediato de la Escuadra Brasileira — lo solicitaré en el acto que lo considere oportuno.”

tuno y lo pediré con la confianza que me inspiran las buenas relaciones de amistad y la alianza con el Brasil y la influencia de mi amigo el Señor da Silva Pontes. — Agradesco su atencion y cuidado en comunicarme noticias relativas á nuestra causa y me repito — Del Señor Encargado de Negocios del Imperio del Brasil atento amigo. — *Justo J. de Urquiza.*”

B) Carta de São José, 3 de julho de 1851.

“Viva la Confederacion Argentina !! Mueran los Encargados de la Organizn. Nacional !! — San José Julio 3 de 1851. — Sór Dn Rodrigo de Souza da Silva Pontes. — Mi apreciable amigo y Sór. — Imposible me fué contestar por el Sór Grenfell su muy estimable carta que recibí por este conducto, pero el mismo Sór Almirante habrá instruido á Vd de mi resolucion, y de lo poco que me importa la determinacion de la Francia respecto á la Convencion Lepredour, desde que no impedirá mis operaciones de guerra, ni tendrá mucha influencia en el resultado de ellas. Si la Francia arregla sus diferencias con los Generales Rosas y Oribe, dejará de ser protectora de los destinos de Montevideo, pero esto no la constituye en nuestra enemiga; y como el poder del Brasil es muy superior á lo que necesitamos para concluir con los Tiranos de ambas Republicas, miraré tranquilo la separacion de los Franceses. Me persuado que Vd. estará conforme conmigo y tranquilo como yo. — Me repito de Vd., S.S. y amigo Q.B.S.M. — *Justo J. de Urquiza.*”

C) Carta de Paysandu, 23 de julho de 1851.

“Viva la Confederacion Argentina !! Mueran los Enemigos de la Orgn. Nacional !! Cuartel General en Pay-Sandú Julio 23 de 1851. — Illño. Señor Rodrigo de Souza da Silva Pontes. — Estimado amigo. — He recibido tres cartas de Vd., y resumiendo el contenido de ellas, voy á contestar á Vd. en una sola, por que aun que quisera hacerlo estensamente no me lo permiten mis grandes atenciones; sin embargo, lo haré de modo que no deje que decir nada á Vd. — Sobre lo que me habla del Tratado Le-Predour, yo estaba de antemano persuadido, que la Asamblea no lo ratificaria, al menos que demoraria sua consideracion, pues las noticias que deben haber llegado á Francia sobre nuestros negocios, han de haber llamado la atencion de todos. — Por una de sus estimadas a que contesto, y por explicaciones que me ha dado mi hijo Diogenes, quedo perfectamente instruido de las dificultades que han opuesto para el envio de la fuerza que pedí como una medida puramente política, y los esfuerzos que Vd. ha hecho para que se realizase, lo que ciertamente tengo que agradecer a Vd., aun que de nada me ha servido, pues ha llegado tarde, y ningunas dificultades hemos tenido que superar; pero sepa Vd. mi

buen amigo, que este negocio de las tropas de Montevideo, que á primera vista parece que no importa nada, es de mucha mas importancia que lo que ciertos hombres puedan imaginarse. Con la no remision de los mil hombres de infanteria que debian de estar aqui el 18, tuve que reducirme á pedir trescientos que el 20, por conseguinte, demorando las operaciones que estaban conuinadas, y aun alterando otras, lo que ha ocasionado grandes males, pues los enemigos á la fetha. debian estar en grandes apuros, hablo del General Dn. Ignacio Oribe y de otros gefes. — De todos modos algo hemos hecho, pues el General Gomez con toda su gente, el Coronel Quinteros con su Division, muchos Gefes y Oficiales están con nosotros, y tenemos caballos que nos han proporcionado estas gentes, aun que el Ejército Entre-Riano viene perfectamente montado. En fin, mi amigo, todo nos promete que los Estados Aliados tendrán pronto la satisfaccion de ver desaparecer un poder que inquietaba la provincia del Río Grande, destruia en sus fronteras las riquezas de ella, persiguiendo á sus tranquilos moradores. — Con mi acostumbrado aprecio, me repito de Vd. affmo. amigo y S.S. Q.B.S.M. — *Justo J. de Urquiza.*”

D) Carta de Gualaguaychú, de 30 de novembro de 1851.

“Cuartel General en Gualaguaychú, Noviembre 30, 1851. — Ilmo Sór Rodrigo de Souza da Silva Pontes. — Estimado amigo. — Esta no tiene mas objecto que decir á Vd. que el Sór Carneiro Leão, á quien se refiere Vd. en su estimada del 25, á que tengo el gusto de contestar, me ha parecido un sugeto muy estimable, digno y capaz de desempeñar la alta mision que el Gobierno de S.M. ha encomendado á su capacidad y patriotismo. Yo he quedado sumamente satisfecho de la franqueza de este caballero y puedo asegurar a Vd. que desde ahora me honro en contarle en el número de mis amigos. — Muy pronto creo, que emprenderemos la campaña, pasando á la derecha del Paraná, donde los Gobiernos Aliados van á tener la gloria de combatir con sus soldados por la libertad y, contra la brutal tirania de Dn. Juan Manl. de Rosas. — Por lo demas solo espero que comunique Vd. sus órdenes para darlas cumplimiento, pues en obsequio de Vd. no queria tener mi voluntad ociosa. Soy de Vd. su affmo amigo S.S. — *Justo J. de Urquiza.*”

E) Carta de Urquiza a Silva Pontes, de 12 de janeiro de 1852, no início da campanha contra Rosas :

“Cuartel General en la Cañada de Cabral. Enero 12-52. — Ilmo. Sór. Rodrigo de Souza da Silva Pontes. — Estimado amigo.

Me es satisfactorio contestar á su apreciable del 3 del corrte., en la que me dice Vd. que ha experimentado sumo placer con la noticia

que el Sór Almirante Grenfell dió a Vd. de que ya habia yo pasado el Paraná; por lo que me dirige Vd. sus parabens; los que yo acepto lleno de gratitud. — Despues de estar en completa posesion de todo el territorio de esta Provincia, y de tener á la derecha del Paraná todo el personal y material del Ejército, pronto estoy para emprender mis marchas, decidido ya á continuarlas hasta llegar á donde estén las fuerzas del tirano de Buenos Ayres. Para el 15 estaré del otro lado del Arroyo del Medio, y me asiste la confianza de que pronto comunicaré á Vd. los mas felices acontecimientos. — Soy de Vd. affmo amigo y S.S. — Q.S.M.B. — *Justo J. de Urquiza.*”

ANEXO XVIII

A) Honório Hermeto, em reservado n.º 1, de 4 de novembro de 1851, dizia ao ministro Paulino o seguinte sôbre o que conseguira saber dos planos de Urquiza, não só por Dom Manuel Herrera, mas ainda por diversas pessoas :

“O governador Urquiza pretende passar o Paraná em princípios do mês de dezembro, e para o poder fazer pede, além do auxílio da nossa esquadra, que o Império lhe preste uma força de 3.000 homens de infantaria, uma bateria e uma provisão de mil espadas. Ponderou ao conde de Caxias ser conveniente que o restante do nosso exército se concentrasse na Colônia do Sacramento, e aí com a presença da Esquadra e de embarcações de transporte simulasse querer fazer uma invasão em Buenos Aires. Pagas pelo Império as forças auxiliares que prestar para invasão, que êle há de efetuar passando o Paraná, pretende mais um empréstimo do Brasil que o habilite a pagar o gado que precisar no território de Santa Fé e Buenos Aires, para sustento do seu exército. Este exército êle crê que passará de 20.000 homens ...” (*In Missão Especial*, cit. A.H.I., 272-1-1.)

Quando Honório escreveu o que ficou transcrito acima, já o Dr. Diógenes de Urquiza, representante de Entre Rios em Montevidéu, havia solicitado de Silva Pontes, em nome do general Urquiza, o auxílio do Império. A nota do Dr. Urquiza é de 24 de outubro de 1851, isto é, de quando se encontrava ainda o general Urquiza nos arredores de Montevidéu. Assim se dirigiu o Dr. Urquiza a Silva Pontes :

“De conformidad pues, con el real y verdadero objeto del tratado de 29 de Mayo, como está convenido verbalmente, mi Gobierno me ha ordenado de pedir por conducto de V.S. al Señor Emperador un contingente de três mil soldados de infanteria, con mas dos baterias

con su correspondiente dotación, para llevar las armas argentinas auxiliadas por las brasileiras contra el general Rosas, y conseguir aquel bien tan anhelado como necesario para la consolidación de las instituciones y tranquilidad de ambos países.” (Original desta nota se encontra no A.H.I. 420-4-114.)

Com a chegada de Honório, fez o Dr. Urquiza nova solicitação e mais ampla, pois incluía agora o pedido de um empréstimo. Assim, transcrevendo o representante entrerriano a nota de 24 de outubro, endereçada a Silva Pontes, acrescentava o seguinte, na que dirigiu a Honório no dia 8 de novembro de 1851 :

“Razones cuya publicidad no afectan à los intereses de los aliados, me obligaron à circunscribir la anterior à los términos en que ella se apresa, mas tambien solicita y espera el Gobierno de Entre Rios del de S.M. Imperial una tan activa y eficaz cooperación contra el Dictador Rosas de parte de la Escuadra Imperial, como la prestada contra el General Dom Manuel Oribe; y no dudando que V.E. está autorizado plenamente para resolver sôbre las solicitudes que esta nota comprende, me permito llamar la atención de V.E. sobre un asunto no menos importante y vital al buen exito de la cuestión argentina de civilización y humanidad, representada por el General Urquiza. — Consiste este, Señor Plenipotenciario, en la necesidad en que se encuentra mi Gobierno, con motivo de los enormes gastos que ocasiona el mantenimiento de un fuerte y numeroso ejército en campaña, gastos que superan los recursos pecuniarios con que cuentan las Provincias en armas, de hacer efectivo lo previsto por el artículo 13 de la Convención de 29 de Mayo, solicitando del Gobierno de S.M. Imperial un subsidio extraordinario consistente en un empréstito de cien mil patacones mensuales por el tiempo que dure la guerra contra el Dictador Argentino, que crée será de cuatro á cinco meses, cuyo importe reembolsará la Nación Argentina al Gobierno de S.M. asi que haya desaparecido de la escena política el actual Gobernador de Buenos Aires...” (Cópia autenticada pelo secretário da Missão, José Maria da Silva Paranhos, encontra-se anexada ao officio reservado de Honório, de N. 4, de 15 de novembro de 1851, in *Missão Especial*, cit. A.H.I., 272-1-1.)

B) Honório Hermeto, logo no dia que chegou a Montevideu, esteve com Urquiza, a bordo do *Afonso*. O general estava muito mareado e com dor de cabeça e quase não pôde conversar. O *Afonso* não saiu no dia apazado, 31 de outubro; no dia seguinte mandou Honório o seu secretário, o então Dr. Paranhos, visitar o general. Da conversa do futuro Rio Branco com Urquiza, deu o plenipotenciário o seguinte resumo : “Às 8 horas do dia 1 do corrente (novembro) foi que soube que o vapor *Afonso*, o *D. Pedro*, o *Recife* e o

Uruguay (pertencente a êste Estado), a cujo bordo se achavam o general Urquiza e a tropa argentina do destroçado exército de Oribe, não tinham seguido viagem na noite de 31, como tencionava o chefe da nossa esquadra, por se não ter concluído o embarque de todos os argentinos. Encarreguei o meu secretário, o Sr. Dr. Paranhos, de ir a bordo do *Afonso*, para ver se colhia alguma coisa do general Urquiza. Com efeito, teve com êle uma breve conversação, pela qual conheceu que o governador se mostra muito cheio de confiança sobre o bom êxito da nova campanha que vai empreender; e falando-lhe dos sucessos obtidos no Estado Oriental, notou que êle dissesse haver enganado a Oribe, expressão que explicou acrescentando que por suas manobras iludira a respeito da força numérica do seu exército, e também fazendo-lhe crer que o exército imperial se achava mais próximo do que realmente estava.” (Reservado n.º 1, de 4 de novembro de 851, in *Missão Especial*, cit., A.H.I., 272-1-1.)

RELAÇÃO DAS GRAVURAS E ANEXOS

GRAVURAS

- (1) Carta de Paulino a Bellegarde, de 22 de julho de 1850.
- (2) Carta de Dom Manuel Herrera y Obes a Silva Pontes, de 14-2-850.
- (3) *El Federal Entre-Riano*, n.º 318, de 6 de junho de 1850 (carta de Urquiza a Cuyás).
- (4) Carta de Silva Pontes a Paulino, de 27 de janeiro de 1851.
- (5) Carta de Silva Pontes a Paulino, de 5 de abril de 1851.
- (6) Carta de Urquiza a Silva Pontes, de 10 de abril de 1851.
- (7) Carta de Urquiza a Silva Pontes, de 20 de maio de 1851.
- (8) Credencial assinada, em 19 de maio de 1851, pelo general Urquiza e Juan F. Seguí.
- (9) Convênio de 29 de maio de 1851, original brasileiro.
- (10) Carta de Lamas a Paulino, de 15 de junho de 1851.
- (11) Carta de Urquiza a Silva Pontes, de 21 de setembro de 1851.
- (12) Carta de Urquiza a Silva Pontes, de 10 de outubro de 1851.
- (13) Comunicação oficial de Urquiza a Silva Pontes, de 12 de outubro de 1851.
- (14) Quadro da batalha de Caseros, de Juan Manuel Blanes.
- (15) Litogravura de J. Adams — Boulanger.
- (16) Carta de Sarmiento a Honório, de 15 de fevereiro de 1852.
- (17) Primeiras e últimas páginas da confidencial de Honório a Paulino, de 5 de março de 1852.

uma demonstracão da Makhovca contra Abguzia.

Tambem desetto mi clusa, para o embasamento de N. Ex. somente) uma copia do Tratado celebrado com o Pa-
raguay, e go' ratificado por el' elle o Imperador. Igualmente
a copia de uma carta que escrevo ao Presidente Lopez, a
fim de que N. Ex. faça um juramento completo sobre estado das
causas. Depois a carta depois de um honore bido. Se Lopez
convenir, como espero, e Abguzia se declarar, entraremos em
luta, que esta sera' pouco demorada, com fortifirmos an-
tefinares, e Fozas q'de chegar se perdidos. O que eu não
queria e' que nos puzessemos a mercê dessa miqueta e
insupportavel gente de Montevideo.

Não sera' autas necessario seguir o plano indicado
nas proposições de Lamas. Estas intimam a Rosas bido
de dar occasião e tempo a que os Ingleses ou Franceses se
venham metter na questão, ainda q'ue a título de medi-
dores e pacificadores. Fundando a intimação na Con-
venção de 1828, em que a Inglaterra foi mediadora,
tem elle excellento pretexto para intervir, e Rosas ven-



la ciudad de Segovia, contra el Pinar de la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada.

En la ciudad de Segovia, y a la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada.

En la ciudad de Segovia, y a la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada.

En la ciudad de Segovia, y a la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada.

En la ciudad de Segovia, y a la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada, y a la Trancada.

a Uruguia? Declarar a-o traidor e romper aberta-
mente. Logo ad quid prodest hoc? E prode o Tempe-
rador arosamente acceptar a mediação de Uruguia?

Pode um General Argentino, sem desandar de comê a co-
mestral, ser mediador entre um ferozissimo Estrangero e
o seu? E se Rosas assumir o cargo de Chefe das
Confederações, não ficará em tudo superior a Uruguia?

Esse não tem gesto nem hum Uruguia promette ma-
dições, influencias e que ha de entregar-me com to-
do o po, e dadas certas condições. Não háia demoras, ataca-
r-nos, e nada offerece de positivo e seguro.

Se não forão as cattas pretensões de B. Est. nos
quas me dá que a proação de Uruguia se em to-
mando cada vez mais clara, se eu não vejo que
com Rosas não ha mais tempo, ou obediencia cega,
e absoluta, ou rebelião aberta, se eu não vejo que
Uruguia que nunca nos procura, procura-nos agora,
e que ultima mais a ligas mostra duqas que a Es-
tado a chepparado com ordens e misturas de, de eu



são estarem intimamente convencido de que a molhe-
são, e declaração de Bragança ha de desmoralisar com-
pletamente o poder de Bragança e facilitar a mesma tau-
fa, suando de parecer que se deve logo de min aquelle,
primeiras proposições de Cayula.

Conven portanto que o Co. correspondendo as
absorturas de Bragança, por uma que ante estes, existisse
de-se com elles, por meio de algum agente seu, se o
puder encontrar muito seguro (pessoa que para a
despina precisa, sacando) ou mesmo por meio de al-
gum agente do dito Bragança, donde se lhe a alguma
prova, ou certeza de que está authenticado pelo mes-
mo Bragança.

O Co. se entenderá com elle de baixo dos precei-
jos e bases seguintes.

O Brasil com, ou sem a adhesão e cooperação, co-
de Bragança está resolvido a acabar com este estado
incerto e volúvel de coisas, para obter segurança e tran-
quillidade para o futuro. Para isso e para com as forças

de terra mar que tem preparado e está preparando;
com as tropas que mandou engajar a Europa; com a
alliança do Paraguay; (pode affirmar que existe o tratado)
com as forças que existem na Plaza de Monte-
vidéo, com as que ha de trazer Pôrto y Obes, e com
os auxiliares Orientaes que existam no Rio Grande
delas tem ainda o corpo de porquês tem estado a
preparar-se, porq' tem muitas vezes estavado a lib'ando as
allianças com o Paraguay; porq' se, até agora, alguma
circunstancia impediu que a França mandasse uma esquadra
sobre a communhão Lapsidiana, e que aclarasse muito
o seu sistema, e finalmente porq' se esperava que o
movimento e o desdobramento do exército, enfraque-
cendo e encostando embarcos alheios, facilitasse a re-
pressão de suas guerras, sem a necessidade de se mover
guerra, ao menos prolongada.

O Governo Imperial não deseja, e não quer
conveniente alliança alguma com a França, ou com
qualquer Nação da Europa para a solução dos questões

Imperio

O Governo Imperial nenhuma intenção hostil tem contra as Províncias argentinas, respeito, como deve, a independência e glória da Confederação. Então procurará intervir, por qualquer maneira, e debaixo de qualquér pretexto em seus negócios internos. As suas questões são com Rosas, e com Rosas novamente, e com Rosas por causa de Oribe.

Teria querido o Barão de Jacuty se Oribe se tivesse prestado a pagar de apparecer os seus navios e os seus bens que deva causar as suas incursões.

Os factos praticados pelo Barão de Jacuty são factos praticados com Oribe, que conseguiria por intermédio de parte e esquarter, em qualquer arranjo com outra autoridade do Estado Oriental.

O Governo Imperial não quer a Presidência General Garro poder reunir todos os Orientaes, e estabelecer a paz e a proximidade com a República, firmando a sua independência.

Com elle



se entenderão de recueto bon vontade e amigavelmente
para a solução de todas as questões que possam susci-
tar. Difficuldades para o futuro, a fim de assegurar
a harmonia e uma paz permanente entre o Bra-
sil e Estado Oriental.

O Governo Imperial está prompto a entender-
se com os Generais Urquiza e Garzon para a reali-
zação de se- plano.

E preciso pois, primeiro quietar os que Ur-
quiza se de clay, e rompa com Rosas de uma man-
eira clara, positiva e publica, que se compromet-
ta a concorrer para a expulsão de Oribe e das for-
ças argentinas do Estado Oriental e para a Presi-
dencia de Garzon.

O Governo Imperial fará entrar tropas no
Estado Oriental, de accordo com o Governo de Mon-
tevideo para expulsar Oribe.

Garzon devesse comprometter se a ungar
amigavelmente com o Brasil as questões pendentes

Todos estos plantos seran de gran mano de
servicio, quando Vizcaya e Gamon accedier. O
que e interponerme a qdo Vizcaya se declara
contra Hazas.

[illegible]

Fuzy & Co as convenientes advertencias sobre
seu lado a Helyna, sempre em muito amável
e a Maria, e com o seu nome em muito amável
que se passou. São que a filha, para com a
vinda que, com o seu nome dados a amabilidade.



ordens ao Chefe das forças navaes.

Travesta em que é impossível o abito de Paris
por mediação e bons officios que abandonem orel
Tyro e mantem-se para prolongar a mesma situa-
ção que não se pode sustentar.

E por esta razão brevidade e recuo em tudo o que
se tem feito. Segundo foi todo o esforço pessoal
feito por este e seu governo que Imperial não
poderia de ser se a aliança com a High Land. Han-
cegar, e then procuramos uma aliança, semien falta
de tempo, ou a de que não se possa ignorar tam-
bem que a não queriamos. Convinha-nos que o
governo francês tivesse copiosos de o abito par-
ticularmente mais a que o integro a prevenção de
de o governo no que a França continuasse a
continuar a mesma de que esta guerra com boa pro-
seguir para abitar.

Este tratado de George de se mostrou ma-
to de que se de a aliança, mas nunca se deu.



esse mundo que gentes. O que farei Brasil? Damião
não tem de fazer nada. Está perdendo o melhor
oportunismo. Esse olhar só para o que lhes convém,
mas não mais olhar também para o que seria o nosso
interesse. E que os tentos vamos se está passando ao lado
desta situação que devemos ser cautelosos e re-
sistimos a um tempo e outro, e quando nos tornamos co-
m o mundo, de repente não encontramos mais, e
depois de se fazer melhor.

É um momento de todo quanto o Brasil tem
de fazer, e de fazer de novo, para que possa
se manter com o Brasil. Não se deve esquecer
o fato de que o Brasil, não tem mais o mesmo
que parecia ser o Brasil.

Com a chegada de este momento com Francisco
com o estudo de agora, os e os outros em que
se acha o Brasil, ficará certamente a ideia de
agressão. Leprosos, sabe Deus para quando
E isso faz um mal

Conclusão

que. Creia que sou, como sempre, com particular
afeição e estima

De Affm

Os jurei também nos copies da corte que
estava no Presidente Lopes em 2 de
conceder.

De Affm e de v. c.

Pro M de Março
de 1854.

De v. c. de v. c. de v. c.

Recebido

22 de julho de 1850

Mmo. Sr. Pedro de Moraes Bellegarda

Recebi a sua estrema desfinna que a comprazchem
seus ultimas despachos, e cuja data nao cito aqui,
por estar ella em poder de S. M. o Imperador.

Creio que o Pleno poder e Despachos que agora
remitte a V.ª habilita para fazer a S. M. o Imperador
o Imperador um grande service, e ha de designar
o Pres. de L. Lopes, fazendo-lhe um que nao nos si
mittamos a palavras e promessas. Se V.ª não me
seguir o Plano do estado a cabido, o Paraguy para
Brasil e o Brasil para o Paraguy.

A palavra da cefra é a que V.ª me se de
com na carta a que responde.

Ninguém a excepção de S. M. o Imperador,
dos seus Ministros e do Official e Haer da Secretaria
do Negocio Estrangeiro tem embecamento destas
negociações. Sera guardado aqui o mais profundo
segredo. Escusado é recomendar a V.ª que
aprese quanto puder a solucao das ditas negocia
ções, e bem assim a resposta da resposta aos meus del.

pacchos, por q' o Guano precisa de muita salga' com
a mar engrenar para regular depermentente o seu
portebom, e o defeito dos regoios de Pau da Ranta
demonstra si b'ra a maior ingenuidade.

appears to be a new species.
 Along the roadside, close to road as
 trees & considerable

1212

Dec 22 A. J. H. Nov. 22
1950

12 de agosto, das 12.30 às 13.00
 Comenta Breuer a respeito da
 sua viagem e ressaltar a 1.ª

Dieffenbach, v. L.

I have only a few minutes to spare
 before I go to bed. I have been
 thinking of you very much lately
 and wondering how you are getting on.
 I hope you are well and happy.

Fac-simile da carta de Paulino a Bellegarde, de 22 de julho de 1850, remetendo-lhe os plenos-poderes para negociar com D. Carlos António López. (*Correspondência Particular, Reservada e Confidencial do Conselheiro Paulino José Soares de Souza, 1850-1853 (Assunção)*, in Arquivo Histórico do Itamarati.

Confidencial.

Señor Encargado de Negocios del Brasil.

Montevideo 14 de Feb.

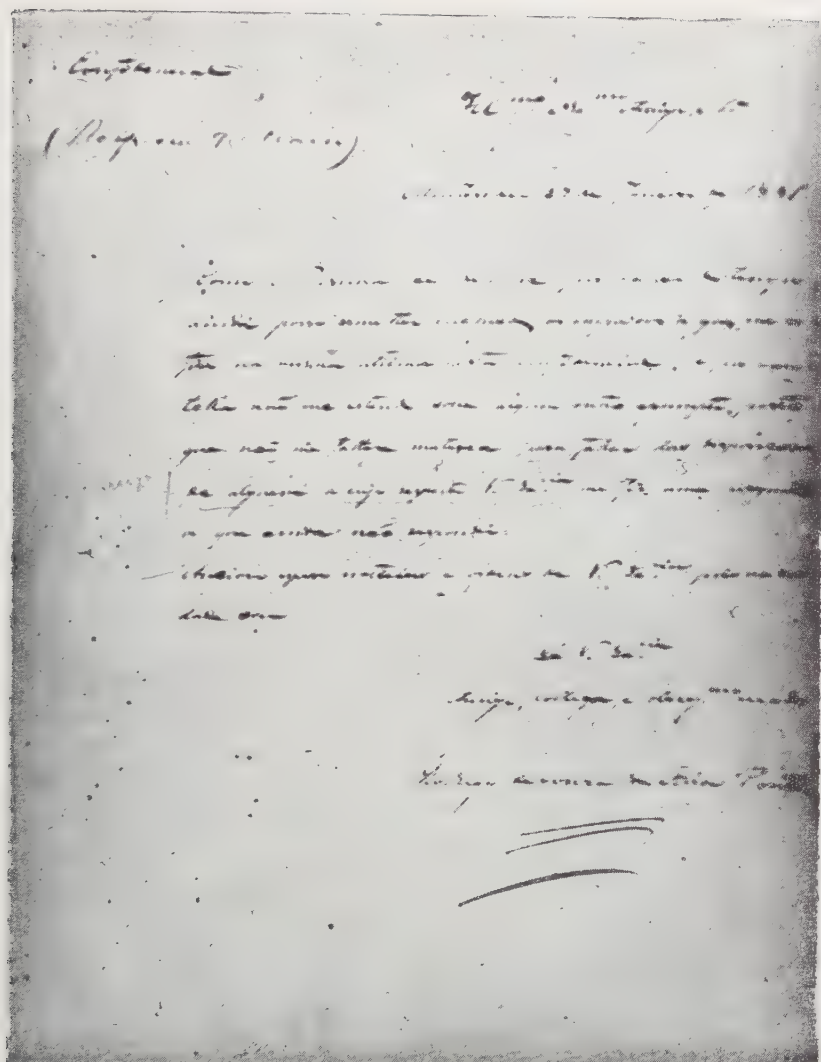
Los rumores que he oído sobre el
 movimiento del Gobernador de Entre Ríos en la política
 contra Rosas, que tengo seguidos de la prensa de esta
 ciudad, y del Corriente, y muy lejos de apoyar aquel
 rumor siguen mostrando que Urquiza permanece ligado en un todo a
 los principios de la Política de Rosas. Desando así contestada su apre-
 ciable de hoy me repito de V. Muy atento y segº servor. / Q.B.S.M. /
 Manuel Herrera y Obes / Casa de V. / Febº 14 de 1850.

Manuel Herrera y Obes

(Firma)

Recibido en...
 14 de Feb.

Fac-simile da carta de D. Manuel Herrera y Obes a Silva Pontes, sobre o general Urquiza, do Montevidéu, 14 de fevereiro de 1850. (In Arquivo do Visconde do Uruguai. A carta está assim redigida: "Confidencial./Señor Encargado de Negocios del Brasil./Apreciado Señor./Los rumores que han corrido sobre un pronun-/ciamento del Gobernador de Entre Rios contra Rosas es completa-/mente falso, pues que tengo periodicos de aquella Provincia has-/ta el 7 del corriente, y muy lejos de apoyar aquel rumor siguen/mostrando que Urquiza permanece ligado en un todo a los princi-/pios de la Política de Rosas./Desando así contestada su apre-/ciable de hoy me /repito de V./Muy atento y segº servor./Q.B.S.M./Manuel Herrera y Obes/Casa de V./Febº 14 de 1850." (Esta carta (original) acha-se anexa à Conf. de Pontes, de 14 de fevereiro de 1850.



Fac-simile da confidencial de Silva Pontes a Paulino, sôbre as disposições de Urquiza, datada de Montevidéu, 27 de janeiro de 1851, in Arquivo Visconde do Uruguai. É do seguinte teor: Confidencial/Ilmo. e Exmo. Amigo e Sr./Montevideo 27 de janeiro de 1851/Como o Pavuna se demora por causa do tempo,/ainda posso remeter inclusos os impressos a que me referi na minha última carta confidencial, e por cau-/tela não me estendo sôbre algum outro assunto, não /que não me faltasse materia para falar das disposições /de alguém a cujo respeito V. Exa. me fez uma pergunta,/a que ainda não respondi./Ansioso espero notícias e ordens de V. Exa. pois na ver-/dade sou/De V. Exa./Amigo, colega e obrigmo, criado/Rodrigo de Souza da Silva Pontes."

1890

Nepesin D.C. Hill *Montreal & de Mill le 1854*

[illegible]

St. Louis

St. Louis, Mo. 20th Nov. 1890

Modiço de Souza de Sousa Costa

Carta confidencial de Silva Pontes ao ministro Paulino, datada de Montevidéu, 5 de abril de 1851, sobre a partida de Cuyás a B, para Entre-Rios. A nota à margem foi posta pelo próprio Paulino. (*In* Arquivo do Visconde do Uruguai).

Por la confusión siguiente!

San José, Abril 10. de 1851.


Señor Encargado de Negocios del Brasil en Montevideo Don J. P.

Señor de mi distinguida consideración.

*El conductor de la presente le es el Señor C. Antonio Cuyás y Sanguinetti encargado de
hacer a V. algunas manifestaciones importantes, y a quien espero V. le
le habrá acreditado sobre lo que a mi nombre le comunico.*

*Aprovecho esta ocasión de saludar a V. afectuosamente, y de reiterarle muy afec. salu-
dos.*

J. P. S. M.

Justo José Urquiza


Carta do General D. Justo José de Urquiza a Rodrigo de Souza da Silva Pontes, de 10 de abril de 1851. Original. Arquivo do Visconde do Uruguai. Muito antes do pronunciamento, portanto, que só ocorreu a 1 de maio de 1851, já Urquiza acreditava Cuyás junto ao diplomata brasileiro em Montevideu.

Para la Confederacion Argentina!
saludamos la Comision de la Ley Organica N.º 11

San Luis Mayo 20 de 1851.

Caro D. Rodrigo de Souza da Silva Pontes.

Muy honor me y estimado amigo.

Regresa al Señor D. Antonio Lopez
y acompaña con poderes bastante para
cancelar la expropiacion. i tener a dispo-
sición P. si que no lo he olvidado, sin
embargo que la altura a que intentan
elevar a Rosas me asegura mas el triu-
fo. Si el Brasil que tiene tan justos
motivos y así hacer la guerra a Rosas me con-
torna al Paraná y Uruguay. y le protesto q. me
honor verlos a los momentos políticos en un
el Brasil y de toda nacionalidad organizada.
Me ofusco a. M. etc. amigo J. J. de U.

Justo J. de Urquiza

Carta do General D. Justo José de Urquiza a Rodrigo de Souza da Silva Pontes,
de 20 de maio de 1851. Original. Arquivo Histórico do Amapari.

Para la Confederación Argentina
y para la Unión de la América Latina.

General Manuel de Urquiza Comandante en
Jefe de la Expedición de 1851.
Comandante de la Expedición de 1851.
Independencia y 1851 de la Confed-
eración Argentina.

El Comandante en Jefe de la Expedición de 1851
y Comandante General de la Provincia
de Entre Ríos. Comandante General
de las Expediciones de la Confederación
Argentina.

El Comandante en Jefe de la Expedición de 1851
y Comandante General de la Provincia
de Entre Ríos. Comandante General
de las Expediciones de la Confederación
Argentina.

Para el honor de la Confederación Argentina
y para la Unión de la América Latina.
Comandante en Jefe de la Expedición de 1851.
Comandante de la Expedición de 1851.
Independencia y 1851 de la Confed-
eración Argentina.

Dear guards a' O'ld mu-
shes an' so.

sent for signature

James H. Leggett
Secretary

Credencial, em que se autoriza a Cuyás y Sampere a assinar o convênio com o representante do Império, assinada pelo general D. Justo José de Urquiza e Juan F. Seguí, e datada de 19 de maio de 1851. Original. Arquivo Histórico do Itamarati.

Atto 1.º - Sua Magestade o Imperador
do Brasil, a Republica Oriental do Uruguay,
e Estado da Guayana Francesa, assinam

offensiva, e defensiva para o fim de manter a independencia, e de pacificar o territorio da mesma Republica, passando sobre do territorio desta o General D. Manuel Oribe e as forças argentinas que commanda, e cooperando para que restituidas as cousas ao seu estado normal, se proceda a eleição livre do Presidente da Republica segundo a Constituição do Estado Oriental.

2.º Para que este convenio tenha effecto se faz necessario que o Ex. Mo. Sr. Governador do Estado de Entre-ríos em virtude dos decretos de independencia nacional reconhecidos pelo Tratado de 6 de Janeiro de 1831 reassuma pela sua parte a faculdade commandada no governo de Buenos Ayres para represent. e consideração e negociação com os países que respectivamente se relacionam exteriormente, e o fará realisando a remessa da Circular de 3 de abril p. p. no caso de que tal remessa não se haja realisado, em publicando um manifesto, ou praticando qualquer outro acto publico, e em nomeado quem importe indubitavel e decidida compromimento de relações politicas com o Governador de Buenos Ayres.

3.º Se o Governo de Corrientes, ou qualquer outro em idênticas circunstancias devesse fazer parte do presente alliança deve proceder de modo a durar a de um modo analogo ao que se achou determinado no antigo antecedente.

4.º Para preencher o objecto a que se dirigem, as Govrnas alliadas concorram com todas as meios de guerra, de que possa o dispor em terra, ou mar a propozicao que a necessidade o exigir.

5.º Os Estados alliados poderão antes do rompimento de uma occas respectiva fazer

o General Cribbe as intimações que julgar
seu convenientes sem outra notificação mais
do que dar-se conhecimento recíproco dessas
intimações antes de verificá-las, a fim de
que concordem no sentido, e haja entre as in-
timações verdade e coherência.

3.º - Logo que se julgar isso convenientemente, o Exército Brasileiro marchará para a fron-
teira a fim de entrar em acção sobre o terri-
tório da Republica, quando se julgarem necessários
a Esquadra de Sua Magestade O Imperador
do Brasil se porá em estado de hostilizar im-
mediatamente o territorio dominado pelo
General Cribbe.

4.º - Porém tomando se igualmente em con-
sideração que o Governo do Brasil deve prote-
ger os debilitados Brasileiros que tem soffrido,
e soffrem ainda a oppressão imposta pelas for-
ças, e determinações do General D. Samuel
Cribbe, fica ajustado que dado o caso das
violações anteriores, as forças do Imperio or-
tem das que se destinam ao apaziguamento da
guerra, poderão fazer effectiva aquella pro-
tecção, encarregando se (de accordo com o Gene-
ral em Chefe do Estado Oriental) da seguran-
ça das pessoas, e das propriedades tanto de
Brasileiros como de quaisquer outros in-
dividuos, que residam, e estejam estabeleci-
dos sobre a fronteira até uma distancia de
vinte legas dentro do Estado Oriental; e isto
se fara contra as roubas, assassinatos, e tropelias
praticadas por qualquer grupo de gen-
te armada, qualquer que seja a denomina-
ção que tenha.

5.º - Desde que as forças dos aliados entra-
rem no territorio da Republica Oriental do Ur-
uguay, estarão debaixo do commando, e di-
recção do General em Chefe do Exército Oriental.

tal ~~princípio~~ o caso de que o total das forças de cada um dos Estados alliados não de o total das forças Orientaes, em dado o caso de que o Exercito do Brasil, ou o de Enteroiros passe todo para o territorio da Republica.

No primeiro caso as forças Brasileiras, ou alliadas serão commandadas por um Chefe de sua respectiva nação: e no segundo pelas suas respectivas Generaes em Chefe: mas em qualquer dessas hypothese o Chefe alliado deverá pôr-se de accordo com o General do Exercito Oriental pelo que respecta á direcção das operaçoes de guerra, e para tudo quanto possa contribuir ao seu bom éxito.

9.º - Quanto ás operaçoes da guerra, os Governos dos Estados alliados cooperarão activamente e effizientemente para que todas as em-
com o objecto de graduações, que existam em seus respectivos ter-
nos países ritorios, e sejam aptos para o serviço das ar-
nações mas, se porem as ordens immediatas do General em Chefe do Exercito Oriental, au-
visando-as (por conta da Republica) com os recursos de que necessitam para o seu trans-
porte.

10.º - As contingentes com que devam concor-
rer os Exercitos alliados, serão subministra-
das por simples requisições do General em Che-
fe do Exercito Oriental, quando, e como o re-
quisito, fornecendo com anticipação, e pon-
do-se de accordo com os Generaes respectivos
sempre que seja possível.

11.º - O Artigo antecedente, e o Artigo X.º não
se devem entender de modo que prejudiquem
a liberdade de acção das forças Imperiaes,
quando o accordo, e forvia intelligencia com o
Chefe das forças Orientaes não seja possível, ou
para as operaçoes de guerra, ou para a pro-
tecção que se refere ao citado Artigo X.º

12.º O Governo Oriental declarará nullo e inexistente de accordo com as alliadas: e desde esse momento a manutenção da Ilha de Martim Garcia em poder das forças, e autoridades Orientaes incumbirá a cada um dos alliados (segundo as meias de que fôr) de accordo com o Governo da Republica Oriental do Uruguay, incumbindo principalmente ao Comandante em Chefe da Esquadra Brasileira, a proteger a ditta Ilha, em pto. e fundad. e assim como a navegação livre das embarcações pertencentes a qualquer dos Estados alliados.

ante da primeira
parceira, sendo de
-a favor do
Alfi que em m
de alegar no

13.º - Chegado o momento da evacuação do territorio pelas tropas argentinas, terá lugar este acto pelo modo, e forma, que se convier com o Governo actual de Entrerios.

14.º - Ao despirar com soldo, manutenção de bocca, e guerra, e fardamento das tropas alliadas não feitas por conta dos Estados respectivos.

15.º - No caso de que tenha de prestar-se alguns socorros extraordinarios, o valor destes, sua natureza, empenho, e pagamento será materia de convenção especial entre as partes interessadas.

16.º - Obtida a pacificação da Republica, e restabelecida a autoridade do Governo Oriental em todo o Estado, as forças alliadas de terra tomarão a passar as suas respectivas fronteiras, e permanecerão ahí estacionadas até que tenha tido lugar a eleição do Presidente da Republica.

17.º - Com quanto esta alliança tenha por umos fins a independencia real, e efectiva da Republica Oriental do Uruguay, se por causa desta mesma alliança o Governo de Buenos Ayres declarar a guerra as alliadas individual, ou collectivamente, a alliança actual se tornará em alliança commun contra

dito Governo, ainda garantido os seus actuaes ob-
jectos de tuchas prohibido; e desde esse mo-
mento a par, e a guerra tomarão o mesmo
aspecto. De posar o Governo de Buenos-ay-
res e limitar a hostilidades parciais contra
qualquer das Estados alliadas, as actuaes coghe-
rarão com todas as meios ao seu alcance para
repelli, e acabar com taes hostilidades.

18.º Dado o caso previsto no artigo ante-
cedente, a guarda, e segurança das rias Parana,
e Uruguay será um dos principaes objectos
em que se deva empregar a Esquadra de Lea-
nagostade o Imperador do Brasil coadju-
vada pelas forças dos Estados alliados.

19.º Como consequencia natural deste
tracto, os países de não dar pretexto a minima
dúvida a' cerca do espirito de cordialidade,
boa fé, e disintensão, que lhe serve de base, as
Estados alliados se affiancáo mutuamente
a sua respectiva independencia, e soberania,
e a integridade de seus territorios sem prejui-
zo dos direitos adquiridos.

20.º Os Governos de Entrerios, e Corrientes (se
este annuir ao presente convenio) consentirão
as embarcações das Estados alliadas a livre
navegação do Parana na parte em que aquel-
les Governos são vizinhos, e sem prejuizo dos
direitos, e estipulacões provenientes da Con-
venção Preliminar de Par de 27 de Agosto de
1828, ou de qualquer outro direito proveniente
de qualquer outro principio.

21.º O Governo Oriental nomeará o General
D. Eugenio Garza General em Chefe do Exército
da Republica assim que o dito General te-
nha reconhecido ao Governo de Montevideo o
Governo da Republica.

22.º Sendo interessadas as Estados allya-
das em que a nova Authoridade Granatira da

Republica Oriental tenha todos os orgaos, e estabel-
lecimento que require a conservação da paz interior.
As commoças pela larga lida que se tem sus-
tentado, se comprimestem as mesmas Estados do ^{supplemento}
^{no aprelho}
^{o 11 de maio}
luminosamente a manter aficaz e acausar a
guerra e buclorizante com taitas as encias ao al-
can e de cada um das e taitas Estados contra bo-
do o acto de insurcicao, ou subliçação armada
desde o dia em que a elicção de Presidente tenha
tido lugar e não tem o momento de uma respo-
cta a administração conforme a Constituição
do Estado.

[illegible]

24- Se unen las istas alhajas para
se separar de estas alhajas con guante se
cuelgan sobre el tubo de la bomba de vacío.

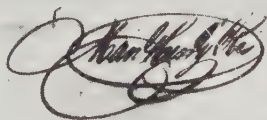
28. O Governo do Ceará não tem o direito de entrar na alibania, mandando-lhe não cumprir o preceito comercial, e as embarcações, considerando-se em situação de guerra, não podem fazer parte das companhias de navegação, e não se pode pagar para transportar

das vantagens mutuamente concedidas aos
Governos Aliados.


26.º - Este convenio se conservará secreto a
tudo que se consiga o fim a que se dirige.

Feito em Montevideo aos 29 de Maio
de 1851.

Rodrigo da Silva de Sousa Pontes



Antonio Luiz de Siqueira



Original em português do convênio de 29 de maio de 1851. Está junto do reservado de 4 de junho de 1851 (anexo IX), no Arquivo Histórico do Itamarati, volume intitulado: *Legação Imperial em Montevideo — Reservado — 1851-1852, (222/4/6).*

(Firmado)

Alonso, de mi hijo.

Muy caro el folleto — ¿no cree V. que
será como misa que se danzara el folleto del hijo por
24 horas? — Si V. ordena la danza lo suplico en
dicha autorizada de mi hijo p. q. no se embargue
sombrero —

¿Cuándo quiere V. q. le vea? — V. me lo dice
después que recibe su correo —

De V. muy obediente y apdo. devoto

J. B. S. L.

Of. junio 15 - 1851 -

Andrés Lamas

Carta de D. Andrés Lamas ao ministro Paulino, de 15 de junho de 1851.
Original. Arquivo do Visconde do Uruguai.

Viva la Confederación Argentina!!
Mueran los Enemigos de la Orgn. Nacional!!



Cuartel General en el Arroyo de la Virgen - Setiembre 21/851.

Illmo. Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes.

Estimado amigo.

En el caso de no estar en casa el Sr. Almirante Grenffell, ruego a Vd. se sirva
dar sus órdenes para que un Comisionado del Sr. General Ori-
be pueda salir del Buceo y seguir a Buenos Ayres, a que
lo comunicacion adjunta sea dirigida lo mas pronto posible al
Sr. Almirante.

Soy de Vd. afmo. amigo y S.S.Q. B.S.M.

Justo J. de Urquiza

Carta de Urquiza a Silva Pontes, de 21 de setembro de 1851, in Arquivo Histórico do Itamarati (420/4/114). Nesta carta escreveu o General: "Viva la Confederación Argentina!! (Mueran los Enemigos de la Orgn. Nacional!!/ Cuartel General en el Arroyo de la Virgen, Setiembre 21/851./ Illmo. Sör. Rodrigo de Souza da Silva Pontes./ Estimado Amigo./ En el caso de no estar en esa el Sör. Almirante Grenffell, ruego à Vd. se sirva dar sus órdenes para que un Comisionado del Sör. General Ori- be pueda salir del Buceo, y seguir a Buenos Ayres, y que/ la comunicacion adjunta sea dirigida lo mas pronto posible al Sör. Almirante. Soy de Vd. afmo. amigo y S.S.Q. B.S.M./Justo J. de Urquiza".

^{Urquiza}
Viva la Confederación Argentina! "Aburran la
Enemiga de la Org. Nacional!" Quirós General en
el Paraná! Octubre 8 de 1851. Ilmo Señor Pon-
te de Urquiza de Silva Pontes. Mi estimado amigo.
El termino de la penosa campaña ha sido
tan feliz por tantos resultados, y por haber comen-
zado la efusión de sangre, que no puedo me-
nos de apresurarme a comunicárselo, aun que no
entre en pormenores por la brevedad con que lo
escribo a V.ª. Después de haber reducido al Exe-
rcito enemigo a sus ultimos atrinchamientos,
las fuerzas Orientales que obedecian al General
Don Manuel Oribe, se han sometido, reconocien-
do la autoridad legitima de la Republica, y el
Ejército Argentino tambien se ha sometido, y
esta hoy bajo de mi comando. = En esta misma
fecha me he apresurado a comunicarle al Sr.
Conde de Caxias este importante acontecimiento
que ha llenado los grandes fines que tuvieron
los gobiernos aliados cuando se pusieron en
armas contra el General Oribe y las fuerzas
argentinas que tenia a sus ordenes, por el que
felicitó a V.ª de todo corazon, reconociendo que
todo debe a V.ª la Republica Oriental que hoy
ya está libre de las soldadas que la oprimian.
Soy de V.ª affm. amigo y. S. G. L. D. S. L. etc.
designado Justo J. de Vignolas

Nota conforme.

Quirós General en
L.ª. J.ª.

Copie

Nº 1.

Para la Confederacion Argentina. - - - - -
los enemigos de la organizacion nacional.
El Gobernador - Capitán General de Buenos Aires
Paul en jefe de su ejército y Paul de vanguardia
de las fuerzas aliadas de observación a
Quartel General en el Pantanillo a 12 de Octubre
de 1834. Al Ministro y Leñero don Rodrigo de Larrea
don Pedro Benítez encargado de negocios
del Ministerio del Brasil, cerca del Gobierno de
la República Oriental. - El promuevamos
unto general si las circunstancias de esta Repu-
blica en favor de las negociaciones nos sostienen
los tratados a la vez, una fuerza se continuara
ar sus marchas desde el Rio negro, de donde
de haber operado a la vez con muchas divisiones
proyeccion del San Carlos de Carias con
el ejército de su mando, y a pesar de una
resolucion de no volver por un paso, mil
tras no se verificase la incorporacion de
ambos ejércitos. - Otra obstaculos de to-
do cuanto insuperables, haciendo que las ma-
chas del Ejército Imperial juben tantas pe-
nurias y las deposiciones en las tropas en
general. - Es sucesion ins. tantamente
- es es posible dejar de protegerlos de
sacrificar muchas víctimas sin desaten-
der grandes intereses. - De uno en otro a
contencimiento fin conducido hasta po-
nerlos al frente de las ultimas a traves de
ministros del General Chile. En su posicion
no queda la otra alternativa, que dar una
batalla contra un ejército en batalla contra
la ocho mil, quinientos soldados de las
tres armas para de continuar combatiendo la
medios pacíficos cuyos resultados habian
sido hasta entonces tan felices. - El absten-
medios podia conducir a la terminacion con

instantánea y completa de una guerra que ha
durado más de ocho años. (Hoy es
este resultado sin efusión de sangre sin el
exagerado de muchas víctimas, el objeto de
la presente campaña se hallaba satisfecho.
En estos momentos de crisis más
que nunca consultar las resoluciones que
eran necesarias, con los representantes de los
Gobiernos aliados y muy particularmente
con los de P. R. el Imperador de Brasil.
Esta era una condición de la alianza y
una consideración de la idea de noble y gene-
roso interés que ha manifestado por la pa-
cificación de la República Oriental. Era
en el punto a que los sucesos habían llega-
do toda dilación o había sido imposible la
acción en cualquiera de los extremos, en se-
adaptarse debía ser del momento. En tal
situación tuvo solo en vista el objeto essen-
cial de la alianza, y de acuerdo con el Ge-
neral en Jefe del Ejército Oriental asumió
la responsabilidad de los resultados, en
su carácter de General del Ejército, y como
representante de los Gobiernos de P. R. y
Brasil. Hizo al General P. R. alar-
ma concesiones que quizá no habrían podi-
do racionalmente exigirse del vencedor. La
victoria satisfactoria. Los hechos de la ac-
ción entendida de acabar la sequedad
y otras por parte de los Gobiernos ali-
ados, con la confianza de que se acordaron
abundantemente. Los motivos de una insubordinación,
y apreciarían bien en resultados. Heo cum-
plo con este deber, sometiendo a la conside-
ración de los Gobiernos aliados las concesio-
nes hechas al Ejército del General P. R. y
que han dado por resultado, la pacificación

[illegible]

de Urquiza.

Esta comunicação

o General Carlos Urquiza

1851

Comunicação do general Urquiza a Silva Pontes, datada de 12 de outubro de 1851, da rendição de Oribe. (Cópia autenticada, in *Legação Imperial em Montevideo, 1851-1852*, 222/4/6.) Infelizmente do original desta comunicação apenas se encontra a última folha, assinada pelo general Urquiza, no Arquivo Histórico do Itamarati, 420/4/114.



Quadro da batalha de Monte Caseros, de Juan Manuel Blanés. — *Vide* nota 107.



Batalha de Caseros. Litogravura de J. Adams e Boulanger. — *Vide* nota 108.

[illegible]

• Вып. 1-го томограф.

En consecucion a la pregunta que S. Exa. se digna hacerme sobre los detalles que me sean conocidos personalmente, sobre la conducta de los cuerpos brasileiros en la batalla de Abasco, debo decir a S. Exa. que al principiarse el ataque, habiendome reunido a las columnas orientales, vi que no seguan dos batallones brasileiros, mandados por el Brigadier Abargues, para reforzar las columnas que estaban destinadas a asaltar la casa fortificada, que mientras los batallones orientales desplegaban sus guerrillas al frente de las fortificaciones de carretas, formigaban los dos batallones brasileiros, tomando la retaguardia que ocupaban en la marcha y trayecto mas corto para entrar en linea, se aproximaron a la casa de Carero, de manera que alguna de las columnas de ataque orientales encontraron ya cada vez mas de soldados brasileiros en su tránsito.

Habiéndome separado de los batallones orientales después de tomada la casa, me encontré con el teniente Brigadier Márquez, quien felicitándome por el feliz éxito del ataque, me pidió mi parecer sobre la conducta de las fuerzas de

de cuando caminaba compuesto i con
los dedos, pues q. estaba lleno de entusiasmo
por la bizarría que habían mostrado los cascotes,
cuya conducta me era dado observar desde el
punto de la batalla donde yo me hallaba. Mas
tardi me reuni a las fuerzas brasileñas que man-
taban en el campo de batalla, hasta que volví
de a tiempo el fuego las baterías de la izquierda
del Ejército de Rohas, me adelanté a ellas, i reu-
niéndome al General Vicauro recibí la orden de
ir a ordenar a una guerrilla nuestra que tomase
una batería que el enemigo abandonaba, con la
cual perdí de vista los millores brasileños.

Después de la batalla he salido por los coronados
Chenaut i Riberos que el Señor Brigadier ha-
bía tomado una parte activa en las disposiciones q.
aseguraron el triunfo, ya dando rápida ejecución
a las órdenes del Señor General en jefe, ya remedi-
do por prevención a los inconvenientes de detalle
que obstaban a la consecución del objeto.

Por todos estos hechos i otros obtenidos de orden
i todos honrosos a las armas brasileñas, cumplí
al Señor Brigadier Marguy en su campamento
de Palermo, asegurándole que el ejército de su
mando había obtenido en Monte Caseros dos
victorias una contra el tirano, i otra contra
las precompañiones vulgares que los desfavorecían.

destacada, dada a nuestros soldados y oficiales
aptandis unánimemente a los suspirios brava-
los, como en nada inferiores en valor i disciplina
a los mejores de nuestros ejércitos, i como los que han
sido tenido parte mas activa en la toma de
las posiciones fortificadas del cerro de
Cerro Morán con este el objeto que S. E. a.
propone a mi deber con respecto a la verdad
que me es conocida.
Aprovecho esta ocasión de ofrecer a S. E. a.
los respetos i consideraciones con que me suscribo
D. S. E. a.
Buenos Aires Feb. 10.
1852
D. F. Sarmiento

Carta de D. Domingo Francisco Sarmiento a Honório Hermeto Carneiro Leão,
datada de 15 de fevereiro de 1852. Original. Arquivo Histórico do Itamarati.
I'ide anexo XVI.

Kingman, S. A. 1899

1892

[illegible]

Como isto se a gente e guerra entre Brasil
e outros e a guerra de guerra que entra no se
formam pessoas, por países que não se conhecem
são o Brasil, Brasil e a guerra de guerra de guerra
muito diferente de guerra que se sabe com certeza
para a guerra de guerra de guerra e a guerra de guerra
de guerra e a guerra de guerra de guerra e a guerra
de guerra de guerra de guerra de guerra de guerra de guerra

[illegible]

justiça a sua submissão, dando graças a evolução
das Milícias, disciplina e organização, e por seu
sympathisando com os seus, e assegurando na nos-
sa Alliance a sua maior segurança.

O Brigadeiro Marques e seus Officiaes, pela sua
cordura e maneiras amigáveis, logo a respeito des-
ta por sua disciplina e comportamento honesto,
foram por sua parte desmistificados, e os seus sympathies
e confiança, tanto dos descontentes, como de todos
os seus compatriotas do exército.

Os habitantes da Cidade de Santa Fé e de Ro-
sario, que se achavam em communicação com a nos-
sa tropa, admiravam a sua boa organização e dis-
ciplina, e o caracter raffiné dos seus Officiaes e
não cessavam de manifestar-lhes esse seu sentimen-
to, por palavras e sendo frequentes em visitas os
seus acampamentos e sobre todas as suas margens.
Para um conceito e sympathia muito conhecidos
e pagos a nossa Divisão toda quasi consciencia,
sem nada destruir e sem fazer com nenhuma
violencia.

O Brigadeiro Marques informou nos de que a

quodam tempore dicitur sustinere quoniam sub auctoritate
mea a Regibus et principibus in terras antea
habentibus eorum et habitas et curas pro eis
qui in eis habitant

Et dicitur in d. de hominibus per quod diligenter
et dicitur in d. de hominibus et d. de hominibus per quod
tenentur pro eis super tenentibus et d. de hominibus
per quod dicitur in d. de hominibus et d. de hominibus
per quod dicitur in d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus

Et dicitur in d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus

Et dicitur in d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus

Et dicitur in d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus
et d. de hominibus et d. de hominibus et d. de hominibus

ly, como de que diz a respeito da Dittas? Orde-
mão de que se pode depender de que isto, e não a Dittas?
Imponat, se que tenham as procois suas fôrças
de inimigo. Jantei aqui em boteco.

Notando esta falta de boteco, deu-me a
entender que nas conversas com liberdade, e pa-
ra fôrça de sua sinceridade dirigio-me a Car-
ta que lhe deu em original, que é um documento
que pode servir para a parte da historia da
aquella batalha que me diz respeito.

O General Riquiza, ao prometter a occasião que
tinha contra o Conde de Carias em Palermo,
fôrça de, separado de as comportamentos da Dittas
Imperial na batalha. Embora bem, muito
comportamento bem!

Eu não lhe vi grandes elogios, mas a pro-
clamação que dirigio-lhe no dia de 26 de May
de 1808 e que lhe menciona os Comendados de Dittas
da Dittas de 1808 e a melhor em todas as de que
se tem publicado e a mais honrosa por onde
se honra e a mais honrosa por onde

Dependendo me a leitura disse para, quando

a honra de ser
Sp. Hon.
Att. am.º cl.
Honório Hermeto Carneiro Leão

Primeiras e última páginas da confidencial de Honório Hermeto Carneiro Leão ao ministro Paulino, datada de 5 de março de 1851. Original. Arquivo Histórico do Itamarati.

ANEXOS

- I — Carta de Paulino a Joaquim Tomás do Amaral, de 30-9-850
- II — A) Carta de Vasconcelos a Paulino, de 22-11-849.
B) Carta de Domingo Monçores a Bento M. Ribeiro, de 27-8-849.
C) Carta de Bento M. Ribeiro a Domingo Monçores, de 29-9-849.
D) Carta de Urquiza a Domingo Monçores, de 31-7-849.
- III — A) Confidencial de Pontes a Paulino, de 30-1-851.
B) Confidencial de Pontes a Paulino, de 22-2-851.
- IV — Instruções de Paulino a Pontes, de 11-3-851.
- V — Carta de Paulino ao presidente López, de 12-3-851.
- VI — Trechos da confidencial de Pontes a Paulino, de 4-4-851.
- VII — Trechos da confidencial de Pontes a Paulino, de 28-4-851.
- VIII — A) Reservadíssimo de Paulino a Pontes, de 16-4-851.
B) Confidencial de Paulino a Pontes, de 22-4-851.
- IX — A) Reservadíssimo de Pontes a Paulino, de 4-6-851.
B) Reservadíssimo de Paulino a Pontes, de 17-6-851.
- X — Instruções de Paulino ao conde de Caxias, de 16-6-851.
- XI — Carta de Urquiza a Pontes, de 21-7-851.
- XII — Confidencial de Herrera y Obes a Pontes, de 27-6-851.
- XIII — Carta de Urquiza a Pontes, de 9-8-851, e a de Servando Gómez a Urquiza, de 9-8-851.
- XIV — Instruções de Manuel Felizardo ao conde de Caxias, de 19-6-851.
- XV — Confidencial de Pontes a Urquiza, de 7-10-851, e resposta de Urquiza, de 8-10-851.
- XVI — Carta de Sarmiento a Honório, de 15-2-851.
- XVII — Cinco cartas de Urquiza a Pontes.
- XVIII — Trechos de ofícios de Honório e do Dr. Diógenes de Urquiza.
- XIX — Instruções do ministro Paulino a Silva Pontes, de 11-3-851. (*)

(*) Já quando se imprimia este artigo encontrou o Sr. Walter Alexander de Azevedo o original das instruções de 11-3-851, que só conhecíamos da minuta existente no Ministério. Graças à boa vontade da Senhora D. Constança Wright, que então ocupava interinamente o cargo de Chefe do Arquivo Histórico do Itamarati, foi-uos possível juntar a fotocópia daquelas instruções. (A.H.I., Legação de Buenos Aires, 440-2-2.)

MATO GROSSO

DE PASCOAL MOREIRA CABRAL A CÂNDIDO RONDON

(Aspectos históricos, políticos, etnográficos e folclóricos)

BASILIO MAGALHÃES

Observação preliminar

A 28 de agosto de 1926, li no Centro Matogrossense, desta capital, um trabalho, no qual compaginei diversos assuntos, respeitantes ao vasto rincão da terra brasileira, descoberto pela intrepidez de Pascoal Moreira Cabral e aureolado pela glória apostólica de Cândido Rondon.

Realizada a dissertação, manifestaram-me alguns dos meus preclaros amigos — dignos filhos do vasto Estado ocidental, — o desejo de que fôsse ela quanto antes inserta em algum dos grandes jornais cariocas ou enfeixada em opúsculo, para mais ampla divulgação.

Mas, entre o convite da diretoria da sobredita associação e a leitura do meu estudo, mediara tão curto espaço de tempo, que não me fôra possível proceder as mais amplas pesquisas sobre dois pontos de inegável relevância dos por mim ali tratados : — a classificação dos borôros no grupo dos otuquês bolivianos e o folclore matogrossense. Pedi prazo para preencher certas lacunas, que, a meu ver, desvalorizavam a já modesta monografia, na qual, contudo, me havia abalançado a problemas de árdua complexidade, como incontestavelmente são o etnográfico e o demopsicológico, acima referidos.

Daí, — é por não ter eu tido, em meio de outras urgentes preocupações, lazer bastante para os acréscimos e remodelações que julgara imprescindíveis, — o atraso com que rematei este trabalho, de cuja utilidade, sentenciada pelos que o favoreceram, dirão sem dúvida com justiça mais severa os mestres das matérias que versei.

E ainda é possível que, apesar dos meus acurados esforços, me hajam escapado, — principalmente na parte relativa ao folclore, — elementos interessantes, tão difíceis de investigar e coligir lá, no seu longínquo e dilatado berço, quanto aqui, onde, se não escasseiam tratadistas e respigadores das lendas sertanejas, mais se votam às do nordeste do que às do pátrio *far-west*.

Não modifiquei, senão ligeiramente, para a presente publicação, o primitivo tom da monografia. Intrometi-lhe no texto os aumentos necessários e apensei-lhe algumas notas, quando exigidas para a dilucidação ou comentário de certas afirmações.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1950. — *Basílio de Magalhães*.

I — Aspectos Históricos e Políticos

Disse, com acêrto, o nosso primeiro historiógrafo, frei Vicente do Salvador, que os conquistadores lusos da terra de Santa Cruz se haviam limitado a arranhá-la “ao longo da costa, como carangueijos”. Entretanto, não tinha demasiada largura a faixa superficial do Brasil cedida a Portugal pelo pacto de Tordesilhas, pois a sua linha confinante com a porção entregue à Espanha por aquele convénio era uma reta entre Belém-do-Pará e Laguna, pouco mais ou menos. A triplificação da área brasileira do tratado de 7 de junho de 1494 estava reservada aos bandeirantes paulistas e aos missionários jesuítas. A estes últimos é que principalmente se deve a conquista da imensa e opulenta hiléia amazônica: e áqueles, além de outras importantes façanhas da sua portentosa expansão para o norte, para o centro e para o sul, é que exclusivamente cabe a glória do devassamento, assenhoreamento e povoamento do nosso extensíssimo *far-west*.

A união ibérica sob o ceptro dos Filipes, de 1580 a 1640, apagara as fronteiras aqui traçadas pela convenção de Tordesilhas, e foi certamente isso o que propiciou ensejo a que intensificassem os audazes mamelucos paulistas, naquele período, o seu ciclo da caça ao índio e da cata do ouro de lavagem. Logo depois de haver recobrado Portugal a sua soberania com a entronização de Dom João IV, iniciou-se no Brasil, — como simples continuação do titânico e trepidante movimento anterior, — o grande ciclo do ouro, que se estendeu do último quartel do século XVII até meados do século XVIII.

Bem razão teve o geógrafo Peschel, quando afirmou que “foi o ouro, ou a ilusão do ouro, que povoou quase toda a América”. Sem a empolgadora atração do fulvo metal, não mais bateado em exígua quantidade ao longo do litoral, mas encontrado às arrobas nos caudais de longínquos sertões, povoados de índios e de feras, ou em filões

copiosos, nas lombadas agrestes das penedias do remoto interior, — não teríamos no coração da Pátria um Estado, qual o de Minas Gerais, representando com os seus 8.000.000 de habitantes quase um quinto da população total do país, e não seriam nossos os Estados de Goiás e Mato Grosso, cujos 2.150.000 quilômetros quadrados constituem precisamente a quarta parte do domínio territorial do Brasil.

Ouso asseverar que a definitiva ocupação do nosso *far-west* pelos bandeirantes foi uma consequência da “guerra dos emboabas”. Este frisante episódio da nossa história colonial acha-se ainda envolto em muitas obscuridades. Dêle, contudo, ressalta a verdade irretorquível de que os paulistas, — os quais com assombroso esforço haviam descoberto e explorado as riquíssimas jazidas de ouro do ribeirão do Carmo e dos vales dos rios das Velhas, Paraopeba e das Mortes, — foram desapossados e expulsos das mesmas pelos reinóis, com a derrota que sofreram no Capão-da-Traição, a 15 de fevereiro de 1709. Mas os filhos de Piratininga e Taubaté não eram homens que ficassem aquecendo as mãos ao borralho do lar, onde as próprias espôsas, — novas espartanas, que encheram de admiração o seu contemporâneo e gongórico Rocha Pitta (*História da América Portuguesa*, 2.^a ed., págs. 275-276), — os instigavam à desforra contra os emboabas. Disto os dissuadiu um arranjo político, talvez inspirado a Dom João V pelo seu hábil escrivão da puridade, Alexandre de Gusmão (de quem Santos teve a glória de ser berço), mais notável ainda pelos inúmeros e inestimáveis serviços à terra brasileira do que o seu famoso irmão Bartolomeu, o “padre-voador”. Com efeito, não só “São Paulo e as Minas-do-Ouro” se desmembraram da jurisdição capitania do Rio de Janeiro, constituindo um governo à parte, por ato régio de 3 de novembro de 1709, como também a sua vila principal, a “Índia do planalto”, fundada pelos jesuítas em 1554, foi elevada à categoria de cidade, para sede da administração da nova unidade colonial, por alvará de 11 de junho de 1711. Tais as fichas de consolação com que a metrópole entendeu de ressarcir aos paulistas os incalculáveis prejuízos, resultantes da perda das minas, das quais os haviam expulsado os emboabas.

Pouco tempo levaram os irrequietos mamelucos a ruminar na escaldada fantasia as incursões dos seus maiores, alguns dos quais ainda vivos então, nas possessões espanholas centro-meridionais. Por que não haveriam de aproveitar-lhes os roteiros, se lhes estava interceptado o caminho das minas dos Cataguases ?

Sabiam que, por meados do século precedente, Antônio Raposo perlustrara a região ocidental, onde atravessara Mato Grosso e a cordilheira andina, realizando a mais longa e a mais pasmosa jornada

de tôdas quantas se perpetuariam nas crônicas da epopéia bandeirista. Sabiam que, cerca de cinquenta anos atrás, os sertões de Mato Grosso e de Goiás, tinham sido varados por Francisco Ribeiro de Moraes, Francisco Lopes Buenavides, Jerônimo Bueno, João Martins Herédia, Antônio Ribeiro Roxo, Francisco Sutil Cid, João de Lara e Manuel Correia. Sabiam da portentosa proeza de Francisco Pedroso Xavier, que ousara invadir as terras do Paraguai em 1676 e bater-se bravamente com as tropas castelhanas daquela região, onde também já havia penetrado Manoel Dias da Silva (“o Bixira”). E sabiam, ainda, que duas bandeiras, ambas saídas de São Paulo em 1673, — uma dirigida por Manuel de Campos Bicudo, que levaria um filho “de escassos 14 anos”, Antônio Pires de Campos, e a outra capitaneada por Bartolomeu Buenos da Silva (o “Anhanguera”), o qual se fizera acompanhar do filho homônimo, então com 12 anos, — revelaram não só a existência de ouro nos chapadões goianos (onde fortuitamente se encontraram), como até criou a segunda lenda dos tesouros dos Martírios, — uma serra resplendente de ouro e cristais, a que deram aquela denominação, porque ela “tinha por obra da natureza umas semelhanças da coroa, lança e cravos da paixão de Jesus Cristo”.

Merece, aqui, algumas informações bibliográficas, essa lenda, um tanto parecida com a de *El-Dorado*, que, inventada por Sir Válter Raleigh, se localizou em vários pontos do continente americano, desde o Orinoco até à Patagonia e até Quigiza. — No t. VI da “Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.” (2.^a ed., págs. 305-325), foi dada a lume, com a data de 28 de maio de 1844, uma interessante “Memória sobre os usos, costumes e linguagem dos Apiacás, e descobrimento de novas minas na província de Mato Grosso”, oferecida pelo cônego cuiabano José da Silva Guimarães. Além da referência ao alvará de 5 de maio de 1753, pelo qual estimulou a metrópole os nossos sertanistas à pesquisa das minas dos Martírios, há sobre estas, na dita publicação, os três seguintes curiosos documentos: — “Roteiro para os Martírios, indo em canoa pelo ribeirão do Goiás”; “Notícias de Antônio Pires de Campos, dadas por Antônio do Prado Siqueira, no ano de 1769”; e “Notícias das minas dos Martírios, oferecidas ao governador e capitão-general Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, por João Leme do Prado”. Os dois primeiros achavam-se na Superintendência das Terras e Águas Minerais de Cuiabá, a cujo arquivo tinham sido oficialmente entregues por Luís Pinto de Sousa (depois visconde de Balsemão), então governador de Mato-Grosso, em 17 de outubro de 1769; e o terceiro foi extraído do livro XI do “Registro da Câmara de Cuiabá” (fls. 103), no qual o mandara lançar o governador Cáceres, em 1778.

Que êsses roteiros, pela imprecisão das suas indicações, de nada valeram aos que por êles se guiaram, prova-o o malôgro das tentativas subsequentes. Patenteiam, contudo, quanto aquela deslumbradora miragem estava no galarim durante a segunda metade do século XVIII, fenômeno que ia repetir-se na centúria seguinte. — Na sua “Primeira viagem ao Araguaia” (2.^a ed., 1889, págs. 134-150), inseriu Couto de Magalhães a “Memória a respeito do descobrimento dos Martírios pelo rev.^o padre José Manoel de Siqueira”, a qual aquele benemérito brasileiro encontrara manuscrita em Cuiabá, quando ali presidiu à província (1867-1868). Este trabalho, indatado, traz em appendice os mesmos documentos primeiro e terceiro (dando dêste a data de 14 de novembro de 1774), já publicados na “Memória” do cônego José da Silva Guimarães; mas junta-lhes dois outros, que são os seguintes: — “Carta de Inácio Xavier ao capitão-regente de Minas Gerais Luiz de Albuquerque” (datada de “Cuiabá” 15 de novembro de 1780”) e “Participação de Bartolomeu Bueno ao capitão-general de Goiás, Tristão da Cunha” (datada de “Corumbá, 13 de junho de 1799”). A revelação da cobiçada montanha, que ostentava o brilho do fulvo metal e os símbolos da paixão do Cristo, nada adiantou essa nova coletânea de peças históricas, uma das quais fornecida por um descendente do Anhanguera, criador da lenda. Todavia, o padre José Manuel de Siqueira teve a boa idéia de consignar no seu trabalho algumas notas e fatos, que merecem lembrados. Assim é que tratou da origem do topônimo *Cuiabá*, que, segundo êle, se deriva da expressão *Cunyaavá*, a qual significa “gente caída”; e, se verdadeiro êsse étimo, é típica a denominação da capital mato-grossense, em cuja grafia acertavam os que lhe preferiam o y ao singelo i. Referiu-se ainda à existência de três roteiros, que, naquele tempo, corriam com o nome do primeiro Anhanguera, para o tão ansiado descobrimento do portentoso tesouro. E, finalmente, contou que êle próprio, o consurado autor da “Memória” tirada do olvido pelo preclaro Couto de Magalhães, também tentara infrutuosamente, em 1798, achar, não o martírio na catequese dos índios dos sertões do nosso *far-west*, mas o ouro e outras riquezas dos Martírios sonhados pelo “diabo velho”, numa expedição organizada por Tristão da Cunha Meneses, então governador de Goiás (1783-1800). tendo, porém, apenas chegado até à Serra-Dourada do sertão goiano (*) em cujas proximidades descobriu “a árvore do papel (coisa rara, por

(*) Êsse filão do nosso lendário histórico foi aproveitado por Marie-Joseph (Auguste-Marie-Joseph Bougelet de Sousa) em sua interessante novêla. “Mistério da Serra Dourada” (Rio, 1939).

conter o tronco, desta árvore, como contestura um como caderno de papel, em vez de epiderme)". Aí está, em vez do ouro dos fantásticos Martírios, uma grande fonte de riqueza a explorar, numa terra, qual a nossa, em que é ainda tão caro o papel artificial, se não mentiu o padre-bandeirante do século XVIII (**). À procura das tentadoras minas saiu da capital matogrossense, em 1820, uma bandeira, comandada pelo padre Francisco Lopes de Sá, para tal fim encarregado por Francisco de Paula Magessi Tavares (depois barão de Vila-Bela, que governou aquela província de 1818 a 1821). Penetraram os expedicionários aquele império e vasto sertão setentrional pelo Diamantino e pelas correntes fluviais do Preto e do Arinos, donde se viram forçados a recuar, de mãos vazias, ante a belicosidade dos tapanhunus, que infestavam e defenderam a tão cobiçada região (v. Estevão de Mendonça, "Datas matogrossenses", e Virgílio Corrêa Filho, "A cata de ouro e diamantes"). — Uma das tentativas mais conhecidas, com relação ao descobrimento da Golconda dos Martírios, coube a Bartolomeu Bossi, que a realizou em 1862 e sobre ela deixou um dos mais interessantes livros, dos devidos a penas estrangeiras, sobre o nosso *far-west*: — "Viaje pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cuiabá y el Arino, tributario del grande Amazonas, con la descripción de la provincia de Matto Grosso, bajo su aspecto físico, geográfico, mineralógico y sus producciones naturales" (Paris 1863). Houve ainda a expedição de 1897, amparada pelo governo federal e que se malogrou, dando, porém, ensejo à abertura de estradas feita pela comissão Paula Castro, em 1900; e a lenda dos martírios, por fim, é que se liga a aventura de Fawcett, não há muitos anos. Consta-me que os salesianos de Mato Grosso estão adquirindo, nos dias que correm, latifúndios na vasta zona onde se supõe existirem as minas dos Martírios. Querirão achá-las e explorá-las, ou colimam, porventura, catequizar as cabildas indígenas, que povoam aquelas longinquas paragens?

Reato o fio do que vinha dizendo sobre os bandeirantes paulistas, expulsos da Minas Gerais pelos emboabas.

Embora Goiás lhes ficasse mais perto, rumaram primeiramente para Mato Grosso. E' que para este, graças à sua propícia rêde fluvial, ligada à de São Paulo, tinham os valentes sertanistas as "estradas que andam". Goiás esperaria até 1722 o "Anhanguera" júnior, em batida infrutuosa, que, reiterada três anos depois, lograria feliz resultado.

(**) Sobre o padre José Manuel de Siqueira, publicou Virgílio Corrêa Filho no *Jornal do Comércio*, de 2 de setembro de 1928, um interessante artigo, intitulado "Naturalista Cuiabano".

Antônio Pires de Campos (o “Pay-Pirá”), — companheiro da última bandeira e filho do incansável preiador de índios que havia feito 24 entradas no sertão, desde o planalto dos Parecís até ao baixo Paraguai, — “por 1716 ou pouco antes” (conforme Washington Luís, “Capitania de São Paulo — Governo de Rodrigo César de Meneses”, págs. 42-43), arrojou-se em demanda da sonhada Ofir dos Martírios, que lhe escaudava a imaginação. Não teve a fortuna de dar com ela, mas delineou, provavelmente, até Cuiabá, o rumo que, com pequenas alterações, haviam de seguir depois dêle Pascoal Moreira Cabral e os outros povoadores de Mato Grosso.

Realmente, logo que as divícias ali achadas provocaram o novo ciclo de descobrimentos, — o ciclo das “monções”, de cuja partida nos deixou o fulgurante estro de Vicente de Carvalho a mais bela e perfeita descrição, — os destemidos e ambiciosos violadores do sertão ocidental embarcavam em Araritaguaba (hoje Pôrto Feliz), no Tietê, derivavam por êste rio até à sua embocadura no Paraná e, descendo êste caudal, tomavam uma das três seguintes diretiças: — 1.^a) Subiam o Ivinheima e, utilizando-se de um varadouro de cêrca de 40 quilômetros, chegavam ao Miranda, que os levava ao Paraguai, por onde entravam no São Lourenço, que os encaminhava ao Cuiabá; 2.^a) remontavam o Pardo até à foz do Anhanduí Açu e iam por êste até ao varadouro de 50 quilômetros, que o separa do Miranda, seguindo no mais o rumo precedentemente descrito; 3.^a) galgavam o Pardo até ao pôrto da Sanguessuga, junto ao qual começava o varadouro de Camapuã, mais curto que os anteriormente citados (6.230 braças ou quase 14 quilômetros) e onde depois se plantaram roças, e, transposto êste, singravam o pequeno rio Camapuã, afluente do Coxim, que os depunha no Taquarí, ao fim do qual os esperava o largo Paraguai, que os conduzia ao São Lourenço, como êste ao Cuiabá.

De 8 de abril de 1719 é o têrmo com que Pascoal Moreira Cabral visou a assegurar os seus direitos de descobridor e explorador das primeiras grandes jazidas auríferas de Mato Grosso. Mas o certo é que desde 1716 (W. Luís, *op. cit.*, pág. 44) penetrara êle aquela região, com 56 homens livres e muitos escravos, a fim de conquistar “reinos do gentio para o grêmio da Igreja e diligenciando descobrir ouro, prata e pedras preciosas”. A derrota que sofreu dos aripoconês, depois de internar-se no sertão além do Coxipó-mirim, causou-lhe a perda e estragos de 19 dos seus abandeirados (5 mortos e 14 feridos); mas, longe de ser-lhe funesta, foi-lhe até providencial, como bem pondera Washington Luís (*op. cit.*, pág. 46): — Êsse desastre assegurou o descobrimento das minas, a posse da terra e levou Pascoal à história, como seu descobridor. Vencedora, talvez

a bandeira de Pascoal continuasse a sua marcha, ou, carregada de prisioneiros, voltasse ao povoado, anônima, como tantas outras que percorreram o sertão; vencida, voltou para o arraial, onde foi achado mais ouro. Estava perdido o aripoconé, mas estava achado o ouro, nas margens abundantes do Coxipó-mirim”.

Ainda em fins de 1718, quando Pascoal Moreira Cabral, em meio da fascinante riqueza descoberta, via aumentada a perda dos seus auxiliares fôrros e servos e já estava desaparecido de pólvora e de chumbo, para resistir aos inevitáveis ataques dos indígenas, recebeu inesperadamente, em tão precária situação, que talvez o compelsse a abandonar a ótima conquista, o socorro de duas bandeiras, as quais lhe haviam imitado, como fizera êle a Antônio Pires de Campos, o exemplo audacioso do rumo para Mato Grosso: — foram a dos Antunes Maciéis (Antônio, Gabriel e Felipe) e a de Fernão Dias Falcão.

Antônio Antunes Maciel, encarregado por Pascoal de fazer a Dom Pedro de Almeida, governador da capitania de São Paulo e Minas-do-Ouro, o manifesto dos *placers* matogrossenses, matraqueou, pelos povoados por onde passou, as maravilhas do novo descobrimento. Outro arauto, logo depois, teve a opulenta terra cuiabana no padre André dos Santos Queirós, cujo brado, conforme José Barbosa de Sá (“Anais da Biblioteca Nacional”, vol. XXIII, pág. 12) “era uma trombeta que tudo atroava e soou a fama do Cuiabá até os fins do orbe, passando dos limites do Brasil a Portugal e daí aos reinos estrangeiros, tanto que chegaram a exagerações fabulosas, dizendo-se que no Cuiabá serviam os granetes (*de ouro*) de chumbo nas espingardas, para matar veados, e que de ouro eram as pedras em que nos fogões se punham as panelas...” Como se vê, — fôsse ainda vivo sir Walter Raleigh, por certo que mudaria a sua fantástica “Manôa” das margens do Orinoco para as do Coxipó-mirim! O *rush* para o *far-west* foi tal, — apesar das inúmeras dificuldades da viagem e da enorme distância em que estava o Pactolo ocidental, — que em 1721 já havia ali mais de 2.000 paulistas.

E’ de presumir-se que a exploração das copiosas minas auríferas de Mato Grosso e a criação das casas de fundição influissem no ato de 2 de dezembro de 1720, pelo qual o soberano português, separando Minas Gerais de São Paulo, deu ao governador desta última capitania jurisdição em parte do território da do Rio de Janeiro e a incumbência de preocupar-se com os recentes apossamentos de terras espanholas, feitos pelos nossos incomparáveis bandeirantes na vastíssima região do centro oeste do continente sulamericano.

Aventureiros de toda casta, — entre eles os irmãos Lemes da Silva (João e Lourenço), de tão trágico destino, e até frades (um carmelita e um franciscano) e padres (três do hábito de São Pedro), — ali aportaram em número considerável, nos dois primeiros anos que se seguiram à auspiciosa notícia do descobrimento. E o ouro continuava a aparecer à flor daquela terra pródiga, como se, para saciar aquêles homens impulsioneados pela *áuri sacra fames*, a tangesse a varinha de condão de uma fada benfazeja.

Em 1720, abandonaram os paulistas o primitivo arraial de São Gonçalo, e, subindo o Coxipó, foram assentar outro em Forquilha, onde levantaram uma capela, a que deram por madrinha Nossa Senhora da Penha de França. Mas, em 1722, com o fortuito achamento das Lavras do Sutil (devido a um escravo do sorocabano Miguel Sutil), para ali accorreu prontamente a população da Forquilha, formando um terceiro arraial, onde logo se erigiu uma igreja, confiada ao patrocínio do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. “A futura cidade de Cuiabá (observa W. Luís, *op. cit.*, pág. 58) tinha ido por tentativas, como se apalpassem o terreno, estabelecendo-se então definitivamente”. A 1 de janeiro de 1727, deu-lhe pessoalmente o predicamento de vila Rodrigo César de Menezes, governador da capitania de São Paulo, que, tendo partido da sede do seu govêrno a 6 de julho de 1726, ali chegou a 16 de novembro do mesmo ano.

Em parte alguma dos ínvios sertões, onde realizaram os seus memoráveis descobrimentos, tiveram os paulistas tanto que lutar com os primeiros e legítimos donos das terras devassadas, quanto no ingente *far-west* brasileiro. Afora as cachoeiras e itaipavas, as inundações dos caudais na quadra das chuvas, a fome e as febres, as miríades de insetos incômodos ou nocivos, as serpentes e as feras, — foi ali que os índios opuseram mais óbices aos destemerosos mamelucos. Guardaram em trono de guerra os penetrais de Mato Grosso, desde as margens do Tieté e do Paraná até as do médio e alto Paraguai, os caiapós, os terríveis cavaleiros guaicurús e os bravios paiaaguás, sobretudo estes últimos, que foram, segundo Southey (*História do Brasil*, trad. de L. de Castro, vol. V, pág. 334), “de todas as tribus americanas a que mais pertinazmente e com melhor êxito defendeu contra invasores a sua terra natal”.

Da primeira mal organizada e crescida leva, que partiu de São Paulo em 1720, logo após a notícia do descobrimento efetuado por Pascoal Moreira Cabral, “a Cuiabá não chegou senão um pequeno número dêsses infelizes, raquíticos, transidos de miséria e moléstias”, conforme relata Machado de Oliveira (“Quadro histórico”, 2.^a ed., pág. 131); e maiores ainda foram os tormentos e as perdas da monção de 1722, segundo W. Luís (*op. cit.*, pág. 129). Entretanto continua-

ram as expedições todos os anos, afrontando a fúria belicosa dos aborígens. De um bando de mais de 600 homens, saídos de Arari-taguaba, em 1725, para o Cuiabá, sob o comando de Diogo de Sousa de Araújo, sòmente escaparam um branco e um negro, na investida que lhes fizeram os paiaгуás, junto à laguna Mandioré. Tal foi o saque das mercadorias, então feito, que o frasco de sal subia em Cuiabá a meia libra de ouro (1). Mas continuava a correr a voz de que havia ouro em tanta profusão no Cuiabá, que dêle, em vez de chumbo, se serviam lá os caçadores. E, em consequência disso, o *rush* avolumava-se cada vez mais, deixando, em busca da fortuna mirífica, um longo rasto de sangue a purpurear a água rolante e quérula dos rios ou incontáveis cruces toscas no solo firme dos varadouros...

Dom João V, que de tanto dinheiro precisava para as suas enormes despesas voluptuárias, sofreu dois avultados e sucessivos prejuízos, em 1728 e 1730. O primeiro parece ter sido mais uma gatunagem do célebre chatin Sebastião Fernandes do Rêgo, tenebroso autor da lóbrega tragédia de que foram vítimas os irmãos Lemes. Remetidos para Lisboa quatro cunhetes, — produto dos impostos cobrados em 1727 dos mineradores de Cuiabá, — e mais sete arrobas pertencentes a particulares, tudo acondicionado em cofres fortes, herméticamente fechados, — ao proceder-se à abertura de tão preciosa carga, com certa solenidade, na capital portugüesa, perante o rei, cortesãos e ministros estrangeiros, as barras de ouro se haviam transmutado em barras de chumbo! O válido de Rodrigo César de Menezes sofreu confisco em seus bens, avaliados em 800.000 cruzados, e foi metido na cadeia de Santos e depois na do Limoeiro; mas desta saiu ao fim de poucos anos, julgado inocente, sem dar conta do ouro que subtraira aos irmãos Lemes e ao seu próprio soberano, e contentou-se, para aliciar a bemaventurança celeste, com erguer numa das praças de São Paulo (a hoje denominada “João Mendes de Almeida”) o templo de Nossa Senhora dos Remédios. A outra perda foi ainda maior e devida aos paiaгуás. Responsável por sessenta arrobas de ouro, que do Cuiabá se destinavam a São Paulo, formou para êsse fim o Dr. Antônio Alves Lanhas Peixoto, ex-ouvidor de Paranaguá, que acompanhara a Mato Grosso o governador Meneses, um forte comboio de canoas, em 1730; mas foi acometido e destrocado pelos paiaгуás perto de Ariacuné ou Rio Negrinho, perecendo ali o magistrado e quase todos os tripulantes da flotilha, cêrca de 400, tendo escapado apenas dois. Consta que os terríveis silvícolas, ignorantes do alto

(1) Em 1826, os terríveis índios assaltavam a expedição dos ituanos Miguel Antunes Maciel e Antônio Antunes Lôbo, que os repeliram com vantagem.

valor que os civilizados davam ao fulvo metal, de que se haviam vitoriosamente apoderado, foram trocá-lo na capital paraguaia por quinilharas de baixo preço, pois, conforme Southey (*op. cit.*, vol. V, pág. 487), “seis arráteis de ouro” entregou ali um daqueles índios “por um prato de estanho”.

Foi, seguramente, em consequência dêste último e alarmante acontecimento, que Antônio da Silva Caldeira Pimentel, pelo bando de 4 de setembro de 1730, organizou contra os paiguás uma aguerrida tropa, cujo comando confiou a Tomé Ferreira de Moraes Sarmiento. Não tendo ela conseguido exterminá-los, formou-se novo e mais poderoso exército, às ordens do brigadeiro Antônio de Almeida Lara, que os perseguiu até junto ao Fecho dos Morros. Ao tempo do governo do conde de Sarzedas, formou-se nova expedição, sob a chefia do tenente general Manuel Rodrigues de Carvalho, para vingar o assalto dos paiguás à monção de José Cardoso Pimentel, em 1733, junto ao Carandá. Carvalho tendo repartido a tropa a três corpos, sob as ordens de Gabriel Antunes Maciel, Antônio Antunes Maciel e Antônio Pires de Campos (filho do sertanista homônimo), marchou em 1734 para o centro onde operavam os paiguás e expurgou dêstes pertinazes adversários, por algum tempo, os perigos que ôles ofereciam à navegação do rio Paraguai. Não os liquidou de todo, porquanto em 1736 ou 1737 ainda assaltaram aquêles indômitos índios em Carandá, a monção que demandava às terras auríferas do Cuiabá, sob o comando de Pedro de Moraes Siqueira. Êste e o frade franciscano Antônio Nascentes (cuja valentia lhe grangeou a alcunha, nada católica, de “Tigre”) pereceram na balroada; mas os terríveis silvícolas, tendo sido então repelidos com avultadas perdas, tornaram-se menos hostis daí por diante (2).

Causas diversas. — “um regime tributário asfixiante” e a “balbúrdia de excomunhões”, de que eram férteis os padres e frades,

(2) Em 1740, 1743 e 1744, ainda houve ali ataques de índios às monções: em 1762, 1770, 1771, 1772, 1773 e 1775, caiapós, paiguás e borôros saltaram várias povoações matogrossenses; e, finalmente, a 6 de janeiro de 1791, acometeram os guaicurús de surpresa, o forte de Coimbra, onde trucidaram 54 soldados da guarnição, que andavam enamorados das índias e, porisso, relaxados na disciplina militar. Viu-se o governador de Mato Grosso (João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres), a fim de evitar novas *râzzie*, na contingência de celebrar com os indomáveis índios cavaleiros, a 30 de julho do mesmo ano, um tratado de paz, o qual, segundo Joaquim Ferreira Moutinho (“Notícia sobre a província de Mato Grosso”, pág. 195), foi fielmente cumprido. Reproduz o dito cronista o curioso teor da carta patente com que, em virtude daquêlê pacto, foram distinguidos com o posto de capitães, pelo referido governador, os caciques guaicurús Emaivídi-Chaimé e Queima, que foram então batizados e passaram a chamar-se, respectivamente, Paulo Joaquim José Ferreira e João Queima de Albuquerque.

além de “devassas e execuções, agravadas com grandes sêcas”, conforme o quadro fiel que traça W. Luís (*op. cit.*, pág. 160), — quase reduziram Cuiabá a um montão de ruínas, no ano imediato ao da sua ereção à categoria de vila. Casas e roças, quando não abandonadas pelos donos, foram então vendidas ali por menos da décima parte do que, pouco antes, tinham custado ou valiam. É fato singular o que deu ensejo a salvar-se a recente vila e hoje cidade-capital de Mato Grosso. Eis a narração do caso miraculoso, feita pela competente pena de W. Luís (*op. cit.*, pág. 161) : — “E, secretamente, em 1728, resolveram todos despejar o país, depois da quaresma. Chegada esta, celebrando-se os ofícios divinos na Matriz, exposto o Santíssimo Sacramento, a custódia, que encerrava a hóstia consagrada, deu volta para a parte da epístola, ficando com o lado para o povo. Endireitou-a o sacerdote primeira e segunda vez, e só na terceira vez não virou mais. — *Milagre ! milagre !* — murmurava o povo. — *Deus não é servido que se despovoie o sertão ! Deus quer a perpetuação da colônia !* — Acreditando que o interesse divino se manifestava por esse canto perdido do Cuiabá, o bom povo não duvidou do milagre, que lhe mudou a resolução. Também só um milagre podia obrigá-lo a permanecer em Cuiabá”. José Barbosa de Sá (“Anais da Biblioteca Nacional”, vol. XXIII, pág. 21), que foi o primeiro a contar esse portento, nunca o atribuiu, como outras pessoas mais ou menos crendeiças, “a motivos vários de menos entidade, que por parvidades se não escrevem...” Jurando pela realidade do milagre, fez, todavia, uma afirmação e um prognóstico, os quais infelizmente ainda não foram confirmados por outro gesto do poder divino : — “... eu atribui e julgo que foi demonstração, que fez Nosso Senhor, de que se não houvera de despovoar este sertão, como todos uniformemente determinavam, e que aqui houvera de se perpetuar uma colônia, a mais importante de todos os Brasilícos Estados, como hoje o vamos vendo”.

Queiram perdoar-me os ilustres cuiabanos que me dão aqui a honra de sua presença, assim como os que depois me lerem, a ousadia do que lhes vou dizer. — Embora tenha Cuiabá os seus encantos peculiares e esteja bem no centro do grande estado ocidental, só o inextinguível amor que lhe votam os seus dignos filhos, — um bairrismo descomedido, que não viso a ofender, pois admiro e respeito tôdas as manifestações de civismo e patriotismo, — só esse vigoroso e inflexível sentimento, que me parece ter as suas raízes no milagre de dois séculos atrás, é que pode explicar o porque dali não foi, e presumivelmente não o será jamais, transferida a capital para Corumbá, ponto mais acessível às comunicações com o resto progressivo do país e, sem

dúvida, mais favorável à administração daquela vasta unidade da República.

Com a fundação do Diamantino, em 1728, por Gabriel Antunes Maciel, e do Pouso Alegre (depois Vila Bela da Santíssima Trindade e hoje cidade de Mato Grosso), em 1734, pelos irmãos Pais de Barros (Fernando e Artur), completou-se o devassamento daquela imane região do nosso *far-west*, tendo, assim, cabido aos sorocabanos o estender-lhe a linha de povoamento : — ao norte, até os manadeiros do rio Paraguai; a oeste, até as margens do Guaporé.

Ao apreciar a vultosidade das riquezas metálicas descobertas pelos paulistas “no coração mesmo da América do Sul” e a valia inestimável da integração daquele imenso território, todo êle sito além da linha de Tordesilhas, no domínio luso-brasileiro, — rendeu Southey (*op. cit.*, vol. V, pág. 331) merecido preito de justiça aos bandeirantes piratininganos, quando afirmou que as referidas minas “desde muito estariam nas mãos dos espanhóis do Paraguai ou de Santa Cruz (Bolívia), se houvessem êles possuído metade do gênio empreendedor e da atividade dos brasileiros”.

Em 1744, recebeu Goiás o predicamento de capitania, desmembrada da de São Paulo; e, em 1748, a mesma graça foi concedida a Mato Grosso. Sem as suas três maiores conquistas (Minas, Goiás e Mato Grosso), ficou reduzida a terra dos bandeirantes, na frase sugestiva de um dos seus mais verdadeiros e amoráveis cronistas, a “uma formosa sem dote”.

Foi, indubitavelmente, o paulista Alexandre de Gusmão, — cuja arguta e bem iluminada cabeça (não povoada, qual a do rei, pelos enlevos freiráticos do serrallo de Odívelas) já estava elaborando o grandioso plano do próximo pacto das fronteiras americanas entre Portugal e Espanha, — quem inspirou a Dom João V aquelas medidas político-administrativas, pois os tratados de Madrid, quer o de 1750, o primeiro que gisou a configuração actual do Brasil, quer o de 1777, repousaram ambos no fundamento do *uti-possidetis*.

A criação das capitanias de Goiás e Mato Grosso foi a chancela official do esforço heróico dos paulistas, desenvolvido durante quase meio século naquelas terras bravias, e do qual resultou o se integrarem no já agigantado corpo do Brasil mais 2.150.000 quilômetros quadrados, que, de outro modo, seriam parte de uma ou mais nações das povoadas no sul do continente colombiano pela audaciosa gente castelhana.

Aí está, a traços mui largos, o a que se pode chamar “idade antiga” de Mato Grosso.

Bem merece a denominação de “idade média” o período que ali transcorreu de 1748 a 1834. Intencionalmente prefiro o ano de 1834 ao de 1822, para fêcho da “idade média” de Mato Grosso, porque se assinalou aquêle por uma horrída matança, indigna de figurar na sua “idade moderna”, embora a esta pertencesse na culta França, guiadora dos povos adiantados, a execranda noite de Saint-Barthélemy.

Havendo eu esboçado, com documentos novos, num opúsculo publicado em 1919, a singular personalidade de Antônio Luís Patrício da Silva Manso, alcunhado de “Tigre de Cuiabá” pelos que lhe atribuíram a responsabilidade de principal mandante ou de autor intelectual do sinistro morticínio de 30-31 de maio de 1834 e ferreteado de assassino, em plena Câmara dos Deputados, onde representava a província de Mato Grosso, pela voz implacável da viúva do capitão João Cardoso de Carvalho, — supponho ter provocado, com o meu perfunctório estudo, um dos melhores capítulos do substancioso livro de Virgílio Corrêa Filho, *Notas à margem*, editado em 1924. O talentoso e probô escritor — que honra não só o estado natal, como principalmente às letras históricas do Brasil, — graças aos elementos probantes, de autenticidade irrefragável, que juntou em notas e em apêndice daquele seu excelente volume, deixou inteiramente esclarecidos todos os fatos que se vinculam à sobredita chacina, assim como os acontecimentos que se desenrolaram em Mato Grosso até ao final da austera administração de Pimenta Bueno.

Parece-me que o arraigado nativismo, — cujas primeiras explosões retumbaram nas páginas dos anais do Brasil colonial com as guerras dos “mascates” e dos “emboabas”, e na década inicial do século XVIII, — irrompeu com o mesmo incalculável vigor sangüinário pouco antes do interregno regencial, que também foi por êle assoberbado até a antecipada declaração da maioridade de Dom Pedro II. Antônio Luís Patrício da Silva Manso, ou o “Manso Tigre” da antonomasia popular, era paulista e mulato, e descendia forçosamente dos bandeirantes de Piratininga muitos dos que acaudilharam a truculenta “rusga” de 30-31 de maio de 1834 em Cuiabá. — Não seriam as ossadas das vítimas de 1709, sepultas no Capão da Traição, que reclamavam aquela hecatombe expiatória ?

Enquadra-se a campanha do Paraguai na “idade moderna” de Mato Grosso, que foi das províncias do Brasil a mais pisada, assolada e sacrificada pelos soldados de Francisco Solano López. Do patriotismo com que sofreu Mato Grosso a bárbara invasão e do heroísmo com que resistiu à pujança numérica dos inimigos, — não só já tratou, em exaustivo estudo, publicado em 1919, o competente Antônio Fernandes de Sousa, como também vos falou aqui mesmo, não há muito,

numa interessante conferência, em boa hora reduzida a opúsculo, o senador Antônio Azeredo. Ocupar-me-ei, portanto, apenas com alguns fatos que, ligados àquela nossa grande guerra, ministraram lição profícua à hora que estamos atravessando.

Dos três epítetos aplicados por Cícero ao seu conceito definitório da História, — “textis temporum”, “lux veritatis” e “magistra vitae”. — penso que os guieiros de nacionalidades devem trazer sempre em lembrança o último.

Há poucos dias, num discurso que proferi na Câmara Federal a propósito do patrimônio nacional, vi-me compelido a cogitar também das colônias militares e a particularizar as que foram fundadas outrora em Mato Grosso. Disse eu que, quando o governo imperial “percebeu que os horizontes do Prata se enturveciam com os nimbos amontoados por um ciclone prenhe de borrascas bélicas, não se descuidou de ir guarnecendo as nossas fronteiras e outros pontos estratégicos do *hinterland* pátrio”. De fato, de 1840 a 1861, criou a monarquia 33 colônias e presídios militares. As primeiras fundadas em Mato Grosso, por força do aviso de 21 de maio de 1850, foram as de Nioac, no ponto onde começa a navegação do rio do mesmo nome, e Brilhante, esta às abas da serra de Maracajú. A de Dourados resultou de uma ordem terminante do ministro da Guerra (o então marquês de Caxias), expedida a 1 de março de 1856 ao presidente daquela província (Augusto Leverger, depois barão de Melgaço), a fim de que fizesse rondar freqüentemente tôda a zona campestre entre o rio Dourados e o Iguatemi, “para observar se recentemente aí se tinham fundado ou tentado fundar fazenda, povoação ou qualquer estabelecimento paraguaio. que, no caso de existir, se procurasse imediatamente destruir, visto que se devia tentar, à custa de qualquer sacrifício, diligenciar malograr as tentativas com que os paraguaios houvessem, por êsse lado do Império, de firmar posse, em que fundassem as suas pretensões de adiantar os limites do Paraguai até ao Ivinheima”. Pelo decreto de 26 de abril de 1856, que a criou, manteve-se em reserva o seu escopo essencial, expressando-se-lhe apenas o intuito ostensivo de auxiliar a navegação interior da província do Paraná para a de Mato Grosso, defender e proteger aquela parte do território brasileiro até a fronteira do Iguatemi e do Apa contra possíveis agressões dos selvagens, e chamá-los à civilização por meio da catequese. À colônia de Miranda, assentada pela mesma época nas cabeceiras do rio daquele nome, — até ao qual chegavam as pretensões territoriais do Paraguai, — atribuiu-se, de público, finalidade idêntica à de Dourados: mas, em verdade, a sua fundação prendeu-se

também ao sistema de guarnecimento da fronteira, cuja defesa se apoiaria no ponto central de Nioac, aquartelamento da cavalaria. Como bem ponderou o major José Rufino Rodrigues Vasconcelos ("Colônias militares", 1867, pág. 27), a colônia de Miranda foi estabelecida mais expeditamente que a de Dourados, "que levou cinco anos a fundar-se apesar das instâncias e recomendações do governo; entretanto, bem podiam os paraguaios ter levado o seu plano de absorção até as margens do Ivinheima, sem quem lhos contestasse". Pela presidência da província, foram ainda fundadas : — em 1859, a colônia De Lamare (pelo conselheiro Joaquim Raimundo de Lamare), à margem direita do rio São Lourenço, destinada a reprimir as incursões dos índios daquela região e a catequizá-los; e em 1862, sob o governo de Herculano Ferreira Pena, a colônia do Taquari, posta no lugar denominado Beliago, e cuja missão era proteger a estrada carroçável de Santa Ana do Paranaíba à barra do rio Coxim. Embora constem ainda de mapas os nomes de dois outros núcleos militares, — São João de Antonina e São José de Monte Alegre, — dados como existentes, naquele mesmo período de tempo, em Mato Grosso, sobre eles não me foi possível colher a menor informação digna de fé.

É fora de dúvida que o governo imperial, — tendo reconhecido a independência do Paraguai em 1844 e ajudado a derribar a ditadura de Rosas em 1852, e não obstante os pactos amistosos celebrados com o governo de Assunção em 1850 e 1856, — não se olvidou de guarnecer as nossas fronteiras matogrossenses com a belicosa República dos López, como que precautamente a aparelhar-se para a formidável campanha de 1864-1870. Mas, naquela quadra de meados do século XIX, já a política "envolvia, estragava, enferrujava tôdas as molas do serviço público", principalmente as nossas armas de defesa, como acertadamente observou Joaquim Nabuco ("Um estadista do Império", vol. II, pág. 230). Assim, pouco, realmente, pôde fazer a monarquia, a bem da defesa nacional, porquanto os recursos orçamentários, consignados aos ministérios da Guerra e da Marinha, não eram folgados. Fundar e manter boas colônias militares nos confins do país, — não era coisa fácil naquele momento, como ainda não o é hoje, sobretudo pela dificuldade das comunicações.

Entretanto, apesar da sua rudimentar e precária organização, quantos e quão inestimáveis serviços não prestaram as colônias militares de Mato Grosso, quer com relação aos índios bravos, quer na sanguinolenta guerra de cinco anos, durante os quais tanto e tão intrêpidamente sofreu aquela província ! Receberam elas galhardamente, o primeiro e avassalador embate da invasão paraguaia. Nelas, escreveram os nossos bravos soldados, com a rubra e indelével tinta do seu sangue generoso, um poema de sadio e edificante patriotismo

como foi daquêlê imortal cuiabano (3), o tenente Antônio João Ribeiro, que reproduziu em Dourados, com apenas 15 homens a proeza homérica dos espartanos das Termópilas (4).

O Brasil não é uma nação imperialista e só deseja viver em paz com todos os seus vizinhos. Mas os antecedentes históricos, que pesam sôbre a nossa Pátria como uma fatalidade inelutável, de par com a nossa grandeza territorial e a nossa expansão econômica, fazem-na invejada e quicá temida. Quem possui um opulento patrimônio, — está naturalmente obrigado a defendê-lo, e o nosso precioso cofre, pelo vulto das riquezas que contém, não exige apenas sete chaves, mas centenas delas, de vez que às centenas é que se contêm as léguas das nossas linhas colidantes com os países sulamericanos. Porisso, penso que devem ser restauradas e até aumentadas as nossas antigas colônias militares de Mato Grosso, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, por se depararem aí a olhos perspicuos

(3) Acabada a leitura da minha dissertação, pediu-me o distinto jovem matogrossense, Dr. João Martins, retificasse a naturalidade do tenente Antônio João Ribeiro, que fazia êle questão de proclamar seu conterrâneo, isto é, poconeano. Respondi-lhe, de pronto, que eu apenas me firmara na opinião de Antônio Fernandes de Sousa, que é quem no seu excelente opúsculo, *A invasão paraguaia em Mato Grosso*, assegura à pág. 119, ser o bravo de Dourados “natural da cidade de Cuiabá”. Verifiquei, entretanto, que Estêvão de Mendonça, nas suas proibidosas *Datas matogrossenses* (vol. II, pág. 374), dá razão ao Dr. João Martins, pois assevera ali o seguinte: “Nasceu Antônio João na vila de Poconé...” Ante essa divergência entre dois historiadores de notória autoridade, só resta um meio de decidir a dúvida: — é a certidão extraída do registro de batismo da igreja em que recebeu Antônio João Ribeiro a água lustral ou outro documento que fidedignamente a supra. Em seu trabalho *Antônio João* (Rio, 1938), o general V. Benício da Silva afirma (página 11) que o herói de Dourados nasceu em Poconé, a 24 de novembro de 1825.

(4) Esta comparação, — a única que se me afigurou mais expressiva nos fartos elementos marciais da antigüidade, — já fôra feita por Dom Aquino Correia em *Terra natal*, 2.^a ed. pág. 49, que dirigindo-se primeiro ao pugilo dos heróis de Dourados e em seguida ao seu digno comandante, assim lhes bradou, em singelos, mas expressivos versos:

“Sangue e vida, tudo, ufanos,
Pela Pátria desdenhais:
Sois os nossos espartanos,
Nas Termópilas natis!

E a ti, bravo, cuja fama
Há de sempre fulgurar,
Mato Grosso já te aclama
Seu Leônidas sem par!”

as *trouées* de maior perigo para a nossa terra. Já prevendo êsse risco, para êle autorizou o necessário e urgente remédio o decreto legislativo de 21 de dezembro de 1900. Avieêmo-lo quanto antes, lembrando-nos do que nos ocorreu em fins de 1864 e começos de 1865, quando a dura sola da bota do soldado paraguaio e o rijo casco dos seus cavalos pisaram e escavaram por algum tempo o sul de Mato Grosso e a região ocidental do Rio Grande do Sul.

Tendo sido cedidas pela União aos Estados as terras devolutas (art. 64 da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, o qual, todavia, excluiu a porção “indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais”), — o que ao legislador constituinte se afigurou um bem, veio a transmutar-se em sério mal e em erro calamitoso. E isso porque não tardaram a ser feitas a particulares, até a estrangeiros, sem o resguardo imprescindível à defesa nacional, diversas concessões de terras devolutas, por parte dos governos dos nossos estados fronteiriços. Deixarei à margem outros graves casos que conheço, para referir-me aqui sòmente a um, que já denunciei da tribuna da Câmara Federal, no meu último discurso ali proferido. Diz respeito a Mato Grosso e dêle trago aquí um documento autêntico. Fez o govêrno daquele estado a Companhia “Fomento Argentino Sul-Americano”, ou a alguém que lha transferiu, uma concessão de terras devolutas, com 1.000.000 de hectares, no vale do rio Nabileque e junto à serra da Bodoquena — cuja extrema setentrional jaz entre Coimbra e Pôrto Esperança, não distante, portanto, de Corumbá, isto é, do verdadeiro coração de Mato Grosso e têrmo estratégico da E. F. Noroeste do Brasil. Pois bem : — No papel que esteve em mãos do general Caetano de Albuquerque e hoje se acha em meu poder, por doação de um amigo (cujo nome não tenho autorização para declinar), consta a exploração técnica daquela região por um delegado da referida empreza platina, o qual, gabando o estrategismo potencial que ali verificou, a aconselhou a comprar, “sin vacilar, ese riquísimo territorio, cabeza y asiento de una gran linea ferrea, sin contar la fluvial del Paraguay” Terá atendido a êsse conselho a sobredita sociedade anônima com sede em Buenos Aires ? Será hoje dela, por legítima aquisição aquela enorme área ? Ignoro-o, e fico refletindo nos processos com que a Alemanha, por seus hábeis prepostos comerciais e industriais, organizou latentemente o pasmoso aparelhamento militar, com que pôde invadir na Europa alheias terras, sem que as suas próprias fôsem penetradas pelos contrários, afinal vitoriosos... Se a mencionada concessão puder ainda ficar sem efeito, ou se tiver o seu resgate de custar qualquer sacrifício peduniário ao govêrno de Mato Grosso, — não hesite êste em fazê-lo. Estamos em vésperas

de ver realizado. — pelo menos já tem assento no corpo de um protocolo diplomático, — mais um grande passo para o progresso do nosso *far-west*, e, portanto, para o Brasil. Chegou-se, enfim, a uma fórmula, que há muito deveria ter sido posta em prática, quer pelo Império, quer pela República, se aqui se volvessem olhos mais carinhosos e mais clarividentes para os nossos altos interesses continentais. É a ligação da capital boliviana, ou, por enquanto, a de Santa Cruz de la Sierra por uma estrada de ferro, que virá entroncar-se na Noroeste do Brasil. Apesar da já manifestada preferência da Bolívia pela solução prevista no tratado de Petrópolis (com algumas modificações), — aquêle outro ajuste há de em breve executar-se, quando lhe medirem as incalculáveis vantagens os dois países que o negociaram. E, — em face dêsse grandioso plano, — imaginem os matogrossenses, que me dão a honra de ouvir-me, o relêvo estratégico e o valor a que atingirão as terras em hora infeliz concedidas, no vale do Nabileque e ao sopé da serra da Bodoquena, a uma empresa comercial argentina !

Entrei, por êsse modo, em plena “história contemporânea” de Mato Grosso, sem que houvesse dito ainda uma só palavra do seu acentuado progresso, desde o advento da República até aos nossos dias.

É fôrça confessar que, ainda em começos do presente século, o mais ocidental dos nossos Estados se ressentia de um resto de caudilhismo irrequieto, funesto à sua paz e à sua prosperidade.

Durante a monarquia, a província de Mato Grosso foi, politicamente, uma espécie de *colluvies gentium*, sem espírito de bairrismo, sem coesão gregária e sem pêso na balança onde se aferiam os valores eleitorais das duas grandes correntes partidárias que preponderaram nos conselhos da coroa. Tanto na assembléia vitalícia, quanto na temporária, raros foram os filhos seus que tiveram ingresso, fazendo-se ela representar quase sempre por estranhos. Dos cinco embaixadores que teve Mato Grosso na câmara alta, dois eram cariocas (o magistrado João Antônio de Miranda e o visconde De-Lamare), um baiano (o visconde do Rio Branco), um português (o marquês de Vila Real da Praia Grande) e um nascido na Colônia do Sacramento (José Saturnino da Costa Pereira). E, na assembléia geral, aos naturais de outras províncias (paulistas, baianos, mineiros e cariocas) outorgou ela preferentemente um mandato, que raramente foi confiado a um Antônio Navarro de Abreu Júnior, a um Antônio Correia do Couto, a um barão de Diamantino, a um Manuel Esperidião da Costa Marques.

De uma dezena de anos a esta parte, o bom senso, a sã razão e a visão mais nítida do futuro do Estado passaram a dominar a política

matogrossense, a qual já havia dado à República um estadista de invulgar competência e descortino, que se chamou Joaquim Murinho, assim como um representante prestigioso e operoso, qual foi José Maria Metelo. Graças a essa límpida trilha, — na qual parece ter-se definitivamente enveredado, — outra se tornou, a todos os aspectos, a marcha ascensional do Estado. Basta assinalar-se que, num decênio, quase se sextuplicaram as suas rendas, que subiram de 3.887:000\$000, em 1915 a 5.250:000\$000, em 1925. Neste último ano, não tinha Mato Grosso nenhum compromisso externo e a sua dívida interna fundada importava apenas em 3.584:400\$000. Não pode, portanto, ser melhor a situação daquela unidade federativa, cujos administradores supremos lhe têm sãbiamente impulsionado, de alguns anos para cá, a disseminação do ensino público e a construção de milhares de quilômetros de rodovias ao ponto de se poder ir hoje de Três Lagoas a Cuiabá, de automóvel, no curto espaço de quatro dias.

Que continuem nesse bom caminho os matogrossenses, preparando um mais risonho porvir para a sua terra e para a sua gente, e contribuindo eficaz e patrioticamente para o engrandecimento do Brasil, — são os meus mais calorosos e sinceros votos.

II — *Aspectos etnográficos*

Podem, em vão, os matogrossenses, e, sobretudo, os cuiabanos, por seu desmedido bairrismo, querer egoisticamente monopolizar a glória de Rondon. Nós, os brasileiros, não lho permitiremos. O egrégio filho de Cuiabá é uma glória da Pátria. Mais ainda : — o seu nome ressoa, com a admiração de merecidos aplausos, além das fronteiras do Brasil e além do oceano, onde quer que existam corações humanos e cérebros cultos, capazes de compreender e de abençoar a recente e imperitura missão dêsse nosso bandeirante — apóstolo (5), em quem se aliançaram a impávida coragem de um Livingstone e a fé encendrada de um Saulo de Tarso.

O noroeste de Mato Grosso, desde os rios formadores do Tapajós até aos afluentes orientais do Madeira, era um sertão impérvio e ignoto, domínio exclusivo da sua ainda bravia indiada, a cujas malocas não chegaram nem Karl von den Steinen, nem Ehrenreich, cientistas famosos, nem os evangelizadores de batina ou de burel. Havia ali

(5) Num formoso artigo, publicado, em *O Jornal* (ed. de 16 de junho de 1928), assim disse o escritor alagoano Jaime d'Altavilla do "Missionário e bandeirante" : — "Rondon traz em si a alma sonhadora e aventureira de Fernão Dias Paes Leme, conjugada com a alma suave do padre José de Anchieta."

montanhas e cursos de água, que ou não constavam das nossas cartas geográficas, ou nelas figuravam com traços errôneos. O gentio, a fauna, a flora e os minérios daquela vasta porção do território brasileiro estavam à espera do novo, incansável e esclarecido missionário, que os fôsse revelar e integrar no patrimônio nacional.

Coube essa tarefa a Rondon, que não mediu nunca a extensão dos perigos que afrontou, nem as agruras dos sacrifícios que suportou. Certa vez, às margens do Juruena, — é o meu querido amigo Luíz Buenos Horta Barbosa quem o refere (“Em defesa do índio e das fazendas nacionais”, págs. 4-5), “teve suspensão de um fio a sua vida e todo o desenvolvimento da sua gloriosa carreira, que se salvaram graças a pequeno desvio de uma flecha nhambiquara; mas, haurindo na lembrança dêsse mesmo perigo novas inspirações para redobrar no talento de bem fazer, tornou-se êle incansável na multiplicação dos atos, pelos quais os nhambiquaras haviam de acabar transformando-se em amigos seus e de todos os que, em sua companhia ou sob o seu comando, varavam a grande região sertaneja, depois denominada Rondônia”.

A exemplo do como antes procedera para ganhar a confiança e a amizade dos borôros e dos terenas, na região centro-meridional de Mato Grosso, conseguiu o egrégio cuiabano, ao mesmo tempo que prestava o grandioso serviço de devassar o imenso sertão onde construía as linhas telegráficas e estratégicas, — destinadas a pôr em comunicação a capital do Brasil com o interior matogrossense, com a fronteira boliviana, com o território do Acre e com o estado do Amazonas, — atrair à paz com os brasileiros civilizados, tanto os parecís, nhambiquaras e kepikiriuats, da região do noroeste do seu estado natal, como também os parná-uats, taguateps e ipot-uats, do Giparaná, e, finalmente, os urunís, arikêmes e barbados, cujas tribos estanciavam mais para os lados das fontes do Xingu.

Pensais, acaso, que a isso, que já é muito, se limitou a indefesa atuação de Rondon? Errarieis profundamente, se assim o supusésseis. Porque para o seu espírito de escol. — que possui a mais nítida visão do conjunto do nosso problema indígena, — o menos que êle tem feito é reduzir os nossos silvícolas à atitude pacífica para conosco. Acima disto, muito acima disto, e com sobeja razão, coloca êle outro anelo, que lhe empolga tôda a alma excelsa : — é proteger os aborígenes, os primeiros e legítimos donos da terra brasileira, contra os pretensos civilizados que, constantemente, aguilhoados pela sanha má dos instintos egoísticos, lhes salteiam as tabas e as plantações, as mulheres e os curumís, as irmãs e as filhas, quando não os trucidam a tiros de rifle, muita vez sem o menor motivo ou por incompreensão

dos hábitos atrasados e da noção de propriedade coletiva, ainda dominantes nos clãs humanos das nossas florestas virgens. Rondon, — que, onde quer que esteja, orienta e dirige sempre, com a sua palavra acatada, o Serviço de Proteção aos Índios, — é, e oxalá o seja ainda por muitos anos, o anjo-custódio dos nossos irmãos das selvas !

Tenho os salesianos na conta de continuadores da Companhia de Jesus, nestas plagas sul-americanas. Com efeito, os discípulos de Dom Bosco, pelos menos aquí no Brasil, organizaram eficazmente, melhor do que outra qualquer comunidade religiosa, o seu plano de propagação do ensino e da fé. Em lugar dos padres estrangeiros, que fundaram as primeiras casas de instrução e os primeiros centros de catequese, já saíram dos seus seminários compatriotas nossos, que são hoje em dia verdadeiros luminares do clero nacional. Basta-me citar-vos os nomes de Dom Aquino Correia (arcebispo de Cuiabá), poeta e prosador de primorosa castidade, do meu ilustre e virtuoso conterrâneo Dom Antônio Lustosa (arcebispo do Ceará) e de Dom Manuel Gomes de Oliveira (arcebispo de Goiás).

Mas este preito, que rendo aos salesianos, não me leva a confessar-vos que eu lhes prefira a atividade missionária, em relação aos nossos selvagens, à atividade leiga do Serviço de Proteção aos Índios. Afastada qualquer questão religiosa, — que não vem ao caso, — coloco-me apenas dentro do espírito que ditou ao nosso legislador o § 7.º do art. 72 da Constituição de 1891, e encaro, como bom brasileiro que não esmorece nunca na defesa do patrimônio nacional, a diferença dos resultados entre as missões místicas e os postos ou povoações do Serviço de Proteção. A repartição federal trata de obter e assegurar para os índios a propriedade do solo em que se assentaram as tribos pacificadas, com as suas benfeitorias e quaisquer valorizações posteriores, de modo que os postos e povoações atuais, quando se emanciparem da tutela oficial, se integrarão plenamente no corpo vivo da nacionalidade. Não é isso, entretanto, o que ocorre com as terras em que se instalam as missões religiosas, cuja sede central é na Europa. Se tais terras são dos índios, que as povoaram e lavraram, passam logo d'elles para o domínio útil ou pleno da missão, e, se não figurar como proprietário delas algum membro da congregação, podem até ser transferidas para o geral da ordem regular. Virão, enfim, a constituir-se, de futuro, pequenos feudos da Santa Sé no coração da nossa Pátria. É este o perigo que temo e não desejo recaia em nossa terra e em nosso gentio (6).

(6) Vide *A Mistificação salesiana* (Rio de Janeiro, 1923), opúsculo em que palpitam a fé e a energia republicanas de Alípio Bandeira.

Trazia eu o deliberado propósito de falar-vos, embora muito à ligeira, da indiada matogrossense, ao aspecto puramente etnográfico. Mas a extensão que tomou, a meu maugrado, a parte histórica desta dissertação, obriga-me a reduções que vos evitem maior fadiga. Sòmente para uma sumária relação das inúmeras tribos que habitam os dilatados campos e as florestas virgens de Mato Grosso, teria eu que consumir alguns bons minutos. E isso ser-vos-ia mais enfadonho que proveitoso (7).

(7) As tribos que ocupavam as terras junto aos rios por onde se enca-minharam os paulistas, a fim de descobrirem e conquistarem Mato Grosso, — *paiaquás, caiapós e guaicurús* (esta última coadjuvada pelos tuques, que viviam nos afluentes do Paraguai), — foram as que mais brava e tenazmente souberam defender os seus domínios naturais, como o reconheceu e proclamou o historiador inglês Southey.

Para que se faça idéia da imensa indiada que povoava outrora o nosso *far-west*, vamos transcrever a seguinte relação, que se encontra à pág. 46 da “Memória histórica sôbre os indígenas da provincia de Mato Grosso” (Rio — 1887), da autoria do capitão João Augusto Caldas :

“Na bacia do Guaporé — *ababás, aricoronís, cabixís, camararés, cautários, colopás, guajejús, guajarutás, guarajós, guarilerés, lambís, capuratás, mequêns, patetuis, puxacases e tamarés*;

“Na do rio Madeira — *araras, aricunânes, caripunas, guaciás jacariás, murás, pamás e torás*;

“Na do rio Juruena — *apiacás, birapacaparás, cabixís-uá-juruís, cuatás, cutriás, jaguaretés, mamboriarás, metendúes, mukuris, nambicuaras, paricís, sanabós, sarumás, tamararés, tamepungas, ubaibás urupuiás ururis, u-i-apés e xacuruínas*;

“Na bacia do Tapajós — *bacairís, cajabís, maimbarés, mururás e tapanhunas*;

“Na bacia do Xingu — *bacairís, cuiaaús, custenaús, fauracuás, guapindaiás veurás, trumains, baraús e coroás*;

“Na bacia do Paraguai — *barbados, chamococos, caiapós, coroados e guatós*;

“Na bacia do Araguaia — *acuruás, boritiguaras, macairés, pindaés, tapirapés, ximbiuás e carajós*;

“E na bacia do Paraná, finalmente — *caiuás e caiapós*”.

À pág. 43, atribui também a essas e outras tribos a colocação seguinte :

“Nos rios São Lourenço e Paraguai, os *borôros e guatós*; no distrito de Mato Grosso, os *guarajós, caripunas e jacarés*; nas imediações do Juruena, os *apiacás* nas cabeceiras do Cuiabá, os *bacairís e paricís*; e nas vertentes do Paraná, os *caiapós*”.

À pág. 44, dá como existentes no território de Mato Grosso as quatro seguintes tribos guaicurús: *cadiméus, cotoguêus, biaguêus e guatiadêus*.

Dá como extintas as tribos adiante mencionadas, que devem ter ocupado o território matogrossense : *abatiés, abiarés, acopoconés, aiaguás, aiucares, ape-*

Limitar-me-ei, portanto, à classificação étnica dos borôros, referindo-vos preliminarmente donde proveio o meu interesse: por êsses mongolóides bolivianos, migrados para os vales do São Lourenço e do Cabaçal.

Achava-me interinamente, em 1909, por morte do Dr. Paulo Florence (neto daquele sábio Hércules Florence que esteve em Mato Grosso na missão Langsdorff e que foi tão minuciosamente biografado por Estêvão Leão Bourroul), no árduo cargo de delegado de polícia de Campinas, quando alí apareceram três índios borôros, dois homens (Adjerú e Tuborekíe) e uma rapariga (Torêcreúda), que me pareceram vítimas da exploração do *soi-disant* fazendeiro que os trouxera de Mato Grosso e os estava exibindo, como a animais raros, pelas

cones, araés, araguarés, arapanés, araparis arapovunés; araguazúes araripocónés, aricás, arinós, aripoconés, axaués, axianés, beripoconés, boritiguaras, caípanes, cajoíás, caracarás, caraveres, copunerins, corajás, coxípones, cruanes, cruarás, crucanís, crucurús, cuiabás, curianes, curaquás, xacurés, xicaocas, gregonés, guadaxos, guaracís, guaxarapús, guaxivanes iouanvaíbas, itaperes, itaporémirins, itaporís, inparás, jaimes, japés, laraboís, mocós pacoarentes, poconés, pupunés, pupús, surucuás, tambeguí, tamoringues, taraqúis, tuctes, tuques, umegais, vanharís e xiribés.

Senão com essas populações desaparecidas, pelo menos com as ainda existentes vale a pena confrontar os nomes constantes da memória do capitão João Augusto Caldas, e que ficam citados acima, com os que se encontram correspondentemente às localizações fluviais, no excelente trabalho de Paul Rivet, *Langues américaines*, págs. 597-712 do desenvolvido volume *Les langues du monde* — Par un groupe de linguistes, sous la direction de A. Meillet et Marcel Cohen" (Paris, 1924).

Em seu excelente estudo, *Langues américaines*, escrito para a obra de A. Meillet e Marcel Cohen, trata da família *borôro* às págs. 653-654. Mau-grado o respeito e a admiração que tributamos ao consagrado americanista, ao elemento *borôro* preferimos o elemento *otuguê* para denominador do grupo étnico. Aquê abandonou, em época ignorada, o território boliviano, onde deixou seis ou sete tribos consanguíneas, e transferiu-se de vez para a região matogrossense. O outro não só permaneceu lá, com os seus irmãos de raça, como até deu nome a um dos cursos de água do oriente da Bolívia, ainda hoje chamado "Rio dos Otuquís".

Assim a família *otuguê*, estudada no século XIX por Alcide d'Orbigny compreendia os *otugues*, os *covarecas*, os *corabecas*, os *curavés*, os *curucanecas*, os *curuminacas*, os *tapiús* e os *borôros*. Sabe-se que quase todos êsses silvícolas se estendiam entre 16° de latitude e 61° de longitude na região a leste da Bolívia, principalmente às margens do rio dos Otuquís e de seu afluente, o rio Tucabaca.

Entrados definitivamente no território matogrossense, onde tiveram por inimigos constantes os *caiapós* (por êles denominados *caiamos*), os *borôros*

idades paulistas. Enquanto procedia eu às necessárias averiguações e esperava a solução do caso, já entregue à alçada da justiça de São Paulo, — ficaram os semi-civilizados silvícolas como hóspedes da polícia campineira, durante cerca de dois meses. Sendo eu um antigo estudioso da nossa etnografia e conhecendo algo das línguas *nheengatú* e *abanheê*, julguei asado o ensejo para aprender o vocabulário daqueles índios (todos os quais falavam *tant bien que mal* o português) e indagar-lhes a vida e as tradições tribais. Auxiliou-me capitalmente Luís Bueno Horta Barbosa, — não apenas meu irmão espiritual, porém sim meu bondoso e culto mestre, — nesse desinteressado afã. Realizado o serviço, que nos custou multiplicadas horas de laboriosa e paciente inquirição, — logo me salteou o pressentimento de não serem de tronco brasileiro aquêles fetichistas, cuja língua, hábitos e lendas nada tinham de comum com os tupis-guaranis, gés,

foram, a princípio, conhecidos pelo nome de *porrudos*, por motivo de os terem avistado de longe os bandeirantes paulistas, que ignoravam o uso do cartucho de fibras vegetais com que cada qual daqueles silvícolas protegia o membro viril contra o assalto de mosquitos hematófagos; e, em consequência disso, o curso de água, em cujas margens foram primeiro encontrados aquêles mongolóides, recebeu a feia designação de “Rio dos Porrudos”, com a qual ainda se encontra no excelente *Atlas do Império do Brasil* (Rio, 1868), de Cândido Mendes de Almeida.

Até ser ultimada em 1843 a sua catequese, devida ao benemérito padre José da Silva Fraga, dividiam-se aquêles fetichistas em *borôros-cabaçais* e *borôros-da-campanha*. Os primeiros, também chamados *purianas* ou *pararionés*, como afirma o capitão João Augusto Caldas (ob. cit., pág. 47), tomaram aquela designação, “por terem ido habitar as margens do rio Cabaçal, que é afluente do Paraguai, onde entra pela margem direita, duas léguas acima da cidade de São Luís de Cáceres”. Os outros, aos quais se applicava igualmente a denominação de *aravirás*, conforme o citado autor, passaram a ser conhecidos pela sobredita denominação vulgar, porque “não tinham morada certa, vagavam pelas campanhas”.

Mas, em consequência de sua posterior sedentarização, podemos hoje classificá-los em quatro subgrupos, dois a oeste e dois a leste do território matogrossense, de acôrdo com os assertos de Paul Rivet.

Acham-se ao ocidente : os *borôros-da-campanha*, que habitam a zona chamada Cebil e chegam até ao Corixo-Grande; e os *borôros-cabaçais*, que vivem nas regiões do Váu-Sêco até às margens do baixo Jauru.

Ficam ao oriente (são os *orarimugodogue* do padre Antônio Colbacchini) : os *borôros do rio das Garças*, que atingem até ao alto Araguaia, definitivamente pacificados pelo general Rondon; e os *borôros do rio São Lourenço*, que se estendem desde a foz até as mais altas cabeceiras dêsse curso de água.

Note-se que aos *borôros*, em razão do cercilho do cabelo, foi dado geralmente o nome de *coroados*.

caraibas e nuaruaks, isto é, com os quatro grandes grupos em que foram cientificamente nomenclaturadas quase tôdas as nossas tribos aborígenes conhecidas.

Li os trabalhos de João Augusto Caldas (*Memória histórica sôbre os indígenas da provincia de Mato Grosso*, 1887) e José Augusto Caldas (*Vocabulário da lingua indigena dos borôros-coroados*, 1889), assim como os opúsculos de D. Maria do Carmo de Melo Rêgo (*Lembranças de Mato Grosso*, 1887; *Guido*, 1895; e *Artefatos indígenas de Mato Grosso*, 1889) e os artigos que ella (sôbre “Rosa, a borôro”) e o general Melo Rêgo (*Índios de Mato Grosso. — Os borôros-coroados*) estamparam na “Revista Brasileira” (1895, vols. II e IV). Li também a monografia de Rodolfo Wachneldt (*Exploração da provincia de Mato Grosso*, inserta na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, t. XXVII, p. 1.^a págs. 193-229) e um dos volumes de Estêvão de Mendonça (*Quadro corográfico de Mato Grosso*, 1906). Depois disso, confrontei as notas, por mim coligidas, com tudo quanto de pertinente à matéria se me deparou em obras antigas e modernas: — com o pequeno e mau vocabulário de Castelnau (*Expedition dans les parties centrales de l’Amérique du Sud — Histoire du voyage*, t. V, págs. 285-286), reproduzido por Martius (*Glossária linguarum brasiliensium*, págs. 14-15) e imperfeitamente aproveitado dêste por Joaquim Ferreira Moutinho (*Notícia sôbre a provincia de Mato Grosso*, págs. 170-171); com o de Savage Landor (*Across unknown South America*, vol. II, págs. 486-496, além dos capítulos do vol. I, págs. 207-263); com os excelentes estudos de Karl von den Steinen (*Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*, págs. 441-518 e 545-547) e de Paul Ennenreich (*Anthro-pologische Studien über die Urbewohner Brasiliens, vornehmlich der Staaten Mato Grosso, Goyaz und Amazonas (Purús-Gebiet)*); e, finalmente, com os escritos da Missão Salesiana (*Elementos de gramática e dicionário da lingua dos borôros-coroados de Mato Grosso*, 1908; e *Breves noções de catecismo para uso dos indígenas borôros-coroados*, s.d.). Acolheu a “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” não só a tradução do capítulo “Zu den Bororó” da obra, acima citada, de Karl von den Steinen, a qual fiz com o auxílio do meu bom amigo professor Teodoro Yahn (já falecido) e que ligeiramente anotei (tomo LXXVIII, p. 2.^a, págs. 389-490), como também o meu *Vocabulário da lingua dos borôros-coroados do Estado de Mato Grosso* (t. 83, págs. 5-67).

Seja-me lícito consignar aquí, antes de mais nada, que Karl von den Steinen foi um dos que melhor e mais conscienciosamente estu-

daram aquela tribo ocupante do território matogrossense, sem que, todavia, lograsse categorizá-la em nenhum dos já fixados agrupamentos étnicos. existentes no Brasil (8).

Já eu havia lido também as breves, mas condensadas observações e conclusões do Dr. Chervin sobre "*L'anthropologie bolivienne*" (1907), acompanhadas de uma preciosa carta geográfica das tribos indígenas da Bolívia, pela qual se verifica que o grupo dos otukês se estendia pela fronteira daquele país com o nosso, na região banhada pelo rio Otukís, que de certo, com pequena alteração vocálica, tomou o nome daqueles aborígenes, e que se deita no caudal do Paraguai: depois de correr para o sul, do lado oposto a Corumbá, logo abaixo da Baía-Negra; e pude averiguar que algumas das tribos pertencentes ao grupo otukê. — as dos *curabecas*, *curuminacas* e *curucanecas*, — se disseminaram mais ao norte, pelas ribeiras bolivianas das lagoas Mandioré e Guaíba, bem como pelos braços formadores do Curiche-Grande, quase até aonde começavam os domínios dos *borôros da campanha* e dos *borôros-cabeçais*. Quem olhar para um mapa bolívio-brasileiro daquela região e notar que o São Lourenço desemboca no Paraguai, no ponto em que êste equidista das lagoas acima citadas, — não se admirará de encontrar, às margens do São Lourenço, índios cuja linguagem tem tudo de parecida com a dos otukês e nada de semelhante à dos *tupis* e *tapuias*, que ali os circundam, ao sul, a leste e ao norte.

Faltavam-me, contudo, elementos mais firmes para a demonstração de que os *borôros*, — longe de pertencerem ao grupo guaraní, como opinaram Castelnau (*op. cit.*, t. V, pág. 285), Martius (*Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkund Brasiliens*", vol. II, pág. 14) e Brintou (*The american race*, pág. 235), — eram de procedência boliviana, quando o meu erudito mestre e bondoso amigo Capistrano de Abreu, insigne sabedor da nossa história e cultor fecundo da nossa etnologia, me fez chegar às mãos dois estudos de G. de Créqui-Monfort e P. Rivet (*separata do Journal de la Société des Americanistes de Paris*), um de 1912, como o título *Linguistique bolivienne — Le troupe otuke*", completando êste as observações enfileiradas naquele. A exemplo de Lucien Adam, a quem devemos tantos e tão preciosos tra-

(8) Nada me adiantou a leitura do trabalho do Dr. Amédée Moure, *Les indiens de la province de Mato Grosso (Brésil) — Observations* (Paris, 1862), no qual, afora algumas ligeiras referências em outros pontos, conserva apenas duas magras páginas, (34-35) aos borôros, sem lhes haver registrado uma única palavra do sonoro idioma.

balhos sobre os silvícolas americanos, — serviram-se também os dois referidos etnólogos dos manuscritos de Alcide d'Orbigny, conservados na Biblioteca Nacional de Paris, assim como dos mais conhecidos vocabulários impressos e ainda de listas inéditas de palavras coligidas por Erland Nordenskjöld, em suas explorações na baixa Bolívia.

Foi, com efeito, Alcide d'Orbigny, — como se pode ver em sua monumental obra *L'homme américain* (vol. II, págs. 125-192), — o primeiro que, ao notar a comunhão de *habitat* e as afinidades étnicas do por ele denominado “ramo chiquitano” e composto, a seu ver, dos “*chiquitos, samukús, kuravês, tapiús, korabékas (kurabékas), sara-vékas, otukês, kuruminákas, kovarékas, kurukanébas e paikonékas*”, declarou acreditar que o sobredito ramo se estendia também por todo o território da capitania geral de Cuiabá ou de Mato Grosso, situado a oeste das primeiras colinas de separação entre essa zona e as outras partes do Brasil; e, logo adiante, em nota à enumeração das tribos do grupo, ponderou que às mesmas ainda se poderiam adicionar as brasileiras convizinhas.

Os *otukês*, conforme Alcide d'Orbigny, habitaram as matas do nordeste da província de Chiquitos, não longe das fronteiras do Brasil. Eram, em 1831, cerca de 150 indivíduos, já reduzidos à domesticidade e ao cristianismo, na missão de Santo-Corazón. A catequese contribuiu para extinguir-lhes o dialeto original, pois os jesuitas se esforçavam por generalizar o uso da língua chiquita. De dois velhos otukês, os únicos que ainda se recordavam do seu antigo idioma, foi que colheu Alcide d'Orbigny o vocabulário, do qual publicou um extrato de 23 palavras em sua obra *Voyage dans l'Amérique Méridionale* (vol. IV, pág. 80). Os *kovarekas* e *kuruminakas*, que se diziam amigos e aliados, com os quais esteve em contato o célebre viajante francês, viveram primitivamente na região compreendida pelo 16° grau de latitude sul e 62° de longitude oeste (meridiano de Paris) e habitavam então em Santana de Chiquitos (também missão jesuítica), exceto uma centena dos primeiros, que, rebeldes à evangelização religiosa, haviam retornado às florestas, e cinquenta dos outros, que residiam em Casalvasco (Brasil).

Comparando os vocabulários coligidos por Alcides d'Orbigny, e até então inéditos, dos *otukês, kovarekas* e *kuruminakas*, puderam Créqui-Monfort e Rivet concluir que os três idiomas pertencem a um só grupo linguístico, ao qual acrescentaram depois o borôro, em razão das “*affinités très nettes*” que se lhes patentearam da confrontação dêste com aquêles outros. Por essas afinidades, o grupo otukê, conforme os sobreditos etnólogos, compreende as seguintes tribos : —

otukê, kovareka, kuruminaka e borôro; e, sob reservas, mais as seguintes : — *kuravê, kurukaneka e tapii*. Por fim, em seu trabalho *Les langues du monde*, ainda P. Rivet juntou ao grupo *otukê* mais uma tribo : — a dos *korabekas* (ou *kurabekas*). Ficou, assim, constituído um ramo sulamericano de oito línguas, das quais apenas sobrevive a *borôro*, recentemente estudada, de modo amplo e exaustivo, pelo padre italiano Antônio Colbacchini (9), da congregação salesiana.

Graças a todos os elementos probantes, que me foi dado examinar não hesitei, quando ofereci o vocabulário *borôro*, por mim organizado, às páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, — em fazê-lo preceder de algumas linhas, nas quais lancei a afirmação de não passarem os *borôros* de um esgalho do tronco *otukê*, arrojado, em época ignorada e por motivos ainda desconhecidos, do sul ou

(9) O primeiro trabalho do padre Antonio Colbacchini, que li na tradução feita pelo Dr. Antônio Felício dos Santos e mercê da obsequiosidade deste meu erudito coestaduano, intitula-se *A tribu dos borôros* e é edição de 1919. Acaba, porém, de sair dos prelos um volume ainda mais desenvolvido, nitidamente impresso e profusamente ilustrado, oriundo da mesma competente e operosa pena : — *I bororos orientali Orarimugudoge — del Mato Grosso (Brasile)*. Foi pena que o autor não cogitasse da classificação etnográfica e de aspectos antropológicos dos interessantes mongolóides, inconfundíveis com todas as demais nações indígenas, até hoje encontradas no território brasileiro. No exemplar da última obra, que devo à gentileza do rymo. monsenhor Pedro Massa, já pus algumas notas marginais, que espero aproveitar mais tarde, em escrito de maior fôlego. O que não posso, desde já, deixar de dizer é que os sacerdotes católicos, por via de regra, não encaram os fetichistas através do prisma da relatividade, pois admitem nêles idéias religiosas e preceitos morais, impossíveis com a síntese inicial da humanidade, e, além disso, se pejam de tomar-lhes os vocábulos concernentes aos órgãos sexuais, aos atos da geração e às necessidades corporais, pudendas, donde as lacunas que, nesse particular, e observam em seus léxicos e monografias. Servindo-se dos elementos publicados pelos padres italianos da congregação salesiana operante em Mato Grosso, estampou o erudito glotólogo professor Alfredo Trombétti, em 1925, duas substanciosas memórias, que me foram amavelmente oferecidas pelo Sr. J. Bertolaso Stella : — *La lingua dei Bororos — Orarimugudoge Secondo i materiali pubblicati dalle missioni salesiane — Studio comparativo e Lingue oceaniche in America?* No final do segundo desses opúsculos (pág. 25) assevera o mestre italiano : — “Quanto alle lingue dell America, prese in clocco la loro parentela com le lingue dell Asia é per me da molti anni inconcussa”. Esta autorizada asserção e a comprovada existência de estigmas mongóis em índios puros ou mestiços da região andina (v. *Signos mongoloides en algunos tipos étnicos del altiplano andino*, por Arthur Posnansky, e *Estudio de la mancha sacra mongólica en La Paz*, por Néstor Morales Villazón, in *Proceedings of the Second Pan American Scientific Congress*, vol. I, págs. 112-116 e 347-349) — quais sejam a *dobra mongol*, e os *japónicum* e a *múcula sacra mongólica*, levam-me hoje a crer que os primitivos habitantes da América do Sul, se não migraram da Ásia ou da Oceania para cá, provavelmente descendem dos mesmos proavôs amarelos.

suleste da Bolívia para o vasto e aconchegoso coração da terra matogrossense (10).

Em suma: — aquêles índios de língua tão sonora e de hábitos tribais tão singulares ficaram definitivamente classificados.

III — *Folclore*

Agora, só me resta dizer-vos o que conheço das produções folclóricas lidinamente matogrossenses ou atribuídas à gente que habita a terra de Pascoal Moreira Cabral e de Cândido Rondon.

Nas *Lendas matogrossenses*, — maugrado o opúsculo que, com êsse título, lhes consagrou Feliciano Galdino (ed. de 1919), — pouco há que respigar com segurança. Recenceou êle, sob aquela denominação, nada menos de dezessete tradições, algumas das quais não passam de fatos históricos, nimbados ou deturpados pela exuberante fantasia popular, — qual a do “Anhanguera”, — ou de ocorrências verossímeis, aureoladas por ficções, — quais as que enquadrou sob as epígrafes *O oásis da alma* (págs. 79-85), *Coração de escravo* (págs. 91-103) e *Sabedoria de vaqueiro* (págs. 129-134). As mais dignas de menção são as concernentes a milagres. Assim, a de *Nossa Senhora do Livramento* (págs. 47-52), imagem conduzida, por viajante desconhecido, em lombo de muar, e que, ao invencível empacamento dêste, ficou ali, no então arraial e hoje vila, dando-lhe um nome hiperdúlico e uma proteção celestial. Assim, também, *A pesca de frei José* (págs. 105-107), provávelmente criada pela imaginação sertaneja, em honra do abnegado capuchinho italiano, frei José de Macerata, a quem se outorgou, por aquêles modos, o apanágio do Messias, até então o único autor de pescas maravilhosas e de multiplicação de peixes e de pães. Note-se que D. Aquino Correia, dedicando à memória de frei Macerata o lindo soneto que vem às páginas 43-44 da *Terra natal* (2.^a ed.) e embora assevere que por aquêles

(10) Bem depois da realização da minha conferência no Centro Matogrossense, apareceram estudos de sumo interesse para um exato conhecimento dos nossos borôros. Dêles tratou, com a alta competência que o distingue, o professor Dr. H. Baldus, hoje a serviço do Museu Paulista, assim como um advogado matogrossense, o Dr. Manuel Cruz. Antes dêles, conforme suponho, já se havia ocupado daqueles fetichistas primários o Dr. Claude Lévy-Strauss (professor contratado da Universidade da terra bandeirante), cuja monografia saiu na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. XXVII do ano III (setembro de 1936), com o título seguinte: “Contribuição para o estudo da organização social dos índios borôro” (págs. 5-80, com ils. f.-t.). Além de outras informações que me proporcionaram tais escritos, vi confirmado o totemismo dos borôros, já deixado entrever por Karl von den Steinen, quando referiu haver colhido dêles o terem provindo do veado (tótém do nascimento) e se transformarem, ao morrer, numa arara vermelha (tótém da morte).

missionário ainda ali suspira “a grande alma do povo”, não deu guarida ao milagre da pesca feliz em lagôa sêca. A única maravilha a que, com relação àquele cogulado italiano, se refere o arcebispo-poeta, — que, todavia, apenas regista a tradicionalidade dela, sem afirmar ou confirmar a realidade do portento, — é a seguinte (*Heróis obscuros da igreja matogrossense*, inserta no *Jornal do Comércio* de 27 de julho de 1926) : — “Corre nas tradições do povo que as flores, depositadas sôbre o féretro de frei Macerata, foram encontradas, anos após, tão frescas e perfumosas, qual no dia da sua sepultura”. Releve-se-me ponderar que êsse lindo prodígio tem sido atribuído, desde as mais priscas eras do catolicismo, pela fecunda imaginação popular, ao sepultamento e desenterramento de grande número de santos e de santas, e, ainda recentemente, foi dado como ocorrida com Santa Teresinha de Lisieux. A seu turno, o milagre da Virgem do Livramento encontra análogos, por toda a extensão do nosso país. A lenda taumatúrgica de *Brotas*, também narrada por Feliciano Galdino (*op. cit.*, págs. 33-38), — do altar cavado no cerne de uma árvore viva, em tórno ao qual surgiram vergônteas na manhã seguinte, — não se me afigura senão fenômeno natural, próprio de muitas espécies vegetais, desde que se lhes não corte aos caules o “nó vital”. Finalmente, a da *Alavanca misteriosa* (págs. 27-31) foi de certo inventada por algum minerador finório, interessado em esgotar, nas entranhas da terra, o rico filão aurífero, que o acaso lhe propiciara.

Karl von den Steinern, no seu magnífico volume *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*, inseriu, da pág. 553 à pág. 562, em tipo miúdo, um interessante capítulo, encimado pelo título “Volksglaube in Cuiabá”. Aí relacionou, além de costumes que lhe pareceram peculiares do povo, tôdas as superstições e práticas singulares que observou, quer as de origem européia (como as do “lobis-homem”, da “mula sem cabeça”, das “bruxas”, do “mau olhar” e das “almas do outro mundo”, quer as de fundo indígena (como a do “curupira” e a da “mãe do ouro”, de que é dado ali, como sinal, o boitatá), quer as de procedência africana (como as “mandingas”). Citou também os “patuás” (de que as “figas”, — sobrevivência do culto fálico, segundo Freud, — são antecessoras), as “simpatias” (para cortar o rasto, evitar quebrantos, endireitar espinhelas caídas, curar dores de dentes dos bípedes da espécie humanal e extinguir bicheiras do gado), as “promessas” a santos, encarregados, no céu, de pastas especiais para a gestão dos negócios egoísticos da terra, e as “orações” milagrosas (como a do “Santo-Sepulcro”). — Em nada do que a êsse propósito relatou o sábio tudesco achei originalidades cuiabanas ou matogrossenses. Tudo aquilo é geral em nosso país, onde, — por influxo da servidão indígena e da escravidão africana, de um lado, e, por outro lado, em consequência da incultura do povo e de não cumprir o clero

o seu dever de expungir tais abusões, — subsiste ainda, na maioria dos cérebros ignaros e crédulos, um *mixtum-compósitum* de fetichismo afro-ameríndio e catolicismo rudimentar, numa superfetação absurda e incôgrua, já em boa parte magistralmente esclarecida pelo insigne Nina Rodrigues, no seu esplêndido ensaio *De l'animisme fétichiste des nègres de Bahia*.

O que, — se não é originário de Mato Grosso, pelo menos se acolimou admiravelmente ali, — é a dança cantada do “cururu”. Pelos próprios instrumentos músicos que a regem, vê-se que é diversa do “samba” e do “catereté”. Enfeita-se com um nome típico, mas parece mais influenciada pelo elemento afro-brasileiro do que pela coreografia cabocla (11).

(11) Parece que, originariamente a dança dos *cururu* nada mais era do que a comemoração religiosa da invenção do fogo. Conforme assevera Herbert Bâldus (*Ligeiras notas sobre os índios guaranis do litoral paulista*, à pág. 92 do tomo XVI da Revista do Museu Paulista, 1929), “o roubo do fogo por animais é um motivo muito espalhado na América do Sul. Ora é a raposa a ladra da faisca, ora o sapo. O sapo sempre o é nas tribos da grande família linguística dos tupis-guaranis. Que o sapo haja sido escolhido para tal papel, é muito compreensível, porque, como se sabe, este animal tem o singular feitio de engolir coisas ardentes, como cigarros e brasas, talvez porque os tome por pirilampos”. Para corroborar tal asserção, invocou Bâldus o apoio de H. Sneath. Este, com efeito, assistiu numa aldeia de *guajajaras* do rio Grajau (Maranhão) a uma dança do *cururu*, cujo final é assim descrito (a tradução é do seu sobredito citador) em seu trabalho *Meine Reise durch Nordostenbrasilien* (págs. 468-469 do vol. LXXV do *Journal für Ornitholog*, 1927): — “Recomeçou o conto; quando se tornou mais alto, o chefe da tribo levantou-se, dançou alguns passos e sentou-se novamente. Então, a gente lhe trouxe um gigantesco cachimbo, no qual ele chupou algumas vezes. Mais fogosamente repetiu a dança, enquanto eu aproveitava a ocasião para experimentar o pito. Não me dei muito bem com a cachimbada, porque os nervos da cavidade oral me ficavam imediatamente afetados. A cada intervalo do baile, punha-se o chefe a cachimbar. Que isto lhe era necessário, evidenciava-se depois. Ateou-se um fogo, ao redor do qual os rapazes morenos pulavam, em estado de embriaguez completa. De repente, o chefe acorrou-se e pôs-se a saltitar pelo fogo, a soltar o *hú, hú, hú do sapo*. Depois tomou uma brasa e, pondo-se a soprá-la, engoliu-a de vagar. Isto não se deu uma vez só, nem foi o ponto culminante do baile, porque este durou, quase sem interrupção, toda a noite. E sempre se repetiu a cena do engolir da brasa”. Se Bâldus e Sneath inferiram do que observaram entre os nossos silvícolas que a dança do *cururu* é a rememoração do “roubo do fogo”, — tomada esta expressão em sentido análogo ao do mito de Prometeu, e se, já há muito, Barbosa Rodrigues enquadrara em sua *Poranduba* amazonense aquêle mesmo bailado numa forma da qual se torna patente a ritualidade totêmica de que é fulcro o sapo, — fica fora de dúvida: que o nome da mencionada cerimônia coreográfica provém do do batráquio; que ela não é originariamente matogrossense, mas pertence à agnialtria primitiva dos tupis-guaranis; e, por fim, que, destinada outrora a solenizar o descobrimento do fogo, já sofreu, no vale do nosso rio-mat e nos campos e matagais do nosso *far-west* a influência dos dois outros elementos constitutivos do inicial *mélting-pot* brasileiro.

O primeiro, que deu ligeira notícia dêsse curioso bailado popular, foi Joaquim Ferreira Moutinho (*op. cit.*, págs. 18-19), que, depois de qualificá-lo como “o mais insípido e extravagante divertimento”, assim o descreveu : — “Formam uma roda composta de homens, um dos quais toca o afamado *côcho*, e volteando burlescamente, cantam à porfia, numa toada assaz desagradável, versos improvisados. Este folguedo é sempre acompanhado da apreciada cachaça, que não dispensam, e de uma outra bebida, conhecida sob o nome de *aluá*, feita de arroz ou de milho em fermentação” (12). E, linhas adiante : — “Algumas vêzes, as mulheres fazem parte do *cururu*, mas cedem logo aos efeitos da cachaça, e ficam prostradas mesmo no lugar da festa, até que se dissipe a bebedeira”. Dadas essas informações, conta Moutinho ter ouvido dos *cururueiros* o seguinte improviso :

“Em cima daquele morro,
Siá dona,
Tem um pé de jatobá
Não há nada mais pió,
Ai, siá dona,
Do que um home se casá !”

E, logo adiante, atribuindo-as àquela mesma veia poética, consigna duas quadras, que decorou, declarando tê-las ouvido num desafio entre homem e mulher. Provocou aquêla a esta :

“Eu passei o Parnaíba,
Navegando numa barsa.
Os pecados vêm da sáia,
Mas não pode vir da carga.”

Ao que revidou prontamente a filha de Eva :

“Dizem que a muié é farsa,
Tão farsa como o papé,
Mas quem vendeu Jesú-Cristo
Foi home, não foi muié.”

(12) O verdadeiro *aluá*, mais usado ao norte do que ao sul do Brasil, é bebida refrigerante, feita de farinha de arroz ou de milho, açúcar e sumo de limão. No Maranhão, é chamado *mocororó*; em Pernambuco, *quimbembê*; em São Paulo, *caramburu*. Estas vozes constam do *Dicionário de vocábulos brasileiros* de Beaurepaire-Rohan, que dá para étimo de *aluá* o kimbundo *ualuá*. Além de não ser fácil demonstrar-se a deslocação da tônica, sabe-se que *aluá* é *orientalismo*, com antigo assento nos melhores léxicos da língua portuguesa (Bluteau, Moraes, Lacerda, D. Vieira), os quais ora o grafam *aloá*, ora *aluá*.

Serão produções legítimas do folclore matogrossense todos êsses descantes sertanejos ? Não é fácil demonstrá-lo, porquanto há muito que existem êles no cancionário tradicional de quase todo o nosso país. Silvio Romero extraiu do livro de J. F. Moutinho a estância e as duas quadras, acima citadas, e, sob o título de *Fragmentos de cantos populares* e a indicação regional de “Mato Grosso”, inscreveu-as nos seus *Cantos populares do Brasil* (eds. de 1883 e 1897). Teófilo Braga, no seu *Parnaso português moderno* (Lisboa, 1877), já as havia aproveitado da mesma primitiva fonte, dando a estância a denominação de “Batuque dos cururueiros de Cuiabá” e às quadras a de “Desafio dos cururueiros (de Cuiabá)”.

Afrânio Peixoto, nas *Trovas populares brasileiras* (1919), apresenta a seguinte variante da primeira das referidas quadras :

“Passei o Paranaíba,
Navegando numa balsa.
Os pecados vêm da saia,
Pois não podem vir da calça.”

A substituição aí, de “Parnaíba” por “Paranaíba” torna mais viável a atribuição da trova ao folclore matogrossense. Ela, entretanto, pertence ao tipo, muito comum, das em que a conclusão não se correlaciona claramente com as premissas. É que o menestrel dos sertões pouco se importa com isso. O que quer é apenas fixar, embora num contraste obscuro, de que talvez êle próprio não se dê conta, um certo pensamento que anseia exprimir. Não conheço disso exemplo mais frisante do que os seguintes versos :

“Marmelo é fruta gostosa,
Que dá na ponta da vara.
Mulher que chora por homem
Não tem vergonha na cara.”

Karl von den Steinen foi o segundo forasteiro que se ocupou, mais detidamente do que o português Moutinho, com a dança do “cururu” (13). Conforme o cientista germânico (*op. cit.*, pág. 561),

(13) João Ribeiro, em seu excelente livro *O folclore* (pág. 225), referindo-se a Mato Grosso, afirma o seguinte : — “Procurei em vão nos escritores que freqüentaram aquela zona uma descrição do *cururu*, — em Steinen, Bóssi Severiano da Fonseca, Taunay e outros”. Entre êsses “outros”, não deve estar compreendido J. F. Moutinho; e, quanto a Steinen, com certeza o nosso ilustre patricio se limitou a ver-lhe a obra *Durch Central-Brasilien*, quando a descrição do *cururu* vem na posterior *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*.

ela é a prelileta dos matogrossenses e formada sòmente por homens, podendo tanto ser profana, quanto destinada ao festejo dos santos mais queridos do povo (Santo Antônio, São João, São Pedro, Santana e Nossa Senhora da Conceição). Os instrumentos músicos, que a orientam, são os seguintes : — o *cocho* (*Koschó*, na errada grafia de Steinen), original violão de vime, com cordas de tripa; o *cracaxá* (14), canudo de bambu ou cabaça comprida, com buracos chanfrados, que o tocador arranha com um pedaço de taquara; o adufe, pandeiro com velhas moedas de cobre, em lugar de guisos; a *viola*, de cordas metálicas; o *tambaque*, tambor de madeira, ou antes cilindro de pau ôco coberto de couro de boi (15); e, às vèzes, a *marimba* dos negros. Quando se trata de festejar algum santo, a imagem é posta no centro do círculo dos dançadores, e cada um dêstas, ao passar por diante dela, faz-lhe a indispensável genuflexão. Se há “rei” e “rainha” (peculiaridades dos “congados”), entram no centro do círculo essas personagens, cada qual com uma garrafa de cachaça em mãos, e vão-na dando de beber aos dançadores, a um por um, enquanto são por êstes reverenciados e descantados. Nas espontâneas trovas, que são entoadas pelos *cururuciros*, notou Karl von den Steinen que às das devoções religiosas se seguem as de amor, de zombaria e de coisas extravagantes.

(14) Barbosa Rodrigues, na sua inestimável *Poranduba amazonense* (página 276), explica que o *cracacá* (também chamado *canzá* ao sul) é instrumento africano, “colmo de taquara dentado, sôbre o qual se passa um pontalete, que produz o som que parece mesmo dizer: — *cracacá, cracacá...*” Afirma, ainda, que o indígena aceitou êsse instrumento, vindo do continente negro, bem como o *carimbó* (ou *gambá*), tambor igualmente introduzido no Brasil pelos africanos, e que se toca com os dedos, porém, não adotou *quiçanga*, o *urucungo* e a *marimba*. Quanto a esta última, não é verdadeiro o asserto, porquanto ao sul e ao centro do Brasil teve ela acolhida por parte dos caboclos e mestiços e, como se lê em Steinen, às vèzes faz parte da rude orquestra do *cururu*. Note-se, ainda, que o *cracacá* é conhecido no sul por *canzá* (V. Beaurépaire-Rohan, *Dicionário de brasileirismos*) ou *gansá* (V. Honório Silvestre, *Na terra fluminense*, *Jornal do Comércio* n.º 10 de junho de 1928). *requexé* e *reco-reco*.

(15) *Tambaque* é corruptela de *tabaque* ou da mais clássica forma *atabaque*, as quais se encontram em Moraes e provavelmente em outros bons léxicos da nossa língua. Aquêlê dicionarista brasileiro as menciona como designando “instrumento como tambor, de que usam na Ásia”, e perfilha a significação que dá F. M. Chiado: — “É como um barril, ou cilindro de madeira, com coiro na boca, onde se toca com as mãos, na guerra” Beaurépaire-Rohan (*op. cit.*), descreve-o como “espécie de tambor, feito de um tronco ôco, guarnecido de couro em uma das suas extremidades, no qual, em lugar de baquetas, batem os negros e índios com as mãos, e dêle se servem como instrumento musical em seus batuques”. Conforme êste escritor, dá-se-lhe no Pará o nome de *carimbó* (é o *carimbó* de que fala Barbosa Rodrigues), sendo preferida em São Paulo a mesma forma vulgar de Mato Grosso, *tambaque*. Provavelmente, foram os escravos dos bandeirantes que o levaram das margens do Tieté para as regiões do nosso *far-west*.

Não registrou êle os cantos que ouviu, ao assistir àquela dança. Apenas guardou na memória e consignou no seu livro acima citado dois versos de uma quadra, os quais sem dúvida o impressionaram mais que os outros, pela monotonia com que serviam de estribilho :

“Cágado trepado no telhado
É coisa que nunca se viu...”

Max Schmidt, em seu trabalho *Indienerstudien in Zentral-Brazilien* (Berlim, 1905), refere ter sido testemunha presencial de uma festividade religiosa, consagrada a Nossa Senhora e realizada numa casa rústica, onde se armara um altar, na povoação matogrossense do Rosário. Terminada a reza, formaram-se dois grupos, um dos quais dançou o *cururu* diante da imagem da Virgem-Mãe (o que corrobora a asserção de Karl von den Stein de que o *cururu* também se applica a cerimônias devocionais) enquanto o outro, ao ar livre, bailava o *ciriri*. Coligiu o sobredito etnólogo alemão as letras dêsses batuques, as quais, com as correções feitas por João Ribeiro (*op. cit.*, págs. 225-227), são as seguinte :

I — DO “CURURU”

(*La-la-la, la-li, la-lão*)

“Já fui, já vim eu só;
Não sei como não morri,
Lá no caminho, de saudade de você
Quando lembrava de ti.

(*La-la-la, la-lão.*)

Meu amor já foi-se embora;
Eu não digo que não sinto,
Mas chorar por êle não !

(*La-la-la, la-lão.*)

Ai, menina
Quando me ver em passeio,
Me dá um apêto de mão !

(*La-la-la...*)

Êta ! é mêmo !
Acende cigarro e me dá !”

II — Do “CIRIRÍ”

“Me mandaram esperar
Lá no pé da laranjeira,
Esperei, desesperei;
Meu amor é *cravacheira*.

Não tenho inveja de nada,
Nem dos braços da rainha,
Porque tenho a gravidade
De chamar minha a mulatinha.

Fui andando p'r um caminho,
Ramo verde me puxou.
— Não me puxa, ramo verde,
Nosso tempo já acabou !

Laranjeira, pau de espinho,
Árv're de muita ciência,
Quem ama o amor alheio
Precisa de ter paciência.

Me mandaram esperar
Na tranqueira do capim.
Esperei, desesperei;
Quem quer bem não faz assim.

Lá em cima daquêles morro
Tem um pé de carrapicho.
Já botei a sela nele,
Falta só botar rabicho.

Lá em cima daquele morro
Tem um pé de melancia.
Estou conversando com a *velha*,
Mas com o sentido na *fia*.

Fui andando pela rua,
Fui tomar o meu café;
Encontrei uma papuda,
Tinha o papo *macumbé*.

Lá em cima daquele morro
Tem um pé de alfavaca.
O homem que não tem rêde
Dorme no couro da vaca.”

Tenho dúvidas também quanto à peculiaridade matogrossense dessas quadras, algumas das quais se encontram, com variantes, em outras regiões do Brasil, notadamente as que começam com o verso “La em cima daquele morro”, o qual, — conforme a justa observação de João Ribeiro, — “é um chavão de que andam cheias as silvas das coplas e trovas populares”.

Será mesmo de berço amazonense êsse famoso *cururu* (16), tão querido dos sertanejos matogrossenses? Que na zona do rio Solimões havia uma dança indígena, acompanhada de descantes, tendo aquêlê mesmo nome, — fá-lo certo Barbosa Rodrigues, em sua *Poranduba amazonense* (pág. 316), aonde até lhe reproduziu a letra (em nheengatú e vernáculo), da qual se infere tratar-se de uma cerimônia totêmica, vinculada ao sapo. João Ribeiro, entretanto, não julgou possível identificar a dança amazonense com a matogrossense. Mas, depois de haver-se assim pronunciado em seu erudito estudo sobre *O folclore* (pág. 225), logo adiante (pág. 230) acha verosímil que o nome daquela provenha de uma cerimônia ritual e funerária, que os borôros celebram “entre clamores e algazarra grande”, — o *bacururu*. Pois eu, ao contrário do mestre, cuja autoridade tanto acato, creio antes na migração da dança amazonense para os sertões de Mato Grosso, — onde ela se transformou, com a substituição das trovas típicas pelas luso-brasileiras, — do que na origem borôro do termo *cururu*, por aférese de *bacururu*, visto como esta não é a denominação da tal cerimônia ritual e funerária, e sim *bacororó*, ou, melhor *bacorôro*, qual se pode verificar, quer em Karl von den Steinen

(16) Que é criação dos nossos mongolóides, assegura-o Couto de Magalhães, em seu trabalho *Anchieta, as raças e línguas indígenas* (São Paulo, s. d.), pág. 27: “Os jesuítas não coligiam literatura dos aborígenes, mas serviram-se de sua música e de suas danças religiosas, para atraí-los ao cristianismo. Entre essas danças havia duas, o *caeteretê* e o *cururu*, que eram religiosas para os tupis e os guaranis. As toadas, profundamente melancólicas, dessas músicas e danças foram adotadas pelos jesuítas, com o profundo conhecimento que tinham do coração humano, para as festas do Divino Espírito Santo, São Gonçalo, Santa Cruz, São João e Senhora da Conceição. Ainda hoje, nas populações de São Paulo, que não foram conquistadas pelos italianos e que não são dominadas pelos brasileiros pretensos parisienses, são elas rezadas. Assim: tenho-as ouvido em Carapicuíba, São Bernardo, Embuí, Itaquaquecetiba, Mogí e em muitíssimos outros lugares, aquí, no Pará, Goiás, Cuiabá, Minas, Bahia, etc.

(*Unter den Natuvölkern Zentral-Brasiliens*, pág. 493) quer no ainda mais autorizado Colbacchini (*I bororos orientali*, pág. 97 da parte 1.^a e pág. 107 da parte 5.^a). *Bacoróro* é o nome de um dos primitivos heróis, prógonos ou epígonos; dos boróros; e, como assevera o último autor citado "*Bakororo aroe* é cantado como se fôsse *bako roró aróe*, mentre nel parlare à *bakoróro aróe*". Liquidado êsse ponto, — retorno à hipótese de ter sido o vale do Amazonas o bêrço do *cururu*, predileto dos fetichistas matogrossenses. Que com alteração do nome primitivo, ainda existe na vasta região do nosso rio-mar um bailado com descantes, semelhante ao de Mato Grosso, — é o que se deduz da descrição de *kiriru*, feita por Pompílio Jucá, no seu interessante opúsculo *As ilhas — Contos e narrações (Cenas da vida paraense)*, Pará, 1901. Conforme o dito escritor, é "uma dança de roda, alegre, muito pulada", ao som de tambores, pandeiros e violas. Foi pena que êle não consignasse no seu livro nenhuma trova completa, das entoadas no folguedo, tendo-se adstringido aos dois versos seguintes :

"Kirirú de minha quinta,
Kirirú de meu quintá...",

dos quais não é lícito decidir-se se se trata de uma corruptela de *caruru*, herva comestível (*phitolacca caruru*), ou de *cururu*, nome tûpico do sapo, porquanto êste é também freguês das hortas. É de crer porém, que o *cururu* seja uma cerimônia totêmica na qual os dançadores imitam os pulos do sapo, porque existe no folclore pátrio a seguinte quadra (colhida por Sílvio Romero) :

"Sapateiro novo,
Me faz um sapato
De sola bem fina,
P'ra dançar o sapo" (17).

Pondera João Ribeiro, com acêrto, que "*o ciriri* do norte parece nada ter mais de comum com o *ciriri* de Mato Grosso, a não ser o nome indígena". E demonstra-o, comparando os descantes setentrionais com os que Max Schmidt recolheu no *far-west*. Êstes últimos é que "têm verdadeiro sabor e cunho populares". Mas, quanto à

(17) O tótem da zoolatria primitiva dos nossos silvícolas deu ensejo a muitas danças, verdadeiras cerimônias sagradas, em que figuravam instrumentos músicos, ornatos especiais e até máscaras adequadas. Infelizmente ainda se não dilucidou quase nada disso que Andrew Lang tão bem denominou, em um dos seus estudos, *The secret of the totem*.

outra asserção do escritor patricio de que, — se o *cururu*, como ronda, bailado ou batuque, é só conhecido em Mato Grosso, o mesmo não sucede ao *ciriri*, dança generalizada por quase todo o Brasil”, — a primeira parte pode ser contestada, em face do *kiriru* ainda existente na região amazônica e de também não ser estranho a Goiás, — certamente pela vizinhança, — o *cururu* matogrossense.

Com efeito, no seu *Cancioneiro de trovas do Brasil central* (São Paulo, 1925), A. Americano do Brasil, que já representou com brilho o estado de Goiás na Câmara Federal, arrola também o *cururu* (página 264) entre as danças populares da sua terra natal. Pela descrição que se encontra ali, é a mesma de Mato Grosso e dela se servem os sertanejos goianos, quando cantadores, para mostrarem “unicamente a habilidade de rimar sobre diversos assuntos, dançando os companheiros ao som da viola e sob a animação dos versejadores”.

Colheu o talentoso folclorista as seguintes quadras (páginas 265-266), ouvidas num “*cururu*” do seu rincão (as notas são minhas) :

“Eu não sou pau de porteira,
Moeirão (18) de jacarandá;
Eu não sou pires de doce,
P’ra vancê vir me prová.

Eu me chamo Topa-topa,
Cai aqui, cai acolá;
Gente não gosta de mim,
Eu topo em vosso lugá.

Oncê não me conhece (19),
Nem não sabe quem eu sou;
Eu chamo Mundé-armado,
Quando dispara, pegô (20).

(18) Deve ser “moirão”, estaca a que se arrima a cêpa ou a que se segura a porteira.

(19) Neste verso, falta uma sílaba, o que se não dá com o seu igual, do começo da quadra seguinte. Em Minas, há as formas vulgares “vancê” e “ocê”, não tendo eu nunca ouvido ali a expressão “oncê”. A mais popular de todas no meu Estado natal, “ocê”, é sem dúvida a que mais se aproxima da castelhana “usted”, contração usual de “vuestra merced”.

(20) Não há razão para grafar “pegô”, em lugar de “pegou”, a menos que também se escreva “sô”, que é como o nosso matuto pronuncia a primeira pessoa do indicativo do verbo “ser”.

Oncê diz não me conhece,
Eu te dou a conhecê;
Eu me chamo Juca-Mole,
Coitadinho de vancê !

Enrola já seu cabelo,
Não o traga desatado;
Debaixo da trunfa, trago
Um amor, que é meu guardado.

Se eu soubesse de avoá,
Que avoava e não caía,
Avoava nestes ares,
Ia ver que ocê fazia.

Eu pensei que eu lhe tinha
Pago o meu contentamento;
Te acho tão demudada,
Com a mudança do tempo.

Sim, já é bastante tempo
Para em nós haver mudança;
O nosso amor não é firme,
É brinquedo de criança."

Cotejando essas trovas com outros elementos já conhecidos, — vê-se que elas mais se assemelham às do bailado do "ciriri" do que às do "cururu". Mais aplicável a êste último seria a interessantíssima "ligeira" (21), coligida pelo Dr. A. Americano do Brasil, a qual constitui estirado conjunto de quadras bipartidas, em que tanto as

(21) "Ligeira" é a denominação que tomou, entre os nossos tropeiros sertanejos (*vide* Leonardo Mota, *Cantadores*, pág. 12), a poesia cantada em desafio, na qual o iniciador solta o refrão completo e a metade da quadra heptasilábica, repetindo o desafiado só a primeira palavra do refrão e lançando a outra metade da quadra. Quando, em vez de dois versos, cada violeiro só então um, desaparece o refrão, e a poesia, por ser constituída de quadras assim formadas de versos alternativos, passa a intitular-se "quadrão". Tanto a "ligeira", quanto o "quadrão", caracterizam-se pela rima obrigatória em *á*. Eis o exemplo de uma "ligeira", fornecido por Leonardo Mota :

"A — Ai ! d-a dá !
Colega, pinique a pôlda,
Se quizé me acompanhá.

B — Ai !
Essa minha bola véia
Quanto mais puxo, mais dá..."

rimas, quanto o refrão, se singularizam pela oxitonalidade da primeira vogal alfabética, o que as torna bem soantes, porém monótonas. Enfeixou-as o referido folclorista entre os “desafios”, a que, de fato, pertencem, embora condigam com aquêles em que os cantadores do sertão mais visam a revelar mestria em diversos assuntos do que à vitória em adivinhações repentinas.

Eis as ditas trovas (*op. cit.*, págs. 73-78), dispostas, grafadas e pontuadas por mim, de modo que se perceba em cada estância o refrão comum, assim como a meia-quadra da proposta e a meia-quadra da resposta :

A — Na hora que Deus começa,
Vamos todos começá !

B — Você diz que principio,
Quanto a mim, só se fô já.

A — *Eh ! baliá !* (22)
Venha vindo, companheiro,
Venha vindo de vagá !

B — *Eh ! baliá !*
Como se acha tão decente
Eu e tu a palavrá !

A — *Eh ! baliá !*
Arranco o pau com a raiz,
No chão não deixo siná.

B — *Eh ! baliá !*
Dei um golpe na raiz,
Vi a rama embalançá.

A — *Eh ! baliá !*
Mas que importa a sariema (23)
Com o urro que a ema dá ?

(22) *Baliá* talvez seja uma hipértese de *bailá*, por *bailar* : — “Ed! (vamos) bailar !

(23) *Siriema* parece-me aliteração de *sariema*, como esta última forma uma reflexão popular de *sariema*, que é como se encontra o nome indígena do nosso *dicholophus cristatus*, nos primeiros naturalistas que o viram no Brasil. Marcgrave (I, 203) e Piso (II, 81). *Sariema* é ainda hoje usual no Ceará e em Minas, como se pode ver em Juvenal Galeno (*Lendas e canções populares*) e Carlos Góis (*Mil quadras populares brasileiras*).

- A — *Eh ! baliá !*
Ema urra de paixão,
Por não podê avoá.
- A — *Eh ! baliá !*
Dei um grito no levante,
Mais outro no alevantá.
- B — *Eh ! baliá !*
Ronca o porco lá no mato,
Catinga o tamanduá.
- A — *Eh ! baliá !*
Vem Chiquinho, vem Teotônio
De seu Pedro Lagrimá.
- B — *Eh ! baliá !*
Como Chiquinho não tem,
Como Teotônio não há.
- A — *Eh ! baliá !*
Chiquinho p'ra querê bem,
Teotônio p'ra acompanhá.
- B — *Eh ! baliá !*
Chiquinho me põe na rêde,
P'ra Teotônio acompanhá.
- A — *Eh ! baliá !*
Quem não tem chocolateira,
Não bebe café, nem chá.
- B — *Eh ! baliá !*
Eu tenho chocolateira,
O café eu vou torrâ.
- A — *Eh ! baliá !*
Eu nunca quebrei barreira,
Mas gosto de vê quebrá.
- B — *Eh ! baliá !*
Quanto mais barreira é alta,
Mais bonito tombo dá.

- A — *Eh ! baliá !*
Do outro lado, grita gente;
Sá dona, manda passá!
- B — *Eh ! baliá !*
E se fô bonita, eu passo;
Se fô feia, deixo lá.
- A — *Eh ! baliá !*
Tico-tico chegou ontem;
Como já qué governá ?
- B — *Eh ! baliá !*
Quem tem perna, não dá coice;
E quem não tem, já qué dá.
- A — *Eh ! baliá !*
Quanto mais o burro pula,
Mais afrouxa o peitorá.
- B — *Eh ! baliá !*
Empurra ataca (24) no burro,
Se já qué me acompanhá.
- A — *Eh ! baliá !*
Quanto mais ocê me aperta,
Mais distância ocê me dá.
- B — *Eh ! baliá !*
Se quisê, me exprimenta,
P'ra podê me acreditá.
- A — *Eh ! baliá !*
E naváia de dois corte,
Mas não guenta me cortá.
- B — *Eh ! baliá !*
Sou caboclo bem maneiro,
Como a roda de fiá.

(24) Deve ser : — “Empurra a *taca* no burro”, pois “taca” é nome vulgar de uma correia própria para açoutar os animais de montaria. Na Bahia, diz-se “Manguá”.

- A — *Eh ! baliá !*
Eu não sou fio daqui,
Não nego meu naturá.
- B — *Eh ! baliá !*
Teresinha não me corte
Se você qué me agradá.
- A — *Eh ! baliá !*
Deus permita que te morda
Marimbondo mangangá ! (25)
- B — *Eh ! baliá !*
Bem no alto da sua testa,
P'ra você arrenegá !
- A — *Eh ! baliá !*
Tenho versos na cabeça,
Como areia tem o má.
- B — *Eh ! baliá !*
O meu juízo é de shiringa (26) :
Quanto mais puxa, ela dá.
- A — *Eh ! baliá !*
De galinha é mia cabeça,
A memória é de cocá (27).
- B — *Eh ! baliá !*
O meu juízo é como o vento :
Espáia e torna a ajuntá.

(25) *Marimbondo*, — voz do quimbundo, geralmente soada *marimbondo*, — é diferente de mangangá, forma abranheê e simples apócope do termo túpico *mangangaba*. Talvez o verso exato seja : — “Marimbondo ou mangangá”. A menos que em Goiás se confundam os dois insetos, o que não creio. Mártius (*Glossária*, pág. 462) presume ser *marimbondo* uma “vox hybrida”.

(26) “Shiringa” é aí corruptela de “siringa”, denominação ali e em outras partes dada também à “borracha”.

(27) “Cocá (rocar) aí está por “dar cóques”, isto é, bater com as juntas dos dedos na cabeça, quando não acode à língua o que se tem certeza de haver posto na retentiva.

- A — *Eh ! baliá !*
Daqui p'ra a beira do rio,
Quantas quedas qué levá ?
- B — *Eh ! baliá !*
Dê-lhe uma, dê-lhe duas,
Dê-lhe quantas pudé dá.
- A — *Eh ! baliá !*
Sou negro que não procuro,
Também não posso enjeitá.
- B — *Eh ! baliá !*
Mas, se você não me aguenta,
É asneira pelejá !
- A — *Eh ! baliá !*
Se você não me deixá.
Vae acabá já maluco.
- B — *Eh ! baliá !*
Sua carta é p'ra eu pisá,
Traco- traco, truco-truco !
- A — *Eh ! baliá !*
Vou seu miolo amassá
Com fumaça de tabaco !
- B — *Eh ! baliá !*
Sou macaco véio ! Não
Meto a mão nesse buraco !”

Na segunda parte do seu monumental trabalho *O selvagem* (págs. 80-81), inseriu Couto de Magalhães três quadrinhas de tradição vulgar, mediante as quais visava a demonstrar “que, de uma extremidade à outra do império, o sistema da poesia popular foi vasado no lacônico, rude, mas enérgico molde do lirismo selvagem”. Eis a atribuída a bêrço cuiabano :

“O bicho pediu sertão,
O peixe pediu fundura ;
O homem pediu riqueza,
A mulher a formosura.”

Conforme patenteou Sílvio Romero (na *Etnografia brasileira*, págs. 52-53), “as três quadrinhas, de origem tapuia, que êle compara aos cantos árabes e que foi colher nas solidões do interior, são de genuína importação portuguesa...” Encontram-se, segundo o erudito crítico sergipano, quer na costa setentrional do Brasil, quer no Rio de Janeiro, quer no Rio Grande do Sul. E, para prova de que a por Couto de Magalhães suposta matogrossense é de pura linhagem lusitana, basta confrontá-la com a seguinte, que se acha à pág. 60 do “Cancioneiro português”, organizado por Teófilo Braga :

“O mar pediu a Deus peixes,
Os peixes a Deus altura ;
Os homens a liberdade,
As mulheres formosura.”

Comparando-se a de além Atlântico com a variante brasileira, resalta logo a superioridade desta, que ganhou maior coerência e naturalidade. Nos dois primeiros versos da nossa existe, — o que falta à lusa, — o contraste entre a fauna florestal e a fauna aquática ; e, nos dois versos finais, o nosso bardo sertanejo preferiu a “fortuna” à “liberdade”, pois que esta já era condição elementar do seu ambiente.

Parece fora de dúvida que as monótonas melopéias indígenas não foram, nem o mereciam, imitadas pelos nossos espontâneos menestres sanguinistas (28).

(28) Em interessante conferência, realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 30 de julho de 1928 (*vide* “Diário Oficial” n.º de 24 de agosto), D. Maroquinha Jacobina Rabelo, percorrendo sobre os “Cantares brasileiros”, aproveitou duas trovas pertencentes ao folclore do nosso maior Estado ocidental.

A primeira exprime o remate da “folia” do Divino Espírito Santo, a qual se generalizou pelo Brasil centro-meridional e por boa parte da vasta zona setentrional. Percorre o bando, durante muitos dias, várias localidades, à cata de esmolas. Celebrada na igreja a solenidade em homenagem à terceira pessoa da Santíssima Trindade, os foliões banqueteiam-se, dançam e cantam na casa do festeiro (o “imperador do Divino”), onde é recolhida a “bandeira”, como se vê dos versos seguintes :

“Senhor Divino,
Cadê o pão ?
— Está na casa
Do seu Mané Garvão.”

A outra é da festa joanina, realizada à noite de 24 de junho. Em Mato Grosso, conforme a asserção da nossa distinta compatriota, ainda “é uso irem os moços e moças à meia-noite, lavar a imagem de São João no rio”, — ritua-

Ainda nas trovas que a acirrada política nativista inspirou ali, por volta de 1830, não logrei descobrir a verdadeira côr local ou a primasia matogrossense.. Apareceram, entretanto, muitas, em forma de pasquins ferinos e violentos contra os portugueses, aos quais eram dados os epítetos de “bicudos”, “marôtos”, “marinheiros” e “gallegos”, já comuns no resto do Brasil.

Das quadrinhas daquela convulsionada época, encontra-se a seguinte no trabalho do visconde de Taunay *A cidade de Mato Grosso* (antiga Vila Bela), *o rio Guaporé e a sua mais ilustre vítima* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. LIV, p. 2.^a, página 100) :

“Embarca, bicudo, embarca,
Embarca, canalha vil !
Que os brasileiros não querem
Bicudos no seu Brasil !”

E esta outra, colhida da bôca do povo por Virgílio Corrêa Filho (*Notas à margem*, pág. 123), é vulgaríssima em nosso país, onde há a variante “Quem te deu a confiança” para o terceiro verso e onde também ao “maroto” do primeiro verso se deu preferência a “carcamano”, epíteto depreciativo, aplicado a italianos :

“Maroto de pé de chumbo,
Calcanhar de frigideira,
Quem foi que te deu direito
De casar com brasileira ?”

De uma das variantes a que me refiro acima, dá notícia Rodrigues de Carvalho, no seu precioso *Cancioneiro do norte* (ed. de 1903, pá-

lidade popular, que, desde épocas imêmorez, existe em Portugal, e, por certo, migrou de lá para o nosso país. D. Maroquinha Rabelo deu a registro, em sua palestra, a quadra seguinte, que um dos jovens, candidato ao sacramento do matrimônio, entouo ao precursor do Cristo, encarregado aquí na terra, consoante a credence do povo lusitano e do povo brasileiro, da mesma função casamenteira que se atribui a Santo Antônio e São Gonçalo de Amarante, protetores, respectivamente, das moças e das velhas maridáveis :

“Que Deus te salve,
João Batista sagrado !
Eu quero para o ano
Já estar casado.”

gina XLVII), o que faz crer haja surgido a trova primeiramente no litoral, donde migrou depois para o sertão :

“Marinheiro pé de chumbo,
Calcanhar de frigideira,
Quem te deu a confiança,
De casar com brasileira ?” (29)

Na mesma bem feita coletânea (pág. 153), também se me deparou uma quadrinha, da qual infiro que o novo *El-Dorado* do nosso far-west preocupou a capacidade poética do sertanejo setentrional, que chegava ao ponto de confessar-se atraído para alí, com poder inelutável :

“Menina, dá-me um abraço
E um beijo, por despedida,
Que me vou p’ra Mato Grosso,
Findar por lá minha vida.”

Cuiabana verdadeira é a quadra relativa ao homicídio do coronel João Poupino Caldas, perpetrado por vindita política, a 9 de maio de 1837, e que também foi coligida por Virgílio Corrêa Filho (*op. cit.*, pág. 142) :

“No dia nove de maio,
Depois das ave-maria,
Matei coronel Poupino,
Fiz tudo quanto queria.”

Deu Estêvão de Mendonça a registro, em suas *Datas matogrossenses* (vol. I, págs. 150-151), certas décimas, que, embora evidentemente não oriundas da ingênua musa popular, foram muito apreciadas em Cuiabá, em virtude da condimentação política que as impregnou.

(29) Do próprio Rodrigues de Carvalho é a seguinte variante, que se encontra no capítulo intitulado *Folclore cearense*, à pág. 270 do vol. *Comemorando o tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará* (Fortaleza, 1903) :

“Marinheiro pé de chumbo,
Calcanhar de frigideira,
Quem te deu esta ousadia
De casar com brasileira ?

Firmou-as “Um devoto de Santana”, pseudônimo que se atribuiu ali, entre outros, a Pedro Plácido Peixoto Pitaluga, Custódio Alves Ferreira e Flávio de Matos. Às mesmas se referiu, em sua obra *Durch Central-Brasilien* (pág. 52), Karl von den Steinen, que verteu para o alemão os primeiros versos da inspirada mofina, em que se exagerou tendenciosamente a indignação causada na capital matogrossense pela derribada de uma figueira existente à praça da Sé (hoje praça da República). Ocorrido o fato a 18 de março de 1884, não faltou quem indigitasse como autores do arboricídio ao Dr. Costa Barros e ao negociante Henrique Santana. Sobre o caso, instaurou a polícia um inquérito, que não chegou a término, em razão do ridículo chocalhado pela imprensa oposicionista e particularmente pela referida sátira, que foi ali sobremodo apreciada. Intitulava-se a “Morte da figueira” e constava do mote e glosa seguintes :

*“A queda de um vegetal,
Lá no largo da Matriz,
Foi um gracejo infeliz,
Causou um dano geral.*

Seis dias em Cuiabá
Ditou horrendo estampido,
Na polícia, sem sentido,
Desmaiou o Ali-Babá;
Desde as margens do Aricá
Às minas do Cabaçal,
Houve um sussurro geral;
Morreu gente em Poconé;
Abalou o Lava-pé
A queda de um vegetal.

Estupenda inquirição
Fez-se no largo da Sé :
Fardas, casacas, libré,
Deram sua opinião.
Todo o povo, em confusão,
Aquela árvore bendiz,
Quando Bertoldo feliz,
Coçando a sua careca,
Brada às armas, diz : — “Eureca !”,
Lá no largo da Matriz.

Um barbeiro esbodegado
Vem trazer luz à questão,
Vendo com a serra na mão
Um vulto gordo abaixado.
O Bertoldo, orientado,
Grita da câmara aos edís :
— “Achei o valor do X
No grão problema da praça,
Pois, p’ra ser simples chalaça,
Foi um graccjo infeliz !”

O vinte e um ressentiu-se ;
A polícia estremeceu ;
Da Prainha o morro abriu-se ;
O São Jerônimo gemeu
O Apa retrocedeu ;
E, dessa queda fatal,
Que nos fez um grande mal,
Seis dias em Cuiabá
Não se ralou guaraná.
Causou um dano geral !”

De todos os variados espécimes, que consegui pacientemente respigar sôbre o folclore matogrossense, deduz-se que só apresentam sainez e peculiaridade regionais as produções de caráter rigorosamente político.

Das usanças matogrossenses, a que considero digna de menção especial, pela singularidade que oferece, é a do “cafuné”. Em toda parte do Brasil, principalmente ao tempo da escravidão africana, era isso prática corriqueira, e consistia em estalinhos dados pelas pontas das unhas das mucamas entre os fios de cabelo da cabeça das sinhás e sinhasinhas, simulando aquelas estar matando lêndeas ou piolhos, que estas, em realidade, e para decôro do próprio asseio corpóreo, não tinham. Segundo o idóneo pesquisador Vale Cabral, “cafuné” deve ser voz africana, pois se applicou primeiro na Bahia aos coquinhos chôchos do cacho do dendê, facilmente quebráveis, com característico estalido. Daí provavelmente a prolacão de tal apelativo ao hábito de “dar cafunés” ou “fazer cafunés” na cabeça alheia. Conforme Joaquim Ferreira Moutinho (*op. cit.*, págs. 29-30), em Mato Grosso não eram as representantes do sexo afetivo, e sim os barbados, “pre-

guiçosos e amigos da volúpia”, os que gostavam de “cafunes”. Para isso, consoante o que narra aquêlê escritor lusitano, serviam-se das sementes da baunilha, as quaes como as vagens da útil orquidácea, também desprendem aroma agradável. Como as ditas sementes, depois de sêcas, dão pequeno estalo, ao serem levemente comprimidas, — deitavam-nas em grande quantidade por entre os fios de cabelo da cabeça e mandavam a uma pessoa, ordinariamente mulher catá-las uma a uma, ou, por outra, arreben-tá-las entre as unhas dos polegares, — o que produzia imediatamente o sono ao cafuneado. — Ainda existirá tal prática em Mato Grosso ?

Deixei intencionalmente para o fim dêste capítulo algumas palavras sobre um curioso fenómeno matogrossense, de que nunca ouvi falar occorresse também no resto do Brasil, e que, se fôr verdadeiro, como parece que é, tanto deve exaltar ainda mais o baírrismo cuiabano, quanto causar pasmo aos estudiosos de fitologia. Sempre acreditei, por direta observação pessoal e por fé na ciência biológica, que todo e qualquer fruto, quando amadurece e não é colhido pela mão ávida do *antropopithecus erectus* ou pelas garras e bicos, não menos ávidos, dos animais alados e áteros, cai do vegetal que o produz e solta a semente, para dar origem, na terra fecunda, a outro ser vivo, igual ao de que proveio. Isso, todavia, não é o que acontece com as laranjas de Cuiabá, se não mente o tantas vêzes citado Moutinho (*op. cit.*, págs. 39-40), que assim depõe, como testemunha ocular e precavida : — “Por muitas vêzes, ouvimos dizer aos filhos do país que a laranja em Cuiabá reverdecia no pé, depois de ter chegado ao seu estado de completa madurez. Atribuímos sempre isto ao excesso do amor pátrio; porém, mais tarde, estando por meses no sítio do nosso bom amigo, o Sr. Antônio Velasco Pinto, reconhecemos que era verdade aquilo que nos haviam dito. Marcamos em diferentes arvoredo alguns dêstes frutos já maduros, e êles, resistindo aos vendavais do sul e às primeiras trovoadas, tão fortes e repetidas naquelas paragens, murchavam pouco a pouco e tomavam depois uma côr verdoenga. Finalmente, mais cedo que os outros, êstes frutos inchavam de novo, assumindo uma belíssima côr e apresentando então um sabor ainda mais agradável do que na primeira madurez” (30). E o galante

(30) No seu já citado trabalho *Durch Central Brasilien* (pág. 58), conta Karl von den Steinen ter ouvido da espôsa do então presidente de Mato Grosso (o barão de Batov (1883-1884), o mesmo fato extraordinário, de que antes dêle dera notícia Joaquim Ferreira Moutinho. Elogiando a dita senhora, uma sul-riograndense muito inteligente e amável, a pujante riqueza vegetal de Cuiabá, perguntou-lhe : — “Wo gibt es ein Land, in dem die reife Apfelsinon, wenn Mann sie nicht abpflücht, wieder argrünen und sich ein Jahr in frischem Saftte erphalten, já an Güte zunehmen ?” O que, posto em linguagem nossa, corresponde ao seguinte : — “Onde é que há terra, em que as laranjas maduras,

lusitano, que, poucas páginas atrás, havia rendido às donas e donzelas de Cuiabá a justa homenagem dos seus mais encendrados louvores, — proclamando-as inteligentes, amigas do lar, zelosas da honra, trabalhadoras e formosas, a tal ponto que, apenas chega alí um alienígena logo se deixa seduzir pelos seus atrativos e o amor, em que se prende, bem depressa se traduz em casamento, — lamenta não se passar com elas o mesmo benéfico fenômeno faustiano, que observou nas laranjas... Pois as mulheres de Cuiabá, conforme notou, — e, aqui, se verdadeiro, foi indiscreto e nada amável, — envelhecem prematuramente, o que atribui aos “muitos calores” daquela região e aos casamentos precoces. Não comentarei essa desagradável e susceptibilizante assunto de velhez feminina. Adstrinjo-me, ainda pasmado da teratologia das laranjas cuiabanas, a apelar, não para os “sábios da escritura”, mas para os da biologia moderna, a fim de que me digam — que segrêdo é êsse da natura... (31)

quando não colhidas, reverdejam, conservam fresco o suco por um ano e se tornam mais saborosas?” O cientista germânico ficou tão estarecido, que nada respondeu à nossa compatricia. Tomou nota do portento e assim o perpetuou naquela sua obra, cujos capítulos V (“Allegemeines über Cuyabá”) e VI (“Unser Aufenthalt in Cuiabá”), págs. 40-79, foram traduzidos pelo erudito Capistrano de Abreu, que os estampou na *Gazeta de Notícias* em 1888, tendo sido recentemente aproveitados para apêndice da versão que o mesmo mestre fizera do livro de Herbert H. Smith (*Do Rio a Cuiabá — Notas de um naturalista*, ed. de 1922, págs. 313-367). Dar-se-ia o caso de que, — não se despencando do caule a laranja, — nele apenas emurchecida, o que é corriqueiro em tal fruto, pela evaporação da sua parte líquida, volatizável ao contato constante do sol tropical, — conserve ela a sua trama celular em condições de haurir novamente, na sazão do outono, a clorofila, a seiva, que perdera, e que é óbvio se encontrar em permanente circulação na árvore viva, mais ativa na quadra da frutificação? Formulo a medo esta hipótese, pois a minha deficiente cultura científica não me possibilita uma explicação plausível e definitiva do interessante fenômeno. No sertão goiano também é geral a crença do reverdecimento das laranjas deixadas amadurecidas no pé, como se pode ver à pág. 57 do *Rotreiro do Tocantins* (Rio, 1943) do coronel Lísias H. Rodrigues.

(31) Hércules Florence, que esteve em Mato Grosso quase meio século* antes de aparecer o livro de Joaquim Ferreira Moutinho e que, no seu *Esbôço da viagem feita pelo Sr. Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829* (trabalho escrito em francês e traduzido por Alfredo d'Escagnolle Taunay, depois visconde de Taunay, que o deu a lume na “Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasi.”, t. XXXVIII, p. 1.^a, págs. 355-469), abriu capítulo sobre os usos e costumes dos habitantes de Cuiabá, não traça um quadro muito lisonjeiro da vida social daquela época na capital matogrossense, nem diz palavra alguma sobre os “cafunes” e sobre o fenômeno das laranjas. Dêste, porém, embora em poucas palavras, ouvidas de um cuiabano, cogita César Martínez, à pág. 50 do seu interessante trabalho *Terras e costumes* (São Paulo, Livr. Francisco Alves, s. d.).

IV — *Sugestão oportuna*

Acham-se afortunadamente vivos, — uns ainda em plena primavera da existência e outros em galharda e oporosa velhice, — alguns matogrossenses que abnegadamente se devotam ao culto das tradições e ao progresso do seu Estado. Na era sagrada de heurística, pontificam ali, com esclarecido carinho, Estêvão de Mendonça e Antônio Fernandes de Sousa, os fundadores do “Arquivo de Mato Grosso” e iniciadores da utilíssima, porém interrompida publicação das *Monografias cuiabanas*. O segundo ainda descreveu *A invasão paraguaia em Mato Grosso*; e o primeiro, além do *Quadro corográfico de Mato Grosso*, também opulentou as letras históricas nacionais com os robustos e ótimos volumes das *Datas matogrossenses*. A esses ilustres nomes é de justiça juntar-se o de Antônio Correia da Costa, autor da excelente monografia *Os predecessores dos Pires de Campos e Anhangueras*. A tais pioneiros agregou-se um brilhante pugilo, para a fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso (1919), em cuja “Revista” se encontram investigações e produções valiosas de Dom Aquino Corrêa, o Michelet cuiabano; de Virgílio Corrêa Filho, que já publicou, a mais, uns dez volumes, que lhe atestam a culta inteligência e a admirável capacidade pesquisadora; do desembargador José de Mesquita, que, além disso, tem ultimamente estampado na gazeta cuiabana *A Cruz* curiosas crônicas, resultantes de novas respigas nos arquivos da terra natal; de João Barbosa de Faria, um sábio tão culto, quanto modesto; de Firmino J. Rodrigues, Filogônio Correia, Mário M. de Almeida e outros.

Brasileiros e estrangeiros têm escrito sobre aquela vasta porção do nosso imenso *far-west*, para a qual, depois da missão Rondon, se volveram as vistas do mundo adiantado, principalmente as dos *yankees*. Lá esteve Roosevelt, que propagou, na poderosa república do norte do continente colômbiano, as maravilhas naturais dos nossos extremos sertões. E, sobrepondo-se à lenda dos Martírios, a de uma cidade misteriosa, escondida nos recessos de Mato Grosso, — nova “Manôa”, — está atraindo para os latíbulos do noroeste daquele estado alguns fleugmáticos, mas fantasiosos e audazes filhos da brumosa Grã-Bretanha...

Afora os muitos livros que já citei, — e aos quais não me foi possível acrescentar, nomeando-as a tôdas, as publicações da missão Rondon, já beirantes, da casa da centena, — cumpre-me ainda mencionar alguns outros, de inapreciável subsídio para quem estuda a terra matogrossense : — a *Viagem ao redor do Brasil*, de João Severiano da Fonseca, quase tôda referent: àquele estado; a *Memória jus-*

lificação dos trabalhos de que foi encarregado à província de Mato Grosso, de Francisco Antônio Pimenta Bueno, que, segundo afirma Blake, deixou inédita uma *História da província de Mato Grosso; a Exploração no norte de Mato Grosso, região do alto Paraguai e planalto dos Parecís*, do padre Nicolau Badariotti; e *the last, but not the least*, a magistral “Rondônia”, perene e eloqüente monumento da sólida cultura e do patriotismo de Roquete Pinto.

Existem, entretanto, — sepultos em fascículos já esgotados ou raros dos “Anais da Biblioteca Nacional” e da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, antigas crônicas e monografias técnicas de considerável prestimosidade para os que investigam, com os olhos fitos no presente e no porvir, o passado da terra matogrossense. Naqueles encontram-se : — *Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato Grosso*, por Luís d’Alincourt (volume III, fases 1.º e 2.º, e vol. VIII) e *Relação das povoações do Cuiabá de Mato Grosso, de seus princípios até os presentes tempos*, de José Barbosa de Sá (vol. XXIII). Na outra, excluídas as publicações anônimas, acham-se novos escritos de Luís d’Alincourt (todos insertos no vol. XX, inteiramente esgotado e ainda não reeditado), assim como três memórias corográficas da lavra de Augusto Leverger (volumes XXV, XXVIII e XLVII) e mais os seguintes : — de Ricardo Franco de Almeida Serra, *Memória ou informação dada ao governo sobre a capitania de Mato Grosso, em 31 de janeiro de 1800* (vol. II). *Descrição geográfica da província de Mato Grosso* (1787) (vol. VI). *Diário da diligência do reconhecimento do Paraguai...* (vols. XX e XXV) e *Reflexões sobre a capitania de Mato Grosso* (vol. XII), éste último de colabração com o tenente coronel Joaquim José Ferreira; de João Antônio Cabral Camelo, *Notícias práticas das minas de Cuiabá e Goiasés... no ano de 1727* (vol. IV); de Joaquim da Costa Sequeira, *Compêndio histórico e cronológico das notícias de Cuiabá, desde o princípio do ano de 1778 até o fim de 1817* (volume XIII); de Filipe José Nogueira Coelho, *Memórias cronológicas desta capitania, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro* (também no vol. XIII); e de José Gonçalves da Fonseca, *Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá* (vol. XXIX, p. 1.^a). Dentre as publicações anônimas, insertas na dita “Revista”, merecem particular menção, pela sua importância, as *Memórias de 1816 — Senado da Câmara da Vila do Senhor Bom Jesus de Cuiabá* (vol. LVII).

Tendo tido a fortuna de ser ouvido neste Centro, — que é uma feliz e vigorosa expressão do dinamismo bem norteado que ora anima os matogrossenses, — por tantos dignos representantes da política do civismo, do escol social e das letras da unidade federativa destinada.

em não distantes tempos porvindouros, a ser um dos braços mais fortes do Briareu sul-americano, — abalanço-me a pedir-lhes que desentranhem do olvido todos os documentos que disserem respeito à história, à geografia e à etnografia daquela terra, povoada, há mais de dois séculos, por Pascoal Moreira Cabral. — Seria essa a mais fúlgida comemoração do bi-centenário da criação legal da vila de Cuiabá.

Sou dos que pensam não zair de telhas acima nenhum maná, o qual só acode aos músculos rijos e perseverantes que o saibam e possam colher do ventre prodígio da terra. Como, porém, não descreio das fatais e naturais influências cômicas, — sem as quais o planeta humano não seria o que é e não teria o nosso maravilhoso Brasil os privilegiados encantos e as divícias que encerra, — posso sinceramente repetir, fazendo minha tal saudação, a que sôa no vosso sugestivo e formoso hino :

“Salve, terra de amor, terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral !
Chova o céu dos seus dons o tesouro
Sôbre ti !”

E estou certo de que, mais tarde, há de juntar-se a êsse hino, — em palavras mais tersas e musicais do que as minhas, — um fêcho que corresponda ao seguinte pensamento :

“E, como és sem igual
De bairrismo e civismo no dom.
Glorifica o teu filho Rondon !”

O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO AMAZONAS

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

A criação da Província do Amazonas deve ser explicada :

a) pelo propósito governamental de satisfazer aos anseios das populações do extremo norte, que pulsavam pela autonomia política;

b) razões geopolíticas que ponderaram sobrenanceira levando o governo imperial à decretação da providência, que vinha sendo postergada incessantemente.

Esses motivos de ordem geopolítica já tinham imposto, nos dias coloniais da dominação lusitana, a criação da Capitania de São José do Rio Negro, em 6 de março de 1755. Àqueles dias, de certo modo, fôra vencida a etapa da expansão que levara os colonos, do Atlântico à hinterlândia, e à instalação dos pequenos núcleos onde se aldeara o gentio, onde se fixara o destacamento militar que devia garantir a irradiação política, onde se montara a feitoria de pesca ou se estabelecera a feitoria para a armazenagem da especiaria indígena, a famosa "droga do sertão", de tanta procura nos mercados do Velho Mundo. E vencida aquela etapa em que soldados, missionários, sertanistas haviam empurrado a fronteira para o oeste em busca de um extremo no Napo e no Caciquiari, abrira-se a da legalização de todo aquele esforço, realizado fora dos lndes marcados em Tordesilhas e portanto sem o amparo das regras da legitimidade jurídica. O Tratado de Madrí, em 1750, viera atender a essa situação de fato criada pela expansão territorial, assegurando a base jurídica imprescindível. Processa-se, então, o início de grande valorização do Estado. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, dispondo, em consequência, de um imenso prestígio para a execução da política que entendesse necessária aos interesses do Império, enfrentara o meio geográfico e o meio social com uma impetuosidade apreciável. E ao enfrentá-los para modificar-lhes a paisagem agreste, humanizando-a de acôrdo com as intenções que assinalavam o momento político nacional,

compreendera que se impunha a estruturação do Estado de maneira a assegurar-lhe realmente o contrôlo da vida regional. Todo um vasto programa fôra, destarte, dentro de tal objetivo, sendo posto em prática. A imensidade espacial criara dificuldades quase memoráveis. Impunha-se a retaliação. Mendonça Furtado expusera a situação a Lisboa. A carta régia de 6 de março atendera às ponderações que apresentou.

A vida da Capitania não se processara, todavia, no ritmo de trabalho e de progresso que seriam desejáveis. Os governadores não se comportaram à altura da missão que lhes estava confiada. Em 1788, porém, êsse ritmo vagaroso tomara impulso com a ascensão de Manuel da Gama Lobo d'Almada, que a tudo atendera com aquela meticulosidade e aquela intensidade que lhe marcaram de maneira tão impressionante a personalidade, como homem público. Visionando os problemas locais com uma penetração particular, Lôbo d'Almada compreendera que era fundamental a elevação da Capitania à condição de Capitania Geral, porque significava autonomia administrativa, fim da subordinação ao Pará. Em longa exposição à rainha D. Maria I, advogara calorosamente a decretação da providência. Não fôra ouvido, é certo, mas a idéia estava lançada e iria ser defendida dali por diante. E tanto assim que em 1818 as câmaras de Silves e Barcelos e a população de Vila Nova da Rainha, hoje Parintins, usando do direito de petição, compareceram à presença da soberana insistindo em que a autonomia seria o grande remédio para os males que afligiam o Amazonas. O governador da Capitania a essa altura era Mantel Joaquim do Paço, sobre cuja conduta pesam graves acusações. O que não resta dúvida, no entanto, é que aquêlê homem público, numã série de reflexões que apresentou ao príncipe Dom João, focalizando as condições locais e indicando um plano para restaurar a dignidade econômica da unidade que dirigia, tocou igualmente na questão da autonomia, pugnando por ela como um passo ponderável para essa restauração.

Com o advento do constitucionalismo e do sistema liberal, não se alterara a situação da Capitania. O movimento, ecoando em Lugar da Barra, hoje Manaus e já a êsse tempo servindo de sede do governo, levava os amazonenses a nutrir a esperança de que novos dias lhes estavam reservados. E tanto assim que o receberam com o mais franco regozijo organizando uma Junta Governativa, após a deposição de Joaquim do Paço, que não afinava com a nova situação criada.

Os acontecimentos que se seguiram valem como uma demonstração do estado de espírito que animou os amazonenses. Pulsando, com os demais brasileiros, pela independência nacional, assumiram

atitudes cívicas que os revelaram na posse de uma forte consciência patriótica, que se entrelaçava com os anseios pela autonomia da Capitania.

Em 1823, a 9 de novembro, incorporando-se ao Império, o Amazonas imaginou-se na condição de Província como as outras unidades políticas. E enquanto não lhe chegava o presidente nomeado pelo Imperador, constituiu nova Junta, integrada pelos elementos que se credenciavam pelo seu passado, por sua projeção na sociedade e na vida política. Essa Junta, na defesa de suas prerrogativas políticas, entrou em choque com o ouvidor Domingos Nunes Ramos Ferreira, que a considerava sem sentido, e, nesse particular, era apoiado pelo tenente coronel Francisco Ricardo Zani.

O momento, na Amazônia, era grave. Verificavam-se explosões revolucionárias no vale do Tocantins e no Baixo Amazonas. As autoridades de Belém se viam atordoadas com a agitação reinante. Vencida a crise, foi possível atender à situação do Amazonas. Ricardo Zani, em Belém, entrou em ação, acusando a Junta, cujas informações não foram levadas em consideração e à qual o presidente paraense José de Araújo Roso, a 10 de janeiro de 1825, advertiu com certa severidade determinando que cessasse o desentendimento com o ouvidor. Êste entendia que a Junta já não mais podia existir, de vez que o Imperador, tendo nomeado presidentes para as Províncias e não havendo o Amazonas sido aquinhoado, era claro que não passava de mera Comarca da Província do Pará, portanto área política onde não tinha cabimento senão a autoridade do ouvidor.

Os desentendimentos, apesar das ordens de Araújo Roso, não cessaram. Araújo Roso, sem autorização de quem quer que fôsse, sem do assunto ter dado conhecimento prévio ao ministro do Império, decidiu agir com rapidez e energia : ordenou, a 30 de abril de 1825, que as escunas de guerra, *Carolina* e *Camarão*, aquela do comando do primeiro tenente Antônio Maximiano de Chermont Costa Cabedo, seguissem para a Barra. E a Costa Cabedo deu instruções especiais para entrar em ação, no caso de surgir qualquer dificuldade, inclusive aprisionar os membros da Junta, se fôsem certas as versões de que urdiam um movimento revolucionário, e empossar no govêrno o ouvidor Ramos Ferreira. A revolução não estava sendo planejada. Costa Cabedo não teve, por isso, oportunidade de agir com violência. Observou, contudo, que a situação podia alterar-se. O substituto de Araújo Roso, José Félix Pereira de Burgos, achou conveniente acabar com as dúvidas reinantes : dissolveu a Junta, mandou que a Câmara de Barcelos viesse funcionar na Barra, conferindo-lhe atribuições governativas, e nomeou comandante militar o capitão Hilário Pedro Gúrjão. Ainda desta vez não aquietou o ambiente. Por-

que, de um lado, ficaram o ouvidor Ramos Ferreira, sempre acessorizado pelo tenente coronel Ricardo Zani, e o capitão Hilário Gurjão; do outro, a Câmara, que passou a fazer as vèzes da Junta, para tal amparando-se nos tèrmos da portaria governamental que a mandara funcionar na Barra.

Levado o assunto ao conhecimento do Imperador, Sua Majestade aprovou a solução dada, mandando, ao mesmo tempo, que o presidente do Pará fizesse estudar, com o devido carinho, as condições existenciais do Amazonas para que fôsse possível assegurar bem estar às respectivas populações e levar à velha Capitania, que se estiolava, as condições de civilização de que se pudesse orgulhar o Império. A recomendação imperial, evidentemente, não era bastante. E a população da Comarca, usando do direito de petição, dirigiu-se ao Imperador para pleitear a criação da Província, portanto a autonomia ansiada. O pedido, no entanto, não teve andamento.

Em 1828, deixava a ouvidoria o Dr. Nunes Ramos Ferreira, substituído pelo Dr. Manuel Bernardino de Sousa e Figueiredo. O novo ouvidor caracterizava-se como um homem objetivo, reto, que não se deixava levar pelas questiúnculas locais. De logo, porém, sentindo o estado de decadência que envolvia o Rio Negro, estudando-o com serenidade e acuidade, sagrou-se campeão dos interesses de seus jurisdicionados. Numa série de memórias que endereçou ao governo do Pará, fixou as características negativas da Comarca. Sugeriu providências. De si, movimentou-se com sofreguidão para elevá-la à dignidade que estava perdendo.

Paulo da Silva Gama, barão de Bagé, que entrou a dirigir o Pará em maio de 1828, seguramente impressionado com o quadro desalentador que Manuel Bernardino vinha apresentando e o próprio tenente coronel Zani lhe havia comunicado numa memória que remeteu para a Còrte, dirigiu-se, então, ao ministro do Império. Fê-lo com um realismo sincero. O documento em que analysou a situação é um documento que merece divulgação. O barão concluía que era impossível dar vitalidade ao Amazonas sem antes conferir-lhe autonomia, elevando-o à condição de Província do Império. E dizia, com a clareza de um iluminado: “O Rio Negro precisa sem duvida de hum governo separado, e hum homem de genio à testa do seu governo, de outro modo elle será sempre o que he hoje, hum Paiz míseravel, e quasi dezerto”.

As reflexões do barão eram exatas, expressavam o sentir que ia cristalizando de que, sem a autonomia para o Amazonas, não seria possível assegurar-lhe condições existenciais que autorizassem vida menos selvagens numa região em que o Império fronteirava com várias repúblicas hispano-americanas.

Nenhum eco, todavia, encontraram na Côrte as ponderações do barão que, de seu lado, em face da gravidade da situação, decidiu agir sem mais delongas : a Câmara de Barcelos foi mandada regressar à sua sede, perdendo as prerrogativas políticas que se arrogara; o capitão Gurjão foi chamado a Belém e substituído pelo coronel Joaquim Felipe dos Reis, que recebeu instruções amplas acêrca da maneira pela qual devia conduzir-se. Acontece, no entanto, que a escolha do substituto do capitão Gurjão não foi feliz. Porque o coronel Felipe dos Reis, com um valioso acêrvo de serviços à causa pública na região, é certo, não possuía tato para o momento, que exigia habilidade e serenidade. E tanto assim que, ao se acercar da Barra, delegações do lugar vieram encontrá-lo, encabeçadas pelo ouvidor Bernardino de Sousa e Figueiredo. Recusando receber as homenagens dessas delegações, o comandante militar de logo conquistou a animosidade popular. Ademais, as ligações que passou a ter com o tenente coronel Zani, lhe fizeram aumentar o círculo de opositores.

Em 1832, a decadência da Comarca continuando a olhos vistos, a distância entre o coronel Reis e as demais autoridades e a população tomando corpo, a idéia da separação assumiu proporções. A 12 de abril de 1832, a guarnição da Barra levantou-se. O comandante militar foi morto. O tenente coronel Zani fugiu para Belém. E a 22 de junho, um grande conselho de povo e tropa proclamou rompidos os laços de subordinação ao Pará e graduada a Comarca na condição de Província do Império. A assembléia decidiu, mais, confiar a presidência da nova unidade ao ouvidor Manuel Bernardino e submeter as decisões tomadas ao Parlamento Imperial, designando frei José dos Santos Inocentes, um dos cabeças do movimento, para levar o pleito dos revolucionários à Côrte do Rio de Janeiro. Em Belém, dividiram-se as opiniões a respeito : havia os que entenderam justa a reivindicação dos amazonenses e os que consideraram a decisão uma decisão revolucionária, contrária ao sistema constitucional vigente, portanto fazendo-se mister uma atitude severa do govêrno.

O presidente do Pará era, na conjuntura, o paulista brigadeiro Machado de Oliveira, que deliberou enfrentar a situação. Nova expedição militar, do comando do coronel Cunha Baiana, foi expedida contra os revolucionários. A resistência não apresentou grande problema. Ocupada a Barra, restabeleceu-se o govêrno militar, confiado novamente a Hilário Gurjão. O coronel Baiana excedeu-se. Provocou protestos. Sua atuação mereceu reprovação governamental. Os sentimentos autonomistas, contudo, não feneceiram. É certo que, no Rio de Janeiro, o assunto não mereceu consideração das autoridades ministeriais. Ao contrário, frei José foi mandado admoestar, declarando-se, aos amazonenses, que a atitude assumida não seria a atitude pela qual obteriam, da alta administração imperial, a satisfação

dos desejos de autonomia. Faz-se mister registrar aqui que essa atitude drástica dos amazonenses encontrou, no seio das populações paraenses do interior, a melhor acolhida. Várias câmaras municipais do Baixo Amazonas votaram moções de aplauso à conduta dos revolucionários, pleiteando por elles junto a Machado de Oliveira e ao Conselho do Governo, que, a esse tempo, supria a falta da Assembléia provincial.

Logo no ano seguinte, novo ato governamental veio consolidar a situação de inferioridade em que se encontrava o Amazonas. Fazendo executar o Código do Processo Criminal do Império, o Conselho Provincial Paraense reestruturou-o como Comarca, dando-lhe o nome de Alto Amazonas e reduzindo-lhe as vilas a 4 : Manaus, Tefé, Luzéia e Mariuá. Mudavam-se os nomes portuguezes para restaurar as denominações indígenas, sinal dos tempos que se viviam, de franca hostilidade ao elemento reinol.

Os dias que se seguiram assinalaram-se, em tôda a Anuzônia, pelos acontecimentos sangrentos da Cabanagem, que revelavam a insatisfação popular e exigiam a execução de uma política mais afeiçoada ao meio humano e econômico. No decorrer dessas jornadas de sangue que só se vieram encerrar em 1840, com a anistia ampla concedida pelo governo imperial, a Comarca do Alto Amazonas experimentou o agravamento de suas aflições. Participou de todo o drama político que tanto depauperou a região, combatendo com um vigor assinalável. De seus quadros, como ocorrera logo após a independência, por ocasião dos pronunciamentos no Baixo Amazonas e no Tocantins, saíram forças que puzeram fim a redutos de revolucionários, à frente delas tipos do porte de um Ambrósio Aires, que se sagrou herói de mais de uma dezena de encontros. Em meio a tudo quanto ocorria, a idéia autonomista vicejava. Quando os rebeldes se apossaram, em 1836, de Manaus, uma das promessas que fizeram foi a de obter a elevação da Comarca à condição de Província. As forças legais restaurando a ordem, de seu lado não desdenharam da idéia e assumiram compromisso idêntico.

Já em 1826, Dom Romualdo Antônio de Seixas, que representava a Amazônia na Câmara Imperial, erguera-se para reclamar a atenção do governo em favor dos amazonenses e da causa de sua autonomia política. Lamentara o estado de decadência a que chegara. Descrevera-a, para que a Câmara tivesse uma noção exata e sentisse a necessidade da providência que pleiteava. Mostrara que o Rio Negro, enquanto estivesse sujeito ao Pará, permaneceria sem possibilidades de progresso. Porque nem o presidente da Província poderia olhá-lo com atenção e zelo, conseqüência da distância, nem o governo subalterno da Comarca poderia agir com desembaraço em benefício da

coletividade. Os argumentos eram fortes, impressionantes. Por mais de uma vez Dom Romualdo viera à tribuna, insistindo por que os considerassem e oferecendo à deliberação da casa, a 27 de maio de 1826, um projeto que dava à Comarca a categoria de Província, com capital na cidade da Barra do Rio Negro, prelazia independente do bispado do Pará e auxílio pecuniário de 12:000\$000, fornecido pelo Maranhão até que as suas rendas lhe bastassem.

Dom Romualdo, marquês de Santa Cruz, e uma das figuras mais eminentes do legislativo nacional, administrara o Pará na qualidade de presidente da Junta governativa aclamada no momento da adesão à independência. Conhecia bem, em consequência, o que ia pela Amazônia. Seu prestígio assumia proporções. A sua palavra, em favor dos amazonenses, significava muito, portanto. Embora, o projeto que apresentara não teve andamento imediato.

Logo no ano seguinte, porém, a comissão de estatística da Câmara trouxera-o à deliberação, reformara-lhe a redação e alterara-lhe o texto: “A comissão de estatística, reconhecendo os grandes melhoramentos de que é susceptível o imenso território da comarca do Rio Negro em que existe uma população civilizada superior a 16.000 almas, além de 62.000 indígenas errantes ou sedentários, ainda não atraídos à sociedade, e ponderando que, sem o estabelecimento de um governo local, que promova de perto o interesse daquêlle vasto e riquíssimo país, não se podem colher os grandes benefícios prodigalizados pela natureza; tem a honra de apresentar o seguinte projeto de lei: “A Assembléia Legislativa do Império, decreta: — Artigo 1.º Criar-se-á uma nova província denominada — Província do Rio Negro — a qual compreenderá todo o território que formava o antigo governo dêste nome, da Província do Pará. — Art. 2.º A cidade capital da nova província será na povoação da Barra sobre o Rio Negro, e terá o nome de cidade de São José da Barra. — Artigo 3.º Criar-se-ão nesta província o presidente, comandante militar, junta da fazenda, conselho geral e conselho administrativo da mesma categoria e vencimentos dos das províncias da segunda ordem do Império. — Art. 4.º Ficam derogadas tôdas as leis e ordens em contrário. “Paço da Câmara dos Deputados, 15 de outubro de 1827. — *Raymundo José da Cunha Mattos.* — *Romualdo*, arcebispo da Bahia. — *Marcos*, bispo do Maranhão. — *L. P. de Araujo Bastos.* — *Luiz Augusto May.*”

Aprovado, o projeto fôra mandado imprimir, entrando em discussão a 13 de maio de 1828, defendido por Lino Coutinho, Holanda Cavalcante e Cunha Matos. A 17, Dom Romualdo voltara à tribuna para novas reflexões, que a Câmara ouvira respeitosamente. Não seria, porém, ainda desta vez, a reparação, pois, encalhando o projeto,

em 1832 ficara deliberado que se adiassem os debates, enquanto se aguardassem informações mais precisas sobre a Comarca, informações que, no entanto, não se solicitavam nunca.

Assuntos de gravidade, quais os da pacificação do Império, ameaçado de desmembramento, questões partidárias que absorviam as cogitações dos políticos, prendiam as atenções do Parlamento, de sorte que só em 1839 voltou a ser objeto de atenção o velho e constante anseio da Comarca. Prestigiara-o, solidarizando-se com ela, o Dr. João Cândido de Deus e Silva, outra figura de relêvo no cenário imperial, prócer nas lutas pela independência e primeiro intérprete das ideologias democráticas no país. Justificando, a 30 de agosto, com sólida argumentação, um projeto criando a Província do Rio Negro, que seria de segunda ordem, com bispado igual ao de Mato Grosso e capital onde a respectiva assembléia provincial designasse, defendeu-o aquêlê parlamentar, que se inscrevia entre os liberais mais ardorosos com uma eloquência e uma argumentação ponderáveis: evidenciara, em meio a outras razões, a necessidade de aparelhar a Comarca, nos lindes com nações estrangeiras, para que não tivéssemos, um dia, de sofrer surpresas desagradáveis. A soberania do Brasil exigia a providência.

O assunto, palpitante, fôra debatido. Argumentava-se que o Alto Amazonas não dispunha de rendas suficientes para atender às suas despesas, uma vez estabelecido como Província; não estava aparelhado com pessoal capaz para o preenchimento dos cargos públicos. A própria assembléia provincial poderia ser organizada? A agricultura, a indústria, a navegação, o comércio, tinham desenvolvimento bastante? Os que combatiam a idéia esqueciam ser justamente a necessidade de levantar a região, dando-lhe todos os meios da vida, civilizando-lhe a população, indígena em sua grande totalidade, o motivo básico da campanha pela medida suplicada. O projeto, a 31 de agosto, sob número 111, passara à discussão, que fôra sendo adiada sempre, esquecida, de sorte que só em agosto de 1840 recebera êle a primeira aprovação.

Correram quase três anos. A Câmara preocupava-se com problemas que lhe pareciam mais sérios. Foi quando o ministro dos estrangeiros, Honório Hermeto Carneiro Leão, insinuou a divisão do território do Pará em duas províncias. Aproveitando o momento, a 12 de maio de 1843 o deputado Ângelo Custódio solicitou que o projeto voltasse a plenário. Atendido, rompeu os debates o deputado Ferraz, que o combateu tenazmente, apoiado por Carneiro da Cunha e Fonseca. Êste último requereu que a discussão fôsse adiada até que o

governo, pela repartição competente, procedesse aos inquéritos censitários, estudasse a topografia da Comarca, enfim, colhesse os dados econômicos e financeiros pelos quais a assembléia se pudesse esla-recer para deliberar sôbre a organização territorial do Império.

Sousa Franco, Manuel José de Albuquerque, Fernandes da Silveira e Paula Cândido pronunciaram-se contra o requerimento, que era a repetição da manobra empregada de 1826 a 1832. Os dados, pedidos naquela época, verificou-se então, já estavam na casa. Qual o motivo, portanto, de os desejarem novamente? Caiu o requerimento. Os debates prosseguiram, aqui e ali pontilhados de ironia, por vêzes azedos, prendendo realmente a Câmara que dêles participou revelando, pela primeira vez, um interesse especial.

Sousa Franco, ex-presidente do Pará, de que era agora representante, mais tarde ministro do exterior, figura luminar entre os estadistas do Segundo Império, bateu-se ardorosamente pela causa dos amazonenses. Os seus discursos, longos, entusiásticos, densos em elementos de prova, proferidos com certa elegância, feriram fundo os propósitos de hostilidade do grupo que teimava em negar condições à Comarca para a nova situação política. Carneiro da Cunha, Sousa Martins, Ferraz, Henrique de Rezende e Fonseca, formavam esse grupo.

Sousa Martins, alargando-se em considerações e mostrando-se mais cordato, lembrou a transformação do Rio Negro em território, com o presidente e demais autoridades nomeados na Corte, sem assembléia, que daria lugar a um simples conselho com a faculdade de suggestionar a Assembléia Geral a propósito dos benefícios de que carecesse a região. Sancionadas, essas sugestões entrariam em vigor como leis provinciais. O modelo, para a criação do território, indicou, buscassem-no aos Estados Unidos, onde a constituição lhe dava existência plena. A idéia não teve as honras de provocar interesse. Caiu logo.

Paula Cândido, Ângelo Custódio, Miranda Ribeiro, acompanhando vibrantemente a defesa de Sousa Franco, intervieram trazendo novos elementos elucidativos. A Comarca não era o deserto que se propalava. As suas possibilidades econômico-financeiras, diante das formidáveis reservas do solo e das águas, não tinham conta. Rememorando o passado, não se deveria esquecer a obra gigantesca de Lobo d'Almada, destruindo os alegados fúteis de ser impossível civilizar aquêle trecho do Brasil. As estatísticas falaria. As tentativas armadas de 1832 e da Cabanagem vieram à baila. Uma argumentação férrea, incontestável, tôda trabalhada com lógica e fundada em deta-

lhes rigorosos, em fatos positivos, foi utilizada pelos amazonidas de então, Sousa Franco à testa deles.

O projeto, reiundido quase que totalmente pelas emendas de Sousa Franco, com redação apresentada pela comissão de direito, em homenagem ao rio que cortava de oeste a leste teria o nome de Amazonas. Os seus limites conservavam-se como na Capitania de São José do Rio Negro, reprovação expressa ao ato da administração paraense que alterara, em 1833, a fronteira que Mendonça Furtado fixara.

Da Câmara, o projeto passou ao Senado, em obediência aos positivos de lei. Ali, porém, o deixaram à margem, relegado a esquecimento.

Já se tornara, no entanto, o caso da autonomia do Rio Negro, um dos mais importantes para a nação, porque envolvia a sua defesa nas fronteiras do norte, abandonadas, expostas aos insultos de estrangeiros, como sucedera no vale do rio Branco com a intrusão dos ingleses vindos da Guiana Britânica. No Pará, os seus homens públicos com êle se preocupavam, de há muito, considerando a providência acertadíssima embora não com a largueza projetada, pois a queriam ficando o govêrno do Rio Negro subordinado ao de Belém, como nos tempos coloniais. Todos se convenciam do infrutífero de qualquer esforço para levantar o Alto Amazonas sem aquela medida. E tanto assim que o Conselho Provincial solicitara-a à Assembléia Geral do Império. Depois, em idêntico proceder, a Assembléia Provincial, concordando com o deputado João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha que, a 7 de novembro de 1844, se declarou abertamente ao lado dos amazonenses com a seguinte peça legislativa — “Indico que se dirija à Assembléia Geral uma representação para que a comarca do Alto Amazonas seja elevada à categoria de provincia.”

Em 1841, Sousa Franco, à frente dos destinos do Pará, reconheceu o fundamento daquela solução e se apressara a reclamá-la em ofício ao ministro dos estrangeiros, talvez até motivando a insinuação que êste fizera na Câmara em 1843.

O catarinense Jerônimo Coelho, ex-deputado por sua provincia natal, ministro da guerra e da marinha no ministério de 2 de fevereiro de 1844, inegavelmente um vulto destacado nas altas esferas imperiais, governando o Pará, deu a última demonstração oficial de que lá, dentro daquêle pensamento, não se contrariavam os sentimentos

de altivez do povo da Comarca. Praticara vários atos, tentando impulsioná-la. E em outubro de 1849, dirigindo-se à Assembléia Provincial, no relatório expondo as necessidades da Amazônia, dando conta de sua gestão, sugeriu a reparação pleiteada. O projeto que organizou, para ser enviado ao Parlamento, com dezoito artigos, precedido de uma exposição de motivos, criava a Província de São José do Rio Negro, com governo filial e subalterno ao de Belém, capital na cidade da Barra do Rio Negro, oito deputados à assembléia paranaense, três representantes ao congresso imperial, sendo um ao Senado e dois à Câmara, continuando na parte eclesiástica incorporada ao bispado do Pará.

A idéia, como se vê, ganhava terreno, dia a dia, seja com a amplitude votada pela Câmara em 1843, seja na restrição desejada pelos paranaenses. Seria vencedora, não restava dúvida.

João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, reeleito deputado, preocupado com o assunto e com o problema da navegação do rio Amazonas, desdobrou-se em demarches na Côrte. O Senado moveu-se. A 22 de julho, o projeto de 1843 veio a debate. Os velhos e inexpressivos argumentos de combate sustentados na outra casa do Congresso tornaram a vigorar. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, visconde de Vergueiro, da bancada paulista, falou contra. Percebeu-se facilmente o motivo. A Comarca de Curitiba, parte da Província de São Paulo, também se ensaiava nos desejos de autonomia. Ao projeto referente ao Alto Amazonas adicionara-se uma emenda relativa à Comarca paranaense, dando-lhe a categoria de Província. Fosse criada a do Amazonas, o Paraná tinha de ser amparado na pretensão.

José Saturnino da Costa Pereira, Holanda Cavalcanti e Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes, movimentaram-se argumentando favoravelmente. O Alto Amazonas dispunha dos elementos negados. Além do mais, o Império estava na obrigação de reparar a injustiça cometida em 1823, restituindo-lhe a condição política reivindicada e em discussão. Acompanhando, animados, a polémica travada, Tenreiro Aranha e Sousa Franco, a 23 e 30 de junho fizeram vibrar a Câmara em novas orações, rebatendo as afirmativas fáceis, demolindo alegações inverdadeiras, exigindo a restituição do direito de que há várias décadas vinham privando os brasileiros do extremo norte.

O Senado recusou as ponderações de Campos Vergueiro, aceitando o ponto de vista do restabelecimento da Província, rebaixada após a independência, portanto a reparação que tanto tardava. Aprovou o projeto, em 28 de agosto. Subindo à sanção, Dom Pedro II,

referendado pelo ministro do Império, visconde de Monte Alegre, pela Lei n.º 592, de 5 de setembro de 1850, satisfaz a grande aspiração da Comarca.

A Província do Amazonas teria a mesma extensão e limites da antiga Comarca do Rio Negro e não do Alto Amazonas, isto é, limites baixados por Mendonça Furtado, em 1758. Daria um deputado e um senador ao Parlamento do Império, sendo de vinte membros a Assembléia Provincial. A capital ficaria instalada na cidade da Barra do Rio Negro.

O problema a resolver agora era o da escolha do primeiro presidente da nova unidade administrativa. Sousa Franco, Tenreiro Aranha, os outros amazonidas dos embates parlamentares, João Henrique de Matos e João Inácio Roiz do Carmo, amazonenses ilustres, êsses dois últimos, aos quais a nação devia valiosíssimos serviços políticos e profissionais, mereciam confiança, foram mesmo apontados para o cargo. O governo, todavia, não vacilou. Nomeou Tenreiro Aranha a 7 de julho de 1851. João Inácio Rodrigues do Carmo, coronel João Henrique de Matos, Manuel Tomás Pinto, Dr. Manuel Gomes Correia de Miranda e cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo foram os titulados com as vice-presidências.

* * *

Tenreiro Aranha assegurara-se o direito àquela posição por seu passado. Entroncava nos clans que haviam trabalhado nas horas da conquista, no século XVII. Era filho de um amazonense, o poeta Tenreiro Aranha. Lutara nas jornadas armadas pela independência nacional. Nos setores da administração provincial, conduziu-se sempre exemplarmente. Liberal exaltado, jamais cedera ante a violência do absolutismo de governantes. No Arquivo de Belém, lemos pareceres de sua autoria sobre os mais variados aspectos da economia regional. Revelam-nos êsses documentos o seu avontade com os temas e com a melhor técnica da ciência de Adam Smith. Sousa Franco, João Cândido de Deus e Silva e êle compunham a magnífica trilogia de amazonidas da época.

* * *

Na criação da Capitania de São José do Rio Negro, o governo português atendera a motivos de geopolítica: fronteira aberta, que era preciso garantir; região exigindo valorização humana e eco-

nômica. Ao decretar, em 1850, a criação da Província do Amazonas, o governo imperial cedía aos mesmos imperativos geopolíticos. Cedía, porém, a mais alguma coisa que referimos no início desta conferência. Cedía aos anseios dos amazonenses, política romantica a que os nossos homens públicos jamais deixaram de atender porque não é possível fugir às forças telúricas, às forças psicológicas que nos caracterizam nos quadros sociais do mundo.

O processo histórico da autonomia amazonense, como acabamos de ver, foi processo lento, trabalhoso, que se foi valorizando a pouco e pouco, como página memorável do grande processo da formação e da divisão política de nossa pátria.

INSTITUIÇÕES DO RIO DE JANEIRO COLONIAL

AS CORPORAÇÕES E AS BANDEIRAS DE OFÍCIOS

LOPES GONÇALVES

A Organização em Portugal

O regime de trabalho dos artesões — então chamados oficiais mecânicos — no Rio de Janeiro colonial obedecia na estrutura ao existente em Portugal, constituído das corporações ou confrarias e das bandeiras. Importa, pois, fundamentalmente para o estudo das instituições dos artesões o conhecimento das lusitanas vigorantes nessa época, ademais porque, se em Portugal há documentação considerável, no Rio de Janeiro, como no resto do Brasil, ela é muitíssimo escassa. Assim com os elementos lusos se suprirá o que nos falta e se poderá, nas linhas gerais, reconstruir êsse importante capítulo das nossas instituições.

Uma vez livre, tendo deixado de ser escravo ou servo, o trabalho cuidou de se organizar, para seu fortalecimento em face das contingências. Já em Roma são encontradas essas associações, mesmo no tempo de Numa Pompílio, segundo rei da cidade (715-672) A.C., em que havia o colégio de artesões. Depois continuam essas entidades no meio romano, prosperando em quantidade e em prestígio, úteis inclusive pelo seu caráter de mutualidade. O govêrno se interessa, naturalmente, pelas associações, adotando política ora favorável ora contrária, conforme as circunstâncias; Trajano reuniu em colégio os padeiros, que se tornou muito importante, e Alexandre Severo os comerciantes de vinho, os de legumes, os sapateiros e os demais mestres em geral. Não havia nas associações regulamentação do trabalho; ficava-se apenas na dos salários, com o que se aproximam dos atuais sindicatos de empregados; nesse sentido houve ordenação de

Diocleciano, que estabeleceu uma escala de salários que os produtores e mercadores podiam pretender. Foram sobretudo úteis pela defesa do artesanato, instrumento de luta do povo pelo nivelamento político, no que se parecem com as corporações, grande força popular. Entretanto ao lado desse trabalho livre continuou a haver o dos escravos e dos servos, como acontece na Idade Média, e em muitos países pelos séculos a seguir.

Ainda no século IV essas associações são encontradas na Europa. Somem durante a profunda perturbação resultante da invasão dos bárbaros; é quando a servidão se generaliza, na lavoura e nos mes-teres. O lento retôrno do povo à liberdade acaba por produzir no século X o claro aparecimento das corporações, forma aperfeiçoada das associações mútuas de outrora; são os guildes, organizações religiosas e sociais criadas na Alemanha e depois na Inglaterra, que reu-nem umas os artesões e outras os comerciantes. No século imediato encontram-se noutras terras, como a França: São as indústrias e o comércio em expansão donde as grandes obras em proliferação, com destaque a das catedrais góticas, originando renascimento econômico, que leva as cidades a vivo desenvolvimento; em consequência as asso-ciações mútuas de modo rápido se tornam sempre mais numerosas e fortes, e, assim robustas, com eficiência crescente protegem o traba-lhador e o trabalho. Estão formadas as corporações, entidades em que aos propósitos de mutualidade é acrescida a função de órgão incumbido de rigorosa fiscalização do trabalho, com a hierarquização, tão do espirito medieval, dos trabalhadores. Mas no princípio ainda não existe esse rigor. As corporações, no que concerne à admissão à mestrança, são livres; só mais tarde obtêm a rigidez almejada, por estar em sua índole, com a imposição de complexos e muitas vêzes custosos exames para a obtenção do título de mestre. Essa evolução para a rigidez, consagrada nos regimentos dos ofícios, só terminou no século XVI. Ainda nos primeiros tempos desta centúria a subida ao posto de mestre era simples; o candidato se submetia a leve inter-rogatório diante dos juizes, depois pagava uma contribuição à confraria, prestava juramento de observar os usos e costumes do ofício bem como de fazer trabalho bom e leal e estava com o título de mestre(1).

Assim, em Portugal, em 1482, o exame obrigatório para a mes-trança continuava a não ser de lei, tanto que nas côrtes realizadas em Évora em 1481-1482 houve solicitação dos procuradores dos conce-lhos para a instituição dessas provas, ao que o rei, Dom João II, não antuiu: “Outrosi Senhor os Homees se soltam a tomar temdas e

(1) François Barret, *Histoire du travail*, pág. 24.

se fazem mestres dos officios mecanicos que nunca foram boos decipillos de que se queixa ambrosio dizendo que nam pode seer mestre o que nam foce decipollo os quaees dando-se por mestres na arte de que husar querem e pouco sabem ou nada daneficam o povoo como fazem muitos que se dam por allueitares e matam ou mancam as bestas que lhes metem em poder por defeito de saber e bem asi os alfaiates que danam o pano cortando a rroupa que nam sabem fazer e asi ouriuezes e outros dos taees ofiços que requerem industria e sçiemçia da tal arte e esto faz a solltura dos inoranites que se por taees dam sem averem castigo seja vosa mercee de proueer a esto tam publico dapno e mamdee que os taees ofeciãees que se dam por mestres sejam examinados cada huum em sua arte per outros ofeciãees expertos e aprovados os quaees sejam emlegidos por examinadores pellos ofeciãees daquella arte e confirmados em camara pellos vereadores e ofeciãees della em cada huum anno e sem seerem examinados primeiro nam sejam recebidos a tomar temda como mestres e mais aiam huuma certa pena vsando da arte sem primeiro seerem examinados per aqueles que teuerem o carego per ã guisa que dito he e farees em esto merçee a vossos pouoos e sra bem camuun de todos." Mas o rei, Dom João II, não concordou, nestes termos : "Responde el rey que ha por bem de em esto nom fazer emnouaçom e que se nam deve tolher que cada huum nom tenha liberdade de tomar e husar do ofiço que aprendeo e quer e mamda por li aver ofeciãees em abastança e a terra seruida que daqui em diante nenhus ofeciãees dofiços mecanicos nom posam çarrar suas temdas posto que traitem em outras cousas sob pena de pagarem dois mill rreis e perseverando despois em ello avera aquella pena no corpo ou bees que sua mercee for" (2).

Os regimentos dos officios realmente vieram surgindo com o andar do século XVI. De muitíssimo pouco antes dessa centúria é o regimento mais antigo de que se tem noticia; data de 1489 e era dos borzeginheiros, sapateiros, chapineiros, sovaqueiros e curtidores (3).

É o século XVI que tira os officios da longa fase em que sã dispunham dos usos e costumes para regra e lhes dá as leis escritas. Essa sólida estruturação, concretizava, como foi salientado acima, os anseios da organização, vinha em muito como resultado do florescimento econômico-social oriundo dos descobrimentos marítimos, os

(2) Visconde de Santarém, *Alguns documentos para a história e teoria das Côrtes Gerais*, 2.^a edição, pág. 215.

(3) Marcelo Caetano, *A antiga organização dos mestres de Lisboa*, página 9.

quais, por ativarem o comércio e com isso trazerem as riquezas, produziam o aumento extraordinário do consumo e o progresso da vida urbana, o que criava a necessidade de muito maior número de artesãos para atenderem a uma produção sempre crescente e dia a dia mais complexa (4).

No último terço do século XVI estão os ofícios com a sua organização ultimada. E porque já é possível, procedeu-se à reunião dos regimentos em volume, entrementes se reformando vários. Ambos os fatos ocorrem na cidade de Lisboa, em 1572, por obra de Duarte Nunes de Leão, ano em que o mesmo se verifica em Coimbra (5).

Graças a essas compilações, tem-se a visão perfeita da organização e vida dos ofícios em Portugal, as quais, uma e outra, permaneceram de modo geral nessa forma até a extinção do sistema corporativo no país, a 7 de maio de 1834 (6).

(4) Idem, pág. 10.

(5) O professor Virgílio Corrêa Filho publicou a compilação de Duarte Nunes de Leão: *Livro dos regimentos dos officiaes mecânicos da mui nobre e leal cidade de Lisboa*.

(6) Como exemplo de regimento de ofício eis, na íntegra, o dos bordadores (broscladores) de Lisboa, feito em 1572 :

“No mez de janeiro de cada um anno os brosladores se juntarão em uma casa que elles para isso ordenarão, e os juizes que então acabam, com seu escrivão, darão juramento dos Santos Evangelhos a todos os que presentes fôrem, que bem e verdadeiramente, sem odio nem affeição, dê cada um sua voz a dois homens que aquelle anno hão de servir de juizes e examinadores do dito officio; e, sendo ali dado juramento aos ditos officiaes, os ditos juizes com o escrivão se apartarão para um cabo da dita casa, onde terão posta uma meza, e assim perguntarão a cada um dos ditos officiaes, por si, sob cargo do dito juramento que receberam, a quem dão sua voz para aquelle anno vindouro servir de juiz e examinador do dito officio, e o que cada um disser em segredo, o escrivão o escreverá, e, acabado assim de perguntar os ditos officiaes, elles, juizes, limparão a pauta, com o dito escrivão, e em outro papel porão, por letra, aquelles dois officiaes que mais votos tiverem para aquelle anno servirem de juizes e examinadores do dito officio.

“E pela mesma maneira e no dito dia que elegerem os ditos juizes e examinadores, elegerão outro official do dito officio por escrivão, para servir aquelle anno com os juizes, e depois dos ditos juizes e escrivão assim serem eleitos, irão á camara para lhes ser dado juramento dos Santos Evangelhos que bem e verdadeiramente sirvam seus cargos, e para os assentarem no livro da camara, como é costume; e aquelles juizes e examinadores e escrivão que com esta solemnidade não fôrem eleitos, não usarão dos ditos cargos, sob pena de, qualquer que o contrario fizer, do tronco pagar mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem o acusar.

“E nenhuma pessoa, assim natural como estrangeiro, que no dito officio de broslador quizer usar e pôr tenda, o poderá fazer sem primeiro ser examinada

Em regra no mês de junho, pelo São João, os mestres de cada officio se reuniam e elegiam dois juizes ou vedores, mordomos e escrivão, todos "homens bons", nacionais e conhecedores abalisados da profissão. Tinham os juizes altas e capitais funções. Eram os examinadores dos candidatos a mestre; se os aprovavam davam-lhes a carta; aos que rejeitavam iam submetendo-os a provas de seis em seis meses até solução. De quinze em quinze dias, ou de mês em mês, conforme o officio, em companhia do escrivão elles visitavam as lojas dos mestres, a fim de verificarem se o regimento estava sendo cumprido, sôbretudo em relação à mercadoria tanto na qualidade e no acabamento quanto no preço. Os artigos que não estivessem em condições eram apreendidos e levados à Câmara Municipal, onde o almotacé lançava a multa devida. Prisão e multa impunha-se ao juiz desidioso e o mesmo official mecânico, como se dizia, que abrisse negócio sem ter sido examinado no município.

pelos examinadores que para isso são eleitos, o qual exame se fará em casa de um dos ditos examinadores, qual elles entre si ordenarem, a que elles serão presentes, para que vejam se o tal official faz obra conveniente por que mereça ser approvado.

"E todo o official que se examinar quizer, saberá mui bem fazer uma imagem de ouro, matizada, com seu rosto, que é a obra mais difficultosa que ha no dito officio.

"E ao que assim fôr examinado na maneira sobredita e for havido por habil e pertencente para pôr tenda, lhe passarão sua carta de examinação, assignada pelos examinadores e feita pelo escrivão do seu cargo, a qual levarão á camara para lá ser vista e confirmada, e se registrar no livro em que taes cartas se registram.

"Da qual examinação o official que se assim examinar pagará trezentos réis, de que serão as duas partes para as despesas do dito officio e a terça parte para os examinadores.

"E qualquer broslador que d'aquí em deante tenda puzer sem primeiro ser examinado da maneira sobredita, será preso, e da cadeia, onde jará (jazerá) quinze dias, pagará dois mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem o acusar; e a mesma pena haverá qualquer official, não sendo examinado, que tomar obra do dito officio para fazer fora da tenda do official examinado.

"E quando algum official do dito officio se puzer a examinar, se não souber o que se contém em sua examinação, os ditos examinadores o não examinarão, e lhe mandarão que vá aprender, e do dia que se puzer á tal examinação a seis mezes o não tornarão a examinar, e passados os ditos seis mezes então se poderá pôr outra vez á examinação, e, sendo apto, lhe passarão sua carta, e não o sendo o tornarão outra vez a mandar aprender outros seis mezes; e assim o farão tantas vêzes quantas acharem que não sabe fazer como deve o que se contém em sua examinação; e os examinadores que o assim não o fizerem e antes do dito tempo o tornarem a examinar, pagarão dois mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem os accusar.

"E sendo caso que os ditos examinadores, favoravelmente, ou por peita, ou por qualquer respeito ou malicia derem por sufficientes aquelles que o não

Díficeis, e muitas vêzes bem dispendiosos, eram os exames, do que é exemplo, dentre os mais modestos, o destinado ao título de mestre pedreiro nas duas especialidades de pedreiro de pedraria e de pedreiro de alvenaria, como diz o regimento do ofício, dado em 1572 :

“E todo official que se (*examinar*) quiser do officio de pedreiro de pedraria, fará uma escada, com seu maniel, traçada e contrafeita e assentada.

“Item, fará um portal quadrado, com seu sobre arco capraleado.

“Item fará uma coluna dorica, com sua vasa e capitel.

“E toda obra acima dita será contrafeita em barro, e os examinadores o verão obrar de mãos, para lhes constar de sua sufficiencia.

“E o que se quizer examinar de alvenaria deve saber conhecer a terra e lugar onde começa a obra, segundo que o terramento for e o lugar em que se houver de fundar; e saberá abrir os alicerces convenientes à obra que ha de fazer.

forem, e lhes derem logar que ponham tenda, da cadeia, onde estarão trinta dias, pagará cada um quatro mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem o accusar.

“E os examinadores do dito officio não examinarão seus filhos, parentes, cunhados ou criados; e, quando qualquer se quizer examinar, fará petição á camara para lhe ser dado um dos juizes do anno passado, qual á cidade bem parecer, para o examinar em logar do examinador suspeito; e qualquer dos examinadores que o contrario fizer, pagará dois mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem o accusar e a tal examinação não será valiosa.

“E mandam que nenhum vestimenteiro se intrometta a tomar obras de broslador para as fazer, nem mandar fazer; a outrem nem menos o broslador tomará, outrosim, obras de vestimenteiro para as fazer ou mandar fazer, e sómente tomará cada um as obras de que fôr examinado; e o que o contrario fizer, pagará dez cruzados, a metade para a cidade e a outra para quem o accusar.

“E serão avisados os ditos examinadores que nenhum por si só examine official algum, senão sendo ambos juntos, sob a mesma pena.

“E os juizes do dito officio terão cargo de trinta em trinta dias visitar as tendas dos officiaes e fazer correição com o escrivão, e assim todas as mais vezes que necessario lhes parecer; e as obras que acharem que não são feitas como devem, tomarão e levarão aos almotacés, para se fazer n'isso, e que fôr justiça, e se dar o castigo ao official conforme a culpa que lhe fôr achada; e esta diligência farão sem odio nem afeição, nem outro algum modo ou especial de malicia; e os juizes, que nas ditas obras engano e falsidade acharem e a dissimularem por qualquer via que seja, e não fizerem diligencia para se fazer a dita execução contra os culpados, pagarão dez cruzados, a metade para as obras da cidade e a outra para quem os accusar.

“E mandam aos officiaes do dito officio que, quando quer que os ditos juizes chegarem ás suas tendas para lh'as visitarem, lhes obedeçam e lhes

“Item, deverá saber lavar uma fiada de cabeça, bem lagrimada e galoada e rebocada e farta de cal, e, sendo no verão, aguada, assi como fazer cada fiada.

“Item, deve saber dar seus terços à cal segundo a obra que fizer e segundo a cal for mais forte ou menos forte.

“Item, ha de saber mui bem fazer hũa chaminé e dar-lhe seu canto, com sua régua e prumo segundo sua largura e altura.

“Item, ha de saber fazer hum portal de tijolo e hũa janella e hũa cantareira, e fechar tudo, como a cada obra pertence, e tudo muito bem acabado, e feito segundo se então usar.

“Item, saberá bem talhar e fazer hũa beira e sobre-beira, como deve fazer qualquer boom oficial.

“E sendo caso que o que se examinar de alvenaria, souber lavar hum peitoril de pedra e hũas sedas e hũas couceiras e huns boughões e hum cunhal, por serem peças que pertencem à alvenaria, poderá ser examinado das ditas peças, com a dita alvenaria; e, não o sabendo lavar, será examinado sòmente de alvenaria (7).

mostrem as obras do seu officio que quizerem, para verem se ha algumas mal feitas e como não devem, para se fazer n'ellas execução, sob pena de, qualquer que desobediente fôr, a cidade lhe dar por isso o castigo que lhe bem parecer; e da desobediencia que o tal official commetter contra os ditos juizes, ou qualquer d'elles, o dito escrivão fará auto e o levará a camara para se n'ella vêr e mandar o que fôr justiça.

“E nenhum official do dito officio será tão ousado que tome nem recolha em sua casa aprendiz nem obreiro que estiver com outro official, enquanto durar o tempo que o tal obreiro ou aprendiz fôr obrigado a estar com seu amo, nem lhe falará nem mandará falar por outrem, sob pena de, qualquer que o contrário fizer, pagará dois mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem o accusar; e o tal obreiro ou aprendiz tornará para casa de seu amo.

“E por este mandam aos almotacés das execuções, meirinho da cidade e alcaides d'ella, que ora são e ao deante fôrem, que, sendo requeridos pelos ditos juizes por alguma cousa que seja necessaria para cumprimento e execução do que toca a este regimento, lhes acudam com diligencia e façam n'isso justiça.

“E mandam, outrossim, a qualquer porteiro do concelho e homens dos alcaides d'esta cidade que, sendo requeridos pelos ditos examinadores para fazerem alguma execução de sentença ou mandado dos almotacés, ou qualquer outra cousa que outrossim toque a cumprimento e execução d'este regimento, o cumpram e lhes sejam obedientes, e, não o fazendo assim, a cidade lhes dará por isso o castigo que merecerem.” *Livro I dos regimentos dos officiaes mechanicos*, fl. 188. Freire de Oliveira — *Elementos para a história do Município de Lisboa* t. XII, pág. 505.

(7) Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, t. III, pág. 198.

Para os bordadores, brosladores de Lisboa, na forma do regimento de 1572, a prova de habilitação era: “E todo official que se examinar quizer, saberá mui bem fazer uma imagem de ouro, matizada, com seu rosto, que é a obra mais dificultosa que ha no dito officio” (8).

A Casa dos Vinte e Quatro

O órgão central da organização dos officios no município é a Casa dos Vinte e Quatro. A primeira a haver é a de Lisboa, que foi o modelo. Data de 1383, como no-lo diz Fernão Lopes, nesta passagem, na qual narra que eleito regedor e defensor do reino o Mestre de Aviz, dois anos depois Dom João I, “foi logo hordenado na çidade que viinte e quatro homeês, dous de cada mester, tevessem carrego destar na Camara, pera toda cousa que sse ouvesse de hordenar por boom rregimento e serviço do meestre fosse com seu acordo delles” (9).

Por essa referência se tem que as organizações dos mesterais já existiam em Portugal nessa época, com as doze bandeiras definidas.

Constituída, pois, se encontra a Casa dos Vinte e Quatro, instituição que ia ter enorme importância na vida social e econômica, por ser o órgão supremo local dos officios, e também na administrativa do município devido ao pensamento político que igualmente presidiu à sua criação. Assim, ao mesmo tempo que satisfazia aos desejos dos artesões de lhes completar a organização corporativa e os atendia no propósito de terem ingerência no governo local, o mestre de Aviz reforçava o apóio vigoroso e pleno que o povo lhe dava para a sua ascensão ao trono, isso enquanto era abandonado pela maioria da nobreza, partidária de Castela; era solidez ainda maior imprimida à solidariedade popular, indispensável ao êxito da sua causa (10).

Por tanto, além das funções precípua de natureza corporativa dos officios, adiante examinados, a Casa dos Vinte e Quatro lisboeta, a única então existente, tinha na câmara a de órgão incumbido de exercer fiscalização da parte do povo na administração municipal.

(8) Veja a nota 6

(9) Fernão Lopes, *Crônica d'El Rei Dom João I*, parte I, cap. XXVII.

(10) Aliás já no reinado de Dom Fernando há participação de vários dos chamados “officiaes mecanicos” em fatos políticos transcendentais. Assim em 1371, quando o alfaiate Fernão Vaz é designado para, chefiando os mesterais e muito povo, levar a esse rei a vontade geral de que se não case com D. Leonor Teles. Essa autoridade do arauto faz supor uma organização dos mesteres.

Não era possível alterar a composição da câmara nem retirar dos “homens bons” o privilégio de serem os eleitores e os candidatos aos cargos do governo local; a época não admitiria a inovação num sistema político firmado em motivos com raízes seculares. Não se saiu, pois, do “usamento”, que continuaria a vigorar por muito tempo ainda, mantido pelas três Ordenações; porém nem por isso deixou de haver alteração, e grande, no mecanismo da administração urbana, tão importante que mais tarde, ao haver outras Casas dos Vinte e Quatro pelo país, as câmaras reagiram contra essa modificação na estrutura orgânica do município.

Ganharam, pois, êsses vinte e quatro mestres artesões importância nova e extraordinária na vida administrativa do país — inicialmente no município de Lisboa —, com relêvo ímpar no cargo de juiz do povo (que em capítulo próprio será estudado), o qual era um daqueles investido, por eleição, da chefia do colégio e tendo por atribuição especial levar ao rei e à câmara as pretensões dos ofícios apoiados pela casa.

Aliás mesmo quando o mestre de Aviz acrescia aos Vinte e Quatro a ação fiscalizadora no governo local êle o que mais fazia era dar cunho político a um velho costume de em certas ocasiões os homens dos mesteres serem chamados a tomar parte nas deliberações. Assim aconteceu em 1285 por ocasião da avença celebrada entre o rei Dom Diniz e o Concelho de Lisboa, ato a que assistiram alfaiates, curtidores, puliteiros, correeiros, pescadores e ferreiros, como diz a Chancelaria de Dom Diniz, livro I, fôlha 1663 verso (11).

A 10 de julho de 1368, já nas vizinhas do governo do mestre de Aviz, houve uma reunião na Câmara do Pôrto em que estiveram representados os ofícios de curtidor, seleiro, armeiro, alfaiate e sapateiro (12).

Ê, pois, êsse cunho político o aspecto novo na antiga usança, que foi precisado na carta de 1 de abril de 1384, dada pelo mestre de Aviz, na qual êste permite de maneira clara a intervenção nos negócios da câmara que “os homens bôos dos mesteres procuradores e moradores da nossa nobre cidade de Lisboa” pediram ao futuro rei Dom João I “por merçee que os juizes nem rregedores nem procurador que ora na dicta cidade som ao diemte num ponham nem façam posturas nem hordenações em nenhũa guissa nem alçem fintas nem talhas em

(11) Gama Barros, *História de Administração Pública em Portugal*, 2.^a edição, t. III, pág. 87, n.º 2.

(12) Torquato de Sousa Soares, *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Pôrto durante a Idade Média*, pág. 166, n.º 2,

nenhũa guissa nem prometam nem dem serviços nem pera outros nenhũs encarreguos nenhũa coussa nem outrosy nam façam nem possam fazer emleçam de juizes nem vereadores nem procurador nem dem ofiçios a nenhũas pessoas a menos que dous homeens bõs de cada um mester sejam chamados e que se façam segundo a mayor parte delles acordar e que fazendose em outra guissa que nam sejam firmes” (13).

Não obstante essa carta ainda a intervenção permanecia originando controvérsia, sem dúvida da parte dos oficiais da Câmara.

Eis por que em 1395 voltou-se ao assunto da regularização da participação dos vinte e quatro nas atividades da câmara lisboeta como se vê das respostas aos capítulos apresentados por eles ao rei Dom João : — “Outro ssy dizem que estes vinte e quatro dos mesteres soiam de ser na Camara aas vereações e hordenações e dar dos officios e porque os posestes em duvida nos enuyam fazer dello certo por escriptura publica, e que elles nom querem estar todos juntos sse nom cada semana ou cada hũu mes quatro ou seis”. — Resposta : “Manda o senhor Iffante q̃ algũs dos mesteres entrem e estem na camara ao em leger dos ofisios e quando fezerem hordenações que pertençam ao poboo” (14).

Para se acabar de vez com a resistência dos oficiais da câmara e intervenção os vinte e quatro querem êsse poder confirmado por escrito. E como não lhes convinha — eram homens de trabalho — estarem continuamente juntos, além de não ser prático tanta gente para serviço que poucos executariam com vantagem plena, veio a proposta dos quatro ou seis, aceita pelo soherano e que acabou ficando no número menor. A resolução régia confirmaram-na as Côrtes de Lisboa de 1438 (15).

É com a investidura de poder político que o colégio dos Vinte e Quatro, uma vez forte neste setor da vida nacional, toma o nome de Casa dos Vinte e Quatro, que tão prestigiosa se tornaria. Passa o colégio a ser uma câmara corporativa junto à vereação municipal, efeito do aparecimento de freqüentes questões de alto interêsse profissional na administração do município (16).

Só muito mais tarde foram criadas Casas dos Vinte e Quatro noutras cidades do reino. Vieram as de Santarem e de Guimarães,

(13) Marcelo Caetano, *A antiga organização etc.*, pág. 60.

(14) Freire de Oliveira, *Elementos*, t. I, pág. 3.

(15) Idem, t. I, pág. 3.

(16) Marcelo Caetano, *A antiga organização etc.*, pág. 67.

nesta sendo os mesteres doze apenas; no de 1459 em Coimbra e Évora; em 1518 no Porto (17). Então se torna agudo o choque com os oficiais das câmaras por causa da presença dos representantes das Casas dos Vinte e Quatro às vereações. A questão explode como crise nas câortes começadas em 1485 em Évora e findas no ano seguinte em Viana-a-par-de-Alvito, e tem-se-a trazida na pergunta dos procuradores dos Conselhos a Dom João II, constante dos capítulos, sobre o motivo dos mesteres funcionarem nas câmaras e com as razões dos contrários a isso, ao que o rei deu resposta mandando que só em Lisboa haja essa intervenção no governo local (18). Eram os nobres e os burgueses de alta categoria — o grupo dos homens bons — de mãos dadas em defesa do regime político municipal em vigor, no que obtiveram vitória pelo apêio real. Só em Lisboa, portanto, ficava de pé a participação dos mesteres nas vereações, pela força do ato especial do mestre de Aviz que as câortes de Leiria haviam ratificado.

Não é conhecido o regimento da Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa, a instituição máter. Mas ficou intacto o da Casa de Guimarães, cujas disposições haviam de ser análogas às das outras Casas,

(17) Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, t. III, págs. 203 e 206.

(18) *Capitullo que os mesteres nom stem nas camaras.*

“Quantto he mais reprovado amtre os virtuosos por maior erro ho seguimento da cegueira afeiçoada tamto he em virtudes mayor bem o temperado virtuoso e onesto viver e por quanto he notorio que alguu modo de viver nom pode seer chamado virtuoso sem sabedoria e discriçam a quall comsiste em os gramdes mais geeralmente e ho booo regimento e governança comua em elles reluse nobre deve ser chamado todo principado que he regido e governado e aproveitado segumdo sabedoria e prudencia e discriçam e por elo diz aristotilles no primeiro das polliticas que os gramdes devem seer propostos aos meãos e elles aos baxos e asi que os maiores na Republica devem reger e governar e os meeãos obedecer e ajudar e os mais baxos trabalhar e servir ca segumdo este ordem deve seer regida e governada toda cidade pollitica aristotilles no terceiro das polliticas e ainda amtre as alimarias se goarda este ordem que as azemellas e asnos servem e trabalham e os cavallos se mantem dos trabalhos dellas e a terra que nom tem sentimêto goarda e comserva este mesmo ordem que os campos sam lavrados e trabalhados e as serras sam sem rompimento allguu e ainda jeeralmente as fortallezas que emnobrecem os regnos e os emparam e defenden nas alturas sam postas e no proprio caso diz bartallo do regimento das cidades que os homees plebeos e de baxa mũa nom devem seer regedores omde ha nobres e sabedores aos quaeos o regimento dellas deve seer cometido e nom aos de baixa mũa dos quaeos os nobres ham por iniuria seerem regidos e mamdados e por ello lhes nom querem obedecer e se geera grande escandallo que he contra natureza o infirior mamdar o maior e asi muito alto Senhor comsiramdo tall ordem quall rezam pode consentir que os plebeos e popullares sejam em as cidades e villas de vosos regnos prepostos a seus maiores e que os que nom sabem nem governar si mesmos sejam postos pera reger e governar o bem comu e politico ca he conhecida cousa que os popullares nom conhecem que cousa he policia nem sabem que cousa he honra nem quando deve a homrra

tirado o detalhe, acima salientado, dos mesteres serem só doze. Deu o regimento a carta régia de 20 de julho de 1535.

Para a eleição dos doze pelas oitavas do Natal reunir-se-iam os oficiais mecânicos e cada officio escolheria um homem capaz. Se os officios fossem mais de doze ou menos repartir-se-ia a eleição como melhor conviesse. Eleitos os doze escolheriam dois homens em condições para serem os procuradores dos mesteres. Os dois procuradores, aos quais competia requerer as coisas do povo, compareceriam às vereações e dos atos da câmara, com assento apartado da mesa e defronte dela. Os juizes ordinários, vereadores e procuradores do Concelho ao darem os officios ouviriam os dois procuradores dos mesteres mais as pessoas honradas que costumavam andar nos cargos da câmara, e entre todos se resolveria dá-los a quem fôsse mais apto. Também os procuradores dos mesteres estariam presentes e votariam quando se fizessem os contratos de aforamentos, emprazamentos, arrendamentos e outros da competência da Câmara, trespasses e arrecadações da vila; ausentes os dois procuradores esses assuntos não poderiam ser resolvidos. Sem votarem os doze não era lícito à câmara fazer posturas, ordenações, prometer e dar serviços e cargos, e por tenças da sua alçada. Quando se tivesse de tomar contas das receitas e despesas da vila requerer-se-ia aos doze que elegessem uma pessoa

preceder o proveito nem podem distinguir amtre as virtudes moraces soemêe como homêes atonitos cum tumultos e vozes vâas dam clamores de ora escolherem e ora ingeitareem e segundo que aas vezes asi amdam e pois vosa reall Senhoria reconhece todo bem commum e todo virtuoso viver e bom reger e governar de vossos regnos cidades e villas deles com quall iustiça com quall igoalleza com quall rezam pode comsentir que os bôos antiigos cidadãaos e aquelles que grandemente conhecem e comservã voso serviço aiam de padecer sob a fraqueza e mimgoa e pinuria e proveza do entender dos prebeos dos mesteres. Seja vosa mercee remediar tam grave dapno e com tam grande mall notorio que se segue de tall jemte que por seerem mesteres e as cousas de seus officios seerem em seu poder pera os poer em taes preços porque tiram todo o regimento e ordenança porque as cidades e villas eram regidas e governadas e cousa que se per os boos se queira remediar a proveito e bôo regimento da terra nom o comsentem nê outorgam por os Intareces e proveitos que de seus mesteres recebem e asy vosa alteza deve restuir os nobres e boos a fazer seus regimentos nos lugares onde vivem segundo antiigamente fezerã e faram suas ordenaçoees porque seus boos Regimentos se dem a emxeçam mandando que nom estem os mesteres em camaras das cidades e villas e quando os boos e nobres nem fizerem o que compre a regimento da terra vosa Senhoria os mande esfollar per enxemplo e em esto farees Justia e mercee aos nobres que suas fazendas e vidas despêdem por voso serviço e defemsam de vossos regnos. — Resposta — Responde elRey que elles nam stam pera dar voz senam em lixboa, e que quando a ella for entemdera sobrelo como for seu serviço.” — Visconde de Santarém, *Alguns documentos etc.*, 2.^a edição, pág. 170.

que por parte do povo estivesse presente e requeresse o que fôsse de justiça; não sendo eleito êsse representante especial tomar-se-iam as contas sem êle. Quando a câmara se resolvesse mandar procurador à côrte, ou às Casas de Suplicação e do Cível, ou aos corregedores da comarca, bem assim quando houvesse de se lançar finta ou taxa, seriam os dois procuradores dos mesteres chamados para, no primeiro caso, opinarem sôbre o que constituísse a incumbência do enviado e no segundo a fim de assistirem ao lançamento da finta ou taxa. Quando os mesteres necessitassem de escrituras, instrumentos ou cartas testemunháveis de interêsse do povo e concernentes a atos da câmara, o escrivão desta lhes forneceria gratuitamente êsses papéis. Nos casos em que fôsse costume chamar o povo à câmara para coisas do bem comum, passariam a ser chamados apenas os doze, para serem evitados arruídos e escândalos, e lhes caberia dar voz pelo povo; exceto em eleição da câmara, pois todos os eleitores tinham de ser convocados (19).

O dispositivo quanto ao colégio dos mesteres dar voz pelo povo já havia de há muito em Lisboa, por efeito da carta régia de Dom Manuel, de 4 de abril de 1499: “Pelo que nos apontastes na maneira que se tem no dar das vozes em alguns ajuntamentos, que de necessidade às vêzes se fazerem por bem da governança da cidade, e em algumas outras coisas para que convém, hemos por bem e determinamos que nos tais ajuntamentos não haja mais vozes que as dos Vinte e Quatro dos mesteres, e isto no que toca aos do povo porque êstes abastam por êle, e assim se cumpra (20).

O comum era só poderem ser eleitos para a Casa dos Vinte e Quatro maiores de quarenta anos, casados, com passagem por todos os cargos da respectiva bandeira e que reunissem dois têtços dos votos. Os que não exerciam os cargos de juiz do povo, dos quatro procuradores e de escrivão desempenhavam diferentes funções municipais algumas lucrativas e importantes. Só depois de quatro anos do têtmo do mandato podia qualquer um dos Vinte e Quatro ser novamente eleito (21).

Também não podiam ser sufragados os cristãos novos, as pessoas que houvessem sofrido pena infamante (Alvará régio de 22 de outubro

(19) Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, t. III, pág. 203. Por o regimento publicado por Eduardo de Almeida no seu livro *Romagem dos séculos*.

(20) Freire de Oliveira, *Elementos*, t. I, pág. 384.

(21) Idem, t. I, pág. 4, nota.

de 1542) e as que não soubessem ler e escrever (Alvará régio de 28 de novembro de 1567) (22).

Ao cabo de algum tempo a vida interna da Casa dos Vinte e Quatro se tornou confusa quanto à forma da representação das bandeiras e dos officios. Entrementes o rei Dom Manuel dissolvia a de Lisboa em 1506, pelo fato do povo dessa cidade, nesse ano, haver feito grande mortandade de cristãos novos, extinção que considerava merecida punição (23). Mas daí a dois anos, em 1508, pela carta régia de 2 de agosto, o rei, a pedido da rainha Dona Maria, restabeleceu a Casa dos Vinte e Quatro lisboeta (24).

Por já ser muito acentuada a desordem interna da Casa, houve carta régia de Dom João III, a 30 de agosto de 1539, que reorganizou a entidade, pois os representantes já eram vinte e sete. Por essa carta (25) a organização ficou assim: “O officio de S. Jorge, de que é cabeça barbeiros e armeiros, tenham anexos ferradores, espadeiros, pintores, bate-folhas, ferreiros, bainheiros, coronheiros, fundidores de artilharias, guardamecileiros, anzoleiros, furteiros de vasos de sellos, e os que fazem sedeiros, pandeiros, gaiolas, cantineiros, selleiros, lanceiros, bésteiros, freeiros, latoeiros, caldeiros de fazer caldeiras, latoeiros de folha branca, concertores de caldeiras, os que alugam cavalos, mercadores de carvão; nestes todos acima ditos darão dous homens em a dita Casa;

“O officio de São Miguel, o anjo, é cabeça, tem anexos livreiros, boticarios, sirgueiros, azevicheiros e os que corrigem barrêtes, caixeiros, luveiros, masseiros, confeiteiros e os que fazem tecidos, penteeiros, e estes todos acima ditos darão em a Casa dous homens;

“O officio de borzeguineiros e sapateiros e chapinheiros é cabeça, tem annexos curtidores, surradores, odreiros, e estes todos darão em a Casa dous homens;

“O officio de correeiro de obra grossa e delgada é cabeça, tem annexos adargueiros e os que lavram fio, e estes todos darão em a Casa dous homens;

“O officio de tecelão de pano de linho tem annexos colchoeiros, cardadores, e tecelões de seda; estes darão todos em a Casa um só homem e mais não;

“O officio de cericeiro é cabeça; darão em a Casa 2 homens;

(22) Idem, t. VI, pág. 51, n.º 4.

(23) Damião de Góes, *Cronica d'El-Rei Dom Manuel*, p. 1 cap. CIII.

(24) Freire de Oliveira, *Elementos*. t. I, pág. 403.

(25) Idem, t. V, pág. 562.

“O officio de pedreiros e carpinteiros é cabeça, tem annexos torneiros, taapeiros, violeiros; estes darão em Casa 2 homens;

“O officio de foradores é cabeça, tem annexos tintureiros; darão em a Casa 2 homens;

“O officio de alfaiate é cabeça, tem annexos conteiros, carapuceiros e algibebes; estes todos darão em a Casa 2 homens;

“O officio de tanoeiros é cabeça; darão em a Casa 2 homens;

“O officio de cordoeiros da porta de Santa Catarina e da porta da Cruz (26) é juntamente cabeça, tem annexos os esparteiros, por se achar que antigamente assim se costumava; estes todos darão a Casa 2 homens;

“O officio de ourives da prata é cabeça, tinha annexos pichileiros por se achar que assim sohia ser antigamente; dão todos à Casa um só homem e mais não;

“O officio de ourives de ouro é cabeça, tem annexos lapidarios, apartadores e afinadores e os que tratam com pedraria; estes todos darão em a Casa um só homem;

“O officio de oleiro é cabeça, tem annexos telheiros e os que fazem malgas; darão à Casa um só homem e mais não.”

Mas com o andar dos tempos a carta régia deixou de ser cumprida com rigor; motivos diversos trouxeram aos poucos a subversão do regime da Casa, sendo uma das conseqüências mais graves officios importantes estarem fora do colégio e haver enorme desproporção entre o volume das *bandeiras*.

Essa situação levou o juiz do povo Clemente Gonçalves, em 8 de setembro de 1771, a dirigir representação à câmara no sentido desta solicitar ao rei, Dom José, reforma da Casa dos Vinte e Quatro, quanto à distribuição das corporações por bandeiras e ao modo dos officios terem sua representação na Casa, assim se acertando o estado de coisas que há 232 não era objeto de reorganização.

Juntou ao seu minucioso plano três mapas, com a regulação estabelecida por Dom João III, outro com o que propunha (n.º 3) e o restante (n.º 2) com a regulação em vigor, que era : bandeira de São Jorge — barbeiros de barbear e barbeiros de guarnecer (cabeça), ferradores, batefolhas, ferreiros, fundidores de cobre, douradores, seralheiros, cuteleiros, latoeiros de fundição, seleiros, freeiros, espin-

(26) Os cordoeiros da Porta de Santa Catarina eram cordoeiros de linho e os da Porta da Cruz trabalhavam com esparta e material grosso.

gardeiros, bainheiros, coronheiros; São Miguel — sombreireiros, livreiros, seringueiros de chapeões, seringueiros de agulha, conteiros, luveiros, penteeiros; São Crispim — sapateiros (cabeça), untidores, surradores, odreiros; Nossa Senhora da Conceição — correeiro de obra grossa e delgada; Nossa Senhora das Mercês — parteleiros, latoeiros de fôlha branca, latoeiros de fôlha amarela, torneiros; São José — pedreiros e carpinteiros (cabeça), ladrilheiros, entalhador, voleiro, carpinteiro de móveis; São Gonçalo — tosadores, (cabeça), tintureiros, picheiros, confeiteiros, carpinteiros de carruagens; Nossa Senhora das Candeias — alfaiates (cabeça), aljbches, carapuceiros; Nossa Senhora da Encarnação — esparteiros; não embandeirados — tanoeiros, cerieiros, ourives de oiro e lapidários, ourives de prata, lavrantes, oleiros, cordoeiros da porta de Santa Catarina, cordoeiros de esparto (27).

Atendendo ao solicitado veio o “alvará régio com fôrça de lei” de 3 de dezembro de 1771, que deu esta composição às bandeiras: São Jorge — barbeiro de barbear e barbeiros de guarnecer espadas (cabeça), ferradores, batefolhas, ferreiros, fundidores de cobre, douradores, serralheiros, cuteleiros, espingardeiros; São Miguel — livreiros (cabeça), sirgueiros de agulha, sirgueiros de chapéus, luveiros, conteiros, penteeiros, fabricantes de fitas e galões, latoeiros de fundição; São Crispim — sapateiros e curtidores (cabeça), surradores, odreiros; Nossa Senhora da Conceição — correeiros (cabeça), seleiros, freeiros; Nossa Senhora das Mercês — pasteiros, latoeiros de fôlha branca, latoeiros de fôlha amarela, torneiros; São José — pedreiros e carpinteiros de casas (cabeça), canteiros, ladrilhadores, violeiros, São Gonçalo — tosadores, tecelões, esteireiros; Nossa Senhora de Oliveira — confeiteiros (cabeça), carpinteiros de carruagens, picheiros; Nossa Senhora das Candeias — alfaiates (cabeça), algibebes, bainheiros; Nossa Senhora da Encarnação — carpinteiros de móveis, entalhadores, cozinheiros; não tiveram discriminação de bandeira os tanoeiros, cerieiros, ourives de oiro e lapidadores, ourives de prata e lavrantes, oleiros, sombreeiros, cordoeiros de linho, os outros cordoeiros, esparteiros, os quais, entretanto, se faziam representar na Casa dos Vinte e Quatro por escalas (28). Era a aprovação do que o juiz do povo sugerira, apenas sem incluir os tintureiros na bandeira de São Gonçalo e os carapuceiros na de Nossa Senhora das Candeias. Com isso tinha-se a inclusão da bandeira de Nossa Senhora da Oliveira, proposta pelo juiz do povo.

(27) Freire de Oliveira, *Elementos*, t. XVII, pág. 332.

(28) Idem, t. XVII, pág. 351.

Um mapa, que Freire de Oliveira considera feito com muito critério, trabalho de Pedro Alexandre Cavroé de 1840, e publicado no Arquivo Municipal de Lisboa em 1862, no número 132, apresenta esta composição dos ofícios embandeirados, no período de 1620 a 1834 : São Jorge — barbeiro de barbear, barbeiro de guarnecer espadas, fundidor de cobre, ferreiro, serralheiro, ferrador, dourador, bate-fôlha, espingardeiro, couteleiro; São Miguel — livreiro, conteiro, seringueiro de agulha, seringueiro de chapéus, penteiro (incorporado em 1768), luveiro, albardeiro, lateiro de fundição; São Crispim — sapateiro, odreiro, curtidor, surrador; Nossa Senhora da Conceição — correiro, seleiro, freeiro; Nossa Senhora das Mercês — posteiro, torneiro, lateiro de fôlha branca, lateiro de fôlha amarela; Santas Justa e Rufina — olseiro, somreeiro, chocolateiro (não há em 1620); São José — pedreiro, carpinteiro de casas, canteiro, violeiro, ladrilhador; São Gonçalo — tosador (extinto em 1818), vidraceiro, tintureiro, esteireiro, tecelão; Nossa Senhora de Oliveira — confeiteiro, carpinteiro de carruagens (depois de 1620), carpinteiro de jogos de carruagens (depois de 1620), pichelleiro; Nossa Senhora das Candeias — alfaiate, bainheiro, carapuço (findo em 1808), algibebe; Nossa Senhora da Encarnação — carpinteiro de móveis e semblagens, antes dos Filipes denominado “ofício dos carpinteiros da rua das Arcas”, entalhador, coronheiro; ofícios não embandeirados — tanoeiro, corrieiro, ourives de prata, lavrante, ourives de ouro, lapidário, cordoeiro de esparto, esparteiro, cordoeiro de linho (29).

É importante observar que nem todos os ofícios fizeram parte da Casa dos Vinte e Quatro, uns porque não quiseram sujeitar-se a ela outros pelo fato de não possuírem mestres com as qualidades precisas, como recorda o juiz do povo Clemente Gonçalves na referida representação.

Devido à função disciplinadora dos grêmios de ofício teve a Casa dos Vinte e Quatro, naturalmente, o caráter de tribunal. Mas só agia com este sentido corretivo em relação aos ofícios dela participantes, como faz crer a mencionada representação na passagem na qual Clemente Gonçalves diz haver mestres fora da Casa “*porque não quiseram sujeitar-se a este tribunal*”.

A instituição que era a Casa dos Vinte e Quatro também houve no Brasil, embora sem esta denominação. A mais antiga notícia que temos da existência dessa instituição em nosso país data de 1641. Nesse ano, a 21 de maio, reuniu-se a Câmara de Salvador e decidiu que se passam a eleger doze mestres, os quais a seu turno elegiam

um juiz do povo e um escrívão (30). Completava-se, assim, na então capital do Brasil a organização político-administrativa do trabalho, pois o cargo de juiz de ofício já se possuía, do que é prova a verificação de 10 de setembro de 1625 (31), o mais antigo documento baiano conhecido sobre o assunto. Era uma Casa com a metade do número que formava a instituição de Lisboa, redução que igualmente houve em Portugal, como sucedeu em Guimarães. Essa quantidade menor sem dúvida era consequência de serem poucos os artesãos da cidade. Aliás no

(30) Termo que se fez he asento que se fez nesta Camera sobre a eleição dos mestres. — Aos vinte e hum dias do mes de Maio de mil seiscentos he corenta he hum anos da cidade do Salvador he cazas da Camera se uejo averiguar comvinha nesta Republica auer mestres tendo se per muitas vezes tratado he consultado sobre a materia per coanto os negocios desta Republica peresião ordinariamente o gouerno da Republica per senão poder acudir a tudo he asim consultando sobre este negocio os juizes ordinarios que seruem este prezente anno Diogo Monis Teles he Marcos Pinheiro he os vreadores Manoel Masiel Aranha, Saluador Rebelo he Gaspar Pacheco de Castro he o Procurador do Conselho Pedro dOliveira que por muitas uezes requereo en nome deste pouo comvinha se fizesem mestres nele como era costume nas cidades he vilas notauéis de Portugal requerendo juuntamente que Sua Magestade tinha confirmada esta eleição nesta cidade he confirmada por sua Prouisão a coal ueio a esta cidade he se consumio he não quizerão que aparesese pelos respeitoes que lhes pareceo tudo en dano desta Republica he fazendo se diligencias sobre a dita Prouisão se achou notissia certa de auer vindo he asim o declarou Ruy de Carualho Pinheiro proprietario desta ofissio de Escriuão da Camera que então suruia he outras muitas pessoas da gouernansa e pouo. E considerado tudo pelos ditos ofisiaes da Camera chamarão a esta Tribunal todos os ofisiaes dos ofisios que costumão ser elejtos pera mestres com os coaes se comunicou este negoseo he a todos pareseo bem he se conformarão com o que se tinha ordenado dizendo que com este negocio feito sesaria a quejxa que o pouo tinha de andar esta Republica tão mal gouernada sem que os almotaseis posão acudir a emmenda dos vendejros que os almotaseis posão acudir a emmenda dos vendejros que em tanta soltura não dão comprimento as posturas da Camera nem dos almotaseis he asim asentarão entre todos que o numero dos mestres fosem doze he que os doze elegesem hum Juiz do Pouo he hum escriuão pera que todos juntos fizesem como nas maes cidades de Portugal he vilas notauéis se costuma en prouejto dos pouos he Republicas de que se fez este termo en que asinou a Camera Sebastião da Rocha Pitta escriuão da Camera desta cidade o escreui. — (Ass.) Marcos Pinheiro, Manoel Maciel Aranha, Pedro dOliveira, Sauardor Rebello.” — *Documentos históricos do Arquivo Municipal — Atas da Câmara — Prefeitura Municipal de Salvador — Bahia — Vol. 2.º, pág. 14.*

(31) Aos deiz dias domez de Setembro demil, seis centos vinte e cinco annos nesta Cidade do Salvador, eCazas daCamara, seacharão presentes o Juiz Miguel Ferreira Feio, Fellippe Cavalcante eAlbuquerque, eManoel Cardozo do Amaral Vereadores eDiogo SodréFeio Procurador daCidade, etratarão das couzas dobem commum, edespacharam algumas petiçoens, ederão algumas licenças, eassignarão. Ruy Carvalho Pinheiro o escrevi, edeclaro, que forão cha-

pensamento geral havia o número vinte e quatro, o da regra lusitana, tanto que os edis baianos na ata de 21 acentuaram serem doze os mesteres, o que se repete na de 23 (*vide* nota 32); e mais o escrivão na ata de 25 (*vide* nota 35) fala em vinte e quatro, o que é inegável equívoco, como no título do documento registra (32). Não procedem, portanto, alegações como a de Vieira Fazenda (33), de que no Rio

mados os Officiaes curives deprata para Juiz dodito Officio etomandosse os votos, sahio amais votos por Juiz Francisco Vieira, morador nesta Cidade aoqual selhedeo juramento dos Santos Evangelhos para quebem, everdadeiramente sirva o dito Officio, guardando oserviço de Deos, easpartes seo direito, eelle recebeo o dito juramento, eprometeo assim ofazer, eassignou com o Juiz, osobredito escrevi. Miguel Ferreira Feio — Fellippe Cavalcante de Albuquerque — Manoel Cardozo do Amaral — Diogo SodréFeio — Francisco Vieira.” — *Documentos Históricos* etc. — Bahia — Vol. 1.^o, pag. 10.

(32) Termo que (se) fes (da) elejsão dos mesteres com votos dos ofisiaes de todos os ofisios que ha nesta sidade aos vinte e tres dias de Majo 1641 anos. — Aos vinte e tres dias do mes de Majo de mil seis sentos he co-renta he hum anos na sidade do Saluador he cazas da Camera estando juntos os juizes ordinarios Diogo Monis Teles he Marcos Pinheiro he os vreadores Manoel Masiel Aranha he Saluador Rebelo he Gaspar Pachegu de Castro he o Procurador do Conselho que seruem o ano prezente estando juntos em Camera pera fazer a elejsão dos mesteres por eles todos foj mandado laurar hum pregão que todos os ofisiaes que uzasem de ofisios mecanicos desta cidade acodisem a Camera pera se fazer a eleysão dos mesteres como se tinha asentado pera auerem de seruir nesta Republica os coais sendo juntos muita gente dos ditos ofisiaes se fes elejsão dos que auião de seruir que crão doze mesteres he que eles auião depois de feitos eleger hum juiz do pouo com seu escriuão pera darem com estes ofisiaes ayzeczusão o que se asentasse he fose nesenario no proueito do pouo he tomados os votos he limpa a pauta pelos ofisiaes da Camera acoai se fes na forma cunsumada sairão per mesteres depois de eleitos digo dos vinte e coatro que nesta elejsão se reduzirão a doze homens a saber Afonso de Santiago caldejeiro Jorge Barreiros Corejro Domingos Gonçalves alfaiate Antonio Vieira barbeiro Francisco Vieira uriuos Gonçalo Aluares pedreiro Francisco Rodriguez Braga curtidor digo sapateiro Custodio Fernandez tanojeiro Manoel Ferreira barbeiro Balchior Manoel marsineiro Manoel Lourenco ferreiro he Antonio da Fonseca alfaiate e Gonçalo dOliveira pera de todos se faser elejsão de juiz do Pouo escriuão he mesteres se chegar com o numero a treze aos coaes logo no dito dia estando todos juntos se lhes deu juramento digo em vinte he coatro deste mes de Majo pera que debaixo he sob cargo dele bem e uerdadeiramente seruistem os ditos ofisios que receberão da mão do Juiz Marcos Pinheiro he prometerão de assim o fazer de que se fes este termo em que asinarão todes os ofisiaes da Camera asima declarados Sebastião da Rocha Pitta escriuão da Camera o escreui. — (Ass.) Marcos Pinheiro, Manoel Masiel Aranha, Pedro dOliveira, Saluador Rebelo, Jorge Barreiros, Gonçalo dOliveira, Francisco Vieira, Belchior Manoel, Manoel Ferreira, Custodio Fernandez, Francisco Rodrigues, Antonio Vieira, Antonio da Fonseca, Domingos Goncalvez, Gonçalo Alvares, Afonso de Santiago, Francisco Josef”. — *Documentos históricos*, etc. — Bahia — Vol. 2.^o, pag. 16.

(33) Vieira Fazenda, *Antigualhas*, vol. 4.^o, pag. 192.

de Janeiro nem em cidade alguma do Brasil houve Casa dos Vinte e Quatro; tivêmo-la, apenas menor e sem essa denominação. Dois dias depois, a 23, na Casa da Câmara e na presença dos oficiais desta, procedeu-se à eleição dos doze mestres (34). Formado o colégio a 25 êste elegeu (35) o juiz do povo e dois mestres. Logo no mesmo dia trataram mestres e juiz do povo, ainda reunidos na câmara, de a esta pedir casa onde pudessem “juntar o povo” — evidentemente os mestres e mesmo os demais oficiais —, ao que a câmara anuiu concedendo a sua velha sede (36). Destarte : colégio de doze; juiz do povo e dois mestres, que eram os procuradores; e casa para se reunirem. O que tudo, no concernente às eleições, ratificou o rei

(34) Vide (32)

(35) Asento que se fes da elejsão dos mestres que sairão depois de assento (do) ponto (e depois) de sertos da elejsão que todos fizerão de seus elejtos os vinte e coatro do pouo que se reduzirão a doze como parese do ofisios. — Aos vinte e sinco dias do mes de Majo de mil e seis sentos he corenta he hum anos na sidade do Saulador he cazas da Camera de juntarão com os (oficiaes) da Camera e os vinte e coatro pera elegerem Juis do Pouo he mestres he escriuão como se costuma he sendo juntos he recolhidos em huma caza os elejtos pelos ofisiaes da Camera lhes foj dito que fizesem ofisiaes he tomando entre si votos de quem serião os que auião de seruir depois de terem tomado juramento que bem he uerdadeira elegezem as pescas que maes sufisientes fosem he eles o prome tesem se fes a dita elejsão he sajo per Juis do Pouo Gonçalo dOliveira he por mestres Jorge Barejros he Antonio Vieira he per escriuão Antonio da Fonsequa os coaes asejtarão os ditos cargos he debaixo do juramento os tinhão tomado prometerão fazer seu ofisio bem e uerdadeira mente de que se fes este termo que asinarão Sebastião da Rocha Pitta escriuão da Camera o escreui. — (Ass.) Jorge Barreiros, Antonio Vieira, Antonio da Fonseca, Goncalo dOliveira.” — *Documentos históricos etc.* — Bahia — Vol. 2.º, pág. 17.

(36) Têrmo de Vreasão em 25 Majo 1641 anos. — Aos vinte e sinco dias do mes de Majo de mil seis sentos he corenta (he) hum anos da sidade do Saluador he cazas da Camera se acharão prezentes em vreação os ofisiaes dela abaixo asinados he tratarão das couzas do bem comum e asentarão sobre mat (eri)as dele o que comvinha dando despacho as partes das petisões que neste dia meterão he em particular se acabou de auerigoar a elejsão dos mestres requerendo Jorge Barejros he Antonio Vieira que forão os elejtos he sairão da elejsão pedirão aos ofisiaes da Camera lhe nomeasem ou desem cazas pera que coanto fo(se) nesesario juntar o pouo tiuesse a donde o fazer parecendo lhe aos ditos ofisiaes sua petisão justa lhe nomearão a caza que seruió de nela se fazer Camera antes do que se fes noua de que se fes este termo en que todos (assinaram) Sebastião da Rocha Pitta escriuão da Camera o (e)sc(re)ui — (Ass.) Marcos Pinheiro, Manoel Maciel Aran(h)a, S(a)uador Rebello,, Pedro dOliveira.” — *Documentos históricos etc.* — Bahia — Volume 2.º, pág. 18.

pelo Alvará de 28 de maio de 1644 (37). No Rio de Janeiro, documentação sobre assunto é o auto de correição do ouvidor Joan de Sousa de Cardenas, de 16 de abril de 1624, no qual proveu “que esta Camara pessa licença a Sua Magestade para elleger dous mesteres do povo, por haver nesta cidade muito crescimento de gente e de pobreza da terra, que de tudo tem necessidade” (38).

Sendo o juiz do povo, o que o era, um dos eleitos para o colégio dos Vinte e Quatro, ou dos Doze, mesteres e o escolhido para chefiar o grupo e representá-lo como quanto ao Brasil o confirma a documentação baiana acima estudada, onde tiver havido pessoa no exercício dessa função não oferece dúvida que existiu o colégio, tanto mais porque para os artesãos eram indispensáveis os grêmios e as bandeiras dos ofícios para a defesa própria e o amparo ao seu trabalho. Ora várias são as referências em nossa história a juizes do povo, pela relevância de atitudes em fatos importantes, como em Belém, onde aparece um, de nome Diogo Pinto, de que fala Berredo, e em São Luis do Maranhão, aquêle que andou às voltas com o governador Rui Vaz de Siqueira, todos dois juizes em ação no movimento contra os jesuitas em 1661 e 1662. Assim nessas cidades já em meados do século XVII havia o colégio, uma Casa de Doze, porquanto não é de crer fôsse superior ao de Salvador o número dos mesteres.

(37) “Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará virem que havendo respeito ao que pela petição atraz escripta me enviou dizer o Procurador do Povo da Cidade de Salvador Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil em nome dos moradores daquela povoação acerca da confirmação que pede para na Cidade dita haver mesteres e juiz do povo na forma que os ha nas mais Cidades deste Reyno, e as cartas que sobre o mesmo requerimento me escreveram os officiaes da camara da dita Cidade, e o Povo e moradores della. E visto as causas que allegam e a resposta que deu o Doutor Thomé Pinheiro da Veiga procurador da minha Coroa dando-se-lhe de tudo vista. “Hei por bem e me praz de confirmar como por este confirmo e hei por confirmada a eleição que na dita Cidade da Bahia se fez de mesteres e juiz do Povo, e que daqui em diante os haja na forma que os ha nas mais cidades deste Reyno, e com as mesmas insenções e privilegios como em sua petição pedem e pelo que mando ao Governador do Estado do Brasil e a todas as justicas, Officiaes e pessoas a que o conhecimento disto pertencer que cumpram e guardem este Alvará como nelle se contem, o qual se registrará no Livro da Camara da Cidade da Bahia e onde mais fôr necessario, e valerá posto que sem efeito haja de durar mais de um anno sem embargo da Ordenação do Livro 2.º titulo 4.º em contrario Manuel do Couto a faz em Lisboa a 28 de maio de 1644. Este vae por duas vias. — Jacintho Fagundes Bezerra o fez escrever. Rei.” — *Documentos históricos* etc. Vol. 32, pág. 389.

(38) *Auto de Correições dos Ouvidores do Rio de Janeiro*, Prefeitura do Distrito Federal, vol. I, pág. 6.

O CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO PRIMEIRO CARDEAL BRASILEIRO

COMEMORAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO

24 DE JANEIRO DE 1950

Discurso do embaixador José Carlos de Macedo Soares

“O sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, nasceu aos 17 de janeiro de 1850, no Engenho do Fundão, em Cimbres, município de Pesqueira, na então Província de Pernambuco. Era o mais velho dos nove filhos do piedoso casal Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti e dona Marcolina Dorotéia de Albuquerque Cavalcanti.

O jovem Joaquim frequentou, em Cajazeiras, o colégio do padre Rolim, e aos 16 anos seguiu para Roma, onde se internou no Colégio Pio Latino Americano.

Foi ordenado padre, na Basílica de São João do Latrão, aos 4 de abril de 1874 pelo cardeal Constantino Patrizi, vigário geral do Papa Pio IX.

De 1876 a 1880 o padre Joaquim Arcoverde serviu, no Brasil, em vários postos a Dom Vital, arcebispo de Pernambuco.

Apresentado para bispo coadjutor de Dom Luís Antônio dos Santos, arcebispo da Bahia, por decreto de 9 de maio de 1888, o padre Joaquim renunciou a investidura.

Eleito bispo de Goiás, a 20 de junho de 1890, foi sagrado, a 26 de outubro do mesmo ano, na capela do Colégio Pio Latino Americano, em Roma, sendo sagrante o Eminentíssimo Cardeal Mariano Rampolla del Tindaro, o famoso secretário de Estado de Leão XIII, e consagrantes Dom Antônio de Macedo Costa, então arcebispo da Bahia, e Dom Domingos Ferrato, arcebispo de Tessalonica e mais tarde cardeal do Sacro Colégio. Logo depois Dom Joaquim Arco-

verde renunciou a Diocese de Goiás, regressando, em seguida, ao Brasil.

A renúncia do recém-sagrado do sólio episcopal de Goiás, esteve envolta em largo mistério, que só foi desvendado cinco lustros depois da sagração.

Na carta pastoral saudando os seus diocesanos de São Paulo, Dom Joaquim Arcoverde refere-se à renúncia nos seguintes termos : “Como sabeis, fomos sagrados, em 26 de outubro de 1890, bispo de Goiás. E logo depois, por motivos estranhos à nossa vontade, o que do íntimo d'alma deploramos, resignamos, nas mãos do Santo Padre aquela Diocese.”

Teria Dom Joaquim renunciado livremente ? Teria sido convidado a renunciar, por qualquer motivo superior, sepultado nos arquivos impenetráveis da Secretaria de Estado do Vaticano ?

A frase da primeira pastoral do novo antístete de São Paulo “por motivos estranhos à nossa vontade resignamos nas mãos do Santo Padre” aumentou o mistério que envolvera a renúncia do bispo de Goiás.

O cardeal Arcoverde primava pela bondade, pela delicadeza, pela tolerância. Era um espírito compreensivo, sábio e elevado. Encantava todos aquêles que privavam de seu convívio. Aliava à inteligência e à cultura a extraordinária generosidade de um coração voltado para o bem.

Era, então, Dom Joaquim muito reservado e, sabidamente, discreto. Homem de poucas palavras, em se tratando de sua pessoa, jamais conversava sobre seus atos e sobre os acontecimentos de sua vida.

O enigma da renúncia do bispo de Goiás, em 1890, só foi explicado vinte e cinco anos depois, por ocasião de seu jubileu episcopal.

E foi o próprio pontífice da época, o Papa Bento XV, quem, indiretamente, explicou a razão da renúncia de Dom Joaquim, dizendo em carta que lhe dirigiu, felicitando-o :

“Dileto filho. Saudações e benção apostólica. Quando rememorando o passado nos reportamos ao dia em que recebia em Roma a investidura pastoral do rebanho de Cristo, a nós nos parece estar vendo a tua pessoa como se fôra hoje. Estávamos presentes nesta ocasião, e vendo-te comparecer às cerimônias religiosas sem estares bastante forte de saúde — e disto nunca mais nos esqueceremos — nós te apresentamos a par com augúrios de longo e futuro episco-

pado, os votos de pronto restabelecimento e dilatada conservação de saúde.”

Os votos de restabelecimento da saúde do recém-sagrado, preceitos pelo futuro Papa, logo após a sacração, e referidos na carta por ocasião do jubileu de Dom Joaquim, explicava satisfatoriamente a renúncia à diocese longínqua e trabalhosa, cujos nunes não se coadunavam com o precário estado de saúde do futuro bispo de Goiás.

Regræssando ao Brasil Dom Joaquim, a convite do padre João Maria Mantero, dirigiu-se para Itu, onde no famoso Colégio São Luís, dos jesuítas, lecionou, espontâneamente, francês e latim, e se encarregou, nos domingos, da aula de religião.

Foi naquele retiro voluntário que Dom Joaquim Arcoverde recebeu o breve pontifício de 26 de agosto de 1892, instituindo-o bispo titular de Argos, e nomeando-o coadjutor, com futura sucessão do Exm.^o Reverendíssimo Senhor bispo da diocese de São Paulo.

Morto Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, automaticamente o bispo coadjutor Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti subiu ao sôlio episcopal paulopolitano.

A Igreja sabe premiar os bons filhos, aquêles que realmente se esforçam para fazê-la mais forte, mais segura e mais respeitada !

Pela valiosa obra realizada em São Paulo, foi Dom Joaquim transferido para o arcebispado do Rio de Janeiro, onde fez sua entrada solene aos 16 de dezembro de 1897, e onde o alcançou o chapéu cardinalício, que lhe fôra concedido pelo Santo Papa Pio X, em dezembro de 1905.

Dos excelentes serviços prestados ao Brasil e à Igreja por Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti vai vos falar o nosso consócio Sr. Adroaldo Mesquita da Costa, e a sua autorizada palavra, nesta tarde, será grandemente prestigiada pelo mandato que recebeu de quase todos os Institutos Históricos existentes no Brasil.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entendeu de inscrever no seu quadro social o nome do então arcebispo do Rio de Janeiro. Na sessão de 31 de outubro de 1897 foi Dom Joaquim Arcoverde eleito sócio honorário.

Da carta em que o ilustre prelado agradeceu a comunicação que lhe foi feita, destacamos o seguinte trecho : “Agradeço à V. Ex.^a as nobres e generosas palavras com que fez essa comunicação e a fineza de me ter enviado o respectivo diploma; e rogo à V. Ex.^a o obséquio de comunicar a essa veneranda corporação que eu recebi profundamente comovido êste título de que nunca me julguei nem

me julgo digno. Te-lo-ei gravado na memória como um título, sim, de minha profunda gratidão aos distintos cavalheiros que o assinaram, e que se lembraram de meu obscuro nome para honrá-lo e aureolá-lo com tão assinalada distinção.”

Na sessão de 15 de julho de 1898 o arcebispo Dom Joaquim Arcoverde tomou posse no Instituto Histórico.

Saudando o novo confrade, o presidente do sodalício, senhor conselheiro Aquino e Castro, pronunciou um discurso no qual disse :

“É grato relembrar que desta patriótica e literária associação têm feito parte os mais notáveis vultos da respeitável classe a que pertence o preclaro consócio, que vem agora honrar com a sua presença os trabalhos a cargo do Instituto; e a saudosa memória que de seus nomes aqui deixaram os egrégios arcebispos Dom Romualdo, marquês de Santa Cruz, Dom Manuel da Silveira, conde de São Salvador e bispos Dom Antônio Ferreira Viçoso, conde da Conceição, Dom Manuel do Monte, conde de Irajá, e muitos outros consócios, verdadeiras glórias do episcopado brasileiro, sem dúvida será com brilho continuado por quem dignamente ocupa hoje a cadeira ainda há pouco tempo enobrecida pelos sábios arcebispos Dom Antônio de Macedo Costa e Dom João Esberard.”

As palavras do ilustre presidente do Instituto Histórico poderíamos acrescentar que no sólio arquiiepiscopal do Rio de Janeiro, depois do cardeal Arcoverde, sentaram-se dois outros insignes consócios nossos : o cardeal Leme e o eminente purpurado que hoje nos honra com a sua presença.

O arcebispo Dom Joaquim ao tomar posse em nosso sodalício iniciou o seu eloqüente discurso dizendo :

“Honrado sobremodo por vossa benevolência, sinto-me seriamente embaraçado para dirigir-vos a palavra, porque, sendo insigne a distinção com que me honrastes e imenso o meu reconhecimento, faltam-me, no entanto, as palavras e as frases para externá-lo como fôra mister e eu desejara.”

Em seguida Dom Joaquim tece várias considerações em torno do valor dos estudos históricos, entre os quais a seguinte :

“É, senhores, como sabeis, soberanamente útil, nobre e proveitoso o estudo de História, quando iluminado pelos clarões do Evangelho. A relevância dêste estudo procede principalmente de ser êle o estudo do regime da Providência Divina, a qual maravilhosamente dirige os passos de tôdas as gerações humanas sem lhes tolher o preciosíssimo dom da liberdade.”

“Eis porque eu me congratulo comigo mesmo ao pertencer por vossa nímia condescendência, a esta ilustre corporação de patriotas e de sábios.”

Não se limitou Dom Joaquim Arcoverde a fazer o seu longo e conceituoso discurso de posse. Foi êle assíduo freqüentador das sessões do Instituto :

“No ano de 1924 o cardeal Arcoverde completou o quinquagésimo aniversário de sua ordenação sacerdotal. O tempo marcara na sua nobre alma a sua passagem inexorável. O irmão corpo resistia bem, mas a memória enfraquecida e o raciocínio menos seguro haviam exigido um companheiro para as lides episcopais. Já em 1911 Dom Joaquim Arcoverde recebera como bispo auxiliar o grande paulista Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra que, nomeado em 1916 arcebispo de Olinda, esteve em Pernambuco até 1921, quando retornou ao Rio de Janeiro, como arcebispo coadjutor, *com futurae successionis*.

Foi êste grande prelado o auxiliar efficientíssimo, o companheiro zeloso, o amigo dedicado e sempre alerta que permitia na longa enfermidade do primeiro cardeal latino americano, o completo êxito de seu ministério.

A inteligência, a cultura e sobretudo a bondade imensa de Dom Sebastião Leme, principal esteio do sôlio arquiépiscopal, nos últimos anos de vida de Dom Joaquim Arcoverde, permitiram que a êste se applicassem as palavras do Evangelho de São João : “*Pater, quos dedisti mihi custodivi, et nemo ex eis perit*” (Pae, daqueles que confiaste à minha solicitude nenhum pereceu).

Os atos mais convincentes do que as palavras. A narração verídica da vida pública e particular de um indivíduo, mesmo sem adjetivação elogiosa, basta para proporcionar o julgamento que merece. Tomando-a como base é que a História, pela voz da posteridade, pronuncia, inapelavelmente, a sentença definitiva.

Por ocasião do centenário do nascimento de Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro abriu as portas de seu salão nobre para homenagear a memória de seu ilustre membro, o grande antístete do Rio de Janeiro e primeiro cardeal da América Latina.”

Discurso do Professor Pedro Calmon

O sócio benemérito e orador oficial do Instituto passou a apreciar a figura do primeiro cardeal brasileiro exaltando as suas virtudes e digna atitude de tão destacada personalidade. Demorou-se o orador em apreciar o quadro histórico brasileiro e o estreitamento de rela-

ções que o ministro do Exterior, barão do Rio Branco promoveu entre as diversas expressões políticas e sociais, principalmente entre a Igreja e o Estado brasileiro, que se tornara República. Deu à nomeação do primeiro cardeal que teve o Brasil, extraordinária significação, e acompanhou a vida do prelado ao lado da vida do barão do Rio Branco. Passando à apreciação da figura dêsse purpurado brasileiro buscou-a na região de que ela procedia. Estabeleceu paralelo entre êle e os dois pernambucanos, o bispo Dom Vital Costa e Joaquim Nabuco, realçando a gravidade e firmeza da autoridade religiosa de um, a elegância e o elevado espírito de liberdade de outro, e finalmente a austeridade do terceiro, cujo centenário de nascimento se comemorava.

Fazendo uma síntese do que representavam essas três figuras, passou a destacar no título de cardeal Arcoverde, e principalmente na palavra Arcoverde, um timbre de brasilidade, de patriotismo, de amor à sua terra que não deixa de condizer com as qualidades cristãs de um cardeal do Brasil.

Depois de ter realçado vultos brasileiros, o orador passou a recordações pessoais em que aparecia a figura do cardeal Arcoverde, para terminar dizendo da sua emoção tôda vez que diante de uma cidade que se transforma e engrandece no seu rumor de multidão cotidiana, ele fixa os olhos demoradamente, na pureza da quietude de suas linhas e silêncio religioso, da Catedral Metropolitana, edifício cujo remate lembra o nome do cardeal Arcoverde.

Discurso de Sua Eminência o cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, arcebispo de São Paulo

Sua Eminência enalteceu a figura dos oradores que o precederam destacando quanto disseram da figura do eminente prelado. Realçou grandes nomes entre os antepassados do cardeal Arcoverde, ilustres, em todos os sentidos, por expulsarem os herejes do solo brasileiro. Acompanhou-lhe a vida e a significação dos lugares em que serviu. Demorou-se em falar da Bahia. Citou Dom Vital, figura de grande expressão junto de quem o futuro cardeal foi auxiliar. Passou a se referir à vida do purpurado morto, em São Paulo, para depois trazer a público uma recordação expressiva de quando era aluno do terceiro ano do Seminário, em 1905, e que estando na aula de latim de hora e meia, os trabalhos foram interrompidos, os alunos da casa de ensino ancestral todos convocados para saberem a grande nova : o Brasil tinha o seu primeiro cardeal, Dom Joaquim de Arcoverde. Estava êle na cidade. E foram todos incorporados prestar-lhe as primeiras homenagens.

Revendo acontecimentos que alegram a alma de um sacerdote e brasileiro o orador enalteceu a significação da dignidade de cardeal, chamou a atenção para que Dom Joaquim Arcoverde, era o primeiro cardeal da América do Sul. Referiu-se a que hoje são dois os cardeais brasileiros. Insiste na significação de mais de uma púrpura a existir no país e referindo-se à história nacional, à importância das suas regiões aludiu à Bahia, fazendo votos, pedindo a todos que o façam, para que das plagas em que se rezou a primeira missa, em que foi o berço do Brasil, venha um terceiro cardeal, para que a nomeação dos príncipes da Igreja entre a acompanhar a formação da nacionalidade brasileira.

Ao formular êsses votos, foi o orador interrompido por demorada salva de palmas que traduziam o aprêço do povo brasileiro pelos vultos cardinalícios.

O CARDINALATO NO BRASIL

PEDRO MONIZ DE ARACÃO

Anseio dos mais remotos no Brasil, a idéia do cardinalato em nossa pátria quase que nasceu com o próprio grito do Ipiranga.

As demarches iniciais nesse sentido datam de 1830, de quando monsenhor Francisco Moniz Tavares, nosso representante em Roma, em officio n.º 6, de 25 de janeiro do citado ano, indagou do ministro dos estrangeiros, João Carlos Augusto Oyenhausen, marquês de Aracatí, se o imperador Dom Pedro I, no uso das prerrogativas concedidas às nações católicas de primeira ordem, não tencionava pleitear a regalia de nomear um cardeal nacional.

Resultava a presunção dêsse direito da circunstância de, no ato do reconhecimento de nossa Independência, haver a Cúria Romana estendido ao nóvel império todos os privilégios concedidos ao reino de Portugal, entre os quais se arrolava aquêla a que se reportava monsenhor Moniz Tavares.

Respondendo a essa consulta, em 15 de maio de 1830, Miguel Calmon du Pin e Almeida, sucessor de Aracatí, levava ao conhecimento de monsenhor Francisco Vidigal Correia, nessa época responsável pela nossa representação em Roma, que, embora o govêrno *estivesse resolvido a nomear de seu motu próprio* um cardeal nacional, diversas razões, e entre elas as de natureza econômica, desaconselhavam uma ação imediata, mas que, aduzia o futuro marquês de Abrantes, no intuito de ressalvar quaisquer interêsses, contava a coroa com os zelos de seu delegado.

Mais feliz do que Vidigal Correia, a quem havia substituído, o conselheiro Luís Moutinho de Lima Álvares e Silva, demonstrando idêntico empenho ao de seus antecessôres, jubilosamente podia comunicar, a 17 de abril de 1833, ao então barão de Cairu: “Nestas vistas, e tendo debaixo dos olhos o despacho dessa Secretaria de Es-

tado, de 15 de maio de 1830, solicitei e hei conseguido o reconhecimento do direito que deve ter o govêrno brasileiro de nomear a seu prazimento um cardeal nacional.” E a 16 de agôsto, supondo-se, talvez, já vitorioso, adiantava o conselheiro Moutinho que em audiência com o Papa Gregório XVI, êste lhe assegurara que não punha nisso dúvida, indagando-lhe até quem seria o escolhido.

Em 1847, desejoso de ver sagrado príncipe da Igreja um bispo brasileiro. Dom Pedro II, tendo antes o cuidado de ouvir o Conselho de Estado, determinou o reinício das negociações.

Além do valor jurídico do parecer da seção de justiça do referido órgão consultivo, há a destacar no mesmo o valor histórico de um offício de 24 de setembro de 1846, transcrito na íntegra, endereçado a Cairu pelo nosso plenipotenciário em Roma, José Bernardo de Figueiredo.

Minucioso em esclarecimentos, nada escapou aos cuidados de seu signatário, nem mesmo as despesas que acarretaria a nomeação de um cardeal, as quais, incluídas diversas parcelas, importariam na soma de 2.134 escudos romanos e 40 baiocos.

Louvando-se na informação de Bernardo de Figueiredo, que afiançou não haver *documento algum escrito por onde constasse que Sua Santidade tivesse reconhecido em sua majestade, o imperador, como chefe de nação de primeira ordem o direito de nomear um cardeal*, Honório Hermeto Carneiro Leão, posteriormente marquês do Paraná, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Caetano Maria Lopes Gama, finalizando suas conclusões, assim se pronunciavam :

“O direito de nomear cardeais, de que gozam alguns soberanos católicos da Europa, não pode ter para a coroa do Brasil a mesma importância, que alí se lhe atribui : porquanto sendo essa importância derivada da influência que os mesmos soberanos podem exercer na nomeação do santo pontífice por meio dos cardeais que tiverem nomeado, esta influência difficilmente pode caber à côrte brasileira, já pela grande distância que impossibilitará os cardeais brasileiros de concorrerem a tempo para a mencionada eleição, já pela preponderância que necessariamente deverão ter sobre os cardeais brasileiros os das côrtes mais poderosas da Europa. Entretanto êsse direito pode ainda considerar-se apreciável para a côrte de vossa majestade imperial como um acréscimo de prerrogativas, que contribuem para o esplendor do trono, e como dando a vossa majestade imperial mais meios de recompensar os serviços que ao Estado e à Igreja fizeram os eclesiásticos brasileiros, e por isso a seção é de parecer que a Legação Imperial em Roma seja autorizada a negociar com a referida côrte, a

fim de que por ato dela se reconheça em vossa majestade imperial a prerrogativa de nomear um ou mais cardeais, isto ainda quando, pelas razões de economia, não esteja resolvido a exercer imediatamente a dita prerrogativa, conformando-se com a resolução em que se achava sua majestade o imperador e Senhor Dom Pedro Primeiro, segundo se faz menção no despacho n.º 6, de 15 de maio de 1830, dirigido a monsenhor Vidigal, nessa época ministro do Brasil em Roma.”

Se em 1847, atendendo às sugestões do Conselho de Estado, o assunto parecia suspenso, decorridos onze anos, por ocasião da primeira missão a Roma do barão de Penedo, voltaria êle à baila, com uma declaração de Pio IX ao ilustre diplomata, reconhecendo os direitos do Brasil.

Depois dessa entrevista entre Penedo e Pio IX, acontecimentos de suma importância como a guerra do Paraguai, a discussão da lei do ventre livre e sobretudo a questão religiosa parecem haver interrompido os entendimentos.

Informa, entretanto, E. Vilhena de Moraes (1), que após a questão religiosa, como uma reparação a Dom frei Vital, o santo padre Pio IX pretendeu fazê-lo cardeal.

Acrescenta o erudito historiador que, ulteriormente ao se cogitar, mais uma vez, da nomeação de um cardeal brasileiro, e ciente da preferência de Pio IX por Dom Antônio de Macedo Costa, vetou-a o imperador, sugerindo em seu lugar o nome do arcebispo da Bahia.

“Dom Antônio é muito ilustrado, escreveu Dom Pedro II a Pio IX, mas convém que fique no Pará” (2).

É voz corrente que Dom Antônio de Macedo Costa chegou a receber o barrete cardínalico, tendo sido saudado, na sua oração fúnebre “como cardeal da santa Igreja Romana” (3).

Em 1887, interpelado na Câmara pelo deputado Costa Aguiar, que lembrava a conveniência da nomeação de um cardeal brasileiro, já que nações protestantes, como a Austrália e os Estados Unidos, tinham representantes no Sacro Colégio, redarguiu Cotegipe que o seu gabinete, por medida da economia, não podia aceder ao alvitre.

Conseguida a abolição, também João Alfredo voltou as vistas para o assunto, incumbindo Artur de Sousa Correia, nosso ministro na Santa Sé, de *falar sobre o nosso direito de apresentar candidatos ao cardinalato* (4).

“A minha intenção, escreveu o estadista pernambucano, era que o nosso primeiro cardeal fôsse o bispo Dom Pedro de Lacerda, conde de Santa Fé.

Spolvirini percebeu isto, e muito ligado como estava ao bispo Dom Antônio de Macedo Costa, manifestou-se contra.

Falando-me a este respeito em Petrópolis, em termos que significavam : “usarei do meu veto”, eu disse-lhe que não discutia o assunto inoportunamente, quando êle se apresentava adivinhando uma idéia que ainda não tinha sido manifestada, e acrescentei : — Fique o Sr. Internúncio certo de que quando chegar o momento de obrar, o governo usará do seu direito, bem averiguado, com tanto escrúpulo no que diz respeito aos mútuos interesses da Igreja e do Estado, que não haverá objeção justa” (5).

De posse das credenciais do chefe do gabinete de 10 de março, Sousa Correia agiu prontamente, e, em seguida a um encontro com o cardeal Rampola, secretário de Estado, que lhe pediu a remessa de um pequeno *resumo da questão*, teve o prazer de ouvir de Leão XIII palavras de franco acolhimento, acolhimento que, na opinião daquele diplomata, derivava mais da boa vontade do pontífice do que de qualquer direito que nos assistisse.

“A apresentação de cardeais, dizia êle, não creio que esteja compreendida no artigo 102 § 2.º da Constituição; as côrtes que têm êsse direito, invocam antigos privilégios.

A postulação é outra coisa, e toda a nação católica a pode fazer, porque os concílios recomendam a escolha de cardeais em todo o orbe católico.

Era o que fazia antigamente a côrte de Nápoles.

Para a Espanha, e por deferência à rainha, depois da concordata de 1851, o santo padre insinuou ao Núncio que êle designasse os nomes, e assim foram nomeados os de Toledo e Sevilha.

À vista do que fica sucintamente exposto, julgo que não haveria dificuldade para obter da Santa Sé a criação de um ou mais cardeais no Brasil, logo que o governo imperial resolver fazê-lo, mandando-me as instruções necessárias” (6).

Sucedendo, a João Alfredo, o visconde de Ouro Preto, e querendo comemorar com grandes pompas o jubileu do reinado de Dom Pedro II, em 1890, pretendeu incluir nas solenidades, como homenagem das mais justas, a nomeação de um cardeal, que seria, por sua escolha Dom Antônio de Macedo Costa (7).

Na República, no quadriênio de 1898-1902, coube a primazia da iniciativa a Olinto de Magalhães, ministro do Exterior de Campos Sales, o qual, logo em 1899, expediu ordens ao nosso plenipotenciário no Vaticano, J. Augusto Ferreira da Costa, tendentes a alcançar para

um prelado nacional o chapéu cardinalício, tarefa que se tornara das mais difíceis no regime democrático, porquanto não nos podíamos prevalecer de favores especiais de que se valiam velhas monarquias católicas.

Como subsídio histórico da maior importância, torna-se imprescindível a reprodução do seguinte documento :

“Legação dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé — Roma, 5 de fevereiro de 1900 (Confidencial) — Exm.^o Sr. Ministro — Hoje escrevo a V. Ex.^a oficialmente sôbre a minha audiência com Sua Santidade. Não perdi a ocasião de falar-lhe com o mais vivo interesse sôbre a questão do cardialato.

As negociações que eu *iniciara* com o cardeal Rampola *em princípios do ano passado*, e que pareciam tomar bom caminho pela excelente disposição do cardeal secretário do Estado, sofreram bastante com a reunião do concílio latino-americano, porque com a presença dos diversos arcebispos aqui desenvolveu-se uma verdadeira cabala por parte dos candidatos à púrpura, usando cada um de toda a influência com os amigos que possuía no mundo eclesiástico; mas séria tornou-se a situação com a intervenção oficial dos governos do Chile e da República Argentina, pelos seus representantes, pedindo cada um dêles essa elevada honra de príncipe da Igreja, para prelados seus.

A República Argentina está mesmo disposta a fazer uma concordata, segundo me disse o Papa.

Na minha audiência *discuti*, êste é o termo, com sua santidade, sôbre os nossos títulos à preferência dessa distinção, e tive de fazer o histórico das nossas relações com a Santa Sé, desde a emigração da corte portuguesa em 1807, para o Brasil, até a época atual; a todas as observações de sua santidade respondi de maneira clara, e, creio convincente.

A minha longa exposição deixou-me a impressão de haver calado no espírito do santo padre, mas anteriormente já havia procurado o apôio eficaz de dois cardeais que me distinguiam com sua amizade e que são particularmente ouvidos de sua santidade; **todavia não me** limitarei só a êles, e ainda recorrerei a um sacerdote que, privando com o Papa, muito poderá auxiliar e deverei usar de grande discrição para que de nada se apercebam os interessados.

A minha posição é difícil visto não oferecermos as vantagens (que desejaria a Santa Sé e mesmo nossos prelados) que faz a República Argentina e que poderá talvez fazer o Chile, se bem que com maiores dificuldades apesar de se achar, no poder, o partido católico.

Não cesso de exercer tôda a influência que possuo e de que posso aproveitar-me, para o ganho final da nossa causa. Sua Eminência, o *cardeal Rampola que nos é simpático*, nem sempre convence o Papa, o qual, como um espirito lúcido, decide por si e muitas vêzes em opposição ao secretário de Estado.

Não *tenho receio do resultado*, mas não posso deixar de informar V. Ex.^a do verdadeiro estado da questão que exige uma grande vigilância.

Em longuíssima carta, em breve, exporei tôda a questão desde o seu início.

Reitero a V. Ex.^a os protestos de minha alta estima e distinta consideração. — *J. Aug. Ferreira da Costa*" (8).

Além dos impecilhos mencionados, registre-se, também, como indispensável, uma divergência verificada entre o Vaticano e o nosso governo relativamente ao nome a ser escolhido. Ao passo que, pela vontade de Leão XIII, levando em conta a sua alta hierarquia, a preferência deveria recair sobre Dom Tomé, arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, as vistas de Campos Sales se voltavam para Dom Joaquim Arcoverde, arcebispo do Rio de Janeiro, por entender "que o príncipe da Igreja devia ter a sua residência na capital da República..." (9).

Ao assumir, em 1902, a pasta das Relações Exteriores da presidência Rodrigues Alves, o barão do Rio Branco reiniciou a longa série de negociações repetidamente malogradas, tomando por base o direito da América do Sul em se fazer representar no Sacro Colégio, distinção que reclamava para o nosso país em face de sua grande população católica.

Os documentos, mais uma vez, merecem divulgação quase que integral :

"O Papa atual, — escrevia o barão — deve olhar com mais atenção do que os seus predecessores para a **América Latina**. Um ou dois cardeais não bastam. O Brasil deve ter pelo menos dois, e a América espanhola, quatro, se êle quizer tratar os católicos dêste continente como trata os da Europa" (10).

"...muitos títulos dão ao Brasil católico o incontestável direito da primazia na América Latina e até em todo o continente, sem exceptuar os Estados Unidos e o Canadá, mas também porque o ato do santo padre, sobretudo no momento atual, concorreria para consolidar o prestígio do Brasil no mundo, muito particularmente entre os povos nossos vizinhos" (11).

“Não vejo inconveniente em que ao mesmo tempo sejam criados um cardeal argentino e outro chileno. As nossas relações com essas duas Repúblicas são muito estreitas, de sorte que qualquer idéia de rivalidade entre elas deve ser excluída (12).

Em dois despachos, pouco diplomáticos talvez, mas que refletem o empenho com que se empregava, dizia Rio Branco :

“... o que o presidente espera não é a promessa de criação mas sim a criação no próximo consistório” (13).

“A idéia da eternidade faz com que aí considerem coisa insignificante adiamentos de meio século” (14).

Sòmente em 1905, depois de contornar os maiores obstáculos, pôde, finalmente, Rio Branco obter a nomeação do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Joaquim Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque, que foi até a sua morte, em 1930, o primeiro e único cardeal da América Latina.

(1, 2, 3, 7) “O Brasil e o Cardinalato” — “Vozes de Petrópolis”.

(4, 5, 6) Documentos existentes no arquivo do conselheiro João Alfredo.

(8, 9) “Centenário do Presidente Campos Sales”, págs. 107, 110.

(10/14) “Rio Branco”, 2.º volume, Alvaro Lins, págs. 508-510.

COMEMORAÇÃO NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Realizou-se, quinta-feira última, a sessão semanal da Academia Brasileira de Letras, presentes os Srs. Gustavo Barroso, presidente, Peregrino Júnior, secretário geral; Rodrigo Otávio Filho, 1.º secretário; Anibal Freire da Fonseca, 2.º secretário; Afonso Pena Júnior, tesoureiro; A. Carneiro Leão; Ademar Tavares; Aloísio de Castro; Antônio Austregésilo; Ataulfo de Paiva; Celso Vieira; Clementino Fraga; João Neves da Fontoura; José Carlos de Macedo Soares; Levi Carneiro; Luís Edmundo; Manuel Bandeira; Miguel Ozorio de Almeida; Mucio Leão; Olegário Mariano; Pedro Calmon; Viriato Correia e o membro correspondente Padre Serafim Leite.

A sessão realizou-se sob a presidência do Sr. Gustavo Barroso, que, dando início à segunda parte do expediente, referiu-se às comemorações do centenário de Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque, primeiro cardeal da América Latina, de quem traçou admirável perfil, salientando com aplausos, a sessão solene realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à qual — disse o Sr. Gustavo Barroso, “tive o prazer de assistir em companhia do nosso querido Ataulfo de

Paiva, sendo nós ambos distinguidos pelo presidente do Instituto, nosso prezado confrade José Carlos de Macedo Soares, para tomarmos parte na mesa. Depois da evocação feita à figura do eminente príncipe da Igreja, o Sr. Gustavo Barroso recordou as orações proferidas pelos Srs. Adroaldo de Mesquita, ministro da Justiça; Pedro Calmon, magnífico reitor, e cardeal arcebispo de São Paulo, concluindo por felicitar o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pela grandeza dessa solenidade.

A oração do Sr. Gustavo Barroso foi demoradamente aplaudida, tendo o Sr. José Carlos de Macedo Soares, ao agradecer, posto em evidência não só a generosidade do presidente e dos seus queridos companheiros da Academia, ressaltando que em grande parte, o esplendor daquele ato se devia à contribuição dos membros da Casa.

O Sr. Peregrino Júnior disse que se associava aos aplausos proferidos pelo Sr. Gustavo Barroso e, em continuação, passou a referir-se “à figura modelar de Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque”, acentuando “os serviços inestimáveis prestados ao Brasil, em todos os tempos, pelo grande e inesquecível sacerdote”, distinguindo entre tantos “a ação benemerita do então bispo que, nos primórdios da República, por sua sabedoria, contornou admiravelmente a questão religiosa da separação da Igreja e do Estado”, “fato êsse, concluiu o Sr. Peregrino Júnior, que o vinculará para sempre à nossa história e aos nossos louvores”.

O Sr. Pedro Calmon, afirmando que conjugava os seus aos aplausos que acabara de ouvir, discorreu a propósito do Estado leigo; evocou o perfil do grande príncipe da Igreja, relacionando as figuras de vários prelados que engrandeceram não só as letras sagradas, mas igualmente a História do Brasil, celebrando, na sua peroração, a glória do primeiro cardeal brasileiro.

O Sr. Ataúlfo de Paiva iniciou a sua oração, dizendo : Longe estava de imaginar, Sr. presidente, que haveria de tomar parte nesta comemoração, nesta verdadeira consagração à figura do nosso eminente e saudoso cardeal Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque. Devo declarar, inicialmente, que aplaudi e continuo aplaudindo as expressões com que o nosso querido companheiro e presidente Gustavo Barroso se pronunciou em relação à solenidade do Instituto Histórico e Geográfico e à pessoa do seu ilustre presidente, nosso confrade José Carlos de Macedo Soares.”

“Nessa reunião admirável sob todos os aspectos, prosseguiu o orador — excelentemente orientada pelo ilustre presidente do Instituto, nada escapou aos nossos louvores, desde a magnífica ornamentação do ambiente à grandeza dos discursos que ali foram proferidos,

cujos conceitos aplaudi e aplaudo, ainda agora, na exaltação à figura de respeitável príncipe da Igreja, Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque, cujo centenário estamos celebrando.” Em prosseguindo, o Sr. Ataúlfo de Paiva discorreu durante algum tempo, a propósito do cardeal, “o nosso primeiro cardeal de quem mereci a honra de receber pessoalmente, a Rosa de São Gregório, na presença do seu ilustre secretário, monsenhor Pio, em solenidade de que jamais poderei esquecer.” Depois de recordar o perfil e a beleza física “do grande brasileiro e do eminente príncipe da Igreja”, o Sr. Ataúlfo de Paiva relembrou “a imponência, a severidade, a atitude sempre respeitável do inesquecível purpurado a cujo esplendor está ligada a figura do barão do Rio Branco, conquistando para o Brasil a memorável vitória do cardinalato americano.” Após discorrer acêrca “das dificuldades vencidas, graças à habilidade do inolvidável chanceler e graças também aos merecimentos pessoais do eminente prelado, Sr. Ataúlfo de Paiva encerrou o seu discurso, proclamando as virtudes incomparáveis do cardeal Arcoverde, figura primacial da Igreja, no Brasil.”

As últimas palavras do orador foram recebidas sob aplausos gerais.

O Sr. Serafim Leite, associando-se, recordou “o presente régio, emoldurado em rica encadernação, com que fôra distinguido pelo prezado companheiro José Carlos de Macedo Soares, oferecendo-lhe a sua conferência sôbre o cardinalício, lembrança que deseja associar às comemorações do dia de hoje.”

ARTIGO DE VIRGILIO CORRÊA FILHO

As férias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não lhe interromperam de todo as atividades, que ainda continuam a manifestar-se de maneira útil para a comunidade.

A sua sala de leituras, franqueada aos pesquisadores, que podem consultar facilmente a vasta documentação do seu arquivo ou qualquer dos livros que lhe opulentam a biblioteca, permanece acolhedora aos estudiosos.

Nas publicações que lhe patenteiam os esforços culturais, concentram-se as atenções de abnegados consócios, empenhados em compensar o atraso atual dos números da Revista, com o auxílio e solicitude realizadora do operoso diretor da Imprensa Nacional e seus dignos auxiliares. Se não falharem as previsões, dentro dos meses próximos virão a lume os tomos que se acham em composição, bem como os Anais do IV Congresso de História Nacional.

Bastam essas aplicações do concurso coletivo para evidenciar que o Instituto, embora se considere em período de férias, não cessa de trabalhar, como lhe preceitua o programa instituído há mais de um século, em prol da nacionalidade.

Aliás, não se limita, às vezes, a operar à sombra da sua biblioteca e arquivo, quando sucesso extraordinário o força a promover sessão pública, antes do prazo estabelecido pelos Estatutos.

Assim ocorreu na semana derradeira, quando o Brasil comemorou o centenário do nascimento do seu primeiro cardeal, que inaugurou na América do Sul o principado purpurino.

A primazia cardinalícia, entre as repúblicas latino-americanas, conseguida pela hábil diplomacia do barão do Rio Branco, imprimiu realce notável ao nome de Dom Joaquim Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque, a quem a escolha papalina galardoou com as honras nobilitantes.

Para quem já trazia do berço a fidalguia ancestral, não destoaria a insigne magistratura da própria individualidade, educada nos princípios da sua prosapia.

Era Cavalcanti, e de Pernambuco, onde se propalou expressivo conceito que exaltava a categoria de quem se incluísse entre os descendentes do fidalgo italiano transplantado para o Brasil.

Também provinha dos Albuquerque de Portugal, que se ufanavam dos heróis avoengos entre os quais se alistavam os imortalizados no poema da raça.

Eram, porém, componentes forasteiros, a que faltaria o sal da terra, proporcionado pela remota princesa indígena, D. Maria Arco-Verde, enamorada pelo guerreiro branco, de quem se tornou companheira inseparável, depois de o libertar da condenação fatal.

O influxo das tradições da família, espelhantes nos sobrenomes, contribuiu para modelar as feições do filho de Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti e de sua espôsa, Da. Marcolina Dorotéia Cavalcanti de Albuquerque, que se tornaria jatancioso em demasia, caso não lhe ensinasse a religião a humildade dominadora dos assomos do orgulho.

Traços romanos de medalha compunham-lhe a fisionomia, que bem lembrava a influência indígena.

Compostura discreta, com o seu ar de aristocrata, denunciava-lhe a superioridade individual, de filho mimoso da fortuna, cuja trajetória o embaixador José Carlos de Macedo Soares sintetizou a primor, ao abrir a sessão comemorativa que o Instituto, sob a sua presidência, lhe consagrou à memória.

Acompanhou-lhe a brilhante carreira eclesiástica, iniciada na Basílica de São João do Latrão, aos 4 de abril de 1874, quando se ordenou padre, e culminada no Palácio São Joaquim, em que residiu com as honras cardinalícias.

Exaltou-lhe a benemerência, em seguida, o professor Adroaldo Mesquita da Costa, que ali se encontrava, não por chefiar o Ministério da Justiça, mas por delegação dos Institutos Históricos dos Estados, que lhe cometeram a missão de interpretar-lhes os sentimentos de admiração.

E como seja orador acostumado à tribuna, soube aplicar a sua eloquência na exaltação do pernambucano, que tanto se distinguiu entre os seus patrícios.

Quando, cessados os aplausos e Pedro Calmon assomou à tribuna, previa a assistência que não se interromperia o encantamento da cerimônia especial.

Em verdade, a locução do orador oficial do Instituto não destoou da fama que lhe acompanha o nome, de malabarista da palavra.

Exaltou a terra pernambucana, onde aflorou aquêlê vulto singular, que emparceirou a frei Vital, na sua exaltação de fé, comedida em um e intransigente em outro, a ponto de causar grave crise no país.

Também o cotejou com os dois outros contemporâneos inesquecíveis, cujo centenário ainda recentemente o Instituto Histórico festejou de maneira apropriada, mercê da cooperação prestimosa de proficientes conhecedores da vida e obras de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

O antagonismo da sua compleição, mirrada em um e apolínea em outro, não impediu que se irmanassem em mais de uma campanha cívica, especialmente a da abolição, coroada de flores, graças à pregação incessante dos dois inexcedíveis oradores e de seus parceiros de idealismo.

Também à Federação consagraram ambos o seu devotamento capaz de sobrehumanos esforços, embora a preferisse o primeiro à sombra da monarquia, ao passo que o segundo a libertasse de tal sujeição.

Foram exemplares nobilitantes de sua gente, como acentuaram os doutos conferencistas que se fizeram ouvir e aplaudir por numerosa frequência no tradicional recinto do Instituto, por semanas sucessivas, transfigurado em auditório universitário, acolhedor de abalisados sabedores, entre os quais se incluíam magistrados, historiadores, jornalistas, sociólogos e professôres.

Desta vez, porém, diferente se constituia a assistência em que avultavam as eminências das autoridades da Igreja, ali representadas pelo Nuncio Apostólico, monsenhor Carlo Chiarlo, os arcebispos do Rio de Janeiro e de São Paulo, cardeais Dom Jaime Câmara e Dom Carlos Carmelo, o reitor da Universidade Católica, padre Banwart, além de inúmeros religiosos.

O Presidente da República, por não poder comparecer, escolheu o sub-chefe de sua casa civil, Dr. Lopo Coelho, para o representar na sessão que o presidente do Supremo Tribunal, ministro Laudo de Camargo, honrou com a sua presença, assim como o ministro da Justiça, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, além de outras personalidades conspícuas.

Não menos, todavia, se patenteou o entusiasmo com que todos aplaudiram a formosa oração, após a qual a palavra coube ao cardeal Dom Carlos Carmelo.

Pela primeira vez iria falar naquele ambiente venerando e modestamente confessou-se vencido, por succeder ao orador incomparável que é Pedro Calmon, cuja perícia na transmissão verbal de pensamento lhe trouxe à lembrança a fama do uiarapuru, da fabulosa floresta amazônica, ouvido em silêncio pelos companheiros, quando desfere o seu canto mágico.

O prosseguimento da oração, entretanto, contestou-lhe o exórdio.

Não poderia silenciar naquele momento, pois lhe cumpria agradecer tão vivas homenagens, de que se fizeram intérpretes as vozes insignes dos que o precederam, como o presidente perpétuo do Instituto, embaixador José Carlos de Macedo Soares, que traçou fiel retrato do saudoso cardeal, o delegado dos institutos estaduais, ministro Adroaldo Mesquita, em cuja eloquência como que sopram os ventos gaúchos, animando-lhe as expressões admiráveis e Pedro Calmon, da terra de oradores, da Bahia, que deverá dar ao Brasil o terceiro cardeal, se o Vaticano aceitar as razões que lhe assistem para pleitear tamanha dignidade.

De mais a mais, iria recordar as passagens de sua vida, em que exerceu apreciável influência o saudoso cardeal.

Era seminarista em Mariana, quando se interrompeu inesperadamente a sua aula de latim, por ordem superior, para que fôsem todos manifestar o seu aprêço e admiração ao arcebispo Dom Joaquim Arcoverde, por acaso em visita à velha cidade mineira, onde o encontrou a alviçareira notícia da sua elevação ao cardinalato.

Depois, ainda teve ocasião de vê-lo aproximar-se do seu caminho, como à hora da sagração e em outras oportunidades inesquecíveis,

que lhe aumentaram o sentimento de veneração à insigne individualidade.

Jubilosamente aceitara o convite para participar daquela memorável cerimônia, que lhe proporcionou ensêjo de ainda uma vez patentear a incontida admiração por quem sobejamente a mereceu.

Ao terminar, revelou a esperança que afagava, de ver em breve o primaz da Bahia envolto na púrpura cardinalícia, para que se harmonize a honraria religiosa com a relevância histórica do primeiro bispado no Brasil.

Antes que se encerrasse a reunião, o ministro Alfredo Valadão leu a proposta, aprovada sem discrepância, para que o Instituto comemorasse de maneira condigna o centenário de Bernardo de Vasconcelos.

Não de nascimento, como ocorreu com o do cardeal Dom Joaquim Arcoverde, mas de falecimento, quando podia ainda o insigne estadista prestar ao país o concurso da sua inteligência atilada e energia na aplicação de suas concepções político-administrativas.

E assim terminou, com o plano de outra cerimônia consagradora, já no período normal das atividades do Instituto, a que, por exceção, lhe animou o salão nobre, em homenagem a seu insigne sócio honorário.

CONFERÊNCIAS

SEGUNDO CENTENÁRIO DO TRATADO DE MADRID

CONFERÊNCIA PRONUNCIADA A 22 DE MARÇO DE
1950, NO INSTITUTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA MI-
LITAR, PELO GENERAL E. LEITÃO DE CARVALHO

A comemoração do segundo centenário do Tratado de Madrid transporta-nos, em pensamento, da maturidade dos estados americanos, — com sua civilização florescente e seus territórios completamente delimitados, que hoje contemplamos com orgulho — à época em que o interior do continente era ainda a indefinida região, desprovida de fronteiras, varada por incursões de arrojados conquistadores, empenhados, desde a fundação das primeiras feitorias, em destender o domínio das respectivas metrópoles, levando a autoridade dos reis de Portugal e Espanha, do litoral, em que se haviam instalado as primitivas colônias, ao coração da América Meridional.

Com o tempo, perdera-se a noção da linha imaginária, demarcadora das terras pretendidas pelas duas coroas, linha adotada em Tordesillas, como correção ao limite arbitrário traçado na concessão papal, tornando-se pouco a pouco a posse efetiva do “hinterland” o fruto da penetração corajosa de heroicos aventureiros, naturais dos dois reinos ibéricos ou seus descendentes nascidos na América.

O ardor belicoso desses desbravadores das selvas e vasculhadores dos sertões, exercido a princípio contra os aborígenes, não encontrou desde logo resistência, por parte dos seus émulos, a serviço da nação rival na conquista, devido não só às enormes distâncias que de início separavam os centros propulsores da expansão territorial, como à memorável circunstância de haverem ficado as colônias sob o mesmo cetro, durante a reunião das coroas de Portugal e Espanha, constituindo, assim, o desbravamento da América, nesse período, obra de súditos de um mesmo monarca.

Essa fase de sujeição à coroa de Espanha, tão prejudicial aos foros dinásticos e à soberania de Portugal, comprometidos durante

sessenta anos — de 1580 a 1640 — foi, no entanto, vantajosa aos seus domínios da América, pois imprimiu à expansão colonizadora uma amplitude considerável, da qual resultou, em grande parte, a extensão territorial do nosso país, favorecido com enorme área a Oeste do meridiano fixado como limite entre as possessões dos dois reinos.

Nunca se soube ao certo qual a verdadeira situação dêsse meridiano, que devia passar a 370 léguas a Oeste da extremidade mais ocidental da ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde, mas que, apesar de decorrido o primeiro prazo de dez meses, fixado para sua demarcação, prazo renovado pelas duas partes contratantes não chegou a ser demarcado, — entre outros motivos, inerentes às dificuldades técnicas do traçado, no terreno, de um arco de meridiano — pela imprecisão da longitude, dependente da medida escolhida, — a légua — de tão variadas dimensões, em Portugal e Espanha. Na hipótese de ser essa légua de $16 \frac{2}{3}$ ao grau, passaria a linha a $48^{\circ} 35' 25''$ a Oeste de Greenwich, definindo-a, ao Norte, um ponto situado pouco ao Ocidente da atual cidade de Belém, no Pará; e, ao Sul, aquêle em que se encontra a cidade de Laguna, em Santa Catarina, cabendo, assim, à coroa de Portugal, em território americano, o segmento compreendido entre o meridiano, e o oceano Atlântico.

Dividia o Tratado de Tordesillas o mundo em dois hemisférios, por um plano imaginário que cortava o globo terráqueo de polo a polo, passando, como dissemos, a 370 léguas a Oeste da ilha mais ao poente do arquipélago de Cabo Verde, deixando à Espanha, tudo o que ficasse ao Ocidente e a Portugal o que se contivesse no Oriente. Nesse arranjo, meramente formal e teórico, diz Capistrano de Abreu (1), “ninguém sabia o que dava ou recebia, e se ganhava ou perdia com êle no ajuste de contas”. Representava, no entanto, adverte o ilustre historiador brasileiro, “um esforço da diplomacia portuguêsã para atenuar o golpe vibrado pelas Bulas de Alexandre VI na expansão marítima da conquista e comércio, que tão galhardamente ia Portugal levando por diante”.

Nenhum dos Estados da Europa reclamou contra a divisão do mundo feita em Tordesillas (2), apenas Francisco I, ao tomar conhecimento da partilha, irônicamente exclamara: quero conhecer a cláusula do testamento de Adão, que legou a metade do mundo a meu primo o rei de Castela, a outra metade a meu primo o rei de Portugal, e me excluiu da sucessão.

(1) *Capítulos de História Colonial*, pág. 19. Cit. in *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, pág. 60, José Carlos de Macedo Soares.

(2) *Op. cit.* pág. 60.

As incertezas da linha foram provocando reclamações e protestos entre as partes contratantes, sendo a primeira contestação inotivada pela posse das Molucas, ocupadas por portugueses, mas consideradas pelos espanhóis dentro do seu hemisfério. A questão, resolvida pelo acôrdo de Saragoça, de 22 de abril de 1529, teve como consequência pagar Portugal à Espanha uma indenização vultosa, para ficar com as ilhas, e fazer-se a transferência da linha de demarcação na Oceania, para 17º a Este da posição que ocupava.

Tão solene ajuste não foi, no entanto, respeitado: a Espanha ocupou, depois de havê-lo assinado, as ilhas Filipinas, que estavam, como as Molucas, dentro da demarcação portuguesa.

Não se podem atribuir essas violações do contratado à má fé dos monarcas, ou de seus ministros. Também não foram praticadas, com propósito fraudulento, as conquistas portuguesas, a Oeste da linha de Tordesillas, durante o XVII e princípios do XVIII século, "quando, como judiciosamente lembra o barão de Rio Branco (3), os cálculos de longitude não podiam ter a precisão de hoje e ainda não se tinha a medida exata de um grau equatorial".

Mesmo os monarcas espanhóis desconheceraam-lhe o valor imperativo, pois Felipe IV, rei de Espanha e Portugal, ao criar, a 14, de junho de 1637, a capitania do Cabo do Norte, que anexou ao Brasil, deu-lhe por limite setentrional o rio de Vicente Pinzón ou Oiapoque, que corre a Oeste do meridiano da demarcação. Também por instruções suas, diz o nosso grande chanceler, foi que Pedro Teixeira tomou posse, em 16 de agosto de 1639, da margem esquerda do Napo, "estabelecendo ali o limite ocidental das terras da coroa portuguesa ao Norte do Amazonas" (4).

"No mesmo período, continua Rio Branco, os brasileiros de São Paulo, chamados paulistas, prosseguindo em suas expedições pelo interior, expulsaram os espanhóis e seus missionários jesuitas das posições que ocupavam em territórios considerados dentro da demarcação portuguesa: no Alto Paraguai; ao oriente do Paraná, entre o Parapanema e o Iguaçu; e, mais ao Sul, ao oriente do Uruguai."

"A revolução da independência de Portugal em 1640, — prossegue — encontrou o Brasil aumentado no extremo Norte com os territórios que lhe foram anexados pelo rei de Espanha, a Oeste e ao Sul com os conquistados pelos paulistas, mas privado de tódia a zona

(3) *Questões de Limites*. República Argentina, pág. 15.

(4) *Op. cit.*, págs. 17-18.

marítima desde o rio Real até o Maranhão, então ocupada pelos holandeses.”

A restauração da independência de Portugal abriu aos desbravadores ibéricos um período tumultuoso de hostilidades reciprocas, desencadeadas por motivo da expansão territorial, levando espanhóis e portugueses suas incursões até onde lhes era possível, sem atenção ou respeito à linha de demarcação, já esquecida, ou nunca lembrada. O Tratado que reconhecera a independência ao reino lusitano, assinado a 13 de fevereiro de 1668, não estipulara limites às possessões das duas coroas na América, mas apenas a mútua restituição de praças conquistadas durante a guerra, devendo ficar os dois reinos com os limites e confrontações que tinham antes.

Foi na região ao Sul do domínio português, — de melhor clima, mais fácil penetração, onde a conquista espanhola abordara a costa do Atlântico, para subir os rios da bacia do Prata — que as ambições se defrontaram mais acesas, procurando os pioneiros dos dois povos rivais apoderar-se, para as respectivas metrópoles, dos acidentes do terreno mais vantajoso como limites de suas pretensões. Tornou-se aguda a corrida pela posse dos grandes rios, lindes naturais, de fácil defesa, e caminho de acesso para o interior. Os espanhóis do Paraguai, depois de repellidos, pelos paulistas, da margem oriental do Paraná, ao Norte do Iguaçu, haviam se instalado, com suas missões jesuíticas, a Leste do Uruguai, aí construindo seus aldeamentos de índios, conhecidos na história por Sete Povos das Missões. Os portugueses, cumprindo instruções recebidas de Lisboa, ocuparam, por sua vez, em 1680, a margem esquerda do rio da Prata, que reputavam o limite meridional do Brasil, e aí fundaram, quase em frente a Buenos Aires, a Colônia do Sacramento.

A disputa em torno da nova possessão constituiu, durante mais de um século, o excitador de freqüentes reações armadas, seguidas de outras tantas acomodações diplomáticas, desencadeadas ao ritmo em que se manifestavam as desavenças dinásticas das duas metrópoles. Tomado pelos espanhóis e restituído várias vêzes, êsse marco remoto do domínio português, abandonado a si mesmo, na campanha deserta, foi, por outro lado, o poderoso imã que atraiu, para a ocupação do Rio Grande de São Pedro, os colonos da região setentrional do país. Entregue aos portugueses por um tratado, era-lhes arrebatado pelas armas ao primeiro sinal de guerra entre os reinos na Europa.

“Estas continuadas disputas e hostilidades, observa Rio Branco (5), acabaram por convencer aos dois govêrnos de que era conve-

(5) *Op. cit.*, pág. 20.

niente determinar, de modo claro e permanente, os limites dos seus domínios na América e nas Índias Orientais, renunciando a pretensões que o progresso dos conhecimentos geográficos tinha tornado insustentáveis.”

Com êsse promissor objetivo, entabularam-se as negociações que conduziram ao Tratado de Madrid, de 13 de janeiro de 1750, — primeiro acôrdo de limites entre as duas coroas, no qual foi definida, em tôda a sua extensão, a raia divisória dos territórios que possuíam nesta parte da América.

Para levar a têrmo, com resultados proveitosos, semelhante empresa, requeriam-se um sincero desejo de harmonizar, para sempre, os interesses das duas coroas no Novo Mundo, evitando, de futuro, diferenças que degenerassem em conflitos; e um conhecimento seguro dos acidentes do terreno e dos pontos extremos ocupados pelos desbravadores, a fim de traçar uma fronteira inconfundível, reconhecida como legítima, não só nas metrópoles, mas também nos domínios de além mar, onde os representantes dos govêrnos poderiam vir a ser os paladinos da reação, em tôrno dos quais se agregariam todos os descontentamentos supervenientes. E essa elevação de propósitos, apoiada no conhecimento da história e da geografia do continente americano, constituiria uma política tão nova nas relações dos dois países, que pareceria impossível alguém a sugerisse e se empenhasse por sua execução.

Para glória do Brasil, êsse espírito equânime, êsse generoso e humano coração, essa inteligência lúcida, êsse amor à paz, êsse sentimento patriótico, devotado à causa da prosperidade e grandeza do império colonial português na América, possuía-os um dos grandes da nossa história, providencialmente colocado em posição de abrir novos rumos à política internacional daquela época.

Foi êle Alexandre de Gusmão, secretário particular do rei Dom João V, ministro do Conselho de Ultramar e membro da Academia Real de História.

Sua ação inspiradora e orientadora na elaboração do Tratado é hoje reconhecida pelos mais acatados pesquisadores dos acontecimentos históricos, desenrolados naquela fase agitada da vida política das duas nações ibéricas. Rio Branco, na sua *Memória em defesa dos direitos do Brasil na questão das Missões*, afirma que, embora o negociador ostensivo do Tratado, por parte de Portugal, tenha sido o mestre de campo, general Tomás da Silva Teles, visconde de Vila Nova de Cerveira, embaixador extraordinário em Madrid, “quem de fato defen-

deu a causa de Portugal e do Brasil e os interesses bem entendidos da América nesse debate foi o célebre estadista e diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão” (6).

Não se pode, por isso, separar a obra do autor.

* * *

Nasceu Alexandre de Gusmão na cidade de Santos, em maio de 1695. Foi seu pai Francisco Lourenço, cirurgião-mor do presídio instalado de há muito na antiga vila; e sua mãe, dona Maria Álvares. Era o nono dos quatorze filhos do casal, dentre os quais cinco varões se entregaram à vida eclesiástica, vestindo a sotaina de jesuíta ou o burel dos carmelitas e franciscanos; e três moças se recolheram ao convento. Um desses sacerdotes teve grande relêvo na vida pública da metrópole, servindo ao rei em importantes missões, no país e no estrangeiro : foi o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, da Companhia de Jesus, espírito culto, inteligência dotada de superior engenho, a quem se deve a invenção dos aerostatos, que lhe valeu o cognome de “padre voador”.

Explica o visconde de São Leopoldo, um dos mais antigos biógrafos de Alexandre de Gusmão, que o sobrenome adotado pelos dois filhos de Francisco Lourenço, o foi em demonstração de reverência ao venerando jesuíta de igual nome, cujas virtudes rescendiam ainda naquela época em tôda a colônia, cultuadas com zêlo por quantos lhe conheciam o devotamento à educação da infância, de que deixara peregrino testemunho no seminário que ergueu, com êsse fim, na Vila da Cachoeira, quatorze léguas distante da cidade da Bahia.

Revelou o menino Alexandre de Gusmão, desde cedo, sua poderosa inteligência, seu firme caráter e suas suaves maneiras, nenhum condiscípulo, diz aquêl seu biógrafo, o igualando nos primeiros estudos, realizados no colégio da Companhia, em Santos.

Tinha apenas dez anos, quando o padre Bartolomeu, conhecedor dos excepcionais dotes intellectuais do irmão, o chamou para Lisboa e ali o instruiu nas disciplinas fundamentais de humanidades, em que depois sempre sobressaiu — o latim, as línguas vivas, as matemáticas e a física, em que era versadíssimo, o famoso jesuíta.

Sob a proteção de tão valioso preceptor, douto e estimado dos grandes, acatado pelo próprio rei, foi que se desenvolveram o espírito e o caráter do adolescente, em meio ao trato das questões religiosas e de Estado, que dominavam a côrte de Dom João V, em que em

(6) *Op. cit.*, págs. 20-21.

breve teria acesso e luziria como diplomata e estadista. Apenas com vinte anos de idade, e já doutorado em direito civil pela Universidade de Coimbra, vêmo-lo estrear no serviço do reino, acompanhando, na qualidade de secretário, a embaixada portugueza que, sob a direção do conde da Ribeira Grande, Dom Luís Manuel da Câmara, ia representar a corte de Lisboa no ajuste de paz por que ansiava a Europa, depois da longa e tormentosa guerra, provocada pela sucessão ao trono da Espanha.

Abria-se, assim, ao jovem brasileiro um vasto campo de experiência no trato das grandes questões internacionais, e a possibilidade de empreender novos estudos, oportunidades que seu espírito ávido de saber tratou de aproveitar, cursando as aulas da famosa Universidade de Paris. De regresso à pátria, com seu nome aureolado por novos títulos, teve ingresso, em 1719, no corpo docente da Universidade de Coimbra, onde seu domínio do Direito Romano e seu grande conhecimento da legislação portugueza criaram-lhe a reputação de mestre proecto, não obstante a sua pouca idade, pois tinha apenas 24 anos.

O bom desempenho dado à primeira missão no estrangeiro deve ter contribuído para aumentar a confiança do monarca na capacidade política e diplomática do jovem Santista, como prova-o a sua designação, em 1720, para assistir, com outros embaixadores, ao Congresso de Cambray. Interesses mais urgentes da coroa portugueza, levaram, porém, Dom João V a fazê-lo seguir primeiro para Roma, pelo prazo de dois meses, a fim de coadjuvar seu irmão, o padre Bartolomeu, nas negociações em curso no Vaticano, para a obtenção de antigas pretensões de Portugal relativas à criação do patriarcado de Lisboa, ao direito ao padroado e à concessão do título de “Majestade Fidelíssima” aos reis lusitanos, — sonho acalentado no espírito de Dom João V pelo desejo de colocar-se em pé de igualdade com os soberanos da França, Espanha e Áustria, já agraciados pelos papas com títulos honoríficos semelhantes. Essa missão intercorrente, que devia durar tão pouco, prolongou-se, todavia, por vários anos e consagrou, com o êxito alcançado, as excepcionais qualidades de negociador, sagaz e destre, de Alexandre de Gusmão.

A prudência e firmeza que pôs no encaminhamento das pretensões do rei; a finura de espírito e a argumentação persuasiva com que procurou conquistar a cooperação dos altos funcionários da Cúria Romana, — assento de requintada política; suas maneiras suaves e nobres, que lhe permitiam expressar, sem ferir, os direitos de seu rei às pretensões que advogava, elevaram-no a tão alto conceito junto aos papas Clemente XI e Benedito XIV, reinantes durante as negociações, que este último quiz retê-lo para o serviço da Igreja, prometendo-

lhe, com êsse fim, exaltá-lo à dignidade de príncipe romano, honraria então muito pouco concedida e que êle recusou, para conservar-se leal ao seu rei, a quem consultara e se manifestou contrário à aceitação, que o afastaria do serviço do reino.

Em abono à veracidade dêsse fato, invoca o visconde de São Leopoldo as palavras proferidas na Academia da História Portuguesa, em 1754, — menos de um ano após o falecimento do egrégio estadista — pelo consócio Miguel Martins de Araújo, no seu “Elogio Histórico de Gusmão”.

Havia atingido Alexandre de Gusmão, por seus relevantes e discretos serviços à côrte portuguesa, uma situação privilegiada junto a Dom João V. Ainda sem a dignidade dos cargos administrativos, que viria a ocupar, e sem funções ostensivas na máquina governativa, manejou altos negócios públicos, tanto externos como internos, finda sua missão na Cúria Romana.

Sua entrada no serviço do rei, como secretário da embaixada enviada a Paris, em 1715, dera-se quando os negócios estrangeiros estavam a cargo do avisado ministro Diogo de Mendonça Côrte Real, estadista experiente e firme, que emprestou a Portugal uma brilhante situação no cenário político da Europa. Na gestão do cardeal da Mota, que substituiu a Côrte Real, acentuou-se a importância do papel desempenhado por Alexandre de Gusmão na solução dos negócios do Estado, cabendo-lhe, desde 1731, a preparação dos despachos destinados a Roma, bem como, por muitos anos, as relações com as côrtes estrangeiras. Com referência aos assuntos internos, diz o visconde de São Leopoldo, baseado em documentação original, que “a cada passo encontramos, na coleção de seus escritos, cartas de gabinete, assinadas por êle e de ordem do rei, em forma de avisos, sobreponderando o movimento, regulando a ação das diversas autoridades, e das principais corporações do Reino.”

Seus serviços ao rei e ao reino cresceram com o tempo e lhe consolidaram a reputação de competência e habilidade no manejo dos negócios públicos. Pretendido pelo monarca, que voltara atrás da palavra empenhada, nomeando outro para o Conselho Ultramarino, quando lhe havia prometido o cargo, ressentiu-se, mas não murmurou suas queixas aos ouvidos indiferentes ou invejosos dos cortesãos : expressou-as francamente ao seu senhor e rei, perante quem comparou, em memorável documento, os próprios serviços com os do candidato preferido. Foi finalmente nomeado, em 1742, conselheiro de Ultramar, cargo da maior relevância, com que Dom João V. reparava a injustiça anterior, aumentando, a seguir, a confiança que nele depositava, ao provê-lo no de “Escrivão da Pureza”, verdadeiro minis-

tério, pois com êle se lhe entregava a secretaria da Casa de El-Rei, que superintendia todos os assuntos da política interna e externa da monarquia portuguesa. Passou, assim, Alexandre de Gusmão a intervir diretamente nos diferentes setores da administração pública, sendo sua opinião sempre acatada — diz um comentador da história diplomática de Portugal — não só por ser depositário da confiança do rei, mas ainda por seu reconhecido saber e sã o critério, tantas vêzes postos à prova, com brilhantes resultados, desde as vitórias alcançadas nas negociações do Vaticano.

Êsses dois altos cargos iriam proporcionar-lhe ocasiões propícias para prestar valiosos serviços à sua terra natal, — não esquecida no coração do ilustre brasileiro, tantos anos dedicado às mais graves questões relacionadas com a vida política da metrópole. A colônia portuguesa da América foi, então, dotada de vários melhoramentos administrativos, de real importância, devidos a iniciativas suas e a esforços que dispendeu para realizá-las, abrangendo o campo econômico, a política de colonização do Rio Grande do Sul, com famílias açoreanas e a organização da igreja, enriquecida esta com a criação dos bispados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

Suas atividades no Conselho Ultramarino facultaram-lhe o ensejo de estudar, a fundo, os assuntos concernentes à colônia do Brasil, inteirando-se, pela documentação ali existente, dos progressos alcançados na expansão territorial e dos incidentes ocorridos com os rivais espanhóis, entregues a iguais incursões na América do Sul. Pôde, por isso, prestar à política internacional de Dom João V valiosa contribuição, sugerindo a idéia, que levou a efeito, de regular definitivamente as questões pendentes com a corte de Espanha, questões que impediam a implantação de paz duradoura nos domínios americanos das duas coroas.

Em 1735, as relações entre Portugal e Espanha corriam o risco de, mais uma vez, se romperem, atirando os dois povos ibéricos em nova guerra provocada pela recusa do marquês de Grimaldi, ministro de Fernando VI, em cumprir o estipulado no art. VI do Tratado de Utrecht, que mandava restituir a Portugal a Colônia do Sacramento, com o território que lhe pertencia, “no estado em que se acharem ao tempo da publicação da paz”.

Exaltavam-se os ânimos, agravando êsse estado de coisas a quebra das imunidades diplomáticas, inflingida ao embaixador de Portugal na corte de Madrid, Pedro Álvares Cabral. Já preparava o govêrno de Lisboa seus exércitos para marcharem sobre a fronteira, em desagravo à honra do rei e do reino, quando Alexandre de Gusmão, encarregado do expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangei-

ros, inspirado em sua elevada política de conciliação, pediu, para a solução do litígio, os bons officios do rei da Grã-Bretanha, graças aos quais foram salvos pacificamente os interesses das duas nações, sem ofensa ao decôro e à dignidade dos seus soberanos. Os benéficos resultados dessa mediação devem-se à sabedoria com que foram estipuladas as condições a que ela se devia cingir, dirigidas pelo amérito e providente chanceler de Dom João V.

Foi êsse incidente diplomático, provocado pelas divergências das duas côrtes sôbre os limites de seus domínios na América, a causa immediata da memorável iniciativa do nosso ilustre patricio, destinada a promover a colaboração dos dois govêrnos, no sentido de traçarem, de comum acôrdo, a linha geral da fronteira entre suas possessões do Novo Mundo, obra de significação transcendental, cujas vantagens para o Brasil se estenderam até os nossos dias, servindo os marcos divisórios, que então se escolheram, de argumentos decisivos na solução dos litígios, sôbre direitos a determinados territórios, que subsistiram à independência dos povos americanos.

“De há muito, diz o visconde de São Leopoldo, era sentida a necessidade de uma linha geográfica que, prevenindo futuras querelas, estremasse os dois domínios limítrofes, os mais extensos da América Meridional; precisava-se, para isso, superar cûmulos e dificuldades : eram ainda mal explorados os sertões, não bem conhecidos os rios, os montes e tôdas essas balisas naturais e indeléveis, pelas quais convém traçar a demarcação; nem ao menos era líquida e determinada a extensão que, do lado Oeste, tinham as possessões portuguezas”.

A tarefa era de magna importância para o reino, e a decisão do govêrno devia assentar em estudo objetivo e amplo da questão, examinados cuidadosamente os dados históricos e geográficos em que pretendia estribar o seu direito às terras americanas.

Haviam falhado quantos tratados de limites do Brasil entabularam, na côrte de Espanha, em diversas épocas, eminentes embaixadores de Portugal. A nova tentativa, uma vez que o gabinete de Madrid atendera às razões de mútua conveniência, era preciso garantir melhor sorte. Sob os auspícios dessa comunhão de sentimentos e vontades, reconhecida nos propósitos dos monarcas e de seus ministros foi que se encetaram as negociações.

O rei de Portugal ouviu, sôbre tão grave assunto, os homens de Estado e os técnicos de sua confiança, variando os pareceres : opinavam uns que Portugal cedesse à Espanha a Colônia do Sacramento e o território adjacente, e ficasse, em compensação, com a posse do litoral, “desde a foz do rio da Prata, para o Norte, com dez léguas de fundo”; outros aconselhavam se contentassem os portuguezes “com

a costa do mar, do paralelo do forte de São Miguel para o Norte (cêrca de Castillos Pequenos), e, para o interior, até a distância de dez léguas”.

Retrata o visconde de São Leopoldo, de maneira vívida, a ação decisiva do preclaro chanceler de Dom João V, no encaminhamento das negociações que conduziram ao Tratado de Madrid :

“Tais pareceres por mesquinhos, diz êle, não encheram o coração grandioso de Gusmão, nem coadunavam com as doudas investigações e notícias das árduas entradas e posses de seus heróicos patricios ; imbuído nestes incontrastáveis direitos, bosquejou e marcou os pontos capitais, prescreveu as instruções, acompanhou passo a passo as discussões, desempençou as dúvidas que se seguiram ; e bem que se divulgasse que muito influíram para o bom êxito das negociações o ascendente que no ânimo de seu espôso tinha a rainha Dona Maria Bárbara, e o pendor para as vantagens do país de seu nascimento, no que também assentimos, todavia, pelo que nos consta do caráter, duro e fragueiro, do plenipotenciário concorrente — Dom José Carbajal y Lancastre —, nada seria capaz de lhe dobrar a complacência, se principalmente não entrasse aqui a própria convicção”.

Os princípios que serviram de base ao Tratado colocam o estadista brasileiro acima do espírito de sua época, antecedendo, de muito, sua concepção das relações entre os Estados, às mais adiantadas conquistas da vida internacional contemporânea.

Salientando a elevação moral que presidiu à elaboração do famoso acôrdo, diz o barão do Rio Branco que seu estudo “deixa a mais viva e grata impressão da boa fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram êsse ajuste amigável de antigas e mesquinhas querelas, consultando-se unicamente os princípios superiores da razão e da justiça e as conveniências da paz e da civilização da América”.

* * *

Foi o Tratado de Madrid assinado em 13 de janeiro de 1750, tendo representado Portugal nas negociações, e firmado o documento, o general Tomás da Silva Teles, e por parte da Espanha, Dom José Carbajal y Lancastre.

Constituiu êsse memorável acôrdo a primeira tentativa de definição geral dos limites do Brasil. Êle revogou o meridiano de Torde-sillas, escolhido como limite em 1494, bem como a escritura de Saragoça, de 1529, e os tratados de Lisboa, de 1681, e de Utrecht de 1715, todos contendo disposições sôbre a linha divisória dos domínios de Portugal, Espanha e França na América Meridional.

É no preâmbulo do Tratado (7), redigido como quase todo o documento, segundo Rio Branco, por Alexandre de Gusmão, que se espelha o intento dos dois monarcas, Dom João V e Dom Fernando VI, de suprimirem, de futuro, todo pretexto ao enfraquecimento das boas relações de amizade entre Portugal e Espanha, e de afastarem os embaraços que pudessem comprometer a paz entre seus reinos, principalmente os que tivessem por motivo — como ali se declara — “os limites das duas coroas na América, cujas conquistas se têm adiantado com incerteza e dúvida, por se não haverem averiguado até agora os verdadeiros limites daqueles domínios, ou a paragem donde se há de imaginar a linha divisória, que havia de ser o princípio inalterável da demarcação de cada coroa”.

“E considerando as dificuldades invencíveis — continua o Preâmbulo — que se ofereceriam se houvesse de assinalar-se esta linha com o conhecimento prático, que se requer : resolveram examinar as razões e dúvidas, que se oferecessem por ambas as partes, e à vista delas concluir o ajuste com recíproca satisfação e conveniência.”

E cada uma das partes contratantes passou a enumerar os fundamentos de suas pretensões, e os atos do governo contrário que infringiram seus direitos, em face dos acórdos anteriores, nos quais se lhes assegurava o domínio dos territórios coloniais, na América e na Ásia, ocupados por elas ou objeto de suas reivindicações; e a indicar os ajustamentos a fazer e os princípios a aplicar, a fim de se compensarem, mediante cessões ou trocas, os territórios necessários ao estabelecimento de uma fronteira conveniente aos seus domínios.

Alegou a coroa portuguêsá que os espanhóis haviam excedido, em suas conquistas, o hemisfério ocidental, que lhes fôra reservado, pois seus domínios, que deviam estender-se por 180°, ao poente do meridiano de Tordesillas, abrangiam área geográfica superior, na extremidade asiática do Mar do Sul, aí ocupando muito maior espaço do que podia importar qualquer excesso cometido pelos portuguezes, no seu avanço através da América Meridional, ao ocidente da dita linha. E que êsse procedimento dos espanhóis violara o acôrdo de Saragoça, pelo qual a coroa portuguêsá comprara a posse das Molucas, porquanto ficara nêle estabelecido que, se a Espanha consentisse, ou não impedisse aos seus vassallos a navegação para o ocidente da linha asiática, e êles descobrissem, para além dela, ilhas ou terras, estas pertenceriam a Portugal; e, no entanto, navegadores a serviço da coroa de Espanha descobriram as Filipinas e aí se instalaram, contrariando ao convencionado. E que, se a disputa em tôrno dessa infração ao acôr-

(7) José Carlos de Macedo Soares, *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, págs. 135 e seguintes.

do de Saragoça não fôra sustentada pela coroa portugueza, se devia à união, sobrevivida às duas coroas, no ano seguinte; mas que, tendo-se elas separado em 1640, resultara da escritura de Saragoça um novo título, nos direitos de Portugal, à restituição daquelas ilhas, ou equivalente de tudo quanto os espanhóis ali tinham ocupado, contra o capitulado na referida escritura.

“Quanto ao território da margem setentrional do rio da Prata, alegava (a coroa portugueza) que, com o motivo da fundação da Colônia do Sacramento, se excitou uma disputa, entre as duas coroas, sobre limites; a saber, se as terras, em que se fundou aquela praça, estavam ao oriente, ou ao ocidente da linha divisória, determinada em Tordesillas; e, enquanto se decidia essa questão, se concluiu provisionalmente um tratado em Lisboa, a 7 de maio de 1681, no qual se concordou que a referida praça ficasse em poder dos portuguezes; e que nas terras disputadas tivessem o uso e aproveitamento comum com os espanhóis.”

Ora, pelo art. VI da paz de Utrecht, celebrada entre as duas coroas, em 6 de fevereiro de 1715, havia cedido o rei de Espanha toda ação e direito que pudesse ter sobre o território e a Colônia, dando por abolido, em virtude dessa cessão, o tratado provisório, em consequência do que se devia entregar à coroa de Portugal todo o território da disputa. Mas o governador de Buenos Aires pretendeu cumprir essa disposição fazendo entrega somente da praça, sob a alegação de que pelo território entendia apenas o que alcançasse o tiro de canhão partido dela, “reservando para a coroa de Espanha todas as demais terras da questão, nas quais se fundaram depois a Praça de Montevideu e outros estabelecimentos”. E essa interpretação do governador de Buenos Aires fôra totalmente oposta ao que se tinha ajustado, sendo evidente que, por meio de uma cessão, não devia ficar a coroa de Espanha em melhores condições do que antes estava naquilo que cedia; e tendo, pelo Tratado Provisório, ficado ambas as nações com a posse e assistência comum naquelas campanhas, não havia interpretação mais violenta do que supor que, por meio da cessão de sua majestade católica, ficavam elas pertencendo privativamente à sua coroa.

Alegou, finalmente a coroa portugueza, que o território ao norte do rio da Prata tocava a Portugal por título diverso da linha divisória determinada em Tordesillas, isto é, competia-lhe em virtude da transação feita no Tratado de Utrecht, segundo o qual sua majestade católica cedera o direito que lhe advinha da demarcação antiga; por consequência, aquêle território devia ser entregue inteiramente a Portugal, independente das questões decorrentes da violação da referida

linha, com tudo quanto nêle se houvesse fabricado, uma vez que fôra feito em solo alheio.

Lembrava a coroa portugûesa, ao concluir suas alegações, que o rei de Espanha se reservara, no art. VII do Tratado de Utrecht, a liberdade de propor um território equivalente em troca do da Colônia do Sacramento, mas que, tendo decorrido, há muitos anos, o prazo marcado para oferecê-lo, cessava todo pretexto, ou motivo, mesmo aparente, para dilatar-se a entrega do dito território.

A coroa de Espanha, por seu lado, nas alegações que apresentou, diz que a linha imaginária, fixada no Tratado de Tordesillas, devendo correr de Norte a Sul, a trezentas e setenta léguas ao poente das ilhas de Cabo Verde, “todo o terreno que houvesse nas trezentas e setenta léguas, desde as referidas ilhas até o lugar onde se havia de assinalar a linha, pertence a Portugal, e nada mais, por esta parte; porque desde ella para o occidente se hão de contar os cento e oitenta graus da demarcação da Espanha”.

E adverte que, embora não se haja declarado de qual das ilhas de Cabo Verde se devia contar aquelas trezentas e setenta léguas, a dúvida que daí decorre, motivada sobretudo por estarem as ditas ilhas situadas numa zona de quatro e meio graus, Leste-Oeste, ainda quando eliminada, por conceder a Espanha que se começasse a contar as léguas da ilha mais occidental, ou de Santo Antão, alcançaria a linha tão somente a cidade do Pará, e as demais Colônias, ou capitánias portugûesas fundadas antigamente nas costas do Brasil.

Como, porém, a coroa de Portugal havia occupado as duas margens do rio das Amazonas, subindo até a boca do rio Javari, resultava claramente ter penetrado na demarcação de Espanha, em toda a extensão que vai da cidade do Pará à bôca daquele rio “sucendendo o mesmo pelo interior do Brasil com a internação que fez esta coroa até o Cuiabá e Mato Grosso”.

“Pelo que toca à Colônia do Sacramento, alegava que, conforme os mapas mais exatos, não chega com muita differença à bôca do rio da Prata a paragem onde se deveria imaginar a linha; e, conseqüentemente, a referida Colônia, com todo o seu território, cai ao poente dela, e na demarcação de Espanha; sem que obste o novo direito com que a retem a coroa de Portugal, em virtude do Tratado de Utrecht; porquanto nêle se estipulou a restituição por um equivalente; e ainda que a côrte de Espanha o ofereceu dentro do termo prescrito no artigo VII, não o admitiu a de Portugal; por cujo fato ficou prorrogado o termo, sendo, como foi, proporcionado o equivalente; e o não tê-lo admitido foi mais por culpa de Portugal, que de Espanha.”

A conciliação de pretensões tão desencontradas, como as contidas nos alegados das duas coroas, — aferradas aos seus direitos, ou supostos direitos, mas contrariadas por fatos ineludíveis, a cujas conseqüências não era possível fugir — “mostra, como diz Rio Branco, que o espírito de um homem superior e verdadeiro americano presidiu à feitura dêsse Tratado”.

Constitui demonstração luminosa, de edificante boa-fé e alto senso político, a parte do preâmbulo em que o arguto e nobre espírito do ilustre diplomata brasileiro definiu os princípios que serviram de base ao ajustamento das pretensões dos dois reinos, tratando não só de resolver as questões pendentes, mas também de evitá-las para sempre, pondo, assim, em segurança a paz entre as metrópoles e entre seus domínios na América.

A êsse respeito assim se expressa o famoso documento :

“Vistas, e examinadas estas razões pelos dois sereníssimos monarcas, com as réplicas, que se fizeram de uma e outra parte, procedendo com aquela boa fé e sinceridade, que é própria de príncipes tão justos, tão amigos, e parentes, desejando manter os seus vassallos em paz e sossêgo, e reconhecendo as dificuldades e dúvidas, que em todo o tempo fariam embarçada esta contenda, se se houvesse de julgar pelo meio da demarcação acordada em Tordesillas, assim porque se não declarou de qual as ilhas de Cabo Verde se havia de começar a conta das trezentas e setenta léguas, como pela dificuldade de assinalar nas costas da América Meridional os dois pontos, ao Sul e ao Norte, donde havia de principiar a linha; como também pela impossibilidade moral de estabelecer com certeza pelo meio da mesma América uma linha meridiana; e finalmente por outros muitos embaraços, quase invencíveis, que se ofereceriam para conservar sem controvérsia, nem excesso, uma demarcação regulada por linhas meridianas; e considerando, ao mesmo tempo, que os referidos embaraços talvez foram pelo passado a ocasião principal dos excessos, que de uma e outra parte se alegam, e das muitas desordens que perturbaram a quietação dos seus domínios; resolveram pôr termo às disputas passadas e futuras, e esquecer-se, e não usar de tôdas as ações e direitos, que possam pertencer-lhes em virtude dos referidos Tratados de Tordesillas, Lisboa, Utrecht, e da Escritura de Saragoça, ou de outros quaisquer fundamentos, que possam influir na divisão dos seus domínios por Linha Meridiana; e querem que ao diante não se trate mais dela, reduzindo os limites das duas monarquias aos que se assinalarão no presente Tratado; sendo o seu ânimo, que nêle se atenda com cuidado a dois fins”;

“O primeiro, e mais principal é que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para

que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem, e curso dos rios, e os montes mais notáveis.”

“O segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum e para que os confins fiquem, quanto fôr possível, menos sujeitos a controvérsias.”

Em resumo, abolia-se a demarcação pelo meridiano de Tordesillas, baseando-se, para tanto, em razões irrefutáveis; justificavam-se as violações do limite imaginário, com a impossibilidade de o tornar reconhecível no terreno; revogavam-se os compromissos anteriores, relativos à extensão dos domínios das duas coroas na América, fazendo-se, ao mesmo tempo, tábula rasa de tôdas as queixas e reclamações levantadas por uma contra outra, prometendo-se elas, reciprocamente, o completo esquecimento das disputas em curso. E, com uma nítida compreensão das condições a que devia responder a solução prática do problema, fixava-se o critério para o reconhecimento da soberania de cada uma sôbre os imensos territórios em litígio, e para a escolha dos acidentes do terreno que deviam assinalar a linha divisória.

A solução correspondia perfeitamente aos propósitos enunciados, no documento, em nome dos dois monarcas, de manter, para sempre, os vassallos em paz e sossego nas terras do Novo Mundo.

Cada parte ficaria com o que realmente ocupava, respeitando-se, dêsse modo, o avanço, em suas incursões, durante dois séculos e meio, pelos arrojadados desbravadores dos sertões ignotos da América Meridional. Instituiu-se, assim, em princípio definidor da soberania sôbre o terreno, a posse efetiva dêle, naquele momento. Isto é, o “*uti possidetis ita possideatis*”, (como possuis assim possuais), — princípio em que se apoiariam as nações sulamericanas para definirem os limites de seus territórios, após a independência.

Respeitados os pontos extremos a que atingiram os súditos de Portugal e Espanha, em sua penetração no continente, tratar-se-ia, então, de escolher a linha divisória, constituindo-a com acidentes inconfundíveis, — origem e cursos dos rios, e os montes mais notáveis — de maneira a dar a seus domínios limites naturais.

A operação exigia, a fim de levar-se a raia irregular e confusa, formada pelos pontos mais avançados da conquista, aos limites naturais, trocas e concessões de territórios, algumas vêzes de considerável extensão. E tudo se definiu claramente, com surpreendente conhecimento da imensa região central do continente, onde os acidentes geográficos foram escolhidos, por mão de mestre, para constituírem a linha definitiva, com que se garantiria a paz e a segurança entre os

povos nascentes da América, destinados, na aspiração sublime de Alexandre de Gusmão, a viverem em ambiente livre das perigosas competições das metrópoles, na Europa, fontes de tantos sofrimentos.

Essas aspirações expressa-as o art. XXI do Tratado, quando diz que, “sendo a guerra ocasião principal dos abusos, e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas, querem suas majestades fidelíssima e católica, que se (o que Deus não permita) se chegasse a romper entre as duas coroas, se mantenham em paz os vassallos de ambas, estabelecidos em tôda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvera tal guerra entre os soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos com os seus aliados. E os motores e cabos de qualquer invasão, por leve que seja, serão castigados com pena de morte irremissível; e qualquer preza que fizerem, será restituída de boa fé, e inteiramente”.

A linha divisória descrita no Tratado está dividida em trechos, contidos nos artigos de números IV a IX.

Ela parte, segundo o art. IV, de Castilhos Grandes, perto da entrada do rio da Prata, e segue pelas lombadas que separam as águas que correm para a lagoa Mirim e Rio Grande, das que vão para o rio da Prata e o rio Negro, até alcançar a nascente principal do Ibicuí. E desce por êste rio até sua confluência na margem esquerda, ou oriental do Uruguai.

Sobe (art. V) da bôca do Ibicuí, pelo álveo do Uruguai, até encontrar o rio Pepiri, ou Pequiri, afluente da margem direita do Uruguai, continuando pelo seu álveo acima até sua origem principal; e, pelo mais alto do terreno, prossegue até a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboque no rio Grande de Curitiba, ou Iguaçu. Desce pelo álveo dêste rio mais vizinho da origem do Pepiri, depois pelo do Iguaçu, até sua embocadura no Paraná, sobe pelo álveo dêste rio até onde se lhe junta por sua margem ocidental o rio Iguereí.

Da bôca do Iguereí, diz o art. VI, rumo pelo seu álveo acima, até encontrar-lhe a origem principal, a partir da qual se dirige, em linha reta, pelo mais alto do terreno, à cabeceira principal do rio mais vizinho que desague no Paraguai por sua margem oriental, rio que os signatários do Tratado admitiam fôsse o Corrientes, e baixa por seu álveo até a entrada no Paraguai, a partir de onde sobe por seu canal principal, até os pântanos da Lagoa dos Xarais, e, daí, atravessando-a, até a bôca do rio Jauru.

Pelo art. VII, a linha divisória continua, da bôca do Jauru, em linha reta, até a margem austral do rio Guaporé, defronte da bôca

do rio Sararé, seu afluente da margem setentrional, consentindo, porém, as partes contratantes se ajuste a raia a limites naturais mais cômodos, se os demarcadores encontrassem, entre o Jauru e o Guaporé, outros rios preferíveis, desde que a navegação do Jauru ficasse privativa dos portugueses, sendo para isso autorizada aos demarcadores a troca de pequenas porções de território.

Do lugar assinalado, na margem austral do Guaporé, para termo da raia, correria a fronteira por todo o curso dêsse rio até mais abaixo da sua união com o rio Mamoré, que nasce na Província de Santa Cruz de la Sierra e atravessa a missão dos Moxos, e formam juntos o rio Madeira, que entra no Amazonas, ou Maranhão, por sua margem austral.

Estipula o art. VIII que a linha baixará pelo álveo dêsses dois rios, já unidos, até um ponto situado a igual distância do Amazonas e da bôca do Mamoré, e, a partir daí, continuará por uma linha Leste-Oeste, até encontrar com a margem oriental do Javari, baixando, depois, pelo álveo dêste, até sua entrada no Amazonas, prosseguindo por êle até a bôca mais ocidental do Japurá, afluente de sua margem setentrional.

Finalmente, o art. IX descreve o último trecho da linha, dizendo que ela continuará pelo meio do rio Japurá e dos demais rios que a êle se juntarem e mais se chegarem ao rumo do Norte, até atingir o alto da cordilheira de Montes que medeiam entre o Orinoco e o Amazonas, prosseguindo pelo cume dêsses Montes, em direção ao Oriente, até onde se estender o domínio de uma e outra monarquia. E determina que as pessoas nomeadas, por ambas as coroas, para estabelecerem os limites, segundo o estipulado no referido artigo, tenham particular cuidado no assinalar a fronteira nessa parte, subindo pelo álveo da boca mais ocidental do Japurá, de sorte que se deixem cobertos os estabelecimentos que na ocasião tenham os portugueses nas margens dêsse rio e do Negro, assim como a comunicação ou canal de que se servem entre os dois rios, não se facultando aos espanhóis, sob interpretação ou pretexto algum, se venham introduzir nêle ou na aludida comunicação. Nem possam os portugueses subir para o rio Orinoco, ou se estender para as províncias povoadas por Espanha, nem para os despovoados que lhe hão de pertencer, conforme o prescrito no Tratado.

Prevendo, não obstante, os obstáculos com que deparariam os demarcadores, nessa parte da fronteira, para assinalá-la com os principais acidentes do terreno, de forma que corresse por limites naturais, facilmente identificáveis, determinava o artigo IX, *in fine*, que a fronteira devia seguir pelos lagos e rios, endireitando-se, quando

se pudesse, para a parte do Norte, “sem reparar no pouco mais ou menos que ficasse”, a uma outra coroa, contanto que se lograssem os fins desejados.

Graças ao ambiente favorável criado pela habilidade diplomática de Alexandre de Gusmão, e à inteligência e conhecimento de causa com que orientou as negociações na corte de Madrid, chegaram Portugal e Espanha a resolver o intrincado problema da definição dos limites de seus domínios da América, — obra genial de que resultou a “fixação jurídica da configuração territorial do Brasil”, como, com propriedade, denomina o ilustre historiador José Carlos de Macedo Soares o traçado da linha divisória consignada no acôrdo.

Acompanhando-se, com efeito, a raia descrita, verifica-se que, nas suas grandes linhas, ela debuxa, com grande exatidão, a fisionomia geográfica do nosso país, alterada apenas, aqui e ali, com as perdas e anexações impostas pelos acontecimentos históricos diretamente ligados à situação resultante da falta de execução do Tratado, concebido com tão elevados propósitos, mas anulado em seus principais efeitos por uma opposição tão injustificável quão eficaz, movida não só na corte de Espanha, o que seria de esperar, mas na de Portugal, a quem aproveitara a inestimável vitória de seu grande advogado.

Estava, porém, escrito no livro do destino, que o Brasil, o mais favorecido no famoso pleito, haveria de colher os resultados prometidos pelo esforço tenaz e esclarecido de seu ilustre filho.

Assim, na região Sul da colônia, onde o contacto mais íntimo, entre espanhóis e portugueses, acirrava os ânimos e transformava os litígios sobre direitos aos territórios em conflitos armados, ofereceu o Tratado uma solução defensável, que o tempo não sancionou por completo :

Na margem setentrional do rio da Prata, cedeu a coroa de Portugal à de Espanha, para sempre, a colônia do Sacramento (art. XIII) e todo o território adjacente, até a linha indicada no art. IV, isto é, até o limite traçado de Castillo Grande às nascentes do Ibicuí, ficando para a Espanha o território da atual República Oriental do Uruguai e a vasta região a Oeste e ao Sul do Ibicuí, hoje parte integrante do nosso país; renunciava, por essa forma, a monarquia portuguesa o direito que lhe advinha do tratado provisional de 7º de maio de 1681, e a posse que lhe pudesse tocar, em virtude dos artigos V e VI do Tratado de Utrecht, ou por qualquer outra convenção, título ou fundamento.

A coroa de Espanha (art. XIV) cedía, para sempre, à de Portugal tôdas as terras que ocupava, por qualquer título ou direito.

desde o Monte de Castillo Grande e sua fralda meridional e a costa do mar, até a cabeceira ou origem principal do Ibicuí, e também as povoações e estabelecimentos fundados por ela no ângulo de terras compreendido entre a margem setentrional do rio Ibicuí e a oriental do Uruguai, e os que pudessem ter sido criados na margem oriental do Pepiri.

Com exceção do quadrilátero ao Sul do Ibicuí, entre o Uruguai, o Santa Maria e o Quaraim, que veio a fazer parte do território brasileiro, são os limites que prevaleceram através da história.

Cedia igualmente a coroa espanhola, na margem oriental do rio Guaporé, a Aldeia de Santa Rosa e qualquer outra que ali tivesse estabelecido.

A coroa portugueza cedia, da mesma forma, à Espanha, todo o território que corre desde a bôca ocidental do rio Japurá, entre o álveo deste rio e o do Amazonas; navegação do rio Içá e tudo o que segue deste último rio para o Ocidente, com a aldeia de São Cristóvão e qualquer outro que, por parte de Portugal, se tenha fundado naquele espaço de terras.

Tôdas as regras a aplicar para a entrega dos bens cedidos por ambas as coroas, com especificação do tratamento a dar às guarnições militares, seus homens, suas armas, suas munições, assim como aos moradores e seus haveres, encontram-se, — refletindo o espírito de concórdia que inspirava a ação do secretário particular de Dom João V, — nos artigos XV e XVI do Tratado, redigidos com a mesma objetividade que presidiu a tôda a sua feitura.

Baseada a linha divisória em dados e informações sobre uma imensa região, só indiretamente conhecida dos negociadores, deram êles, no art. XXII do Tratado, aos comissários que deviam proceder à demarcação, o encargo de determinar, com a maior precisão, sem que subsistisse a menor dúvida, os lugares por onde teria de passar a raia, nas partes não nomeadas e especificadas distintamente nos artigos do importante documento. Competia-lhes visitar tôda a extensão da linha convencionada, para ajustarem, com as necessárias distinção e clareza, as paragens por onde havia de correr a demarcação, pondo marcos nos pontos que lhes parecessem convenientes, prescrevendo taxativamente o art. XXII, que o que deixassem de ajustar não prejudicaria de sorte alguma o estipulado no Tratado, o qual, “independentemente disso — como ali se diz — ficará firme e inviolável nas suas cláusulas e determinações, servindo no futuro de regra fixa perpétua e inalterável, para os confins do domínio das duas coroas”.

Estava tudo preparado para imprimir-se vida efetiva à grandiosa construção política concebida por Alexandre de Gusmão, de acôrdo com a qual se dariam limites naturais inconfundíveis às possessões

portuguêsas e espanholas nesta parte do continente, e se manteriam permanentemente em paz os seus vassallos da América, mesmo quando as metrópoles entrassem em guerra.

Mas os acontecimentos históricos não são comandados pelos homens, e por mais clarividentes que sejam aquêles que procuram dirigir o destino dos povos, as forças imprevisíveis do acaso, ou os designios insondáveis da Divina Providência imprimem muitas vêzes orientações diferentes às criações mais bem arquitetadas e consideradas definitivas pela ambição, mesmo a mais nobre, dos responsáveis pelo govêrno das nações.

Uma confirmação dessa verdade é o que aconteceu à grande obra e ao seu principal autor.

Poucos meses depois da assinatura do Tratado faleceu Dom João V e subiu ao trono de Portugal, em 3 de julho de 1750, Dom José I, e mudou-se, por completo, nas duas côrtes, o ambiente de compreensão e concórdia, que presidira à elaboração do acôrdo, transformado numa atmosfera de generalizada opposição, sustentada com tenaz aggressividade por elementos poderosos de diferentes setores, dentro e fora do país, todos empenhados em anular o instrumento com que se pretendia resolver um dos problemas mais complexos e de mais extensas consequências jamais apresentados à sabedoria e intelligência dos homens de govêrno, — obra louvada e exaltada por publicistas de vários países e considerada um exemplo magnífico da grandeza de alma de dois poderosos monarcas, compenetrados dos sagrados deveres que os obrigavam a promover a paz e a segurança entre seus vassallos e a abolir para sempre as causas das lutas freqüentes em que se viam envolvidos.

Eram, assim, sacrificados, numa campanha inglória, as razões e os argumentos invocados, com tamanho êxito, para justificar o estabelecimento de uma paz estável entre as nações ibéricas e entre seus domínios na América, razões e argumentos agora taxados de illusórios e infundados, comprometedores dos interesses de Portugal, impondo-se, na opinião dos demolidores da majestosa obra, a anulação do resolvido, à custa de tantos esforços, havia pouco tempo.

Colocou-se em defesa do Tratado Alexandre de Gusmão, que respondeu ao ataque dos inimigos com a sua impugnação, datada de Lisboa aos 8 de setembro de 1751. Na opinião do visconde de São Leopoldo, que a leu, nada nela ficou a desejar : “vigor e solidez de princípios, vasta erudição no desenvolvimento da matéria, evidência irresistível nas conclusões”.

A luta se travou desde logo em tôrno da nomeação das comissões demarcadoras, pleiteada com empenho por Gusmão e combatida pelos adversários do Tratado.

Em Madrid, Tomás da Silva Teles e José Carbajal y Lancastre prosseguiram, no entanto, em sua grave tarefa, subscrevendo, a 17 de janeiro de 1751, as “Instruções” que deviam presidir ao trabalho dos demarcadores.

Eram essas instruções completadas por disposições de protocolos independentes, destinados a regular o procedimento dos comissários dos dois países, no caso de haver resistência à execução do Tratado por parte dos índios das Missões Jesuítas da Margem oriental do Uruguai; a prorrogar, por um ano, o prazo para a entrega dos territórios cedidos; e a advertir os demarcadores contra as possíveis inexactidões do mapa utilizado durante as negociações e que serviu de base à fixação dos limites.

Foram, afinal, nomeados, ainda no ano de 1751, pelos dois governos, os comissários encarregados da demarcação.

“Já então, diz o barão do Rio Branco, era grande a oposição que encontrava o Tratado de Limites.

“Os jesuitas do Paraguai dirigiam representações ao rei de Espanha e ao vice-rei do Peru, reclamando contra a cessão das sete Missões ao Oriente do Uruguai, e pedindo ao rei que reconsiderasse o seu ato.”

Por outro lado, continua o nosso grande chanceler, os jesuitas de Portugal, cumprindo as ordens recebidas do prefeito geral em Roma, empregavam tôda a sua influência na côrte de Lisboa para obter de Dom José I a anulação do Tratado.

“Também os negociantes portugueses e inglêses, assinala Rio Branco, interessados no comércio da Colônia do Sacramento, levantavam grandes clamores contra a ajustada entrega dêsse posto e cidade aos espanhóis, e o general Vasconcelos, que defendera vitoriosamente a mesma praça durante o assédio de 1735 a 1737, tentava demonstrar, em um parecer, que o Tratado muito prejudicava os interesses de Portugal e punha em perigo a segurança dos seus domínios na América.”

“Foi sob êsses maus auspícios, conclui, irritada nos dois países a opinião pública contra o Tratado, que se procurou dar comêço à sua execução, tornando efetiva a entrega dos territórios cedidos e o levantamento e demarcação das fronteiras.”

Os trabalhos seguiram lentamente, interrompidos, na seção Sul da linha divisória, em 1754, pela rebelião dos índios das Missões. Outras dificuldades surgiram por ocasião do reconhecimento e caracterização dos demais trechos da linha, a cargo da Comissão do Sul.

De forma que só em 1759 pôde ter comêço a exploração da parte compreendida entre a bôca do Ibicui e a margem oriental do Paraná, em frente ao rio Igurei. De dificuldade em dificuldade, foram-se acumulando os obstáculos erguidos contra a execução da grande obra idealizada e com tanto afinco defendida por Alexandre de Gusmão. Obra afinal anulada, a 12 de fevereiro de 1761, pelo Tratado de El Pardo assinado por Dom José I, de Portugal, e Dom Carlos III, de Espanha, em que se mandou fôsssem observados, com relação aos limites dos domínios dos dois reinos na América, os tratados anteriores, os quais, como vimos, estavam desde muito caducos, por seu desacôrdo com a realidade geográfica de suas colônias, cujos territórios se haviam configurado graças ao impulso heróico dos conquistadores, sem atenção ou respeito às medidas convencionadas pelas metrópoles.

Não assistiu Alexandre de Gusmão ao desmoronar de seu grande e generoso sonho. Faleceu em 1753, longe da côrte, curtido de sofrimentos, a que o destino não o poupou nos últimos tempos de sua fecunda e nobre existência. Seu gênio político, seus elevados sentimentos de amor à humanidade, seu profundo interêsse pela terra que lhe serviu de bêrço, collocaram-no à altura dos grandes servidores das duas pátrias irmãs. E seus manes, ao contemplarem a vastidão territorial do Brasil, definida pelos acidentes do terreno que escolheu para modelar-lhe a fisionomia geográfica, hão de sentir-se orgulhosos do muito, do tudo que fez pelo Brasil.

Cabe a êste, agora, pagar-lhe esta dívida de gratidão, proclamando-o, pelo órgão governamental competente, “Brasileiro Benemérito”, collocando-o, assim, ao lado de Rio Branco, seu êmulo e sucessor.

JOAQUIM NABUCO, O EVANGELISTA DA ABOLIÇÃO (*)

ALFREDO VALLADÃO

Entre os títulos que exornam a extraordinária figura de Joaquim Nabuco, de que se orgulha o Brasil, sobrepõe-se o do evangelista da Abolição.

Grande em nossas letras, em nossa oratória, em nossa historiografia, em nossa diplomacia, ela ainda é maior quando encarada por esse prisma.

E a respeito, ninguém mais indicado para exaltá-la do que o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.

Desta Casa gloriosa e secular, partiram desassombrados, brilhantes e sucessivos protestos, contra a maldita instituição, afinal banida a 13 de maio de 1888, em desagravo da civilização do Brasil.

Ele próprio, Joaquim Nabuco, o afirmou na sua obra *Um Estadista do Império*, com estas palavras: "Será sempre a honra do Instituto dos Advogados poder dizer que a série de seus primeiros Presidentes (como mais tarde os que se lhes seguiram, Nabuco e Saldanha Marinho), Montezuma, Carvalho Moreira, Caetano Alberto Soares, Urbano Pessoa, Perdigão Malheiro, quando ainda fora não se tratava de emancipação, foi toda de abolicionistas. Numa época em que o princípio da escravidão era acatado por todos como um mistério sagrado, aqueles nomes representam o protesto solidário do Direito".

E nenhum desses presidentes protestou mais alto, aqui ou fora daqui, do que Perdigão Malheiro, com o notável discurso proferido nesta casa, em sessão magna de 7 de setembro de 1863, sobre o tema — *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre os escravos*, e a mo-

(*) Conferência realizada pelo ministro Alfredo Valladão, no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, em sessão do dia 1 de setembro de 1949.

numental obra que a seguir escreveu, *A Escravidão no Brasil*, e modestamente sub-intitulou *Ensaio histórico, jurídico e social*.

Pôde ainda o próprio Joaquim Nabuco consagrá-lo o Jurisconsulto da Abolição, ao proclamar : “Quando o problema da emancipação é discutido no Conselho de Estado em 1868, nenhuma medida aí foi lembrada que não figurasse na obra de Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil*, o grande manancial onde todos foram se prover, e neste sentido é êste o livro mais fecundo e benfazejo que se tem escrito no Brasil”.

E ao estímulo de sócio do Instituto, e dos mais antigos que hoje se contam, outro se reúne conduzindo-me a esta tribuna, para falar sobre a figura de Joaquim Nabuco, especialmente encarada sob êsse aspecto, do Evangelista da Abolição.

Desvanço-me de ser conterrâneo de Perdigão Malheiro, de haver nascido na querida e gloriosa Campanha da Princesa, cuja história, como aqui já pude dizer, é tão vasta que para escrevê-la tive de organizar quatro volumes, e tão alta que escrevê-la era, como fiz, escrever a cada momento páginas da própria história de nossa Pátria, pelos fatos ocorridos naquele abençoado torrão ou fora dêle por obra de seus filhos ilustres.

E nessas páginas coube-me pôr em foco a mesma grande figura de Perdigão Malheiro, estudando-a com o devido desenvolvimento, sob os seus diversos aspectos : o maior de nossos jurisconsultos da sua época, em seguida a Teixeira de Freitas, como pôde significar Lafaiete ; o eminente parlamentar, historiador, sociólogo e humanista ; o presidente dos maiores que têm passado por esta Casa, como deixou visto Sá Viana ; e, sobretudo, o Jurisconsulto da Abolição.

Não foi, porém, apenas em tórno da figura de Perdigão Malheiro que, na história de minha terra natal, tive de versar o assunto da Abolição pelo que respeita a fatos que repercutiram grandemente no cenário do Brasil, o que no momento interessa.

Pertence à antiga freguesia da Campanha do Rio Verde, mais tarde, em 1798, elevada a vila da Campanha da Princesa, um dos quadros mais empolgantes da Inconfidência, o qual estudei também desenvolvidamente, o dessa trindade que aí residia, constituindo o lar mais feliz, mais culto, e de maiores sentimentos cívicos, que se apontava na capitania de Minas Gerais, e talvez no Brasil : Alvarenga Peixoto, o vate luminoso do *Canto Genetliaco*, Bárbara Heliodora, a “Heroina da Inconfidência”, e a encantadora menina Maria Efigênia, a “Princesa do Brasil”.

Alvarenga Peixoto, que agora fica em causa, tem duas notas principais como poeta, bem observa Sílvio Romero, o doce sentimento da família e a grande intuição da independência do Brasil.

E pelo que respeita a esta intuição, ela se acentua vivamente no *Canto Genetliaco*.

Nasce em Vila Rica um filho de Dom Rodrigo de Menezes, governador da Capitania, e pelo seu batisado improvisa o poeta essa, como sabe dizer Joaquim Norberto, "mais bela de suas composições elevando-se em majestoso vôo às mais altas regiões da poesia épica, em admiráveis oitavas".

E aí descreve a riqueza e os encantos do Brasil, o valor da sua gente, com a antevisão do seu radiante porvir.

Dirige-se mais à pátria do que ao *herói*, como proclama Sílvio Romero. Emite, na realidade, um cântico patriótico, instilando a Revolução, e que, depois, há de recitar entre os Inconfidentes, que o ouvem transportados de entusiasmo, e adotam para senha do movimento — *Tal dia, faço meu batisado*.

Mas nesse cântico, nem só a liberdade da pátria inspira o poeta, que com a sua alma liberal, nobre e generosa, com a sua alma cristã, condei-se da sorte dos míseros escravos, estende-lhes a mão, celebra o seu árduo labor :

*Esses homens de vários acidentes
Pardos, pretos, tintos e tostados,
São os escravos duros e valentes,
Aos penosos serviços costumados;
Eles mudam aos rios as correntes
Rasgam serras, tendo sempre armados
De pesada alavanca e duro malho
Os fortes braços feitos ao trabalho.*

E mais tarde, em 1789, pela Inconfidência, propondo que, na bandeira nacional idealizada, se collocasse um gênio a quebrar grilhões com a correspondente legenda — "*Libertas quæ sera tamen*", propõe ao mesmo tempo que na República a ser proclamada, ficasse extinta a escravidão; o seu liberalismo era integral.

Certo ainda que à nobreza dêste ato, se juntava a renúncia de quem, proprietário de ricas terras minerais, possuía duzentos escravos aí trabalhando.

Finalmente mais avulta a importância do mesmo, a época em que ocorreu. Até aí o que a causa abolicionista, ainda no sentido mais amplo, podia apresentar ao Brasil, a não ser aquêles rudes protestos dos próprios escravos, culminando em *Palmares*, nessa Tróia negra, com a sua história de uma Iliada, como fala Oliveira Martins, a não ser isso, era a carta do padre Manuel da Nóbrega, pouco depois da fundação da Bahia, escrita para Lisboa, queixando-se dessa "introdução de escravos negros e negras, mescla perniciosa, inculcando-se assim no Brasil o fatal cancro da escravatura, fonte de imoralidade e de ruína", carta porém de nenhum efeito. E, a seguir, êsse trabalho do padre Ribeiro da Rocha, advogado na Bahia, publicado em 1758 — *Etiópe Resgatado* — de caráter jurídico e religioso, sustentando, como informa Perdigão Malheiro, não ser permitido haver negros a título de comércio, como escravos (*jus dominii*) sem grande pecado, mas somente a título de resgate (*jus pignoris*), para servirem até pagar o seu senhor em dinheiro, ou pelos mesmos serviços, e expondo com eloquência no prefácio os males da escravidão. Trabalho realmente meritório, mas que não condenava a juridicidade da instituição servil, apenas a abrandava com a doutrina do resgate e seus corolários, e que não teve maior repercussão, ficando afinal esquecido, como refere Cândido Mendes, que ao mesmo aliás teve grandes êncômios.

É bem Alvarenga Peixoto o precursor do Abolicionismo no sentido absoluto dêsse termo, da imediata extinção do cativo, por êle estimulada na poesia, e alteada na bandeira de uma Revolução.

E é, finalmente, deveras credenciado pelas tradições desta Casa gloriosa, e pelas tradições da minha querida e também gloriosa terra natal, a Campanha da Princesa, que posso falar desta tribuna sôbre Joaquim Nabuco, o Evangelista da Abolição.

Escrevendo logo após o 13 de maio, assim se pronuncia Sílvio Romero sôbre o seu obreiro : "A raça negra foi liberta porque merecia sê-lo, e quem a libertou foi principalmente o povo brasileiro. Não foi sua Alteza Regente, como dizem os monarquistas; não foi o Sr. João Alfredo, como dizem os pretendentes; não foi o Sr. Joaquim Nabuco, como dizem os liberais; não foi o Sr. Patrocínio, como dizem os democratas; não foi o Sr. Dantas, como dizem os despeitados... Não, nada disso, a coisa vem um pouco mais de longe. O fato que se acaba de realizar tem valor aos nossos olhos por ser uma obra em que colaborou tôda a nação".

Mas antes dêle, a própria Princesa Regente, ao abrir em 3 de maio a Assembléia Geral, já havia dito aos representantes da nação : "A extinção do elemento servil pelo influxo do sentimento nacional e pelas liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se paci-

ficamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por tôdas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nêle figura em antagonismo com o espirito cristão e liberal de nossas instituições”.

Foi principalmente o povo brasileiro, é certo, o autor dessa vitória, consumada a 13 de maio, coberta de flores, ao passo que a sua congênere nos Estados Unidos, custara rios de sangue.

Vitória, porém, conseguida após longa jornada, com diversas etapas, repressão do tráfico, lei do ventre livre, libertação dos sexagenários, e, afinal abolição; e conseguida pela atuação social e política dessas personalidades de espirito liberal, de espirito filantrópico, de espirito cristão, sobretudo católico, que em brilhante pregação por todos os modos foram alertando a alma brasileira, fundamente boa, fundamente católica, contra a iniquidade da instituição servil, descrevendo-lhe, com côres vivas, o quadro tenebroso sob os seus variados aspectos.

Vitória do povo, sim, mas concretizado nesses combatentes.

E se aos nomes da princesa Isabel, de João Alfredo, Joaquim Nabuco, Patrocínio, Dantas, citados por Silvio Romero, se juntarem os de Rui Barbosa, Afonso Celso, José Bonifácio e André Rebouças, ficará visto o quadro completo das maiores daquelas personalidades, no momento culminante da campanha propriamente abolicionista, que conquistou a *Lei Aurea*.

Quadro brilhante, encimado pela Redentora, e em que apresenta títulos muito especiais a figura de Joaquim Nabuco, o evangelista da Abolição.

Para realizar essa obra grandiosa, foi duplamente predestinado: pela lição de Massangana e pela lição da casa paterna.

Ali, naquele engenho de Pernambuco, que êle descreve nesse primor de pensamento, de sentimentalidade e de colorido, que é *Minha Formação*, passou a infância sob os desvelos de sua madrinha, nobre, santa senhora, como êle a chama, que o criou até oito anos, como seu filho. Naquele engenho administrado com espirito de humanidade, e onde as relações fixas entre o senhor e os escravos tivessem feito de um e de outros uma espécie de tribu patriarcal isolada do mundo.

Amamentou-se nos seios da *mãe preta*, conviveu com os míseros escravos, sentindo-lhes a bondade e o carinho edificante.

E a capelinha que lá se ostentava, iluminar-lhe-ia para sempre o espírito de fé, herdado de seus nobres avoengos :

“Ouvi notas perdidas do *Angelus* na Campanha Romana, mas o *muczzin* íntimo, o timbre que sôa aos meus ouvidos à hora da oração, é o do pequeno sino que os escravos escutavam com a cabeça baixa murmurando o *Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo*. Êste o meu *Millet* inalterável que se gravou em meu espírito”.

É ainda para lembrar, que em coincidência com o destino a que êle estava fadado, aquela capelinha fôra erigida sob a invocação de São Mateus, sob a invocação de um evangelista.

E tal destino selar-se-ia ali mesmo, em Massangana, com essa, como que, providencial decepção, por que passa a sua alma juvenil bondosa, a sua alma juvenil cristã, por êle assim descrita : “Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cêrca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha para me servir. Êle vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dêle, dizia-me, o castigava, e êle tinha fugido com risco de vida... Foi êste o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava”.

Essa que acaba de ficar exposta, a lição de Massangana. Veja-se, agora, a lição da Casa paterna.

Com o desaparecimento de sua madrinha, Joaquim Nabuco deixa Massangana, porém, para não esquecê-la jamais, sobretudo na pessoa dessa desvelada madrinha, a dizer : “das recordações de minha infância aquela que eclipsa tôdas as outras e mais cara de tôdas, é o amor que tive por aquela que me criou até oito anos como filho...”

Vem para o Rio de Janeiro, para a casa paterna, dêsse nobre solar da praia do Flamengo, onde se alteava a figura do conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo, notável jurisconsulto e estadista, figura que com extremado amor filial êle estudaria mais tarde, nesse monumental trabalho *Um Estadista do Império*, que constitui, pode-se dizer, a própria história política do Império, e no qual tem haurido, e terão de haurir para sempre, todos os nossos historiadores.

Trabalho, realmente, de alta envergadura, de historiador a Macaulay, e certo que muitos traços comuns apresentam as personalidades dêle, Joaquim Nabuco, e do historiador da Inglaterra. Êste, do mesmo modo que êle, era filho de um abolicionista, seu pai militara com Wilberforce; formado em direito, rumou entretanto para a car-

reira literária e política; fez parte do Parlamento, brilhante orador em defesa da causa liberal, propugnando as mais adiantadas reformas; era encantador na arte da conversação, salientado-se nos melhores salões de Londres; e encerrada a sua carreira política, voltou-se para a elaboração dessa grande obra — *História da Inglaterra*. Quanto a êste último traço, Joaquim Nabuco, de fato, escreveu o seu trabalho depois que renunciou à carreira política; depois que a renunciou em brilhante e nobilíssima solidariedade com Isabel, a Redentora, como para adiante ficará visto.

Era, o solar da praia do Flamengo, vasto prédio, com salões e quartos que constituíam salas, um centro cultural, político e social, com partidas e recepções, e sob a inspiração da fé, significada nesse oratório, que ali aparecia, onde se rezava missa aos domingos, com assistência dos vizinhos.

Assim o pinta Joaquim Nabuco ainda em *Minha Formação*, e para quem a luz da capelinha de Massangana redobrava de brilho nesse oratório, ao dizer que o espetáculo de devoção da casa paterna, concorreu mais do que nenhuma outra influência para conservar durante anos intacta a sua crença.

Certo, significando: “depois esta passou por grandes abales, mas aquela imposição predominante fez-me sempre tratar o que me parecia essencial na religião como a esfera superior ou a fonte mais elevada da inspiração humana”.

A crença, no fundo, não lhe desapareceu do espírito, ficou-lhe no sub-consciente, constituindo, por certo, a maior força propulsora da obra a que se devotaria de evangelista da Abolição.

E por isso mesmo, iria bater à porta do Vaticano para implorar a palavra do vigário de Cristo, como a mais autorizada, em favor da causa bendita, e a proclamar depois: “Uma nova camada de minha formação desenha-se insensivelmente desde êsse meu momentâneo contacto com Leão XIII — ou por outra a camada primitiva começa a descobrir-se depois de perdido por muitos anos o veio de ouro da infância...”

Começa a descobrir-se revelando êsse ouro copioso, e do melhor quilate, com que êle há de fundir dentro em pouco, o admirável, edificante monumento de fé, ao mesmo tempo que de justiça e gratidão patriótica, que constitui a Conferência proferida em 1897, pelo centenário de Anchieta.

E ao lado desse estímulo religioso um outro se apresenta na casa reforma em despacho de Ministros, em 1867 fôra seu mais extenuante e de evangelista da Abolição.

Pertencia o conselheiro Nabuco ao partido liberal, de que era um dos maiores vultos e de idéias adiantadas, bem à vista no movimento do mesmo partido, por êle chefiado em 1868, com a bandeira da *Reforma ou Revolução*.

E teve figura das mais salientes na campanha emancipacionista, vitoriosa em 1871, com a lei de 28 de setembro, declarando livres os nascituros, como expõe exhaustivamente êle, Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, e do seguinte modo sintetiza, em *Minha Formação*: “De 1868 a 1871, em que a idéia foi abraçada pelo visconde do Rio Branco que a converteu em lei, meu pai foi o principal agitador da libertação das gerações futuras. Em 1866 êle votava por essa reforma em despacho de ministros, em 1867 fôra seu mais extremoso defensor no Conselho de Estado, como relator do projeto que depois se converteu na lei de 28 de Setembro”.

Acrescentando ainda, e assim em bela e sentimental evocação do seu extremado amor filial, ansioso pela glória paterna: “Essa foi a reforma a que êle se dedicou com maior interesse e amor... Também desde 1866, o meu sonho, minha ambição por êle era que o seu nome ficasse associado ao primeiro Ato de emancipação do Reinado... Que êle viesse a ser o Lincoln brasileiro!”

Para finalizar: é na casa paterna que se consolida e se aprimora em Joaquim Nabuco, a alma abolicionista que madrugara em Massangana.

Alma essa que se cristaliza no evangelista da Abolição.

E a ação brilhante que realiza é em tudo grande, em tudo perfeita, em tudo nobre, em seu curso e no seu epílogo.

É tenaz, só termina com a vitória, é destemida, e é ampla, realizando-se pela tribuna parlamentar ou popular, pela imprensa e pelo livro, conclamando tôdas as forças. É cheia de ideal; é obra filantrópica e é obra de fé.

Prolonga-se, afinal, no seu historiador que êle também se apresenta, e em obra ainda brilhante, e inspirada de elevado sentimento de justiça.

Missionário e narrador. Assim, mais do que o apóstolo da Abolição, como por todos tem sido chamado, êle é o evangelista da Abolição.

Tem início essa ação em 1866, desde aí, êle o declara ainda em *Minha Formação*, via tudo em nosso país através da causa da Abolição.

Estudante de direito em São Paulo, defende escravos na tribuna do júri; em Recife, onde fez o 5.º ano, refere: “levei a preparar um

livro, que ainda guardo, uma espécie de *Perdigão Malheiro* inédito, sobre a escravidão entre nós” (tinha ali a figura de *Perdigão Malheiro*, à vista, e nunca deixaria de tê-la), e traduziu para seu pai documentos do *Anti-Slavery Reporter*.

Mas é em 1879 que ela culmina, para ir se desenvolvendo, até a vitória da *Lei Áurea*.

Com o pronunciamento de Jerônimo Sodré na Câmara dos Deputados, em sessão de 5 de março desse ano, em favor não da emancipação gradual, transigindo com os interesses conservadores do país, mas imediata, pronta, como frisa Joaquim Nabuco; com o mesmo tempo o movimento abolicionista caracterizado.

E, poucos dias decorridos, Joaquim Nabuco assume naquela casa atitude idêntica. É assim o segundo abolicionista aí na ordem cronológica, mas para ser o primeiro de todos na ordem lógica.

Ficará à vista, sobre tudo, no discurso que proferiu na sessão do dia 30.

Como já pôde dizer Evaristo de Moraes, o discurso de Jerônimo Sodré não causou grande impressão no meio parlamentar, embora constituído o primeiro brado pela Abolição.

Maior destino estava reservado ao de Joaquim Nabuco, em que a sua profissão de fé se eleva ao cimo luminoso destas palavras: “Na questão da Emancipação, na convicção de que é preciso caminhar além da lei de 28 de setembro, eu não só me separaria do gabinete, não só da opinião pública, e da conspiração geral do país, mas de tudo e de todos. Nesse ponto faço aliança com o futuro. Cada ano que passa será uma vitória de nossos ideais, e daqui a dez anos a sessão de hoje há de aparecer como um desses exemplos históricos das divisões, dos temores e receios dos homens que recuam sempre das grandes medidas salvadoras que transformam a face do país”.

E pode referir ainda Evaristo de Moraes: “Houve ruidosos aplausos nas galerias, os primeiros com que foi saudada no recinto do Parlamento, a idéia abolicionista”.

É esse movimento parlamentar, que estimula o movimento popular, criada, por fim em 1883, a “Confederação Abolicionista”. E neste movimento José do Patrocínio está nas avançadas; José do Patrocínio, como diz Joaquim Nabuco, é a revolução...

Certo ainda que em Joaquim Nabuco, à ação parlamentar vai correspondendo a popular, e por diversos modos. Como informa, por exemplo, Henrique Coelho, é ele, em 1880, presidente da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, que então se funda, centro pode-

roso de auxilio ao movimento abolicionista. Seus, no mesmo ano, êsses opúsculos : “Sociedade Abolicionista contra a Escravidão, cartas do ministro americano, X. W. Hilderd”, “Manifesto da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão e Conferência Abolicionista, realizada em 22 de julho”.

Não conseguindo ser eleito para a Câmara dos Deputados, na legislatura de 1881 a 1884, segue para a Europa nos últimos dias de 1881, como correspondente do *Jornal do Comércio*.

É a terceira vez que desfruta a Europa, naqueles belos tempos de paz ali reinante, pode-se dizer, desde a guerra franco-prussiana, até que explode a grande guerra; belos tempos de paz, e de liberdade, de progresso, de idealismo, de cultura e boas maneiras, e, sobretudo de fé cristã, dêsse verdadeiro e saudoso século das luzes, como o crismavam, e que ainda não se encerra sem na sua última década, haver iluminado a questão social, com os clarões da monumental Encíclica *Rerum Novarum*, expedida, por Leão XIII, para glória eterna de seu Pontificado.

E assim tendo-se aumentado ainda mais a opulência de sua cultura, e a largueza de seu espírito no contacto com as grandes coisas e as grandes figuras dêsse cenário.

Fixa-se na Inglaterra liberal, e já redimida do crime do tráfico africano, nessa Inglaterra que tão grande influência exerceu na sua formação política, e sob outros aspectos, e que para maior estímulo ainda da sua fé abolicionista, evocava-lhe a extraordinária figura de Wilberforce.

O seu espírito, assim, jamais está ausente da causa que defende, como jamais estará ausente da pátria.

É assim que êle fala aos seus correligionários, prefaciando o trabalho que ali escreve, e em 1883 manda para o Brasil — *O Abolicionismo* :

“Possa ser bem aceito por êles esta lembrança de um correligionário ausente, mandada do exterior, donde se ama ainda mais a pátria do que no próprio país — pela contingência de não tornar a vê-la, pelo trabalho constante da imaginação, e pela saudade que Garret nunca teria pintado ao vivo se não tivesse sentido a nostalgia — e onde o patriotismo, por isto mesmo que o Brasil é visto como um todo no qual homens e partidos, amigos e adversários se confundem na superficie alumiada pelo sol dos trópicos, parece mais largo, generoso e tolerante”.

“Quanto a mim julgar-me-ei mais do que recompensado se a semente da liberdade, direito e justiça, que estas páginas contém,

derem uma boa colheita no solo ainda virgem da nova geração; e se este livro ainda concorrer, unindo em uma só legião os abolicionistas brasileiros, para apressar ainda que de uma hora o dia em que vejamos a Independência completada pela Abolição, e o Brasil levado à dignidade de país livre como foi em 1822, à de nação soberana perante a América e o Mundo”.

Trabalho, o mesmo, que abre com uma dedicatória ao Ceará libertador, e contendo esta legenda, tomada de empréstimo a Lamartine :

Il fait jour dans votre âme ainsi que sur vos fronts,

La notre est une nuit où nous nous égarons.

Trabalho, o mesmo, de caráter filosófico, histórico, jurídico e social, com excelentes lições.

E que deveras frutifica, tem extraordinário sucesso, constituindo, pode-se dizer, a Bíblia dos Abolicionistas.

Ressurge, afinal, no Parlamento, com o Ministério Dantas, constituído a 6 de junho de 1883, o problema da Abolição. No seu constante interesse pela solução do mesmo, encontrou o imperador na pessoa do ilustre estadista liberal um homem para conduzi-la.

Regressa, nesse momento, Joaquim Nabuco ao Brasil, para continuar seu combate pela grande causa.

Aquí chegado, a ação que desenvolve é a princípio fora do Parlamento, a que não pertencia.

E neste, na Câmara dos Deputados, em defesa da causa, culminava a admirável figura de Rui Barbosa, e Afonso Celso Júnior começava a exhibir-se, destinado depois a grande projeção; e no Senado, José Bonifácio, à mesma consagrava tôda a força da sua dialética e da sua eloquência.

Rui Barbosa, que à semelhança de Joaquim Nabuco, desde os tempos acadêmicos vinha revelando a sua fé abolicionista, e com vivas manifestações por diversas formas, entretanto, pertencendo a essa Câmara já em 1879, ao que conste, não tomou parte no movimento ali iniciado por Jerônimo Sodré.

Agora, porém, é no Parlamento, a figura primacial : sua, a elaboração do projeto apresentado em 15 de junho, pelo deputado Rodolfo Dantas, em nome do ministério; seu, esse notável parecer que sobre o mesmo emite como relator das comissões reunidas de orçamento e justiça; e se fala da tribuna do Parlamento, fala ainda da tribuna da imprensa, é um dos *inglêses do Sr. Dantas*, na frase chistosa de Martinho Campos.

E Joaquim Nabuco é outro dêsses *inglêses*, isto é, dêsses escritores que sob os pseudônimos de Grey Wilberforce, Garrison, Lincoln, Clarkson aparecem nos *a pedidos* do *Jornal do Comércio*, em defesa do Ministério.

Rui é Grey, Nabuco é Garrison; e ambos discutindo com igual brilho.

Mas êsse *inglês*, Garrison, que oculta o nome de Joaquim Nabuco, é um americano, e não inglês; e é émulo de John Brown e de Lincoln. Brilhante e destemido é o apostolado de longos anos, que exercita pela causa abolicionista, e com peregrinações arriscadas, de quadros impressionantes, ali onde a instituição servil tinha raízes profundas, onde tudo conspirava contra os míseros escravos, até as igrejas, chegando a negar-se-lhes a própria qualidade de seres humanos !

A escôlha assim, do pseudônimo de seu nome, constitui mais um índice da fé robusta, com que Joaquim Nabuco se batia pela causa que abraçara.

E não tardará muito que êle volte a combater na tribuna parlamentar. Um voto de desconfiança da Câmara, obriga o Ministério a pedir a dissolução desta, que é concedida pelo Imperador, convocadas as eleições para a nova legislatura.

Ei-lo seguindo para o Recife, a pleitear um lugar na Câmara, com a bandeira desfraldada de seu credo.

Sensacionais, os discursos que profere no Teatro Santa Isabel, e como se fôsse, assim, em homenagem antecipada à figura de Isabel, a Redentora que, na largueza de sua visão, já se lhe apresentasse no horizonte. E que foram, imediatamente, reunidos em volume, vulgarizando-se por todo o país.

É com essa beleza de forma e de pensamento, na exaltação da fôrça criadora, da fôrça divina, do Verbo — *In principio erat Verbum*; é assim que êle justifica a expatriação de três anos a que voluntariamente se impusera :

“Posso dizer que o movimento abolicionista nada perdeu com a minha ausência; que adquiri, para servi-lo no momento oportuno fôrças que não teria se não me houvesse expatriado, e que só me expatriei para manter-me independente da escravidão. Quanto ao meu posto no combate das idéias não é preciso estar no meio da ação, para prejudicar o inimigo. Os espelhos concêntricos de Arquimedes, queimaram de muito longe os navios romanos, o livro, a animação e o golpe intelectual e moral atuam de qualquer distância”.

E é com palavras candentes, que êle reafirma ali, a sua fé abolicionista, que êle maldiz a escravidão, nesse formidável libelo :

“Eu a denuncio como incursa em todos os crimes do Código Penal, em todos os mandamentos da lei de Deus. A vós, artistas, eu a denuncio como o roubo do trabalho; a vós, sacerdotes, como o roubo da alma; a vós, capitalistas, como o roubo da propriedade; a vós, magistrados, como o roubo da lei; a vós, senhoras, como o roubo da maternidade; a vós, pais, filhos, irmãos, como o roubo da família; a vós, homens livres, como o roubo da liberdade; a vós, militares, como o roubo da honra; a vós, homens de côr, como o roubo de irmãos; a vós, brasileiros, como o roubo da pátria... sim a todos denuncio esta escravidão como fraticídio de uma raça, como parricídio de uma nação”.

Não consegue, a princípio, eleger-se, senão pouco tempo depois, pela ocorrência de vaga na representação pernambucana.

E volta para a Câmara, para continuar a ser aquêlê orador já revelado na legislatura de 1878 a 1880, isto é, pelo conjunto de seus títulos, o maior de todos os oradores que até hoje tem passado pelo nosso parlamento.

Orador empolgante pela forma e pelo fundo de seus discursos, e dessa apresentação pessoal de que fala Afonso Celso : “A figura de Joaquim Nabuco formava por si só o melhor dos exórdios. Bastava assomar à tribuna, para impor a atenção e a simpatia”.

E orador que jamais roçou no terra a terra, que ainda como sa-liente Afonso Celso : “Escolhia por tema os assuntos alevantados, problemas sociais, filosóficos e religiosos de alcance universal”. A política não o empolga, não é o móvel, mas o instrumento da ação que desenvolve; o seu reino não é dessa terra, da política; outros que o disputem para a sua glória, com êles não concorre.

Era pois o orador predestinado para a grande causa.

Toma posse na Câmara, em 3 de julho de 1884, já não encontrando o Ministério Dantas, ao qual, pela segunda vez negada a confiança da mesma, succedeu o Ministerio Saraiva.

O quadro da ação abolicionista que se desenvolvia nesse momento era o seguinte : Dantas queria pouco, Saraiva, ainda menos, Nabuco queria mais, muito mais, queria tudo.

Consignava apenas o projeto Dantas, a localização da propriedade servil, a ampliação do fundo de emancipação, e a liberdade dos sexagenários. Em seu favor, é certo, se alegava que, estabelecendo a libertação incondicional dos sexagenários, isto é, sem indenização,

êle reconhecia a não existência do direito de propriedade sôbre os escravos, preparava o terreno para a obra da completa abolição. É o que proclamavam Rui Barbosa e José Bonifácio. Mas a consequência a tirar dêsse argumento seria decretar-se imediatamente extinta a escravidão, ou aceitando a situação de fato contra a de direito, ir mais longe, não parar na libertação dos sexagenários, mas estabelecer um prazo, o mais breve possível, para consumir-se a completa abolição.

Mais atrazado, de fato, ainda se mostrava o projeto Saraiva, que estabelecia a libertação dos sexagenários, obrigados, porém, à prestação de serviços por três anos aos ex-senhores, como indenização; reconhecia o direito de propriedade. Sôbre o mais, o pensamento do mesmo, oficialmente exposto, era: “apressar quanto é possível a libertação de todos os escravos, dando, porém, tempo à nossa indústria agrícola para reorganizar o trabalho, e até auxiliando essa reorganização com uma parte do valor do escravo”. E, neste sentido, ficou estabelecido um plano complexo, de execução que não era fácil, e de resultado final que estaria longínquo.

E por isso viria a ser apoiado, imediatamente, pelo próprio ultra conservador ministério Cotegipe, que sucedeu ao ministério Saraiva, convertendo-se na lei de 28 de setembro de 1885, data essa a coincidir com a da Reforma de 1871, levada a efeito pelo ministério Rio Branco.

Contra a mesma se ergue Joaquim Nabuco, sem perda de tempo, isto é, na própria sessão em que, a 3 de julho, toma posse.

Embora pertencente ao partido liberal, declara-se em opposição ao ministério. Ao em vez do que quer Saraiva, quer o estabelecimento de um prazo fixo, para dentro dêle ter fim a maldita escravidão: “é necessário neste terreno da escravidão, traçar uma linha, digo melhor, levantar uma montanha que aos olhos do mundo mostre, assinaladamente, o dia em que o Brasil tem definitivamente que deixar o trabalho escravo, pelo trabalho livre...”

E o meio já estava suficientemente preparado para isto; em todos os pontos do país já batia o coração abolicionista. Proclama: “É preciso abençoar o gênio fecundo da nossa pátria que permite que com a morte da escravidão ela não morrerá também”.

Ficasse tranqüilo o ministério. A abolição em prazo o mais breve possível, era um imperativo, da nossa situação social; não provocaria uma explosão.

Afinal, embora vitorioso na Câmara, demite-se o Ministério Saraiva, por não ter podido ali harmonizar o partido liberal. E os con-

servadores são chamados ao poder, constituindo-se o Ministério de 20 de Agôsto, sob a chefia do Barão de Cotegipe.

Certamente o Imperador os teria chamado, por entender que com êles mais facilmente do que com os liberais, poderia ser feita a Abolição, à semelhança do que acontecera quanto à Reforma de 1871, realzada pelo ministério Rio Branco; por antever que após Cotegipe viria João Alfredo.

Contra êsse ministério, porém, Joaquim Nabuco se pronuncia logo em vibrante discurso, mais como abolicionista do que como filiado que era ao partido liberal.

Suspeitando, aliás, com tamanha injustiça, como êle próprio confessaria mais tarde, com a nobreza de sempre; suspeitando que o Imperador se acumpliciava com a escravidão, arrebatase-lhe a alma abolicionista e é com palavras ardentes que a ataca, ao mesmo tempo que. ao próprio Imperador, como estas, por exemplo :

“Há neste país duas instituições as quais ninguém sabe se se estimam ou se se odeiam, mas que se unem para avassalar tudo que quer ser independente e livre... a monarquia e a escravidão”.

“Duas instituições que se aliaram para dominá-lo : a monarquia, isto é, o governo de um só homem, e a escravidão, isto é, o predomínio de um só interesse. Sempre que a sorte de uma corra perigo, a outra acredita ouvir o dobre fúnebre da sua própria extinção. É isto o que vejo hoje neste recinto, é êste o espetáculo a que assistimos”.

“Sitiada por tôdas as forças elevadoras do país, por todos os desinteresses patrióticos, por todos os sacrifícios imagináveis da honra nacional; envergonhada das suas rapinas e dos seus lucros; humilhada de não ter colhido de todos os martírios que fez sofrer outra coisa que não a ruína de tôdas as suas esperanças, a escravidão pede socorro à sua aliada — não sei se sua protetora ou se sua cliente, e esta responde com a subida inesperada do partido conservador, auxílio *in extremis* do monopólio assustado do governo ao monopólio perdido do trabalho, testamento, quem sabe, de um reinado que dessa forma não legaria hoje ao seu sucessor senão um mercado de escravos em plena civilização, e uma bancarrota em plena paz”.

Obtendo o ministério Cotegipe a dissolução da Câmara, procedeu-se às eleições para a seguinte legislatura convocada para 3 de maio de 1886.

E assim como aconteceu quanto à legislatura anterior, não consegue Joaquim Nabuco ser eleito a princípio senão mais tarde. Sua atividade, porém, continua; jamais dará tréguas à escravidão.

Passa da tribuna parlamentar para a popular, da imprensa, das publicações, quanto a estas, podendo Henrique Coelho dar notícia das seguintes : “Eclipse do Abolicionismo”, “Erro do Imperador”, “Eleições liberais e eleições conservadoras” e “Escravos”. versos em francês traduzidos para o português.

É para referir, entretanto, que se Joaquim Nabuco está ausente da Câmara presente se acha, como por designio da Providência, Afonso Celso Júnior (mais tarde Conde de Afonso Celso), essa outra notável figura da nacionalidade, da mesma raça que êle pelo espírito, pelo coração e pela fé, e da mesma forma que êle herdeiro de um grande nome. Orador primoroso, está a todo momento na tribuna, defendendo brilhantemente a causa dos míseros escravos e é autor na sessão de 4 de maio de 1887, logo após a instalação da Assembléia Geral, dêsse projeto dos mais avançados, declarando livres da data da promulgação da lei, todos os escravos do Império, obrigados os libertos a prestação de serviço por dois anos aos seus ex-senhores. E sua atividade só haveria de cessar, depois de alcançada a vitória, pela *Lei Aurea*.

Chega, por fim, a hora de Joaquim Nabuco voltar para a Câmara, em fins de 1887, e em pleito sensacional, repercutindo em todo o país, derrotado o ministro do Império, conselheiro Machado Portella.

Estrondosa a recepção que tem no Rio de Janeiro, no seu regresso de Pernambuco e que culmina na divinizante homenagem que a êle presta o Herói da raça negra, nesse quadro de que dá notícia Ozório Duque Estrada : “Saudando-o das sacadas da *Gazeta da Tarde*, José do Patrocínio, no meio de um verdadeiro delírio de aclamações, assim fala : “Joaquim Nabuco : o representante de um milhão e meio de escravos ajoelha-se neste momento aos pés do redentor de sua raça” !

Toma assento na Câmara nos últimos dias de outubro, e últimos dias da sessão legislativa, não tendo tempo, destarte, para exercer aí qualquer atividade.

Mas, na missão que se traçou, êle age em pontos diversos, nada esquecendo do que possa convir à sua causa. Vai agora bater à porta do Exército, pedindo para a mesma o seu apoio moral.

E o faz com o imediato sucesso dessa representação que o Clube Militar dirige à Princesa Regente, quando se falava no emprêgo de forças do Exército, para capturar os míseros escravos foragidos. Nobre representação, que com o protesto de lealdade ao trono, passa a fazer com muito brilho de forma e de fundo a apologia da liberdade em princípio, e da liberdade humana, para concluir com estas palavras :

“É impossível, Senhora ! esmagar a alma humana que quer ser livre.”

“Por isso os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores da Sua Majestade o Imperador, vosso augusto pai, cujos sentimentos julgamos interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de saudades, em nome de vosso futuro e do futuro de vosso filho, esperam que o governo imperial não consinta que os oficiais e praças do exército sejam desviados.”

Finalmente, as vistas de Joaquim Nabuco se voltam para mais alto, para a palavra que sobre todas estava faltando : a palavra do Vigário de Cristo.

Vai buscá-la.

E o momento era propício, como êle assinala em *Minha Formação*, quando pelo jubileu sacerdotal de Leão XIII, quase todos os nossos Bispos publicaram pastorais convidando os seus diocesanos a oferecer como dádiva ao Santo Padre, cartas de alforria...

Aproveita as férias parlamentares, e segue para Roma.

Vai buscar, e consegue aquela palavra, de que jubiloso imediatamente transmite notícia para o Brasil, publicada em toda a imprensa, com grande sucesso.

Houve, constata êle, curta demora na expedição da *Encíclica*, o que foi bastante para ela só aparecer depois de abolida a escravidão no Brasil.

“Entre a queda de Cotegipe e a Abolição”, diz ainda êle : “o espaço foi tão pequeno que a bela obra de Leão XIII só veio a ser publicada, quando não havia mais escravos no Brasil.”

Mas, continua : “A bênção, porém, do Santo Padre à nossa causa, a palavra que êle iria proferir, essas desde os fins de fevereiro, ainda sob o gabinete Cotegipe, o país as conhecia pelas minhas revelações... A surpresa da emancipação total foi tão agradável a Leão XIII, que, como *post scriptum* à sua carta lapidária, sobre a escravidão, êle mandou à princesa Isabel a Rosa de Ouro”.

Os clarões da palavra de Leão XIII, o *lumen in coelo*, da profecia de São Malaquias, iluminaram o espírito da Princesa Regente, já tão cheio de fé, para prosseguir com rapidez, e destemor, na marcha da Redenção, iniciada em 1871.

Não tarda que, a 10 de março, ela substitua o ministério Cotegipe pelo Ministério João Alfredo, dêse também veterano de 1871, braço direito que fôra do Visconde de Rio Branco, na formação da

lei que estancou a escravidão na sua fonte, declarando livres os nascituros.

Regressando de Roma, Joaquim Nabuco, já encontra êsse ministério.

E a ação que desenvolve a Princesa Regente é, ao mesmo tempo, política e social. Ainda vigente o Ministério Cotegipe, como informa o historiador Rafael Galanti, ela abertamente iniciava, favorecia e dirigia em pessoa, a emancipação na cidade e município de Petrópolis. E não é só. Em seu palácio circulava entre os íntimos da Coroa, êsse jornalzinho *Correio Imperial*, composto pelos jovens príncipes, e redigido pelo Barão de Ramiz Galvão e Franklin Dória; e no mesmo, como referiu algures o próprio Ramiz Galvão, à sua pena se deviam vibrantes artigos de propaganda redentorista. E com tal exemplo, o movimento popular que já era grande, alastrando-se por todo o país, envolvendo tôdas as classes, salvo quanto à dos proprietários rurais, onde muito poucas adesões se apontavam, com tal exemplo, êsse movimento ainda se tornou maior.

Abrindo a Assembléia Geral do Império, a 3 de maio, declarou, na fala do trono, como anteriormente já ficou referido, confiar que a Câmara não hesitaria “em apagar do direito pátrio a única exceção que nêle figura em antagonismo com o espírito liberal e cristão de nossas instituições”.

E na sessão do dia 7, já podia João Alfredo comunicar que, no dia seguinte, seria apresentada, como foi, a respectiva proposta, isto é, “para que se converta em lei a extinção imediata e incondicional da escravidão”.

Ergue-se Joaquim Nabuco para afirmar seu apóio ao ministério conservador, que galhardamente hasteava a bandeira libertadora.

Acima dos partidos estava a causa, sustenta em longo e brilhante discurso, que começa com estas belíssimas palavras :

“Não, Sr. presidente, não é êste o momento de se fazer ouvir a voz dos partidos, nós nos achamos à beira da catadupa dos destinos nacionais, e junto dela é tão impossível ouvir a voz dos partidos, como seria impossível ouvir o zumbir dos insetos atordoados que atravessam as quedas do Niagara.”

E a proposta é, de fato, apresentada no dia seguinte, por entre os aplausos estrepitosos das galerias. E êle está na tribuna para pedir que fôsem toleradas essas justas e nobilíssimas expansões da alma popular, e para pedir a aprovação da mesma sem perda de minutos a dizer : “Lembro-me, Sr. Presidente, que quando à Convenção

Francêsa foi proposta a abolição da escravidão, e um deputado começou a falar, ouviu-se logo esta interrogação : “Presidente, não consinta que a Convenção se desonre discutindo por mais tempo êsse assunto”.

“E a Assembléia levantou-se unânime e o presidente declarou abolida a escravidão aos gritos de viva a Convenção ! E viva a República ! como eu quero agora que aos gritos de viva a Princesa Isabel e viva a Câmara dos Deputados declarássemos nesse momento a abolição immediata da escravidão no Brasil”.

E é para referir que o viva à princesa Isabel, assinalam os Anais, foi recebido com prolongados aplausos : é a consagração solene de “Isabel, a Redentora”.

Célere, veloz, é a marcha da proposta, que no dia 10 é aprovada em última discussão contra nove votos apenas.

Joaquim Nabuco via ali coroada a sua obra ; era o triunfador.

Mas, nobre e generoso, ergue-se na tribuna, não para vangloriar-se, mas como na invocação do “Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade” — para proclamar :

“A vitória afinal do abolicionismo no parlamento não é a vitória de uma luta cruenta, não há vencidos nem vencedores nesta questão, são ambos os partidos políticos unidos que se abraçam neste momento solene de reconstrução nacional, são dois rios de lágrimas que formam um mar bastante largo para que nêle se possa banhar inteira a nossa bandeira nacional”.

Imediatamente remetida para o Senado é a proposta ali também velozmente aprovada, sendo assinada, afinal, pela Princesa Regente, a 13 de maio a *Lei Aurea*.

E Joaquim Nabuco, de uma das sacadas do paço imperial, fala ao povo dando a boa nova.

Mas sua obra ainda não está completa ; tem o seu epílogo.

Epílogo brilhante : de gratidão e de renúncia.

De gratidão à Redentora, dêsse quadro que, artista primoroso, êle pinta :

“No dia em que a Princesa Imperial se decidiu ao seu grande golpe de humanidade, sabia tudo que arriscava. A raça que ia libertar não tinha para lhe dar senão o seu sangue, e ela não o queria nunca para cimentar o trono de seu filho... A classe proprietária ameaçava passar-se tôda para a República, seu pai parecia estar moribundo em Milão, era provável a mudança do reinado durante a crise,

e ela não hesitou : uma voz interior disse-lhe que desempenhasse sua missão, a voz divina que se faz ouvir sempre que um grande dever tem de ser cumprido ou um grande sacrifício de ser aceito. Se a monarquia pudesse sobreviver à abolição, esta seria o seu apanágio ; se sucumbisse, seria o seu testamento”.

Quando Rui Barbosa, da tribuna da imprensa, dirige forte ataque ao ministério João Alfredo, subindo até o trono, tem-no pela frente, da tribuna da Câmara.

E, afinal, proclamada a República, mantêm-se monarquista ; recusa o convite do Govêrno Provisório para a legação da Inglaterra.

Entretanto, ninguém com maiores títulos para colaborar no novo regime, do que êle, liberal da tradição paterna da “Reforma ou Revolução”, e sobretudo federalista de longa e brilhante pregação na tribuna da Câmara, paralelamente à que fazia pela causa abolicionista.

Ser federalista, naquele momento era praticamente ser republicano, como acontecera em 1831, pelo 7 de Abril, onde a República esteve a pique de ser proclamada. O federalismo era a nota dominante do Manifesto republicano de 1870, e porque não o consagrasse o ministério Ouro Preto, Rui Barbosa caminhou para a República.

Chega porém o ano de 1899, quando a República já se achava consolidada, quando o Brasil, apesar do passado glorioso da Monarquia, já havia, definitivamente, obedecido à finalidade republicana do Novo Mundo.

Recebe honroso convite do Govêrno, para defender perante o Tribunal Arbitral, os direitos do Brasil, no litígio com a Inglaterra, a respeito de limites da Guiana.

Aceita-o, com a dignidade dêstes têrmos, da carta que escreve : “Para não o fazer, *prima facie*, eu só poderia valer-me das minhas conhecidas idéias monárquicas. Tratando-se, porém, de uma questão de caráter nacional, como é a reivindicação de territórios brasileiros contra pretensões estrangeiras, seria faltar mesmo à tradição do passado, que há anos procuro recolher e cultivar, invocando uma dissidência política acima da qual o próprio govêrno republicano tivera o nobre desprendimento de elevar-me”.

E dessa conduta, apôio mais alto não poderia conquistar, do que êsse de que a ilustre escritora Carolina Nabuco, sua extremosa filha, dá notícia no belo trabalho *A Vida de Joaquim Nabuco* :

“A ex-Princesa Imperial fez-lhe chegar um recado de simpatia : “Quero que o Sr. Nabuco saiba que aprovo o seu ato de patriotismo, como meu Pai, se fôsse vivo, também o faria”.

Brilhantíssima a defesa que apresenta, contrastando com a injusta sentença.

É isso o que poderá dizer Rui Barbosa ao externar-lhe a impressão que lhe deixou a sua leitura : “As qualidades que ali desenvolve, de crítica, de argumentação, de lógica, de bom senso, de clareza, de tino e de amenidade, elegância, brilho, com um fôlego de encher todos aquêles volumes sem fastio ou vulgaridade, em matéria tão sêca, tediosa e longa, fazem dêsse trabalho teu porventura a mais notável expressão do teu talento”.

Chocado com a injustiça da sentença, entra definitivamente para a diplomacia, a princípio ministro em Londres, e a seguir embaixador em Washington, para ser visto e ouvido, no amplo cenário de tôdas as Américas, com viva admiração e extraordinários aplausos, engrandecendo ainda mais o nome do Brasil.

Exposta que acaba de ficar a brilhante ação missionária, do Evangelista da Abolição, e seu epílogo, é o momento, agora, de expor a ação historiográfica.

Esta que se desenvolve em páginas de *Um Estadista do Império*, e em páginas de *Minha Formação*, compreende o movimento emancipacionista desde os seus pródromos, passando pela supressão do tráfico, a libertação dos nascituros, até a completa abolição.

É igualmente brilhante. É obra de verdade e de Justiça, dando a cada um o que é seu ; e de reparação e de nobreza.

Certo, contendo uma falha : não aponta a figura de Alvarenga Peixoto. Mas que neste momento estaria imediatamente sanada por Joaquim Nabuco, se vivo fôsse e aquí estivesse.

E nesse sentido, da reparação e da nobreza, escolho dois exemplos que devem ser tão caros a esta casa gloriosa e secular, que focalizam nomes aquí venerados, cujas efígies pendem das paredes de suas salas — Dom Pedro II e Perdigão Malheiro.

Das alturas do ângulo da história Joaquim Nabuco pôde compreender com exatidão a figura do Imperador no movimento emancipacionista, figura grandiosa, fundamental, e de que entretanto, por um erro de visão, com o espírito conturbado, nas ansiedades do coração abolicionista que tudo queria já, que tudo queria logo, êle em infeliz momento malsinou, expondo-o ao país como um aliado da escravidão.

Apressa-se na reparação completa e brilhante da injustiça, que neste sentido constituiu, afinal, um bem.

Mostra como até 1866, pode-se dizer : “a escravidão era tanto *res integra* como era *res sacra*. Algumas vozes se levantaram em

todo tempo contra o cativo, mas tinham ficado sem repercussão, não tinham chegado aos ouvidos nem dos senhores nem dos escravos, intercepadas que eram pela impenetrável camada política exterior, que isolava a escravidão nos seus latifúndios”.

“Em tôda fase de 1822 a 1850, não há, por assim dizer, questão de escravidão; há, sim, e vai gradualmente crescendo, a questão do tráfico. É esta que, criança ainda o Imperador, tem de afrontar desde o comêço de seu reinado, mas que êle adquire fôrças e prestígio para debelar, dez anos depois, em 1850, por volta de seus vinte e cinco anos”.

É em 1866, salienta êle, que o Imperador apresenta ao Conselho de Estado, cinco projetos sôbre a emancipação, elaborados por Pimenta Bueno, um dos quais relativo à libertação dos nascituros; que como chefe de Estado, assume a responsabilidade de separar a sorte do Brasil da sorte dos escravos.

E de como procede êsse Conselho, informa: “sua maioria queria adiar a reforma *sine die*, indefinidamente; aceita-a pela fôrça das coisas, pela pressão do govêrno, para quando não oferecesse perigo a apresentação, isto é, para uma data que ninguém podia fixar”.

E nessa maioria está o Conselheiro Paranhos, “o futuro Visconde do Rio Branco, que depois deveria apresentar nessa questão tão grande papel, ser o Sir Robert Peel da reforma, o triunfador de 28 de Setembro de 1871 não tem ainda a intuição da parte que lhe há de tocar; não pressente, nem suspeita nessa idéia a glória que ela lhe reservava”.

Mas o Imperador está vivamente empenhado na emancipação. Terminada a campanha do Paraguai, organiza o Ministério São Vicente, hasteando a bandeira da libertação dos nascituros. E como êste confesse não se sentir com fôrças para levar a cabo com rapidez a sua tarefa, êle o substitui pelo Ministério Rio Branco, e segue para a Europa onde vai excursionar, deixa a filha na regência, para que à mesma ficassem pertencendo as glórias da Reforma.

Forte é a luta que se trava no Parlamento e onde as flexas da opposição não visam Rio Branco, mas são lançadas contra a própria pessoa do Imperador acusado de exorbitar da ordem constitucional, de impor a sua vontade. É afinal aprovado o projeto por uma maioria apenas de cinco votos, o que prova a resistência que ainda havia no país contra a emancipação.

É em face de tôdas essas considerações que acabam de ficar reproduzidas, que Joaquim Nabuco sem desconhecer a glória de Rio Branco, proclama a glória ainda maior do Imperador:

“No primeiro plano do grupo propriamente dito de 1871, a figura central sob cuja cabeça a Vitória sustenta a coroa de ouro, como nos triunfos antigos, não deve ser Rio Branco, mas Dom Pedro II. Este nome, durante o reinado a ficção constitucional mandava calar, mas a ficção já preencheu o seu fim, e a história que não respeita ficções, há de reconhecer nêlo o principal propulsor e o principal sustentáculo da Reforma de 1871, levada a efeito exclusivamente por força derivada d’êlê e a princípio transmitida por êlê”.

Até aquí, Joaquim Nabuco e o Imperador; agora, Joaquim Nabuco e Perdigão Malheiro.

Não foi Perdigão Malheiro convidado para fazer parte do ministério Rio Branco; nem contou com o seu voto a lei de 28 de Setembro.

Entretanto, o projeto governamental sôbre a matéria, foi baseado nas lições de sua obra *A Escravidão no Brasil*; e sendo ainda com subsídios tirados da mesma e elogios ao seu autor, que a respectiva Comissão da Câmara emitiu o seu parecer. E isso não apenas no que diz respeito ao ponto capital do projeto, a liberdade dos nascituros; mas também no que se refere a muitas outras providências no mesmo tomadas, como bem pôde significar Azevedo Castro: “Assim é exclusivamente sua (de Perdigão Malheiro) a idéia da criação de um fundo de emancipação com este nome, destinado a auxiliar as manumissões. Pertence-lhe igualmente a da indicação das fontes donde se deveria compor esse fundo; e da classificação dos escravos, principiando pela família”.

E Theodoro Machado, ministro da Agricultura, por cuja pasta correu a apresentação do projeto, o proclama da tribuna: “general da idéia”; e, da mesma tribuna declara também Saião Lobato, ministro da Justiça, “o que eu sei sôbre a matéria, aprendi na obra de V. Ex.^a”.

E a que atribuir a atitude do Jurisconsulto da Abolição?

Melhor é ouvir a êle próprio, nesse manifesto que, em 1872, publica sob o título *A Província de Minas Gerais e aos seus Conci-dados* (*), no qual depois de justificar a mesma atitude, assim há de

(*) Constitui esse Manifesto um importante documento político-parlamentar, emparelhando-se com a *Carta* de Bernardo de Vasconcelos de 1828, e a *Circular* de Teófilo Ottoni, de 1860, dirigidas aos eleitores da Província de Minas Gerais, documentos que honram as gloriosas tradições da Terra dos Inconfidentes, dessa espontânea prestação de contas dos representantes da Nação, àqueles que lhes conferiram o mandato legislativo, do modo como o desempenharam.

Na primeira parte do mesmo, Perdigão Malheiro faz um apanhado de sua colaboração nos trabalhos da Câmara dos Deputados, na legislatura de 1869 a

falar na sinceridade com que agira, na consciência da grandeza daquela obra que escrevera pela causa da abolição — *A Escravidão no Brasil*, e na máguia profunda da crítica de que era alvo pelo voto proferido :

“Mas tôdas as grandes idéias têm os seus mártires.”

“Não serão aquêles que, mais por especulação política e vaidade, pretenderão a glória de emancipadores...”

“Aquêles que tendo dedicado o melhor de sua vida a estudá-la (a idéia da Abolição), propagá-la, com sacrifícios de todo o gênero, tem por ela sofrido durante um longo período as maiores torturas, tragado o cálice da amargura, ainda tem bastante grandeza d'alma para esquecer as injustiças e a ingratidão”.

Vaza, por essa forma, a sua alma, em que a expressão da máguia é, nobremente, seguida da expressão do esquecimento !

E eis afinal como justificou o seu voto contra o referido projeto : mais do que ninguém partidário do *fim* discorda entretanto, da *oportunidade e dos meios*. A *inoportunidade* da reforma é a concretiza nas dificuldades econômicas e financeiras do país no momento.

A sua discordância quanto aos *meios* tinha por objeto a seguinte consideração, sobre o sistema com que se decretava pela mesma lei a liberdade dos nascituros :

“Sujeitar essa mísera geração nova a servir gratuita e forçosamente ao senhor de suas mães até os 21 anos, equivale à escravidão de fato, ou antes à *servidão* assim criada pela própria lei, como outrora se dispôs quanto aos índios”.

Por fim, preocupava o seu espírito como aos de seus companheiros de oposição, o aspecto político do assunto, revelando-se-lhes no caso uma exorbitância da Coroa, um desvio do regime constitucional, não passando o Ministério de um executor da vontade imperial, para

1872, colaboração realmente vasta e brilhante, abrangendo os mais variados assuntos políticos, jurídicos, administrativos, sociais, econômicos, financeiros, internacionais, culturais, expressa em projetos que apresenta, discursos que profere e pareceres que emite, e forrada de altivez e de independência, norma que éle se traçou desde o seu discurso de estréia, e bem significadas nos ataques constantes ao *poder pessoal*, quer o mesmo se manifestasse no Ministério, quer ainda mais alto; na segunda parte trata especialmente da explicação do voto que proferiu contra o projeto apresentado pelo ministério Rio Branco.

Esse Manifesto acha-se transcrito por Azevedo Castro, em apêndice ao seu trabalho *Estudo Bio-Bibliográfico do Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro*, existente na Biblioteca Nacional.

que o Príncipe se recomendasse, na excursão que ia empreender pela Europa.

Fôsse porém, como fôsse, veja-se o que há de dizer Joaquim Nabuco, com tanta elevação e elegância, em louvor dêle, Perdigão Malheiro :

“Talvez à concentração, à continuada tensão do espírito, enquanto arquitetava o seu livro, se tivesse seguido o cansaço da obsessão intelectual. Dão-se ironias assim no mundo moral, dêsses casos de apatia causada pela própria realização de uma aspiração da vida. E’ a fadiga dos grandes artistas, o seu tédio da obra prima, que durante a execução lhe sorria cada dia com um encanto e sedução diferente. Segundo tôda a probabilidade, Perdigão Malheiro não foi, como se disse, um despeitado pela recusa, que lhe segredaram o Imperador, quando seu nome foi proposto para uma pasta; era um organismo embotado, consumido pela empresa que concluíra. Além dessa esterilização, dêsse enxugo da imaginação pela obra, houve talvez o ciúme do apaixonado solitário, quando viu, no dia da fortuna, o tropel da multidão banal e a adventícia, que só coroa o sucesso.”

“Não há, porém, que levar em conta, na vida dos homens que foram os instrumentos de uma idéia, as aberrações, as incoerências a que não puderam frustrar. *Votando contra a lei de 28 de Setembro, Perdigão Malheiro foi apenas um voto vencido : publicando a sua grande obra, êle fôra um iniciador, um criador, o autor de um movimento que nada mais podia deter.*”

Bem posso assim, de tudo que fica dito, concluir : com igual brilho Joaquim Nabuco missiona a Abolição, narra a Abolição; é deveras, o lídimo Evangelista da Abolição; na glória de 13 de Maio sua figura refulgirá para sempre ao lado da figura da Redentora.

CALÓGERAS E A EVOLUÇÃO DO EXÉRCITO (*)

ANTÔNIO GONTIJO DE CARVALHO

Ao ter de assomar a esta tribuna, neste recinto austero e perante auditório tão ilustre, confesso que foi de temor a minha primeira impressão. É que percebi a delicadeza da incumbência e o relêvo do encargo, ao falar, na Escola do Estado Maior do Exército, a oficiais proficientes e destemerosos, que encarnam a própria força operante da nacionalidade.

A êles, quero e devo apresentar as homenagens do meu aprêço cívico, no qual vai implícita a certeza de que, nêles, na sua bravura, na sua disciplina e no seu patriotismo, repousa a segurança do Brasil; por êles e com êles, a nossa Pátria logrará realizar, dentro de suas fronteiras como na política externa, a obra ingente de civilização e progresso, que é o nosso supremo ideal, o programa indefectível de nossos esforços.

Foi por êsse ideal e para êsse programa, que João Pandiá Calógeras trabalhou sistemática e persistentemente, durante todo o decurso de sua vida pública — longa, afanosa e brilhante. Homem de Estado, teve a ambição de fazer com que o Exército Brasileiro fôsse (como para sua terra almejava o general Munilla) “foco de luz e crisol de energias positivas, centro e origem da força moral e material que devemos acalentar e desenvolver — não para subjugar a quem quer que seja, mas para que a nossa independência se preserve e se robusteça ao abrigo de estranhas e vexatórias dominações, provenham êles da ambição de outros povos mais fortes ou resultem da imprevidência, da fraqueza ou dos erros de nós mesmos”.

(*) Conferência realizada na Escola do Estado Maior do Exército — Julho de 1949.

Tendo, pois, de entreter-me sobre o grande Calógeras, a este, à sua doutrina e ao seu exemplo, é que pedirei para as minhas palavras a autoridade de que elas carecem.

* * *

Não constitui desrespeito à verdade a asserção de que Dom Pedro II, contrastando com o genro, o conde D'Eu, "o francês", não amava o exército, como o exigiam as suas funções de imperante. Cumpriu o seu dever na guerra do Paraguai. Encanecceu com o prolongamento da luta. O seu patriotismo exteriorizava-se, porém, no desvelo à instrução e no lápis fatídico à ascensão de políticos de reputação enodoada.

As pastas militares eram confiadas a estreantes ou de saber restrito, tirante raras exceções, apontadas pelos historiadores, como Angelo Ferraz e Junqueira. Afonso Celso de Assis Figueiredo, que foi excelente titular da Marinha, quando ocupou a pasta mal iniciava a sua carreira política, truncada em pleno fastígio. Compensou a falha da sua inexperiência administrativa, na época, com o vigor da inteligência e a férrea vontade.

Os assuntos militares sempre apareceram inacessíveis aos civis. Rui Barbosa, aureolado da fama de gênio, entendeu que precisava justificar-se no prefácio as *Cartas da Inglaterra*, ao se aventurar a escrever *A Lição do Extremo Oriente*, matéria alheia as de sua atividade pública. Citou em abono desses passios espirituais, os exemplos de Michelet, Retz, Jomini, De Maistre, Saint Beuve e tantos outros, que cintilaram em crônicas militares, em tática e em estratégia. Poderia até se quizesse usar a prata da casa e não estivesse arrasado pela paixão política, mencionar o do seu antagonista, o autoritário visconde de Ouro Preto, que acabava de lançar com sucesso *A Marinha de Outrora*, obra de política naval.

O Parlamento declamava sobre patriotismo mas não cuidava das forças armadas com a psique militar. Estranha incompreensão lavrava entre civis e militares e funesta teoria tomava corpo entre políticos de rasteira visada : a de que as liberdades públicas só seriam possíveis no Brasil com a rivalidade das forças de terra e mar.

Em princípios do século XX, inicia-se a reação. Cabe o comando na Câmara dos Deputados, a um engenheiro de raro valor, familiarizado com os estudos da metalurgia, mecânica e eletro-siderurgia, adquiridos na famosa Escola fundada por Henry Gorceix : João Pandiá Calógeras.

Ao debate dos problemas militares não o levou somente o seu pendor pela técnica. Sim, a sua filosofia política, invariável em toda a sua gloriosa vida pública, que poderá ser sintetizada num simples lema: unidade e eternidade do Brasil.

Eleito por Minas Gerais, pela circunscrição cuja sede era Ouro Preto, cidade a que se vinculara pelo cérebro e pelo coração, Calógeras, mandatário típico da nação brasileira, deputado federal que não discutia um problema sequer, sob o prisma regional, debatia com o mesmo ardor, com a mesma soma de conhecimentos, o Tratado do Acre, o leilão da Sorocabana e a transferência da Escola de Ouro Preto.

Os deputados, em sua quase totalidade, com a política dos governadores e o predomínio dos grandes estados, dada a inexistência de partidos nacionais, agiam mais como paulistas, mineiros, gaúchos, do que como brasileiros. Exemplo desta orientação regional era o critério adotado, na primeira República, para a formação da Comissão de Finanças, de todas a mais importante e de maior eficiência, estágio quase obrigatório para os ministérios. Nela ingressavam os deputados de cultura especializada e que representassem diretamente os Estados. Calógeras, admirado e festejado pelos seus pares, não era considerado defensor de interesses regionais. E a razão pela qual o dinâmico, o enciclopédico legislador, em operosidade e saber por nenhum superado na Cadeia Velha, não fez parte da Comissão de Finanças, cujos pareceres sobre orçamentos só tiveram a sua preciosa colaboração nas discussões em plenário.

Sendo o deputado nacional, sentia uma atração irresistível para as forças armadas, que consubstanciavam não só a própria unidade física como a unidade moral da Pátria.

Imagem da nação, fator máximo da sua coesão, notadamente em país, como o Brasil, em que são inúmeras e poderosas as forças de dispersão, não há maior erro do que lançar-se sobre as forças armadas a pecha de constituírem uma casta dentro da nação; elas constituem a própria nação. Coerente, pois, estava o grande brasileiro em sustentar que solver os problemas do Exército não era resolver os problemas de uma corporação.

Calógeras, no conceito exato de fecundo escritor, possuía a elegância das virtudes das armas: a retidão moral e o espírito de disciplina e ordem. De tipo marcial, civil de vocação militar, auxiliado por um grupo numeroso de oficiais do Exército, os “jovens turcos” — assim se denominavam os que fizeram cursos na Alemanha, como Sousa Reis, Leitão de Carvalho, Genserico de Vasconcelos, Berthold Klinger, a cuja falange se filiou Pedro Cavalcanti, e que se

agrupavam em torno, da revista *A defesa nacional* — iniciou no Parlamento a prática de obra apostólica, pregando a reorganização do Exército, insurgindo-se contra métodos administrativos antiquados e teorias bélicas passadistas, enfrentando sobretudo a ignorância dos legisladores.

Vou apenas rastrear prélios intelectuais de vanguardeiro dos não amenistas, de obsessão da coisa pública : idéias correntes nos dias em que estamos vivendo, embaraçadas, porém, em longa fase da vida nacional, pela incompreensão dos políticos, alheios aos assuntos militares. Menciono um fato que espelha o meio em que Calógeras atuava : Certa vez, propôs a introdução no Exército do “Kriegspiel”, um jogo interessante, preparador das decisões táticas no terreno, usado na guerra russo-japonesa, matéria até de circulares do Estado Maior Alemão. No Brasil, o assunto já tinha sido objeto de artigos do capitão Deschamps Cavalcanti, do major Tasso Fragoso. Pois bem, alguns deputados, ao ouvirem falar em jogo, interpelaram-no supondo que “Kriegspiel” fôsse uma variedade de jogo de damas xadrez ou a delícia dos nossos avós, o gamão.

Ante a indiferença de uns e o aplauso de outros no Parlamento, traçou, com excelstidade para o debate amplo, uma diretriz arejada, que despertou enorme entusiasmo entre os novos oficiais do Exército, ansiosos de reformar a mentalidade reinante no seio das forças armadas.

Apraz-me repetir aqui as suas palavras ungidas de fé patriótica : “O problema militar é dos que me apaixonam o espírito. Vejo ligado a êle tudo quanto há de mais alto, abnegação e altruista da natureza humana. A casa escola de sacrifício e de abnegação que é o Exército procuro trazer meu contingente de esforços, fraco é verdade, mas sincero, entusiástico e meditado”.

Conceitos que caracterizam o apaixonado do Exército. Profissão de fé digna de estadista que, consoante Herriot, é que sabe não só realizar como idealizar.

Não eram somente hinos os discursos de Calógeras, cuja extensão e calor impediam emprêgo do cinzel. Proferia verdadeiros libelos num estilo enxuto. Surpreendia os ouvintes porque não só fustigava os erros de administração, como as falhas da emperrada máquina militar.

A par da literatura de guerra, provavam-no as variadas e oportunas citações de Clauwitz, Moltke, von Der Goltz, cujas obras eram do seu constante manuseio ; disputado para os artigos de abertura das publicações militares, como seja a *Revista de Artilharia*, a que

no momento me ocorre, Calógeras não era apenas um deputado de erudição livresca : freqüentava com assiduidade os exercícios e nas manobras causava surpresa aos amigos ao ser apanhado a ensinar a recrutas.

Espírito de cooperação, punha-se imediatamente em contacto com quem revelasse valor cultural. E o fazia sem apresentação, com simplicidade. Não há muito tempo, perlustrei dois depoimentos, que evidenciam não só a sua insaciável curiosidade, a sua paixão pelo estudo e aquêlê ânimo cooperativo de que acabo de falar. Um foi trazido pelo general Pedro Cavalcanti. Outro, pelo general Castro e Silva, seu official de gabinete no Ministério da Guerra.

Conta-nos o primeiro que, em 1903, então tenente, recebeu de Félix Pacheco, o convite para exercer no *Jornal do Comércio* o cargo de crítico de livros que versassem matéria militar. Remettersam-lhe vários volumes para se pronunciar. Entre êles, um exemplar sôbre a guerra russo-japonesa, de autoria de Henrique Rostagno, observador militar da Argentina no teatro daquela guerra. O novel articulista escreveu longamente sôbre aquela obra volumosa. Calógeras, atento a tudo que se referisse a assuntos bélicos, imediatamente enviou-lhe carta de sabedor, repleta de observações, de acôrdo umas, em desacôrdo outras, sôbre o livro que ainda trazia tinta fresca do prelo, e em tôrno da análise de comentarista. Foi assim que travou relações com Pedro Cavalcanti.

Não menos significativo é o segundo depoimento. Em abril de 1914, o capitão Castro e Silva, publicou, no Boletim, do Estado Maior do Exército, um estudo sôbre “O projétil único para a artilharia de campanha”, matéria muito debatida nos meios militares europeus. Pouco depois, recebia de Calógeras, que o desconhecia por completo, um cartão de felicitações pelo magnífico trabalho. Sensibilizado ante o gesto, raro entre os próprios camaradas, mandou-lhe o folheto *O tiro de artilharia de costa*, no qual firmava os princípios dessa modalidade de fogo de artilharia. Calógeras respondeu-lhe imediatamente, salientando o fato de ser a primeira vez que o assunto era tratado em nossa literatura : lembrava-lhe, porém, que já havia aparelhagens mecânicas que resolviam rápida e automaticamente os numerosos cálculos necessários para a correta execução dêsse tiro. Castro e Silva declarou-lhe que “de leitura” não desconhecia tais aparelhagens e só não lhes fizera menção, na brochura que escrevera, porque apenas tivera em mente um estudo teórico do tiro. Ministro da Guerra, Calógeras lembrou-lhe do episódio e Castro e Silva é convocado para o seu gabinete.

Com Sousa Reis, official dos mais competentes do Exército, um dos líderes da corrente renovadora, manteve longa correspondência

epistolar. De grande interesse seria a divulgação dessas cartas, em que as necessidades do Exército são ventiladas do alto.

Em contraposição narrou-me o humanista e educador Fernando de Azevedo que, tendo proferido na Escola Normal de São Paulo conferência sobre as vantagens do ensino do latim, a primeira carta de aplausos que recebeu foi a do ministro da Guerra, que não o conhecia pessoalmente e se achava na cidade do Rio de Janeiro. São fatos por si só eloqüentes, reveladores de personalidade inconfundível, de espírito multiforme, de cooperação e patriótico, de cultura técnica e clássica, não comum entre os nossos homens de govêrno.

Nenhum problema agitou tanto elemento civil como o do sorteio militar, levado a têrmo no govêrno de Afonso Pena. Calógeras colaborou na lei reorganizadora do Exército, que reputava carta de alforria. código de progresso para as instituições militares.

O exército profissional, "l'armée de métier" na expressão francesa constituia dúplice perigo, que apontava : político, formando no seio da coletividade uma casta especial dela segregada, insuficientemente esclarecida, organização baseada no falso pressuposto do voluntariado que, em geral, só atrai o rebutalho social, os vencidos da vida, enfim "o emprêgo de soldado", militar, pela organização viciosa e inexistência de reservas.

O sorteio criou o reservista; alterou o conceito de não ser o serviço militar profissão permanente mas pagamento de dívida para com a Pátria : aumentou o efetivo do Exército, sem acréscimo ponderável nas despesas; a mocidade foi convocada para o serviço das armas; a classe militar deixou de ser uma classe à parte.

Posteriormente, desenvolveu, em discursos e em livros, a tese de que aceitava o sorteio como medida transitória, por considerá-lo injusto e anti-republicano; não compreendia isenções conferidas pela sorte; os ônus e as vantagens devem ser distribuídas igualmente para todos os brasileiros e é um ônus não ter a honra de defender o seu país.

Com a conquista da opinião pública para essas idéias, com os frutos obtidos da campanha cívica encetada por Olavo Bilac, caminhou em busca do ideal : o serviço militar obrigatório.

Entusiasta do Exército em acolher cidadãos de tôdas as profissões e de todos os matizes, tendo-o como a representação viva da nação, Calógeras combateu a manutenção das milícias estaduais e a política das linhas de tiro, propugnando, com tôda a flama do patriotismo, a nação armada, medida que, segundo inúmeros opositores, iria provocar levantamento em massa das populações e protesto generalizado das mães. Um dos remédios que sugeriu para aplinar essa

tensão de espírito foi o de o reservista servir na guarnição mais próxima à localidade donde era filho.

Calógeras, já então partidário da idéia nova, advogava a prestação anual, gratuita, de todos os brasileiros, na caserna. Pensando assim, não poderia deixar de ter sempre em mente o problema do aquartelamento, que procurou com a máxima dedicação resolver quando ministro da Guerra.

O parlamentar que afirmou “O Exército exige um sistema orgânico de construção de quartéis em todo o território da República” teve a fortuna de demonstrar, com o correr dos anos, que possuía esse traço de estadista: o equilíbrio entre “a cogitação e ação”; realizou como ministro o que reclamou como deputado.

“Não é possível retirar os moços do seio das famílias para alojá-los em verdadeiras pocilgas, que são muitos dos nossos quartéis, nem adquirir custosos armamentos para deixar que se deteriorem em galpões de todo inadequados à sua armazenagem e conservação”, são observações que não se cansava de repetir aos seus comandados, hoje pelo general Castro e Silva divulgadas no consciencioso trabalho em que focaliza a atuação do insigne brasileiro no Ministério da Guerra. Ponderações essas que justificam de maneira irretorquível a política que seguiu, de substituir os casarões coloniais pelas casernas amplas e saudáveis, propícias à robustez e bem estar do soldado brasileiro.

Estimulado pelos “jovens turcos”, procurou, através da acústica do Parlamento, insuflar ânimo em oficiais amodorrados pela rotina. Sobre tudo, opôs-se à influência, que reputava deletéria, das doutrinas contistas no Exército. O mal, a seu ver, estava na deficiência do ensino nas escolas militares, com a preocupação quase exclusiva de investigar problemas filosóficos, descuidando do preparo técnico.

A doutrina de Augusto Comte, que o empolgou na mocidade, civil e conciliável com o autoritarismo, formava matemáticos e filósofos. Preparava o militar para a paz e o afastava da orientação bélica; erro que o não belicista sem devaneios reconhecia. Em consequência, a escola fornecia engenheiros, burocratas e não soldados. Com a responsabilidade de Calógeras, foi dito que muitos alunos saíam das escolas militares, quanto aos exercícios de artilharia, sem ter feito sequer um único disparo. E’ natural que essas afirmações, de tanta rudeza, provocassem forte reação em vários núcleos do Exército, influenciados pela obra do cultor da humanidade ou do Grande Ser, respeitável e grandiosa sob vários aspectos e sempre recordada pela pregação de Benjamin Constant, cidadão de vida puríssima e apóstolo do pacifismo.

Inegável, porém, que, em parte, à campanha tenaz, ininterrupta e prestigiosa de Calógeras, se deve melhor compreensão d'esses problemas, fundamentais para o resguardo da nacionalidade brasileira, nas elites dirigentes. Necessário se diga, se no Exército havia oficiais sem curso, promovidos por serviços de natureza política, sem ânimo para a renovação, inúmeros eram os que, de idoneidade, preparo e fé, o apoiavam, jubilosos de encontrar um civil, de descortino e influência, que os entendia.

Em face dos memoráveis discursos parlamentares do valoroso brasileiro, surgiram na imprensa artigos encomiásticos de Sousa Reis, de Pedro Cavalcanti, com o pseudônimo de coronel Fix, e até conferências no Estado Maior, como, por exemplo, a pronunciada pelo coronel Fileto Pires Ferreira, que discorreu sobre efetivos do Exército, tema analisado pelo grande estadista.

Significativas foram as palavras do conferencista no próprio recinto do Estado Maior : “A classe militar, disse o coronel Fileto, recebe com júbilo, com grandes esperanças, a intervenção patriótica do ilustre deputado no estudo das coisas da guerra” e ainda “que conquiste as posições donde possa dirigir a campanha, que empreendeu a favor do Exército”. Alusão clara à pasta da Guerra.

O esforço gigantesco de Calógeras exaltou toda a oficialidade jovem. Não é segredo que muitos militares — por um abaixo-assinado, que não foi levado avante, por infringir às normas disciplinares — tentaram fazê-lo ministro da Guerra no quadriênio Wenceslau Braz, ato de extraordinária relevância e que traduz o maior desmentido ao propalado ciúme do soldado para com o paisano, o reconhecimento do militar para com o civil enamorado do Exército.

Calógeras advogou sempre a tese do “grande mudo”, como o conceituava Foch. Deputado, ministro ou publicista, sempre entendeu que a experiência provava mal de militares serem investidos de funções eletivas quando em serviço ativo. É evidente não ser contrário a oficiais de terra e mar desempenharem cargos de eleição : objetava à coexistência de atividades públicas. O argumento era de ordem técnica : o alheamento, progressivo e fatal, de assuntos de guerra, em virtude de outras preocupações e da especialização crescente imposta pelas forças armadas. Antepunham ainda essa objeção, que o define : as transigências inevitáveis da política, arte de governar os homens, maream a beleza do ideal militar.

Preocupado em resguardar a eficiência das instituições armadas e de não cercear a livre escolha dos eleitores, o democrata cioso da reorganização do Exército, se não admitia limitação à capacidade po-

lítica do oficial, não se entusiasmava, como vimos, com o desvio dos rumos da profissão das armas. Alvitrava a solução coerente : permitir a eleição, com a reforma voluntária do oficial ao aceitar o cargo. Opção compreensível em quem, seguindo as inspirações do patriotismo, entendesse assim poder melhor servir o Brasil.

É de se registrar não só a sua isenção de defender na Câmara essas idéias, um tanto arrojadas para a época, em presença de militares-deputados, quase todos a ele ligados por laços de afeto, como ainda o profundo respeito com que era ouvido, persuadidos todos da sinceridade das suas opiniões e sobretudo do seu entranhado amor às forças armadas.

Para eficiência do ensino da arte bélica e para evitar que o oficial se alheie das necessidades reais do Exército, que a todo o momento, em rápido crescendo, surgem, em notável relatório confidencial apresentado ao conselheiro Rodrigues Alves sobre a lei de meios para o exercício de 1919, Calógeras aconselhou a maior severidade na exigência da transitoriedade das funções professorais. O preparo militar só se adquire “vendo, tratando e pelejando”, na frase do poeta. Nenhum ensino teórico é vantajoso sem a prática, notadamente e das coisas de guerra. O professor, voltando às fileiras, permanece soldado; não retornando, transforma-se em burocracia e fracassa como escultor da alma militar.

Quem assim se manifestava e sempre reconheceu as falhas da nossa organização bélica, não poderia deixar de ser um convencido da necessidade da vinda de instrutores estrangeiros para o nosso Exército. Não foi Calógeras o primeiro civil que arrostando a má compreensão de alguns militares, homens de governo e leguleiros, a divisar na medida uma negação da inteligência, do preparo e do patriotismo dos oficiais brasileiros. Rui Barbosa, tão mal compreendido em suas relações com as forças armadas, nos primórdios do século XX, pelas colunas da “Imprensa”, já pleiteava a urgência da entrega da educação técnica do Exército a oficiais alienígenas. Na plataforma do civilismo, lavrada com buril, o defensor da justiça e da liberdade individual insistiu na idéia, com exemplos recentes da Argentina, Chile e Peru, sendo que os andinos conferiram a militares estrangeiros a própria estrutura do Exército.

Calógeras foi dos precursores dêsse movimento de rejuvenescência no Parlamento. Fê-lo quando o marechal Hermes dirigia a pasta do Exército. Apresentou e justificou emendas ao orçamento da Guerra, autorizando o governo federal a contratar instrutores europeus. Quanto à idéia aventada por inúmeros deputados, da ida de oficiais brasileiros para o Velho Mundo, a fim de servir no Exército

da Alemanha ou da França, se em princípio transigiu, com a emenda que ofereceu, elevando, em cada ano, o número de oficiais, discordando do projeto, na mesma legislatura, o espírito peregrino de Calógeras, visto tratar-se de processo moroso, solução para casos individuais e, substancialmente, erro de psicologia militar.

Na presidência Hermes, apoiado pela maioria ponderável de oficiais, de postos inferiores, conquistada pela renovação benfazeja, em discursos de retumbante êxito, ao bater-se, pelo aperfeiçoamento técnico do pessoal, pede a “missão estrangeira”, tomada essa expressão em sentido amplo, “a grande missão” e não simplesmente o conjunto de instrutores que vinham ao Brasil.

Brasileiro até a medula, sem a fobia do estrangeiro, desejava a “grande missão”, que só poderia ser francesa, dada a afinidade de raça, para aumentar a eficiência dos nossos soldados, cujas qualidades de resistência, sobriedade e destemor, sempre encareceu.

Vencidos os últimos óbices, o general Cardoso de Aguiar, com o apoio integral de Calógeras, no Parlamento, a contrata, ensejando ao seu sucessor imediato na pasta da Guerra na órbita administrativa e disciplinar, tornar realidade o ideal que acalentou em fase brilhante de sua vida parlamentar.

No aludido relatório, em que delineou um programa de governo, obra classificada pelos escritores como o compêndio da administração brasileira, o grande civil soldado, diante da complexidade da organização das forças armadas, propôs a separação dos serviços do Estado Maior da administração dos problemas de guerra.

Esta é uma função política transitória. Aquêlé, um cargo exclusivamente técnico e de chefe permanente, de comando, enfim. O chefe do Estado Maior é o responsável pelo apresto da tropa. O ministro, que pode ser civil, o fornecedor dos recursos para que o Exército e a Marinha tenham o seu preparo de guerra. Em torno dessas proposições, que mereceram reparos, alinhou argumentos ponderosos.

Poderá alguém, ao proceder à leitura daquele relatório — que se conservou inédito durante quinze anos, e só publicado a instâncias minhas — conjecturar que Calógeras, talvez naquele momento histórico o único civil que discutia os problemas das forças armadas com apreciável conhecimento de técnica militar, se estivesse insinuando para a pasta da Guerra. Cometerá injustiça à memória do grande brasileiro quem assim presumir.

Nunca pleiteou cargos de administração : indiferente às honrarias, aceitava-os como resgate de um dever para com a Pátria. Suportou o ostracismo, em pleno vigor da inteligência sem uma queixa,

quando simples palavra de agrado o levaria de novo aos galarins dos ministérios, suspirados pelos que o combatiam nos bastidores dos palácios de govêrno.

Hoje é uma verdade inconteste o entrelaçamento máximo dos assuntos civis e militares da pasta que com devotamento superintendeu. A guerra hodierna é o problema social por excelência e atinge a vida nacional na sua totalidade e a tôdas as classes.

Escudado na experiência dêsse século tormentoso e na autoridade de tantos estrategistas e escritores, como êsse famoso crítico inglês Liddel Hart, no livro que escreveu sôbre a primeira conflagração mundial, pode-se afirmar a incomensurável influência civil na conduta das próprias operações militares.

Estadista do estofo dos dirigentes ingleses e humanistas franceses, ao aceitar de Epitácio Pessoa, que reatava uma praxe do Império, o honroso convite para gerir a pasta da Guerra, estava o técnico político, o afeiçoado às forças armadas, apto para exercê-la, como o julgava a juventude do Exército.

O acêrto de providências iniciais conquista os poucos recalcitrantes. Em breve, unanimidade se faz em volta do general civil, que passa a viver com a tropa e para a tropa.

Rodeado de militares de alta patente e de reconhecido preparo técnico, como Tasso Fragoso, Malan D'Angrogne, Celestino Bastos, Cândido Rondon e tantos outros, nada escapa à faina descomunal do depositário de tantas esperanças. Tudo vê e tudo provê. Armaamento, munição, material de campanha, de tôda sorte, aviação militar, instrução e exercícios, quartéis, acampamentos, campos de instrução, fábricas militares, escolas de tiro e prática de armas, novos regulamentos, preenchimento dos claros pelo sorteio, reforma da justiça militar, eis uma visão panorâmica dos serviços que, na simplicidade dos títulos, em *Formação Histórica do Brasil*, Calógeras proclamou objeto da sua atenção realizadora". Cada uma dessas preciosas utilidades é digna de um capítulo, a desenvolver, porém, em conferências especializadas pelos conhecedores.

Leigo como sou em matéria pròpriamente militar, cabe-me, para não ser acoimado de lavrar em seara estranha, apenas ressaltar em Calógeras, nesse remate de palestra, versada a vôo de pássaro, a feição do patriota, que nele se revestiu sempre de misticismo.

Corria em suas veias sangue de raças milenárias. Mas ninguém cultuou mais o Brasil do que êle, sacrificado em sua saúde e em seus bens materiais.

Examinai, compatriotas que me ouvis, a imensa, a grandiosa bibliografia de Calógeras. É o Brasil, em sua história colonial, política, guerreira e diplomática : é o Brasil, em suas finanças, em sua economia, em sua administração, em suas indústrias, em suas riquezas, encimando os títulos de uma obra orgânica e construtiva : As Minas do Brasil, a Política Monetária do Brasil, a Formação Histórica do Brasil, a Política Exterior do Brasil, os Problemas de Governo e de Administração do Brasil.

Vêde-o : é o educador, de inteligência alada, que em páginas vigorosas e de esplendor cívico, descreve os feitos de Caxias e Osório e os indica à mocidade estudiosa como numes tutelares da nação. É o reabilitador da memória de Barbacena, ensombrada em Passo do Rosário. É o otimista que não admite se prognosticar a ruína e a perdição da terra que o viu nascer. É o pensamento único e exclusivamente voltado para a Pátria comum.

Permiti, enfim, que, neste ambiente de fé e de culto às tradições caras aos nossos sentimentos de brasilidade, eu repita as palavras de Rondon, que valem como apresto inapelável da posteridade : “O Exército Brasileiro não teve melhor amigo.”

TRANSCRIÇÕES

O TESTAMENTO DE JOÃO RAMALHO

DESEMBARGADOR VIEIRA FERREIRA

A figura tão interessante do português João Ramalho, dos primórdios de nossa história, desenha-se no cenário primitivo de um planalto que a serra de Paranapiacaba, como ribalta verde, separa da baixada santista, banhada na orla exterior pelo oceano, mas encharcada até as faldas do Cubatão pelas marés que entram pela Bertioga e pelo inextricável dedalo de esteiros e camboas.

Aparece como protagonista logo no primeiro ato de nosso drama nacional e representa exemplo admirável, o tipo do conquistador lusitano adaptável à vida em outro meio, em que por sua vez se deixa conquistar pelos encantos da terra ocupada e ainda mais pelos atractivos, talvez circunstanciais, da mulher indígena.

Vigoroso tronco de enérgicos mamelucos, o genro de Tibiriçá desempenha considerável função histórica na formação da nacionalidade, pelo cruzamento das raças em sua descendência, que as bandeiras propagaram de Piratininga em todos os rumos.

Não farei aqui nem alhures a sua biografia, mas só tratarei de uma declaração contida no testamento que lhe atribuem, da qual inferiram alguns escritores ter êle vindo para o Brasil antes da expedição de Pedro Álvares Cabral, em 1500.

Como e quando veio para as plagas de São Paulo não há quem saiba. Foi deixado nas praias de Santos com um companheiro, Antônio Rodrigues, que se casou com a filha de Piquirobi, cacique de Uruaí, aldeia daquelas paragens.

Das *Memórias* do padre Jorge Moreira consta que João Ramalho e Antônio Rodrigues eram línguas, ou intérpretes, nas relações entre portugueses e indígenas.

Desde que Portugal necessitava dessas relações, para tornar efetivo o direito que lhe competia pelo tratado de Tordesilhas, havia mister enviar para o Brasil pessoas que aprendessem a língua de seus habitantes.

Por isso deixou Pedro Álvares Cabral dois degredados em Pôrto Seguro, de três que trazia, sôbre os quais escrevi um artigo, *O degredo nas Ordenações do Reino e os degredados vindos com Pedro Álvares Cabral*, publicado pelo *Jornal do Comércio* na edição de domingo, 19 de setembro de 1848. Supuz que o terceiro fôra trazido de sobressalente, mas o meu muito ilustre amigo, almirante Gago Coutinho, em carta de 21 de mesmo mês, que me escreveu, supõe possível que se destinasse para Sofala.

Essa necessidade de línguas explica o degredo em 1501 do bacharel de Cananéia, com o qual já houve quem identificasse João Ramalho, mas este, como analfabeto, só poderia ser bacharel *honoris causa*.

É frei Gaspar da Madre de Deus quem nos dá notícia do testamento de João Ramalho em suas preciosas *Memórias para a história da capitania de São Vicente*.

Diz o ilustre beneditino :

“Eu tenho cópia do testamento original de João Ramalho, escrito nas notas da vila de São Paulo, pelo tabelião Lourenço Vaz, aos 3 de maio de 1580. A fatura do dito testamento, além do referido tabelião, assistiram o juiz ordinário Pedro Dias e quatro testemunhas os quais todos ouviram as disposições do testador. Êle por duas vêzes repetiu que tinha alguns 90 anos de assistência nesta terra.”

Alguns 90 anos são 90 anos, aproximadamente, um mais ou menos mais perto de 90 do que de 80, ou do que de 100, não ultrapassando o mínimo de 85 nem o máximo de 95. A incerteza não vai além de meia dezena.

O testamento foi feito em 1580, número de anos do qual, abatendo-se 85, se chega a 1495 e, abatendo-se 95, se atinge 1485, como início dêsses “alguns 90 anos”.

A assistência de João Ramalho no Brasil em qualquer dêsses anos, anteriores à expedição de Pedro Álvares Cabral, é coisa incompatível com o descobrimento da terra em 1500.

Varnhagem supôs por isso muito possível que tenha havido êrro na leitura dos números, lendo-se 1.580 onde estaria 1570 e “alguns 90” em vez de “alguns 60”.

Êsse êrro não é provável, ainda menos por parte do meticoloso autor das *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, quer os números estivessem escritos por extenso, como se faz nas escrituras públicas, quer em algarismos arábicos. O 7 não é curvilíneo como o 8 e as figuras do 6 e do 9 são antagônicas.

Cândido Mendes, para remover o incômodo cronológico, chega a suspeitar no trecho relativo ao testamento de João Ramalho uma impudente invenção de frei Gaspar da Madre de Deus, mas essa injúria não se concilia com os traços biográficos, tão honrosos para o frade, que se lêem num artigo do saudoso Solidônio Leite sobre o descobrimento do Brasil, em tomo especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dedicado ao Congresso Internacional de História da América (1922).

Nesse artigo Solidônio Leite supõe que o Brasil foi descoberto em 1498 por Duarte Pacheco Pereira e que João Ramalho foi por êle deixado no litoral paulista; mas do que escreve o próprio Duarte Pacheco, em *O Esmeraldo*, se conclui que a sua viagem não foi para o Brasil, mas para a América Central, pelas Antilhas, como penso ter demonstrado numa conferência que fiz no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada pelo *Jornal do Comércio* na sua edição de domingo, 4 de julho de 1948.

Solidônio Leite dá treze anos pelo menos a João Ramalho, em 1498 e admite sem dificuldade que êle em 1580 já fôsse um macróbio, fazendo seu testamento com cento e poucos anos.

Ainda que as palavras “alguns 90 anos de assistência nesta terra” fôsem mesmo as escritas no testamento, como pronunciadas por João Ramalho, e não o modo por que o historiador beneditino refere a declaração do testador, com o sentido que lhe atribuiu, eu penso que se lhes deve dar uma interpretação muito diferente da que lhes tem sido dada.

Creio que João Ramalho quiz referir-se, não à sua residência em terras de São Paulo, mas à sua idade avançada.

Na última vontade o agente já velho que a declara pensa na idade, que o leva a dispor dos seus bens, e não no domicílio em que testa.

Declarando sua idade, coisa que não é juridicamente necessária, o testador não faz senão explicar o motivo de seu ato, que é a previsão de um fim próximo nos últimos dias de vida; mas a indicação do tempo que passou em certo lugar seria uma inexplicável inutilidade.

No caso de que trato só não seria se João Ramalho tivesse a preocupação de ministrar dados sobre o descobrimento do Brasil aos seus futuros historiadores.

Não teve de certo êsse intuito informante. Com as palavras “alguns 90 anos de assistência nesta terra” o nonagenário quis declarar,

de modo metafórico, o tempo que já tinha vivido neste mundo, neste globo terráqueo, nesta terra, sua idade senil naquele momento

Não eram os anos de assistência em terras de São Paulo, mas os de sua idade avançada.

Sobre a idade de João Ramalho em 1564 existe uma ata da Câmara de São Paulo da qual consta que êle se excusou de servir o cargo de vereador por já ter passado de certo número de anos, que o texto da ata, de leitura difícil nessa parte, deixou duvidoso. lendo alguns o número setenta e *João Mendes* 78 (setenta e oito).

Pela primeira leitura João Ramalho teria 85 anos em 1580, quando fez o seu testamento; pela segunda 94.

Esses números differem apenas de uma unidade daquelles a que cheguei calculando por aproximação os "alguns 90 anos" declarados pelo testador num tropo que desorientou os leitores; sua "assistência nesta terra".

Não me parece, pois, aproveitável o testamento de João Ramalho para prova de que os portuguezes vieram ao Brasil antes de Pedro Álvares Cabral, como com tanta erudição procurou demonstrar Solidônio Leite, que o supõe vindo com Duarte Pacheco em 1498.

O descobrimento do Brasil pelos portuguezes deve remontar a mais de trinta anos antes da arribada à Pôrto Seguro, como formalidade para a posse e publicidade internacional

Um documento convence dessa anterioridade, é o diploma que se lê à página 33 de *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acêrca das navegações e conquistas portuguezas*.

Eis o seu teor :

"Carta d'El Rei D. Afonso V, por que proibe a todos os lugares e a tôdas as pessoas particulares, que tiverem privilégios para commerciar nas terras de Guiné, que o façam dos seguintes gêneros : gatos de algalia, malagueta, unicórnio, qualquer especiaría, e bem assim pedras preciosas, tintas de brasil ou laca, pois êsses gêneros reserva para si. Alenquer, 19 de outubro de 1470."

Essa lei de Afonso V acha-se indicada por Pascoal José de *Melo Freire*, à página 171, nota 33, da sua *História juris civilis lusitani* (Olisipone, anno MDCCC).

Em 1470, *anno dela*, tudo quanto ficava a sudoeste de Portugal depois das Canárias comprehendia-se no vago dêsse termo "terras de Guiné", fôsse na costa africana, ou nas ilhas dessas bandas.

Reservando-se para a coroa nessas terras o comércio das tintas do brasil, é que em 1470 já se explorava no Brasil essa indústria extrativa, ou, como parece mais provável, se previa uma exploração futura, por se ter conhecimento de existir aqui a madeira tintoria, cujo comércio se reservava.

Os navegantes portuguezes que primeiro viram o Brasil admiraram necessariamente nas matas do litoral a extraordinária grandeza de suas árvores e nos toros que cortaram para amostras, ou para outro fim, encontraram logo alguns que sangravam “largando de si uma tinta vermelha”.

Se a terra em que abundava o pau brasil era um continente não podiam saber, sendo provável que a tomassem por uma ilha ulterior na série Madeira-Canárias-Cabo Verde, por ficar no mesmo rumo, para sudoeste.

Não consta que se tenha explorado ou mesmo que haja pau brasil na África, para que pudesse explicar-se o ter sido reservado com outros gêneros no comércio de Guiné, em 1740.

As regiões do mundo em que se encontra o precioso vegetal vêm enumeradas no terceiro capítulo, *Geografia do pau brasil*, da magistral monografia de Bernardino José de Sousa, *O pau brasil na história nacional*.

Nela o benemérito baiano, tão carinhoso no trato de assuntos nacionais, pôs sua admirável erudição, escrevendo as 216 primeiras páginas do décimo volume dos *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, com que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro festejou, em 1938, o seu centenário.

O govêrno português guardou sigilo sôbre a existência da terra em que havia pau brasil e aguardou para explorá-la a ocasião oportuna.

Quando ia tornar-se impossível continuar a encobrir o achado é que os línguas, como João Ramalho, se tornaram necessários, destinando-se a tal função até os degredados.

Mas, para se determinar a época do descobrimento, nenhum valor cronológico tem o testamento de João Ramalho.

A COMISSÃO DE HISTÓRIA DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

DR. SILVIO ZAVALA

I — *Antecedentes*

O Instituto Pan-Americano de Geografia e História que foi, recentemente, reconhecido como órgão especializado da Organização dos Estados Americanos, iniciou os seus trabalhos em 1929, por decisão da Assembléia Pan-Americana de Havana.

O govêrno do México ofereceu um edifício, especialmente adaptado, para a sede do Instituto, em Tacubaya, nas imediações da cidade do México.

Em 1941 estudou-se, na Assembléia Geral do Instituto, reunida em Lima, a conveniência de ser modificada a estrutura do Instituto a fim de intensificar os seus trabalhos técnicos por meio da criação de Comissões. A primeira que se organizou foi a de Cartografia, com sede em Washington. Depois se criou a de Geografia, com sede no Rio de Janeiro, e a de História, com sede no México, sendo que esta última o foi por decisão da IV Assembléia Geral do mesmo Instituto, realizada em Caracas, em 1946.

Em 1947 realizou-se, no México, a I Reunião de Consulta da Comissão de História, que foi organizada e regulamentada e estabeleceu o seu programa de trabalhos (*).

Em conformidade com a resolução de Caracas que criou a Comissão e com os acordos firmados na Reunião de Consulta no México, foram constituídos, também, quatro Comitês da Comissão, confiados aos seguintes países : Argentina, Comitê de Programa de História da América e Revisão de Textos; Cuba, Comitê de Arquivos; Peru, Comitê de Folclore; Venezuela, Comitê do Movimento Emancipador.

(*) "Primera Reunión de Consulta de la Comisión de Historia", México, 1947. Publicação n.º 86 do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Êsses Comitês ficaram encarregados da realização de projetos específicos que também foram determinados na Reunião do México, correspondendo, portanto, ao organismo central da comissão a execução de todos os demais acordos que não foram confiados, particularmente, aos Comitês.

II — *Finalidades*

A Comissão de História não é uma Academia ou um Instituto de Investigação igual aos já existentes nas Américas, porém, uma agência estimuladora, coordenadora e difusora dos estudos de história da América, que tem a missão de trabalhar em cooperação com os estudiosos e com as instituições que se dedicam a essa matéria.

Seu propósito fundamental é o cultivo de história da América em seu sentido mais amplo, pelo que aceita os quatro idiomas oficiais do Novo Mundo, ou sejam, o espanhol, o português, o francês e o inglês; e se ocupa, indistintamente, da história de qualquer das grandes áreas culturais das Américas, procurando lograr por cima de suas fronteiras um maior conhecimento mútuo entre os homens do Novo Mundo.

Nos diversos atos e momentos da vida da Comissão, os historiadores que a integram ou que nela colaboram, declararam o seu propósito de se apegarem à verdade histórica e de reconhecerem as divergências que existem entre as várias entidades históricas do continente. Não existe, pois, o desejo de criar uma história oficial, de conveniências ou à base de simulações; porém, aqueles que contribuem com seu esforço científico para a obra da Comissão de História sabem que dentro das exigências rigorosas de sua disciplina, e sem prejuízo dessa variedade que caracteriza e enriquece os povos do Novo Mundo, é possível e conveniente a tarefa de animar o conhecimento recíproco de nossas respectivas histórias e que mediante a realização de trabalhos científicos comuns se pode avivar o espírito de colaboração e de compreensão entre os historiadores americanos, contribuindo, assim, para promover a amizade entre os povos deste continente aos quais se destinam os resultados dessas investigações.

Cada historiador americano conhece a história de seu próprio país e costuma dar importância às origens européias que influíram em seu desenvolvimento. Não se pode dizer, porém, que existe em cada um deles o hábito de considerar as experiências paralelas dos demais povos do Novo Mundo. Por isso a História da América, em seu sentido mais amplo, encontra-se apenas em estado de formação.

Sobre a imensa extensão geográfica dêste continente, tão variado em suas paisagens como em seus recursos naturais, os homens pertencentes a vários povos europeus têm ensaiado a transplantação de suas respectivas culturas; fazendo-o em épocas diversas, sob formas religiosas e sociais distintas, encontrando e tratando de modo muito diferente as civilizações indígenas que, por sua vez, ofereciam características desiguais em cada área do Novo Mundo, associando à empresa, coativamente, os homens originários do continente africano em quantidade variável e com resultados nem sempre semelhantes; travando lutas, entre si, por tôdas as fronteiras políticas e culturais e expressando as idéias e os sentimentos que acompanham êsses processos históricos por meio da obra de seus grandes historiadores.

Essa grande tarefa histórica que cria e singulariza os povos do Novo Mundo, não tem sido estudada, comumente, por historiadores capazes de abranger as distintas áreas e épocas que possam servir de ponto de apoio aos paralelos mais significativos.

Não existe, por ventura, neste sentido, um vasto campo de possibilidades para o trabalho dos historiadores em continuação aos ensaios iniciados pelos filósofos do século XVIII, corrigindo, por sua vez, os muitos erros de detalhe em que êles incorreram?

O estudo persistente da história paralela dos povos americanos não se deve tentar, a nosso ver, com o único objeto de estabelecer semelhanças ou diferenças.

Importa, outrossim, criar o hábito da contemplação e da meditação dos fenômenos históricos do Novo Mundo dentro de um marco mais amplo e por sua vez, mais justo, pois a história de cada nação aparecerá enriquecida pela luz advinda das experiências.

Não queremos predicar, *a priori*, a existência de uma História de conteúdo ou de sentido comum nas Américas. Tão pouco enchemos nossas aspirações com a existência nos Estados Unidos, por exemplo, de um importante grupo de historiadores especializados em temas latino-americanos. Isso seria excelente e desejaríamos sugerir aos países da América Latina um movimento equivalente, encaminhado ao estudo da história dos Estados Unidos. Mas, também, nos interessa que o historiador da civilização dos Estados Unidos, sem deixar de o ser, conheça a experiência histórica canadense, mexicana, brasileira, etc., para entender melhor o desenvolvimento de sua própria história. Isto é, que cada historiador americano de uma determinada área possa manejar a experiência geral do continente, para focalizar seus problemas com melhor perspectiva. Tal é o que vêm fazendo, entre outros, os antropólogos que se dedicam aos problemas do negro na América, já que a experiência haitiana ou brasileira é de indubi-

tável significação para quem estuda semelhante tema nos Estados Unidos.

O Instituto Indigenista conseguiu, também, reunir estudiosos do índio de distintas zonas do continente. Da mesma maneira, o historiador interessado no surgimento dos senhorios no Canadá, pode considerar, com proveito, a história das encomendas na América Espanhola ou dos Donatários no início de colonização portuguesa do Brasil.

Os exemplos poderiam se multiplicar e, mesmo passar dos fenômenos históricos particulares a considerações gerais sobre a trajetória das várias áreas culturais do continente, *verbi gratia*, se se estudar as opiniões dos franceses na América, no século XVIII, acerca dos espanhóis, portugueses ou ingleses com os quais entraram em contacto; ou se se examinar, comparativamente a significação dos momentos em que se inicia a atividade colonizadora em regiões distintas, como Santo Domingo que, até fins do século XV, recebeu a influência do outono da Idade Média, para usar expressão feliz de Huizinga, enquanto que no território dos atuais Estados Unidos não chegaram colonizadores ingleses senão pelo século XVII, quando a Europa já transpunha a centúria das lutas religiosas.

De sorte que a história da América em geral, e a de cada região, possam ganhar simultaneamente por êsse exercício de conhecimento recíproco ou transversal, a cujo desenvolvimento se dedica de preferência a atividade da Comissão de História.

É em consequência disso que o seu programa abrange toda a extensão geográfica das Américas, qualquer que seja a situação política de uma região dada, *verbi gratia*, Jamaica, Guianas, Porto Rico, Antilhas Francesas, etc.

III — Organização e forma de trabalho

A Comissão está integrada de Membros Nacionais designados pelos governos dos países americanos. Êsses Membros são escolhidos, de acôrdo com os Estatutos do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, entre pessoas que se dedicam aos estudos históricos.

A Comissão pode receber, tanto contribuições públicas como privadas, para a realização de seus trabalhos. Em certas ocasiões recebeu ajuda econômica de instituições científicas que tomaram a seu cargo o cumprimento de algumas partes de seu programa. Exemplificando : os retratos dos historiadores norte-americanos Parkman

e Turner foram apresentados à Comissão por intermédio da American Historical Association, a qual recorreu, por sua vez, aos bons ofícios da Colonial Society of Massachussets e do grupo Friends of Frederick Jackson Turner. Os do Equador, ao contrário, foram doados pelo Estado.

A Comissão dá especial atenção à capacidade técnica de seus colaboradores, uma vez que defende ideais científicos e de qualidade histórica. Algumas vezes os membros nacionais se têm encarregado, diretamente, de realizar trabalho para a Comissão, quando êstes coincidem com as suas especialidades ou preocupações históricas; porém, atuam, geralmente, como conselheiros para ajudar as entidades ou pessoas especializadas de cada país, a fim de que elas possam realizar o trabalho solicitado.

A opinião das Universidades, das Academias e dos demais Institutos Históricos do continente é sempre levada em conta nos trabalhos da Comissão.

A Comissão de História está convencida de que o êxito de seus trabalhos depende de sua habilidade em aproximar os melhores técnicos de cada país e que, por isso, não deve formar um secretariado numeroso e custoso, porém, manter um reduzido e econômico serviço administrativo e, ao contrário, ter em todo momento um numeroso e variado grupo de historiadores do continente trabalhando em seus projetos, por meio de contratos específicos.

Assim, a proporção entre os gastos administrativos e os técnicos e de publicações se tem mantido em uma relação que não excede de trinta por cento do total do orçamento fixado pela Comissão.

IV — O Programa

A primeira reunião de consulta de 1947 deixou à comissão um programa com um número excessivo de encargos, por isso foi preciso escolher os de mais imediata e prática realização. Atualmente a Comissão se encontra realizando diretamente os seguintes encargos :

1 — Um cadastro das instituições que no continente se dedicam ao estudo da história, abrangendo, como já foi explicado, o Canadá, os Estados Unidos, América espanhola, Brasil e as possessões européas na América.

2 — Igualmente, na mesma linha de trabalho, a Comissão apresentará um cadastro dos historiadores de outras partes da América.

3 — Encontra-se, também, em vias de realização a galeria de retratos de destacados historiadores do continente, a qual se está compondo por meio das ofertas que têm sido feitas por diversos países. Sete países fizeram entrega de retratos e nove já comunicaram seu próximo envio. Para a devida divulgação dêste projeto, a Comissão publica folhetos explicativos da obra de cada historiador que entra para a galeria, podendo se citar, por exemplo, o estudo preparado pelo professor Merle Curti sobre Turner e o de Marroquin sobre o historiador colombiano Restrepo.

4 — Dentro da ordem dos trabalhos científicos, a Comissão iniciou a biblioteca de historiografia, cuja finalidade é reunir a história do pensamento histórico dos países americanos. O volume correspondente a Cuba já se acha bem adiantado e também se está trabalhando nos volumes de outros países como o Brasil, Guatemala, México e os Estados Unidos. Ao se completar esta série, o leitor poderá se orientar com facilidade dentro da vasta literatura histórica produzida por todos e por cada um dos países.

5 — Iniciou-se, outrossim, a preparação de um estudo coordenado sobre algum tema social que tenha significação em diversas partes da América, como “A Abolição da Escravatura”. Uma orientação semelhante se pensa seguir nos estudos de História das Idéias, do qual se vai ocupar um Comité especial da Comissão, cuja criação foi recomendada pela I Reunião de Consulta da Comissão de História e que já funciona em forma interina.

6 — Não podia a comissão deixar de se interessar pelo problema do ensino de história. Em face disso, publicou um volume acêrca do modo como se ensina a história no México, nos diversos graus; o volume correspondente aos Estados Unidos foi terminado e o do Peru está bem adiantado. Outros seis já iniciaram a realização dêsse projeto. Concluídos os trabalhos de informação, os seus resultados serão submetidos aos técnicos para que formulem as recomendações adequadas. Talvez se possa dedicar maior atenção ao Novo Mundo e à sua história no sistema educativo de cada país americano.

7 — A fim de facilitar o conhecimento das técnicas da História e de suas ciências afins, a comissão publicou vários manuais, como o *Manual de Técnica de História do Direito Indiano*, de autoria de Don Rafael Altamira e o de *Conservação de Livros e Manuscritos* de Dom Juan Almela Meliá. Estão outros em preparo como o de *Paleografia*, de Don Agustin Millares.

8 — O continente se distingue por sua riqueza em monumentos históricos. O problema de sua conservação tem interessado à comis-

são. Estão em preparo informes minuciosos sôbre o modo como cada país americano guarda essas reliquias do passado e brevemente aparecerá o volume com as informações da Argentina, Chile, Guatemala, Haiti, México, Panamá e Santo Domingo, que já foram entregues.

9 — No que respeita às fontes históricas, os historiadores que se reuniram no México em 1947, compreenderam que, além dos arquivos existentes em solo americano, há um grande número de pontos de interesse americano depositados nos arquivos europeus. Quase todos os países da América têm enviado missões com o fim de estudar ou copiar êsses documentos conservados na Europa e conviria saber o que, nesse campo, tem realizado cada um dos outros países. México e Santo Domingo já concluíram seus informes que foram publicados pela comissão.

10 — A Comissão de História mantém publicações periódicas fundadas pelo Instituto : o *Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana* e a *Revista de História da América* que já completaram os dez primeiros anos de sua existência. A bibliografia de livros e de artigos reunidos nesta última revista figura, também, em fichários à disposição dos investigadores.

De sorte que o programa da comissão abrange aspectos instrumentais, informativos e de criação historiográfica. Os primeiros são de óbvia utilidade e de índole prévia. Os segundos podem contribuir para fixar a atenção sôbre os aspectos importantes do trabalho histórico na América e oferecer uma base para posteriores recomendações. Os últimos podem resolver, se se obtiver a qualidade apropriada, grandes problemas de conhecimento histórico do continente que não poderiam ser tratados por meio de investigações isoladas.

Êste programa é agora objeto de um estudo que servirá de base para a revisão na V Assembléia do Instituto que se reunirá em Santiago do Chile, em outubro dêste ano (1950).

V — Relações

A Comissão de História conta como organismo pan-americano inter-governativo, com o apôio dos governos que designaram os membros nacionais que a integram. Cada um dêsses membros nacionais deve ter um corpo de assessôres escolhido entre pessoas dedicadas à história.

A comissão tem procurado estabelecer contactos com as instituições científicas e com os historiadores americanos, sem o que não

pode esperar nem a realização técnica de seus trabalhos nem a devida difusão dos resultados de seu programa. Em face disso, distribui informes mensais sôbre o progresso que se vai obtendo na execução dos mesmos.

Onde existem associações de historiadores, como ocorre nos Estados Unidos com a American Historical Association, a comissão tem procurado entabolar conexões adequadas.

Desde a reunião do México se tem procurado, também, coordenar o trabalho da Comissão de História com o da UNESCO. Não se tem obtido muito, em princípio, porque, uma e outra instituição, estão iniciando seus trabalhos. É lógico, porém, pensar que, no futuro, os esforços de cooperação intelectual realizados pelos historiadores dos países americanos chegarão a interessar ao organismo científico mundial.

VI — *Conclusão*

Temos procurado apresentar, com a maior brevidade possível, um programa das finalidades da Comissão de História, bem como um esquema de sua organização e trabalhos.

É nosso desejo que em cada país americano esta alocução possa significar uma atração para novas perspectivas.

Que o historiador dos Estados Unidos, por exemplo, compreenda a necessidade de aprender as outras línguas da América, que viaje pelas várias áreas americanas e adquira conhecimentos sôbre a Argentina, Brasil ou México.

Enfim, que pareça uma nova variedade de historiador da América que, sem abandonar o campo de sua própria história nacional, sinta a preocupação de estender o seu afã de conhecimentos a outras zonas da vida histórica americana.

Creio que assim, não só lograremos uma maior compreensão entre os povos do Novo Mundo, como também, um estudo mais completo e penetrante de nossos próprios fenômenos históricos.

É possível que este convite desperte dúvidas e mesmo cepticismo. Talvez, agora, não se veja o fruto que se possa obter de semelhante estudo paralelo da história dos povos americanos, uma vez que eles oferecem acentuadas diferenças culturais entre si. Se não podemos crer que essa circunstância modifique por completo a imagem de cada história nacional ou de suas relações com a Europa, ao menos será possível acreditar que de semelhante exercício podem nascer

algumas interpretações mais amplas e profundas da vida histórica americana.

Só uma investigação séria e insistente nesse sentido pode ensinar-nos até onde será produtiva e quais as suas limitações.

A esta magna tarefa consagrou-se o organismo pan-americano que serve de tema à nossa palestra de hoje. Seus triunfos ou seus fracassos dependerão, em primeiro lugar, do grau de valor da causa científica pan-americana e, em segundo, da maior ou menor habilidade com que logre tornar realidades tangíveis êsses ideais historiográficos.

México, dezembro de 1949.

BIO-BIBLIOGRAFIA

OS SÓCIOS DO INSTITUTO

MARIA CAROLINA MAX FLEIUSS

MENDONÇA (Renato de)

Nascido em Pilar, Alagoas, a 23 de dezembro de 1912.

Bacharel em ciências e letras pelo Colégio Pedro II (1931); Doutor em Direito, graduado pela Universidade do Rio de Janeiro (1935).

Magistério :

Professor de língua portuguesa no Colégio Pedro II (1933-1937); professor de língua portuguesa e literatura na Escola de Verão da Universidade Nacional do México (1942-1944); catedrático de literatura brasileira na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do México; professor extraordinário da Universidade Nacional do México (1944), por haver fundado a Cátedra de Literatura Brasileira.

Cônsul de terceira classe, por concurso de provas (1934); Auxiliar da Delegação do Brasil à Conferência da Paz do Chaco (1935); secretário da Comissão de Estudos do Itamarati para a Conferência da Consolidação da Paz (1936); oficial de gabinete do ministro das Relações Exteriores; representante do Itamarati no Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia.

Cônsul de segunda classe, por merecimento (1937); segundo secretário, encarregado de Negócios do Brasil no México (1941); chefe da seção de Assuntos Econômicos Internacionais do Itamarati (1945).

Promovido a primeiro secretário de embaixada (1945); nomeado cônsul do Brasil no Pôrto, Portugal (1946); encarregado do Consu-

lado Geral no Pôrto (1948); primeiro secretário de embaixada em Madrid; encarregado de Negócios do Brasil em Madrid (1949).

Colaborador do *Jornal do Comércio*, *Diário Carioca*, *A Manhã*, *O Jornal* — Colaborador permanente de *O Observador Econômico e Financeiro*, *Revista de Imigração e Colonização*, *Revista Brasileira* publicáda pela Academia Brasileira de Letras.

Fundou e dirigiu em Portugal a revista literária *Brasil Cultural* (1947-48), onde colaboraram ilustres escritores portugueses e brasileiros. Também ali criou a Biblioteca Gonçalves Dias, anexa ao Consulado do Brasil no Pôrto, e destinada a promover intercâmbio de livros brasileiros.

Secretário da Comissão Revisora dos Textos de História e Geografia; secretário e membro consultivo do Instituto Internacional de Estudos Afro-Americanos (com sede no México); membro efetivo da Sociedade Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro e da National Geographic Society de Washington; membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional; sócio efetivo do P. E. N. Club — membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Brasileira de Folclore; acadêmico correspondente de la Real Academia de Historia de Madrid.

Prêmio de etnografia africana (erudição) em 1934, da Academia Brasileira de Letras.

Prêmio de língua portuguesa (concedido cada 5 anos), em 1937, da Academia Brasileira de Letras.

Realizou conferências e cursos sobre o Brasil nas Universidades de Iowa (Estados Unidos), México, Coimbra, Oviedo e Madrid.

É autor dos seguintes trabalhos :

A influência africana no português do Brasil — Rio, Sauer, 1933 (Prêmio de Erudição da Academia de Letras).

O negro no folclore e na literatura do Brasil — Rio, Ariel, 1935 (in “Estudos Afro-Brasileiros”).

A influência africana no português do Brasil — São Paulo, Cia. Editora Nacional, 2.^a edição, 1935.

O português do Brasil, origens, evolução, tendências — Rio, Civilização Brasileira, 1936 (prêmio de língua portuguesa da Academia Brasileira).

O negro e a cultura no Brasil — Rio, Civilização Brasileira, 1940 (in “O Negro no Brasil”).

Os sete povos das missões e o tratado de Madrid — Pôrto Alegre, Brasil, 1940 (separata dos Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História).

Um diplomata na Côte de Inglaterra (o barão do Penedo e sua época), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

El Brasil en la America Latina — Colégio de México, 1944.

Barão do Rio Branco — José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, com introdução e notas de Renato de Mendonça, Rio, Editora A Noite.

Pequeña Historia del Brasil — Secretaria de Educación Pública, México, 1944.

El Brasil y su cultura — Conferencias en la Universidad de México, prólogo de Ezequiel Padilla, ministro das Relações Exteriores do México, porrúa Hnos., México, 1944.

Pensamiento de Ruy Barbosa — Prólogo e Antologia en espanhol, edição da Secretaria de Educação Pública, México, 1945.

História da Política Exterior do Brasil — Instituto Panamericano de Geografia e História, México, 1945.

Pequena História do Brasil — Lisboa, 1946, edição ilustrada.

A influência africana no português do Brasil — 3.^a edição, Pôrto, Livraria Figueirinhas, 1948.

Afrânio Peixoto, o romancista e o crítico literário — Coimbra, 1947.

O declínio do Império e o ideal republicano no Brasil, Pôrto, 1948.

Breve Historia del Brasil — Ediciones Cultura Hispánica, Madrid, 1950.

Em preparo :

Viagem ao país dos astecas.

História da política exterior do Brasil, 2.^o tomo, "Projeção do Império".

Breviário da poesia brasileira (Antologia e comentário crítico). Antologia de "la encina y el mar". Instituto de Cultura Hispánica.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS RECEBIDAS

Em janeiro de 1950

Anais II série — volume 2 — 1949 — Academia Portuguesa de História — Lisboa — 1949.

Boletim — 11.º e 12.º ano — 1948 — Academia Portuguesa de História — Lisboa 1949.

A Universidade de Évora — Veloso (José Maria de Queirós) — Academia Portuguesa de História — Lisboa — 1949.

A Memória do Dr. Antônio de Vasconcelos — Academia Portuguesa de História — Lisboa — 1948.

Journal of a Lady of Quality; being the Narrative of a Journey from Scotland to the West Indies North Caroline, and Portugal, in the years 1774 to 1776.

The Archaeological Journal — vols. 70-71 — 1913, 14 — London — 1913-14.

Herefordshire — vol. I — South-West — 1931 — Inglaterra.

La Entrevista de Guayaquil — Lecuna (Vicente) — Impr. em la Argentina — Caracas — 1948.

The Journeys of Celia Fiennes — Trevelyan (O.M.G.M.) — The Cresset Press. London — 1949.

Heroismo e Arte Obra Póstuma — Fonseca (Gregório) — Livr. H. Antunes — Rio de Janeiro — 1936.

Os Holandeses no Rio Grande do Norte — Cascudo (Luís da Câmara) — Dept.º de Imprensa — Natal. — 1949.

Um poeta singular — B. Lopes — Lacerda (Renato de) — Niterói — Estado do Rio — 1949.

Deutsche Berg — Und Huttenleute in Sud-Und — Liesegang (Carl) — Hamburg — 1949.

Mittelamerika con... — Liesegang (Carl) — Hamburg — 1949.

Revista Histórica — diciembre de 1948, ns. 46-48, Devoto (Juan E. Pivel) — Imprensa Nacional Montevideo — 1948 — Tomo XVI — ano XLII (2.ª época).

Em fevereiro de 1950

História da Companhia de Jesus (vols. VII, VIII, IX) — Leite S. I. (Serafim) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1949.

V História da Conjuração Mineira (2 vols.) T. I-II — Silva (Y. Norberto de Souza) — Imp. Nacional — Rio de Janeiro de 1948.

Cartas dos Estados Unidos — Uchôa (monsieur João de Barros) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1947.

Teoria da História do Brasil — Rodrigues (José Honório) — Instituto Progresso Editorial — São Paulo — 1949.

Introdução à sociologia das sêcas — Andrade (Lopes de) — Editora *A Noite* — Rio de Janeiro — 1948.

Tradições Populares — Obras completas de — Amaral (Amadeu) — Instituto Progresso Editorial — São Paulo.

Vida de Carlos Gomes — Carvalho (Ítala Gomes Vaz de) — Editora *A Noite* — Rio de Janeiro — 1946.

Materialismo Histórico e Economia Marxista — Croce (Benedito) — Instituto Progresso Editorial — São Paulo.

História da Literatura Italiana I e II — Momigliano (Attilio) — Instituto Progresso Editorial — São Paulo.

História da Polícia do Rio de Janeiro — Hermeto Lima — Melo Barreto Filho e Editora *A Noite* — Rio de Janeiro — 39-42-44.

Até o amargo fim Gisevius (Hans) — Editora *A Noite* — Rio de Janeiro — 1948.

Esta é a minha história — Budenz (Louis) — Editora *A Noite* — Rio de Janeiro — 1949.

O drama dos Estados Unidos — Gunther (John) — Pongetti — Rio de Janeiro — 1948.

Normas para catalogação de impressos — Byrnes (James) — Instituto Progresso Editorial — São Paulo — 1949.

Falando francamente — Byrnes (James) — Editora *A Noite* — Rio de Janeiro — 1948.

Espelho contra espelho — Gomes (Eugênio) — Instituto Progresso Editorial — São Paulo — 1949.

Historiografia e bibliografia do Domínio Holandês no Brasil — Rodrigues (José Honório) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1949.

10 Histórias de Bichos — Edições Condé.

10 Romancistas falam de seus personagens — Edições Condé.

Baianos Ilustres — 1564-1925 — Sousa (Antônio Loureiro de) — Tip. Beneditina Ltda. — São Salvador — 1949.

Quem é quem no Brasil — Tomo I — Adquirido por compra — S.B.E. Comercial — São Paulo — 1948.

La cuenca de Andalgalá en la Argentina — Kanter (Helmuth) — Universidade Nacional — Tucuman — 1948.

O Instituto Histórico de Ouro Preto recorre à Justiça — Racioppi (Vicente) — Belo Horizonte — 1950.

Aspectos Antropo-sociais da Alimentação na Amazônia — Silva (Dr. A. Bordalo da) — Museu Paraense — Belém — 1948.

Trabalhos Jurídicos — Vol. XXVI — 1899 — Tomo I — Barbosa (Rui) — M.E.S. — Rio de Janeiro — 1949.

Artículos Periodísticos — IX feria del Libro — Varona (Enrique José) — Minist.^o Educacion — La Habana — 1949.

The Reception of Calvinistic Thought in England — Cremeans (Charles Davis) — University of Illinois — Urbana — 1949.

Rui Barbosa — Palestra realizada no dia 5-12-49 no Instituto Cylleno — Costa (Bento Pedreira da) — Rio de Janeiro — 1949.

Antecedentes Históricos sobre la Enseñanza de la Jurisprudencia y de la Historia del Derecho Patrio en la Argentina — Levene (Ricardo) — Inst.^o de Hist.^a de Derecho — B. Aires — 1949.

La Retratación en los Delitos contra el Honor — Molinario (Alfredo Y.) — Inst.^o de Hist.^a de Derecho — B. Aires — 1949.

A organização dos Estados Americanos e as Nações Unidas — Canyes (Manuel S.) — União Pan Americana — Washington — 1949.

Dicionário de Verbos e Regimes — Fernandes (Francisco) — Livraria do Globo — Rio de Janeiro — 1947.

Encantos d'Oeste — Magalhães (Agenor Couto de) Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.

A verdade sobre Casimiro de Abreu — Letras — Academia Fluminense de Niterói — E. do Rio — 1949.

Relatório do Tribunal de Contas — Exercício de 1948 — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1949.

The Sixteenth International Geographical Congress, Lisbon, 1949 — Ogilvie (A. G.) — New York — 1949.

Panorama de la Historiografía Jurídica Chilena — Martel (Alamiro de Avila) — Inst.^o de Hist.^a del Derecho — B. Aires — 1949.

Obras várias de Alexandre de Gusmão — Tomos I-II — Parte I-II — Cortesão (Jaime) — Instituto Rio Branco — Rio de Janeiro — 1950.

Documentos Biográficos (Tratado de Madrid) — Cortesão (Jaime) — Instituto Rio Branco — Rio de Janeiro — 1950.

Correspondência de Mario Lima — Faria (Paula) — Gráf. Taveira Ltda. — Rio de Janeiro — 1949.

...Do Amor e da Morte (Contos) — Faria (Paula) Gráf. Taveira Ltda. — Rio de Janeiro — 1949.

Poesias — Faria (Paula) — Graf. Taveira Ltda. — Rio de Janeiro — 1949.

Em março de 1950

A Travers les Amériques Latines — Febure — Introducion de Lucien — Libraire Armand Colin — Paris, 5.^o — 1949.

Petróleo ! Salvação ou desgraça do Brasil ? — Carvalho (E. Leitão de) — Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional — Rio de Janeiro — 1950.

A Crise Internacional e a Política Externa Portuguesa — Castro (Augusto de) — “Ottostráfica Ltda. — Lisboa — 1949.

Anuário Acadêmico de 1950 — Academia das Ciências — “Ottostráfica”, Ltda. — Lisboa — 1949.

História da Civilização Brasileira, n.^o 10 — Sousa (Tomás A. Marcondes de) — Ind. Gráf. J. Magalhães Ltda. — São Paulo — 1949.

Américo Vespucci e Suas Viagens — Boletim n.^o CV — Sousa (Tomás A. Marcondes de) — Ind. Gráf. J. Magalhães Ltda. — São Paulo — 1949.

Ultramar Português I — Síntese da África — Correia (Antônio Mendes) — Agência Geral das Colônias — Lisboa — 1949.

Américo Vespúcio e a Expedição de 1501-1502 — Peres (Damião) Portucaleense Editora — Porto — 1949.

História da Companhia de Jesus no Brasil — X — Leite S. J. (Serafim) — Impr. Nacional do Livro — Rio de Janeiro — 1950.

Joaquim Nabuco — Diplomata e Geógrafo — Sousa (Odete de Carvalho e) Ministério das Relações Exteriores — Rio de Janeiro — 1950.

A crise internacional e a política externa portuguesa — Castro (Augusto de) — Ottostráfica — Lisboa — 1949.

Roberto Cochrane e Simonsen Vida e Obra — De los Rios F.^o (Professor Adolfo Morales) — São Paulo — 1948.

Evolução do Ensino da Engenharia e da Arquitetura no Brasil 1947 — De los Rios F.^o (Prof. Adolfo Morales) — São Paulo — 1947.

- Homenagem ao Professor A. M. de los Rios Filho — De los Rios (Professor Adolfo Morales) — Editora *A Noite* — Rio de Janeiro — 1949.
- Orações — De los Rios F.^o (Prof. Adolfo Morales) — Editora *A Noite* — Rio de Janeiro — 1949.
- A Indústria Manufatureira do Brasil — Pereira (Armando de Arruda) — São Paulo.
- Onesicritus — A Study in Hellenistic Historiography — Brown (Truesdell/S.) — University of California Press — California — 1949.
- Robert Owen — Social Idealist — Harvey Rowland Hill) — University of California Press, California — 1949.
- Do Casamento — Viveiros (Esther de) — Livraria Quaresma — Rio de Janeiro — 1949.
- Auguste Comte et L'Hypothèse Cosmogonique — Lima (Oferta de J. Modesto) — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro — 1950.
- Herschel — Laplace — Lima (Oferta de J. Modesto) — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro — 1950.
- Parecer sobre a redação do Código Civil — vol. XXIX — 1902 — tomo I — Barbosa (Rui) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1949.
- Oração aos Moços — Barbosa (Rui) Casa de Rui Barbosa — Rio de Janeiro — 1949.
- Rui e a Réplica — Moura (Américo de) — Casa de Rui Barbosa — Rio de Janeiro — 1949.
- Rui Barbosa e a primeira constituição da República — Lacombe (Américo Jacobina) — Casa de Rui Barbosa — Rio de Janeiro — 1949.
- Rui Estudante — Carvalho (Antônio Gontijo de) — Casa de Rui Barbosa — Rio de Janeiro — 1949.
- Jurisprudência Administrativa — 10.^o volume — Dasp — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1948.
- Sociologia do Orçamento Familiar — Ramos (Guerreiro) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1950.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Em janeiro de 1950

- Boletim Informativo — Febrero — julio de 1948, n.^o VI, ano IV — Quito — Equador.
- Ex-Combatente — Novembro de 1949, n.^o 35, ano III — Rio de Janeiro.
- Letras del Equador — Junio 1949, n.^o 46, año V — Quito.
- Documentos históricos do Arquivo Municipal.
- Atas da Câmara 1.659-1669 — 4.^o volume — Prefeitura do Município do Salvador — Bahia.
- Lista Diplomática — Novembro e dezembro de 1949 — Rio.
- Revista do Clube de Engenharia — Outubro de 1949, n.^o 158, vol. XXI — Rio de Janeiro.
- Engenharia — Dezembro de 1949, n.^o 88, vol. VIII, ano VIII — São Paulo.
- O Puritano — 10 de dezembro de 1949, n.^o 1.957, ano LI — Rio.
- Correio de Uberlândia — 11 e 17 de dezembro de 1949, ns. 2.798 e 2.802, ano XI — Minas Gerais.
- Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi — Tomo X — Belém — Pará — 1949.
- Anuário Claretiano dos Colégios Internos de Formação da Província Brasileira dos Missionários.

- Filhos do I. Coração de Maria — II — 1948. Curitiba.
Revista da Academia Fluminense de Letras — Outubro de 1949, vol. I — Niterói.
Digesto Econômico — Dezembro de 1949, n.º 61, ano VI — S.P.
Boletín de la Academia Nacional de la Historia — Tomo XXXII — Abril-junio de 1949 — N.º 126. Caracas.
Catálogo n.º 2 — Livros para os cursos primário e pré-primário. Rio de Janeiro.
Guia quincenal de la actividad intelectual y artística argentina — ano III, n.º 55, segunda quincena de noviembre de 1949. — Buenos Aires
Correio de Uberlândia — 20 e 22 de dezembro de 1949 — Ns. 2.804 e 2 806, ano XI — Minas Gerais.
Correio do Senac — Ns. 21 e 23, de 5 e 19 de dezembro de 1949, ano I — Rio de Janeiro.
Engenharia — Dezembro de 1949, n.º 88, vol. VIII, ano VIII — São Paulo.
Imprensa Rural — 24 de dezembro de 1949, n.º 4, ano I — Santa Cruz.
O Puritano — 10 de dezembro de 1949, n.º 1.957, ano LI — Rio de Janeiro.
Correio do Senac — 26 de dezembro de 1949, n.º 24, ano I. — Rio.
Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — Janeiro de 1950, n.º 79, ano VIII. Rio de Janeiro.
Katalog — 20 — Geographie — 1949.
O Mandarim — Novembro-dezembro de 1949, ns. 18-19, ano II — Penápolis — Órgão oficial da Academia de Letras Rui Barbosa.
Ex-Combatente — Dezembro de 1949, n.º 36, ano III — Rio.
Britain — To-Day — November, 1949, n.º 163. New York.
Bulletin of The New York Public Library — November 1949, number 11, volume 53 — New York.
Record Publications — 31 de maio de 1949 — London.
Bulletin of the National Register of Archives — Number 1, november 1948.
Nação Brasileira — Dezembro de 1949, n.º 316, ano XXVII — Rio de Janeiro.
Revista Histórica — Diciembre de 1948, ns. 46-48, tomo XVI — Ano XXII — (2.ª época) Montevideú.
Impulso (Sucede al Boletín de Reconstitucion) vol. III, ns. 10-11, octubre-noviembre de 1949 — Paris.
Revista Duperial do Brasil — N.º 51 — Setembro-outubro de 1949 — São Paulo.
Ocidente — N.º 141, volume XXXVIII — Janeiro — 1950 — Lisboa.
Boletim Geográfico — Ano VII, setembro de 1949, n.º 78 — Rio de Janeiro.
Revista de Publicaciones Navales — Julio y agosto de 1949, n.º 491 — Ano XLIX — Tomo LXXXI — Buenos Aires.
Belgique Amerique-Latine — nouvelle serie n.º 51, 20 decembre 1949. Bruxelles.
Américas — Janeiro e fevereiro de 1950 — vols. 1-2, ns. 10 e 2. Washington.
Revista Nacional — Tomo XLII — año XII — mayo de 1949 n.º 125 — Montevideo.
Boletín del Archivo General de la Nacion — Enero a junio e agosto a setiembre de 1949, ns. 144 e 145, tomo XXXVI — Caracas.
Boletim Geográfico — Setembro de 1949, n.º 78, ano VII. Rio de Janeiro.
Brasil Açucareiro — Novembro de 1949, n.º 5, ano XVII — Vol. XXXIV. Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 1950

Revista Nacional de Cultura — marzo-abril de 1949, n.º 73, año X — Caracas.

The United States Quarterly Book List, september and december 1949, ns. 3 e 4 vol. 5 — New Jersey.

Congresso Mexicano de História — 10-20 de diciembre de 1949 (Diretório e programa) — Hermosilo, Sr.

Publications of the American Jewish Historical Society — number XXXIX — december 1949, part. 2 — New York.

Endeavour — Outubro de 1949, n.º 32, vol. VIII. London.

Boletín del Archivo General de la Nación — tomo XX, n.º 3, 1949 — México.

Boletín de la Academia Nacional de la Historia abril-junio de 1949, n.º 126, tomo XXXII — Caracas.

Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — 1.º e 2.º semestre de 1949, vol. XIII, ns. 15 e 16, ano VIII. Rio de Janeiro.

Boletín de la Academia Nacional de la Historia — volume XXII — 1949 — Buenos Aires.

Revista Brasileira de Geografia — Abril-junho de 1949 n.º 2, ano XI. — Rio de Janeiro.

Revista do Serviço Público — Ano XII — vol. IV — n.º 1 — Outubro de 1949 — Rio de Janeiro.

Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior — Dezembro de 1949, n.º 12, ano XII. Rio de Janeiro.

Boletim Bibliográfico Mexicano — Septiembre-octubre de 1949 ns. 117-118, año X — México.

Ciencias Sociales — n.º 1 — Enero 1950. Washington.

The Library of Congress Quarterly Journal of current acquisitions — November, 1949, n.º 1, vol. 7 — Washington.

Bulletin for Libraries — vol. III — n.º 11 — November 1949 — Paris.

Catalogue of books and periodical sets on French Canadá — n.º 693, Holanda.

Noticiário de las Naciones Unidas 14 e 28 de enero de 1950, ns. 2 e 4 — Año 5.º — EE. UU.

Revista da Academia Matogrossense de Letras — Anos XVI-XVII, 1948-1949 — Tomos XXXI-XXXIV. Cuiabá.

O Puritano — 10 de janeiro de 1950, n.º 1949, año LI. Rio.

Bulletin of The New York Public Library — Vol. 53, January to december 1949 — New York.

Catálogo "Siberia Navarro" — México.

Instituciones Culturales de la América Latina — Washington — 1949.

Catalogue n.º 702 — 1950 — London W. 1.

Guía quincenal de la actividad intelectual y artistica argentina — ano III, n.º 56, 1.ª quincena de diciembre de 1949. Buenos Aires.

Geographical Review — January, 1950, number 1, vol. XI. — New York.

Informacion Hispanica — Septiembre 1949, n.º 8, Madrid.

Boletim Informativo — agosto, setembro, outubro e novembro de 1949, ns. 52 a 55, ano VII — Rio de Janeiro.

Saúde — n.º 26, fevereiro, 1950, ano III. Rio de Janeiro.

Correio de Uberlândia — de 21, 25 e 29 de dezembro de 1949, ns. 2.805, 2.808 e 2.811; 1, 3, 4, 10, 19, 21, 26 e 28 de janeiro de 1950, ns. 2.812, 2.813, 2.814, 2.818, 2.825, 2.826 2.830 e 2.831, ano XI. Minas Gerais. 11 ns.

Inauguração da República da Índia — 26 de janeiro de 1950 — Embaixada da Índia. Rio de Janeiro.

Novi Libri — vol. II, ns. 2-4, 1949.

Scandinavian Literature n.º 8 (Catalogue) — jan.-july — 1949.

Rubricón — 1 de janeiro de 1950, n.º 320. Barbacena.

Boletim da Academia das Ciências de Lisboa — Outubro de 1949, nova série, vol. XXI — Lisboa.

Boletim Trimestral de Estatística — Dezembro de 1948, ano XXIV — Suplemento — Lourenço Marques

Papéis Avulsos do Departamento de Zoologia — ns. 5, 6, 7 e 9, 2-1-50 — São Paulo.

State Geological Survey — Report of investigations — Ns. 59, 60, 143, 144. Urbana — Illinois.

Contributions from the Museum of Paleontology — University of Michigan — vol. VIII, ns. 1 e 2, september-october de 1949 — Ann Arbor.

Circulares I e II. Instituto de Estudios Geograficos — Buenos Aires.

Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — Fevereiro de 1950, n.º 80, ano VIII. Rio de Janeiro.

Correio de Uberlândia — 14, 15, 18, 22, 24, 25 de janeiro de 1950, ano XI. — Minas Gerais.

Boletim A. E. C. — Setembro a dezembro de 1949, ns. 64 a 67, ano VI. Rio de Janeiro.

Loop — N.º 72, ano VIII — Novembro de 1949. Bahia.

Saúde — Janeiro, 1950, n. 25, ano III. Rio de Janeiro

Autores e Livros — Ns. de 1 a 13, vol. X, ano IX, de janeiro a outubro de 1949. Rio de Janeiro.

O camalote — Outubro de 1949, n.º 21, ano III. Ladário.

Britain — To-Day — December, 1949, number 164 — London.

Letras del Ecuador — ns. 47-49 — año V — Julio — Setiembre de 1949.

Quito.

Arquivos do Instituto de Direito Social — Vol. 9 — N.º 1, Dezembro de 1949. São Paulo.

Correio de Uberlândia — 29 de janeiro — 2 de fevereiro de 1950, n.º 2.832, 2.834, ano XI — Minas Gerais.

O Puritano — 25 de janeiro de 1950, n.º 1960, ano LI. Rio de Janeiro.

The Geographical Journal — Vol. CXIV — Ns. 4-6, december 1949 — London.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Volume XLIV — 2.ª parte — 1949 — São Paulo.

Engenharia — Janeiro de 1950 — N. 89 — Ano VIII — Vol. VIII — São Paulo.

Revista do Instituto do Ceará — Tomo LXII — Ano LXII — 1948. Fortaleza — Ceará.

Cultura Universitária XIII-XIV-XV (ns. 13 e 14-15) — Maio-junio e julio-outubro de 1949 — Caracas.

Douro Litoral (Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História). Terceira série — VII. Pôrto.

A Guide to the Official Publications of the Other American Republics III. Brazil 1948, Washington.

Nação Brasileira — Ano XXVIII — N.º 317 — Janeiro de 1950 — Rio de Janeiro.

Les moisson de l'esprit — 1949 — Hiver — Bulletin Trimestriel des Presses Universitaires de France.

Belgique Amerique Latine — Nouvelle serie n.º 52 — 20 janvier 1950 — Bruxelles.

A Lâmpada — Ano XIX — N.º 65 — Outubro, novembro e dezembro de 1949 — Curitiba.

Revista Shell — Vol. V — N.º 50 — Julho-dezembro 1949. Rio.

Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — Ano XXIV — Setembro de 1949, n.º 271 — São Paulo.

Ex-Combatente — Ns. 36 e 37, dezembro e janeiro de 1950, ano IV — Rio de Janeiro.

Revista Nacional — Tomo XLII — Año XII — junio de 1949, n.º 126 — Uruguai.

Bulletin of The New York Public Library, january, 1950, number 1, vol. 54 — New York.

Panorama Textil — Dezembro de 1949, n.º III — Ano I. Rio.

A Marinha em Revista — Dezembro de 1949, n.º 31, ano III — Rio de Janeiro.

Correio do Sul — Dezembro de 1949, ano XXX — N.º 1.675. Faro.

Correio do Senac — Ns. 29, 30 e 31, de 30 de janeiro, 6 e 13 de fevereiro de 1950, ano I. Rio de Janeiro.

Em março de 1950

Almanaque "Correio da Manhã" ano 1949 — Rio de Janeiro.

Brasília — Suplemento ao volume IV. 1949 — Coimbra.

Vozes de Petrópolis — Setembro-dezembro de 1949, vol. 7, fasc. 5-6. Petrópolis.

Boletín de la Academia Chilena de la Historia — Primer Semestre de 1949, n.º 40, año XVI. Santiago do Chile.

Correio de Uberlândia — 14 de fevereiro de 1950, n.º 2.841, ano XII. Minas Gerais.

Brasil Açucareiro — Ano XVIII — Vol. XXXIV — Dezembro de 1949, n.º 6. Rio de Janeiro.

Dharanã — Fevereiro a setembro — N.º 138-39-40 — Ano XXIV. Rio de Janeiro.

Américas — Março de 1950, vol. 2 n.º 3. Rio de Janeiro.

Boletim de Informaciones Cientificas Nacionales — 23-24, vol. III — Setiembre a noviembre de 1949. Quito.

The Geographical Review — Vol. XXXIV — 1949 — New York.

Library Services of the United Nations. N. Y.

Noticiário de las Naciones Unidas — 11 e 18 de febrero de 1950, año 5.º, n.º 6 e 7 — N. Y.

O Puritano — 10 de fevereiro de 1950, n.º 1961, ano LI — Rio de Janeiro.

Notícias da O. I. F. — Novembro-dezembro de 1949, n.º 1, ano I.

Annual Report of the Board of Regents of The Smithsonian Institution — June 30, 1948. Washington.

Revista Marítima Brasileira — Julho, agosto e setembro de 1949, ns. 1, 2 e 3. ano LXIX. Rio de Janeiro.

Boletim do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem n.º 7, 1949. Rio de Janeiro.

Estúdio — Agosto 31 e noviembre de 1949, ns. 199-200 e 201, año XVIII. Bucaramanga.

Revista do Serviço Público — Ano XII — Vol. IV — Ns. 2 e 3 de novembro e dezembro de 1949 — Rio de Janeiro.

Américas — Março, 1950, vol. 2, n.º 3. Rio de Janeiro.

Anales de la Sociedad de Geografía e Historia de Guatemala — Septiembre-diciembre de 1948, ns. 3 y 4, tomo XXIII — Año XXIII. Guatemala, C.A.

The Catholic Historical Review — Vol. XXXV — Number 4 January, 1950. Washington.

Engenharia — Fevereiro de 1950, n.º 90, ano VIII — Vol. VIII — São Paulo.

Educacion n.º 60 — Año X — Junio-setiembre de 1949. Caracas — Venezuela.

Nação Brasileira — Ano XXVII — N.º 318 — Fevereiro de 1950 — Rio de Janeiro.

Boletín Informativo — Agosto-septiembre-octubre de 1949. n.º 24, año V — Chile.

Export Book Catalog — 1950 (Netherlands).

Anuário da Colônia de Moçambique — 1949-1950, 35.^a edição. Lourenço Marques.

Moçambique — N.º 59 — Setembro 1949. Lourenço Marques.

Brasil Açucareiro — Ano XVIII — Vol. XXXV — Janeiro 1950, n.º 1. Rio de Janeiro.

Universidad de Antioquia n.º 93 — Agosto-septiembre de 1949. Medellín — Colombia.

Universidad Pontificia Bolivariana — Vol. XIV — N.º 53 — Agosto, noviembre de 1948 — Medellín — Colombia.

Think, february 1950, n.º 2, vol. XVI. New York.

Guía de Instituciones que cultivan la Historia de América — Publicacion n.º 94, México, D.F. 1949.

Lea, n.º 8, octubre 1949. Washington, D.C.

Bulletin of The New York Public Library — February 1950, number 2, volume 54, New York.

Universidad de Antioquia — numeros : 91, 92, 93, 94 e 95 de abril a diciembre de 1949; Cuadernillo de Poesia — Ns. 34, 35, 36 e 37. Columbia 8.

Revista Duperial do Brasil — N.º 52 — Novembro, dezembro de 1949. São Paulo.

Diretrizes de Política Açucareira (1.º Congresso Açucareiro Nacional) — 1949 — Rio de Janeiro.

Um capítulo na História do Açúcar — Rio de Janeiro.

Letras del Ecuador — ns. 50-52, año V, octubre-diciembre 1949 — Quito.

Estatística Agrícola — 1942 — Lourenço Marques — 1949.

Vozes de Petrópolis — Janeiro-fevereiro de 1950, vol. 8, fasc. 1 — Petrópolis.

Ex-combatente n.º 38 — Fevereiro de 1950, ano IV — Rio.

O Puritano — 10 de março de 1950, n.º 1963, ano LI — Rio.

América Indígena — Enero, 1950, núm. 1, vol. X — México.

Boletim Indigenista — Diciembre, 1949, núm. 4, vol. IX — México.

Estatística Administrativa n.º 2 — Novembro e dezembro de 1948 — Ano I, Rio de Janeiro.

Boletim do Club Naval — 1.º trimestre de 1948, n.º 113, ano XXVIII, Rio de Janeiro.

Boletín de Historia y Antigüedades — Ns. 417 a 419, volumen XXXVI. Bogotá — Colombia.

Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — Março de 1950, n.º 81, ano VIII — Rio de Janeiro.

- Saúde — Março de 1950, n.º 27, ano III. Rio de Janeiro.
Da Índia Distante — Boletim n.º 15, março de 1950 — Rio.
Lista Diplomática — Janeiro e fevereiro de 1950 — Rio.
Universidad de Antioquia — Ns. 89, 90 — Enero de 1949 — Medellín —
Colombia (Cuadernillo de Poesia) 33.
Guia quincenal de la actividad intelectual y artistica argentina — ns. 57 y
58, segunda quincena de Enero y primera de Febrero de 1950. Buenos Aires.
Correio de Uberlândia — 7, 12 e 19 de fevereiro de 1950, ns. 2.837, 2.840
e 2.845, ano XI — Minas Gerais.
Letras Universitárias — N.º 11, noviembre de 1948 — Medellín.
Belgique Amerique Latine — Nouvelle serie n.º 53, 20 fevrier 1950 —
Bruxelles.
Boletim Bibliografico Mexicano — Noviembre-diciembre de 1949, ns. 119-
120, año X — México, D.F.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ano
de 1948, ns. 109 a 112, ano XXVIII-I a IV trimestres de 1948 — Porto Alegre,
Rio Grande do Sul.
Boletín de la Academia Nacional de la História — julio-septiembre de
1949, n.º 127, tomo XXXII — Caracas e octubre-diciembre de 1949, n.º 128.
Catálogo de publicaciones, técnico científicas, 1949 — R. Argentina.
Catálogo — Publications Périodiques des Presses Universitaires de France
— Paris.
Estatuto organico del Instituto de Prevision y Asistencia social para el
personal del Ministerio de Educacion Nacional — Noviembre de 1949 —
Caracas.
Programas para a comemoração do Dia Pan-Americano 1950. Washing-
ton 6 D.C. E.U.A. — 14 abril.
O Lar das Américas — Programa de rádio para o Dia Pan-Americano —
14 de abril — Washington.
Canções e Dansas Folclóricas das Américas — Dia Pan-Americano —
14 de abril. Washington, D.C.
Organização dos Estados Americanos (impresso).
Bandeiras e Escudos das Repúblicas Americanas — Washington.
Comission de História — Estado de constitucion de la Comisión y sus
Comités — Diciembre 1949 — México.
Catimbó — Registros sonoros de folclore musical brasileiro — III — Dis-
cos FM. 28 B. a FM. 38. São Paulo.
Anuário Acadêmico de 1950. Lisboa.
Bibliografia da Ciência Econômica, 1949. Rio de Janeiro.
Discriminação das Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Ar-
quitetura — 1948. Rio de Janeiro.
Plano de Obras para 1949. Obras levadas a efeito em 1948. Documen-
tário fotográfico de algumas realizações.
Administração Mendes de Moraes. Rio de Janeiro.
Revista de la Real Academia Hispano-Americana de Ciencias y Artes de
Cádiz — Año V — 1916.
Engenharia e Química — Ns. 1, 2 e 3, janeiro-março, abril-junho, e julho-
setembro de 1949. Rio de Janeiro.
Anais da IV Convenção Nacional de Engenheiros, realizada em Porto
Alegre de 4 a 6 de março de 1947.
Programa do 1.º Congresso Pan Americano de Engenharia.
2 Congressos Brasileiros de Arquitetos — 20 a 27 de novembro de 1948 —
Regulamentos e bases — Porto Alegre.

- Boletim Informativo da União Sulamericana de Associações de Engenheiros — Maio, 1949, n.º 41, ano XIV. Rio de Janeiro.
- Américas — Abril de 1950, vol. 2, n.º 4. Rio de Janeiro.
- Noticiário de las Naciones Unidas — 4, 11 e 18 de marzo de 1950, ns. 9, 10 e 11, año 5.º — Rio de Janeiro.
- Boletim Linotípico — Número 74, 1950. Nova York.
- Instituto Histórico da Ilha Terceira (Boletim) n.º 7 — 1949.
- Rubicon — 29 de janeiro e 12 de março de 1950, ns. 324 e 327, Barbacena.
- Correio de Uberlândia — 31 de janeiro e 9 e 11 de fevereiro de 1950, ns. 2.833, 2.838 e 2.839, ano XII — Minas Gerais.
- Think — January 1950, n.º 1, vol. XVI — New York.
- Correio do Sul — Dezembro de 1949, n.º 1.673, ano XXX. Faro.
- Sbornik — Československé Společnosti Zeměpisné ročník 1949 — svazek 54 — číslo 2 — Praha II.
- Contributions from the Museum of Paleontology — November 22 e december 29 de 1949 vols. VII e VIII, ns. 3, e 9, pp. 21 e 41 (8 pls.) — pp 131-269 (34 pls. 2 figs. 2 maps) — University of Michigan.
- Annual Report of the American Historical Association — 1948 — volume I. Washington, D.C.
- Revista Nacional — Tomo XLIII — Año XII — julio de 1949 — N.º 127. Montevideo — Uruguai.
- Boletín de la Academia Nacional de Letras — Diciembre de 1949, tomo II n.º 8. Montevideo.
- Revista Militar Brasileira — Ano XXXVII — Ns. 1 e 2 — Janeiro a junho de 1949, vol. XLIX. Rio de Janeiro.
- Revista da Academia Maranhense de Letras — Janeiro a maio de 1949, vols. VI e VII. São Luís.
- Revista Brasileira de História da Medicina — IV trimestre de 1949, n.º 1, vol. I. Rio de Janeiro.
- Bulletin for Libraries — Vol. IV — 2.º — February 1950 — Paris.
- Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Abril e maio de 1948 — Ns. 164 e 165, ano XIII. Rio de Janeiro.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1950

<i>Trimestre</i>	<i>Jan.º</i>	<i>Fevr.º</i>	<i>Março</i>	<i>Total</i>
Obras oferecidas	15	44	26	85
Revistas nacionais, estrangeiras	85	50	92	231
Catálogos recebidos	13	6	4	23
Mapas recebidos	—	—	44	44
Jornais recebidos	26	47	22	95
Documentos recebidos	—	—	4	4

Arquivo :

Documentos consultados	5.300	2.121	2.301	9.722
------------------------------	-------	-------	-------	-------

Museu :

Visitantes	80	18	13	111
------------------	----	----	----	-----

Sala pública de leitura — Consultas :

Obras	5.073	3.515	3.592	12.180
Jornais	2.897	1.270	1.400	5.567
Revistas	3.679	1.524	1.555	6.758
Mapas	1.209	806	844	2.859

Secretaria :

Ofícios, cartas, telegramas recebidos ..	201	28	122	351
Ofícios, cartas, telegramas expedidos ..	623	67	158	848

ÍNDICE DA REVISTA N. 206

I — TRABALHOS ORIGINAIS

	Págs.
1. <i>O General Urquiza</i> , por José Antônio Soares de Souza.	3
2. <i>Mato-Grosso, de Pascoal Moreira Cabral a Cândido Rondon</i> , por Basílio de Magalhães.....	102
3. <i>O processo de emancipação do Amazonas</i> , por Artur Cesar Ferreira Reis	158

II — INSTITUIÇÕES DO RIO DE JANEIRO

4. <i>As corporações e bandeiras de ofícios</i> , por Lopes Gonçalves	171
---	-----

III — O CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO PRIMEIRO CARDEAL BRASILEIRO

Comemoração do Instituto Histórico

5. <i>Discurso do Embaixador José Carlos de Macedo Soares.</i>	192
6. <i>Discurso do Professor Pedro Calmon</i>	196
7. <i>Discurso do Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota.</i>	197
8. <i>O cardinalato no Brasil. Pedro Monis de Aragão</i>	199

Comemoração na Academia Brasileira de Letras

9. <i>Oração do Acadêmico Gustavo Barroso</i>	205
10. <i>Artigo de Virgílio Corrêa Filho no Jornal do Comércio</i>	207

IV — CONFERÊNCIAS

11. <i>Segundo centenário do Tratado de Madrid</i> , pelo General E. Leitão de Carvalho.....	212
12. <i>Joaquim Nabuco, o evangelista da Abolição</i> , pelo Ministro Alfredo Valadão.....	235
13. <i>Calógeras e a evolução do Exército</i> , por Antônio Gontijo de Carvalho	260

V — TRANSCRIÇÕES

	Págs.
14. <i>O testamento de João Ramalho</i> , pelo Desembargador Vieira Ferreira	272
15. <i>A Comissão de História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História</i> , por Silvio Zavala.....	277

VI — BIO-BIBLIOGRAFIA

16. <i>O sócio do Instituto Renato de Mendonça</i> , por Maria Carolina Max Fléiuss	286
---	-----

VII — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

VIII — ESTATÍSTICA